UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Geografia Humana

José Antônio Lobo dos Santos

**Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: sujeição da renda da
terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê - BA**

Versão corrigida

Agosto de 2012

De acordo,

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

SÃO PAULO, 2012
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Geografia Humana

**Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: sujeição da renda da
terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê - BA**

José Antonio Lobo dos Santos

Tese apresentada como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutor em Ciência
(Geografia Humana), junto à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

SÃO PAULO, 2012

Dedico esse trabalho à memória do ao meu querido irmão, Adenilson de Jesus, jovem sonhador que foi brutalmente arrancado da vida pela ignorância de um sistema que não valoriza as forças renovadoras da juventude. Que Deus te ilumine, te proteja e te conforte, meu querido e eterno irmão.

O primeiro de nossos objetivos é demonstrar que a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. Estudando a fome em diferentes regiões da terra, veremos em evidência o fato de que, via de regra, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produtos de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome. (CASTRO, Josué de. **A Geopolítica da Fome**. 2º ed., Rio de Janeiro, Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952, p. 64/65)

Agradecimentos

Entendendo que agradecer não é simplesmente fazer referência àqueles que contribuíram para a realização da pesquisa, mas sim, delas lembrar carinhosamente, e de alguma forma, deixar registrado como parte do trabalho, a atenção, a amizade, e o compromisso que estas pessoas dedicaram a essa tese de doutorado.

A Deus, aos meus pais e irmãos

Agradeço a Deus por me proporcionar saúde, paz no coração e as alegrias necessárias para buscar insistentemente a concretização da pesquisa, frente a todas as adversidades da sociedade capitalista. Agradeço afetivamente aos meus pais, os quais conseguiram proporcionar para os filhos, as oportunidades educacionais que não tiveram ao longo de suas vidas. Agradeço aos meus queridos irmãos Joel Lobo, Joélia Lobo e (em memória) Adenilson de Jesus.

Aos professores

Agradeço a todos os professores que, de alguma forma, contribuíram com meu aprendizado ao longo da vida, pois tenho plena compreensão que sou parte do esforço e da dedicação de cada um deles. Agradeço em especial aos professores:

Dr. Júlio César Suzuki, meu orientador, pela tolerância e compreensão com minhas limitações frente à pesquisa acadêmica. É válido ressaltar que o professor não pensou duas vezes em assumir o compromisso com minha proposta de pesquisa em seu grupo de estudos e de orientação. Ressalto que a competência, honestidade e dedicação, deste professor, foram qualidades que contribuíram muito para a concretização dessa pesquisa e para minha formação acadêmica.

Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol e Dr. Rodrigo Ramos Valverde, por se colocarem

à disposição para participar do processo de acompanhamento do desenvolvimento de minha tese desde o relatório de qualificação até o decisivo momento da defesa final. Agradeço e reconheço o esforço e a dedicação.

Dr. Alberto Pereira Lopes pela força, apoio e companheirismo ao longo do curso de doutorado.

MSc. Jemisson Matos que sempre me deu força para concluir o doutorado e por vezes teve que acordar de madrugada para me apanhar no aeroporto da cidade de Salvador, essas pequenas ajudas viabilizadas pelos amigos contribuem muito na busca pela realização dos sonhos.

MSc. Pablo Santos que gentilmente deu uma enorme contribuição ao processo de espacialização de alguns fenômenos tratados na tese com importante auxílio na elaboração dos mapas que constam no trabalho.

Aos professores Marialvo Barreto, Francisco das Chagas Melo, e todos os integrantes do Mandato Popular, por terem me dado importante apoio na fase em que estive cursando as disciplinas obrigatórias do curso.

Aos órgãos públicos e organizações populares

Agradeço ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios de Irecê e Cafarnaum, à Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), à Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Irecê, pelo apoio que foi dado, através do fornecimento de dados e da disponibilização de um servidor para nos acompanhar em trabalho de campo. Em especial, quero ressaltar e agradecer a importante contribuição do servidor técnico Sr. Carujo, o qual, de forma dedicada, sacrificando seus dias de descanso, me proporcionou a oportunidade de conhecer parte da zona rural dos municípios de Irecê e Lapão. Agradeço às cooperativas COAFTI e COPIRECE, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Polo Regional de Biodiesel e demais que contribuíram com a construção da tese.

Agradeço a Universidade de São Paulo, em especial ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana por ter me acolhido e proporcionado condições

necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos e amigas

Agradeço a todos os amigos e amigas que, ao longo desses três anos, me apoiaram e me incentivaram, muitas vezes de forma crítica, a avançar em busca da conclusão do curso de doutorado. Destaco em especial o mestrando Jeferson e a graduada Alessandra por terem me sugerido e articulado uma primeira conversa com o professor Dr. Júlio César Suzuki que veio a ser meu orientador. Destaco também o apoio dos amigos(a) da USP Hector, Denise, Imário, Sergio, Willian, Rony, Kátia, Carlos, Eder e Wanderley os quais me ajudaram muito no curso.

Agradeço à minha namorada, Thais Freitas, luz da minha vida, por estar ao meu lado ao longo desses anos, me apoiando e também compreendendo minha ausência em muitos momentos, em que eu estava concentrado e ocupado com a pesquisa.

Agradeço aos amigos da república Tocas dos Gatos, em especial aos amigos Barra, Abaíra, Mário, Jhonata e Ronan que sempre me incentivaram a dedicar mais horas de trabalho ao desenvolvimento da tese, e por fim, quero agradecer aos camponeses do Território de Identidade de Irecê, em especial, aos agricultores camponeses dos municípios de Irecê, Cafarnaum e Lapão os quais, gentilmente, me receberam em suas casas construídas na terra de trabalho, e de forma verdadeira, retrataram as dificuldades cotidianas enfrentadas pela família.

(...) A modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. (MARTINS, J. de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 19)

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização do Território de Identidade de Irecê – BA	29
Figura 02	Brasil: matérias – primas utilizadas para a produção de biodiesel, dezembro de 2011	67
Figura 03	Brasil: evolução anual da produção de biodiesel, demanda compulsória e capacidade nominal autorizada pela ANP entre os anos de, 2005 e 2011	68
Figura 04	Brasil: evolução mensal da produção de biodiesel, da demanda compulsória e da capacidade nominal autorizada pela ANP, janeiro a dezembro de 2011	69
Figura 05	Brasil: unidades de produção de biodiesel por região, dezembro de 2011	74
Figura 06	Brasil: espacialização das unidades de produção de biodiesel por região, dezembro de 2011	75
Figura 07	Bahia: cerimônia de implantação da usina de biodiesel da Petrobras no Município de Candeias, 2008	89
Figura 08	Bahia: usina de produção de biodiesel da Petrobras no Município de Candeias, 2011	90
Figura 09	Bahia: usina de produção de biodiesel da Brasil Ecodiesel no Município de Iraquara	92
Figura 10	Bahia: usina de produção de biodiesel da Comanche no Município de Simões Filho	93
Figura 11	Bahia: usina de produção de biodiesel da Comanche no Município Simões de Filho	93
Figura 12	Programa Bahiabio: proposta de criação de polos de produção de oleaginosas no estado da Bahia	95
Figura 13	Bahia: instalações da usina de produção de biodiesel da PBio BA, com sinais de corrosão e vazamento de produtos químicos, Município de Simões Filho	98
Figura 14	Bahia: instalações da usina de produção de biodiesel da PBio BA, com sinais de corrosão e vazamento de produtos químicos,	

	Município de Simões Filho	98
Figura 15	Território de Identidade de Irecê: delimitação das subáreas Caatinga e Beira Rio, Maciço do Feijão e Serrana	124
Figura 16	Hectares plantados de feijão, milho e mamona entre os anos de 1980 e 1995 na atual área do Território de Identidade de Irecê.....	145
Figura 17	Quantidade produzida em toneladas de feijão, milho e mamona entre os anos de 1980 e 1995 na atual área do Território de Identidade de Irecê.....	146
Figura 18	Valor da produção de feijão, milho e mamona entre os anos de 1980 e 1995 na atual área do Território de Identidade de Irecê.....	147
Figura 19	Território de Identidade de Irecê: famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no ano de 2010.....	152
Figura 20	Território de Identidade de Irecê: espacialização do IDH – municipal no ano 2000.....	155
Figura 21	Território de Identidade de Irecê: cisterna de produção, comunidade rural de Cocão, Município de Irecê – BA, foto: junho de 2011	168
Figura 22	Território de Identidade de Irecê: placa com informação sobre construção e localização da cisterna. Comunidade rural Cocão, Município de Irecê – BA, foto: junho de 2011	168
Figura 23	Território de Identidade de Irecê: produção de abóbora, milho e banana com água de cisterna de produção, Município de Cafarnaum – BA. Foto: junho de 2011	173
Figura 24	Território de Identidade de Irecê: camponesa produzindo hortaliças com água de cisterna de produção, Município de Cafarnaum. Foto: junho de 2011	173
Figura 25	Território de Identidade de Irecê: camponês produzindo Beterraba irrigada com água de poço artesiano, Município de Lapão. Foto: junho de 2011	174
Figura 26	Território de Identidade de Irecê: camponês mostrando a água e o recipiente que utiliza para matar a sede dos poucos animais	

	que cria na propriedade, Município de Irecê. Foto: junho de 2011.....	177
Figura 27	Território de Identidade de Irecê: camponês utilizando carroça para transportar. Município de Irecê.. Foto: junho de 2011.....	177
Figura 28	Território de Identidade de Irecê: unidade esmagadora de mamona e fábrica de óleo de mamona, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.....	181
Figura 29	Território de Identidade de Irecê: tanques para depósito de óleo de mamona, unidade esmagadora de mamona e fábrica de óleo de mamona, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.....	181
Figura 30	Território de Identidade de Irecê: sede regional da EBDA, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.....	183
Figura 31	Território de Identidade de Irecê: sede regional da ADAB, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.....	183
Figura 32	Território de Identidade de Irecê: escritório regional da CODEVASF, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.....	184
Figura 33	Território de Identidade de Irecê: banner exposto na recepção do prédio da Secretaria de Agricultura do Município de Irecê. Foto: abril de 2011.....	189
Figura 34	Território de Identidade de Irecê: família camponesa produzindo mamona, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.....	193
Figura 35	Território de Identidade de Irecê: camponês produzindo mamona, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011	194
Figura 36	Território de Identidade de Irecê: camponês produzindo mamona, comunidade rural de Itapicuru, Município de Irecê. Foto: abril de 2011	195
Figura 37	Território de Identidade de Irecê: espacialização da produção de mamona no ano agrícola de 2010	196
Figura 38	Território de Identidade de Irecê: camponesa produzindo muda de flores para sua residência e para comercialização, comunidade rural do Alecrim, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.....	201

Figura 39	Território de Identidade de Irecê: camponês produzindo mel de abelhas, comunidade rural de Lagoa de Agostinho, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.....	202
Figura 40	Território de Identidade de Irecê: camponês com pequeno comércio na própria residência, comunidade rural Eliseu II, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.....	202
Figura 41	Território de Identidade de Irecê: Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê (COAFTI), Município de Lapão. Foto: abril de 2011.....	208
Figura 42	Território de Identidade de Irecê: Cooperativa Agropecuária de Irecê (COPIRECE), Município de Irecê. Foto: abril de 2011.....	208
Figura 43	Território de Identidade de Irecê: Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (COOTEBA), Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.....	209
Figura 44	Território de Identidade de Irecê: comerciante e produtor de mamona Sr. Idelbrando, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.....	212
Figura 45	Território de Identidade de Irecê: mamona em processo de secagem para comercializar com atravessadores locais, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.....	216
Figura 46	Território de Identidade de Irecê: mamona em processo de secagem para comercializar com atravessadores locais, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.....	216
Figura 47	Território de Identidade de Irecê: comerciante de mamona Sr. Vicente, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.....	218
Figura 48	Brasil: página na internet da empresa A. Azevedo Indústria e Comércio LTDA	218
Figura 49	Brasil: página na internet da empresa Bom Brasil óleo de Mamona LTDA	220
Figura 50	Território de Identidade de Irecê: família camponesa trabalhando na produção de tomate em seu estabelecimento rural, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.....	225

Figura 51	Território de Identidade de Irecê: Camponês trabalhando na alimentação dos animais em seu estabelecimento rural, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011	226
Figura 52	Território de Identidade de Irecê: Logomarca da Cooperativa de Mamona de Irecê (COPEMAI), Município de Irecê. Foto: abril de 2011.....	231
Figura 53	Território de Identidade de Irecê: escritório da Cooperativa de Mamona de Irecê (COPEMAI), Município de Irecê. Foto: abril de 2011	231
Figura 54	Território de Identidade de Irecê: produção camponesa consorciada de mamona e milho, Município de Cafarnaum. Foto abril de 2011.....	235
Figura 55	Território de Identidade de Irecê: produção camponesa consorciada de mamona, milho e batata doce, Município de Lapão. Foto abril de 2011.....	235
Figura 56	Território de Identidade de Irecê: perda da lavoura consorciada de milho e mamona devido à irregularidade das chuvas e a compactação do solo, Município de Irecê. Foto abril de 2011.....	241
Figura 57	Território de Identidade de Irecê: produção camponesa de mamona em solo compactado, Município de Cafarnaum. Foto abril de 2011.....	241
Figura 58	Território de Identidade de Irecê: produção camponesa de tomate Município de Irecê. Foto abril de 2011.....	242
Figura 59	Território de Identidade de Irecê: produção camponesa de hortaliças (alface), Município de Cafarnaum. Foto abril de 2011.....	243
Figura 60	Território de Identidade de Irecê: produção camponesa de beterraba, Município de Lapão. Foto abril de 2011	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Brasil: unidades de produção de biodiesel (B100) autorizadas pela ANP entre os anos de 2009 e 2011	70
Tabela 02	Brasil: unidades de produção de biodiesel e capacidade de produção em m ³ /dia autorizadas pela ANP por Estados, dezembro de 2011	73
Tabela 03	Brasil: capacidade de produção de biodiesel em m ³ /dia autorizada pela ANP por região, dezembro de 2011	77
Tabela 04	Brasil: principais empresas produtoras de biodiesel no ano de 2011	79
Tabela 05	Brasil: distribuição de usinas de produção de biodiesel e capacidade de produção autorizada pela ANP em m ³ /dia por unidade territorial, dezembro de 2011	83
Tabela 06	Principais compradores do B100 oriundo do Estado da BA – entre os anos de 2008 e 2011	102
Tabela 07	Território de Identidade de Irecê: ano de criação dos municípios, natureza do ato legal e município de origem	125
Tabela 08	Expansão da área, em hectares, das lavouras temporárias no estado da Bahia, na região de Irecê e no município de Irecê 1950/1985	135
Tabela 09	Crescimento do número de tratores e arados mecânicos no estado da Bahia, na região de Irecê e no município de Irecê 1950/1985	136
Tabela 10	Área, produção e valor da produção das principais lavouras temporárias da região de Irecê - 1980/1995	144
Tabela 11	Território de Identidade de Irecê: famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no ano de 2010	151
Tabela 12	Território de Identidade de Irecê: população total, população urbana, rural e taxa de urbanização 2010	158
Tabela 13	Brasil: Taxas de crescimento populacional em %	160
Tabela 14	Território de Identidade de Irecê: taxas de crescimento populacional entre os anos de 1980 e 1991	161

Tabela 15	Território de Identidade de Irecê: taxas de crescimento populacional dos municípios entre os anos de 1991 e 2000 ...	164
Tabela 16	Território de Identidade de Irecê: taxas de crescimento populacional dos municípios entre os anos de 2000 e 2010 ...	166
Tabela 17	Território de Identidade de Irecê: quantidade produzida (t) e área plantada (ha) das principais culturas agrícolas no ano agrícola de 2000	191
Tabela 18	Território de Identidade de Irecê: quantidade produzida (t) e área plantada (ha) das principais culturas agrícolas no ano agrícola de 2010	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Brasil: evolução dos biocombustíveis entre 1973 e 2011	61
Quadro 02	Bahia: movimentação de biodiesel (B100) oriundo do Estado da Bahia - 2008/2009/2010/2011	101
Quadro 03	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M) nos municípios do Território de Identidade de Irecê em relação ao Estado da Bahia - 1991/2000	154

LISTA DE SIGLAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
ANPA	Associação Nacional dos Pequenos Agricultores
ASA – BRASIL	Articulação do Semi-árido Brasileiro
BAHIABIO	Programa Estadual de Bioenergia
BANEB	Banco do Estado da Bahia
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Companhia de Ação Regional
CIS	Centro Industrial Subaé
COAFTI	Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
CONTAG	
COPEMAI	Cooperativa de Mamona de Irecê
COPIRECE	Cooperativa Agropecuária de Irecê
COTEBA	Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia
CPE	Fundação Centro de Projetos e Estudos
DAP	Declaração de Aptidão a Agricultura Familiar
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
EBDA	Empresa Baiana Desenvolvimento Agropecuário
EMATERBA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

FEQUINFAR	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICADS	Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Espaciais Aplicadas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN	Ministério da Integração Nacional
MME	Ministério das Minas e Energia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PBIO	Petrobras Biodiesel
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PROÁLCOOL	Programa Nacional de Produção de Álcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAB	Superintendência de Abastecimento
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SECTI	Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SICAF	Cadastramento Unificado de Fornecedores

SINDIPETRO	Sindicato dos Petroleiros da Bahia
SINDIQUIMICA-BA	Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia

SANTOS, J. A. Lobo dos. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê - BA.** 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

RESUMO

A pesquisa analisou as implicações do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) no processo de subordinação da renda da terra camponesa no Território de Identidade de Irecê - BA. Para tanto, utilizamos técnicas de pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas realizadas com os gestores locais do Programa, líderes sindicais, gestores de cooperativas, servidores técnicos administrativos de órgão públicos envolvidos, comerciantes atravessadores e camponeses produtores de mamona. Além das entrevistas, o estudo foi fundamentado em ampla análise bibliográfica e coleta de informações de dados secundários em instituições especializadas, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Os resultados mostraram que há um complexo jogo de forças que surge na estrutura de políticas públicas orquestradas pelo Estado para possibilitar a criação de novas dinâmicas socioeconômicas no seio da produção de riquezas por meio do trabalho de famílias camponesas. Constatamos que o PNPB está criando possibilidades para que o capital se renove em processos antigos de expropriação direta e indireta de renda no momento em que organiza um mercado nacional de biocombustíveis embasado numa normatização de atividades que coloca o capital agroquímico-financeiro, os comerciantes e os camponeses em uma negociação produtiva no mercado capitalista. No Território em análise, verificamos que a relação entre o PNPB e os camponeses se dá de forma estreita, pois as famílias camponesas inseridas no Programa estão produzindo para uma gama de atravessadores, integrados por meio de redes de drenagem da renda da terra camponesa. Questões como a organização dos atravessadores, a territorialização de políticas públicas, a articulação do capital agroquímico-financeiro com entidades de classe, entre outras, apontam para uma expressiva mudança nas regras do jogo capitalista, pois, no Território, saiu de cena a monocultura do feijão, para permitir a entrada de um novo conjunto de ações calcadas na integração do grande capital com camponeses, entidades de classe e políticas públicas, em um diferente formato de expropriação de trabalho. O contato direto com camponeses, atravessadores, gestores públicos, associações de produtores e entidades de classe, a exemplo dos sindicatos rurais, nos revelou a existência de um novo conjunto de relações de poder que está se materializando em estratégias voltadas para a criação de uma formatação socioprodutiva que envolve diferentes segmentos sociais. Esses vão se articulando de forma aparentemente oportuna e igualitária, porém, na essência, se territorializam basicamente numa urdidura capitalista, extremamente excludente e desigual. No Território de Identidade de Irecê, visualizamos claramente os efeitos dessa conjuntura organizacional, formada por complexos pilares de sustentação da acumulação de riqueza, em contradição com a exploração do trabalho camponês.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; Política Pública, Renda da Terra, Biodiesel, Trabalho Familiar.

SANTOS, J. A. Lobo. **National Program for Biodiesel Production and Use:** Subjection of income on land to the peasant Capital Territory Identity Irecê - BA. 2012. 262 f. (Doctorate in Human Geography) - Faculty of Philosophy, Letters and Humanities, University of São Paulo, 2012.

ABSTRACT

This study analyzed the implications of the Brazilian National Biodiesel Production and Use (Programa Nacional de Producao e Uso de Biodiesel/PNPB) subordinating the process of the income of peasant land in the Territory of Identity Irecê - BA. For this study, qualitative research techniques was used through interviews with local program managers, union leaders, cooperative managers, technical employees, technical administrative organs, traders and middlemen peasant producers of castor oil. Besides interviews, this study was based on an extensive literature review, data collection and secondary data with specialized institutions such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Superintendency of Economic and Social Studies of Bahia (SEI). The results showed that there is a complex interplay of forces which arises in the structure of public policy orchestrated by the State that enables the creation of new socio-economic dynamics within the production of wealth through the work of small farmers. This research showed that the PNPB is creating opportunities for capital to be renewed in old cases of direct expropriation and indirect income when hosting a national market for biofuels grounded in regulation of activities that place the agrochemical and financial capital, traders and peasants in productive negotiations with the capitalist market. While analyzing the territory, we find that peasants and PNPB have a close relationship because rural families are included in the program for producing a range of intermediaries, integrated through the drainage network of the income of peasant land. Issues such as the organization of the middlemen, the territorialization of public policies, the joint capital agrochemical-finance entities, among others, point to a significant change in the rules of the capitalist game. Therefore in this territory a scene monoculture beans was left behind to allow the entry of a new set of actions gleaned from the integration of big business with farmers, associations and public policies in a different form of expropriation of work. Direct contact with farmers, middlemen, public managers, producers' associations and unions, like the rural unions, has revealed the existence of a new set of power relations that is materializing in strategies aimed at creating a formatting socioproductiva involving different segments of society. These will be articulated in a seemingly timely and equitable maner, but in essence, is basically a warp territorializam capitalist, highly exclusionary and unequal. In the Territory of Identity Irecê, we visualize clearly the effects of this complex organization, formed by complex pillars of wealth accumulation, at odds with the exploitation of peasant labor.

Keywords: Peasant Agriculture, Public Policy, Land Income, Biodiesel, Work Familiar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
Método e metodologia de pesquisa.....	31
1 O CAPITAL E A RENDA DA TERRA CAMPONESA.....	34
1.1 Renda da terra e monopolização.....	35
1.2 As formas da renda da terra capitalista.....	42
1.2.1 Renda diferencial I e II.....	42
1.2.2 Renda Absoluta.....	44
1.2.3 Renda de Monopólio.....	46
1.2.4 Renda da terra pré-capitalista.....	47
1.3 Camponeses e a renda da terra.....	49
1.3.1 Campesinato: um debate conceitual.....	53
2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO PNPB E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL.....	60
2.1 Implantação do PNPB e o processo de concentração da Produção.....	65
2.2 Agentes hegemônicos e o monopólio capitalista na produção de biodiesel.....	78
2.3 Territorialidades do PNPB no estado da a Bahia	82
2.3.1 Instalação da Pbio Ba.....	87
2.3.2 Unidades de produção da Brasil Ecodiesel, Comanche e Biobrax.....	90
2.3.3 Contradições do processo de territorialização da produção de biodiesel.....	96
2.4 PNPB, selo Combustível Social e agricultura camponesa.....	102
3 CAMPESINATO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE IRECÊ.....	114
3.1 Território de Identidade de Irecê e a produção do espaço agrário.....	117
3.2 Espaço agrário, campesinato e modernização da agricultura.....	129

3.3	Mudanças agrárias e dinâmicas populacionais.....	156
4.0	O PNPB E A SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE IRECÊ.....	180
4.1	Estratégias de territorialização do PNPB.....	185
4.2	Atuação dos atravessadores e assistência técnica ao campesinato no contexto PNPB.....	198
4.3	Comercialização de mamona e expropriação de renda.....	206
4.4	Monopolização do território e o processo de exploração do trabalho camponês.....	221
4.5	A PETROBRÁS como atravessadora da produção camponesa de mamona.....	228
4.6	Produção camponesa e soberania alimentar.....	233
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
	REFERÊNCIAS.....	254

INTRODUÇÃO

Os dias atuais registram a necessidade do desenvolvimento de novas fontes de energia que possam garantir a autonomia dos países frente ao problemático uso dos combustíveis fósseis¹, a exemplo do petróleo e do carvão mineral. A busca por fontes alternativas de energia vigora entre os principais assuntos discutidos na pauta dos países ricos e dos “emergentes”, como no caso do Brasil.

Além da possibilidade de escassez dos tradicionais recursos energéticos, outra vertente importante para o debate são as questões ambientais; as mudanças climáticas estão sendo colocadas como um dos principais desafios para a humanidade no século XXI. A preocupação específica com relação ao clima diz respeito ao aquecimento global que é, em parte, gerado pelo excesso de emissão de gás carbônico na atmosfera. Nesse contexto, há um entendimento de que grande parte desse excesso deriva do modelo energético atual, cuja matéria-prima está calcada nos combustíveis fósseis.

Cabe, aqui, mencionar que há leituras distoantes em relação às mudanças climáticas, para as quais se evidenciam os ritmos da Natureza como fundamental para a compreensão das dinâmicas climáticas, sendo ainda salientada insuficiência de informação para distinguir o que é resultado da sociedade humana e o que é efeito dos rearranjos da Natureza.

A geração de riqueza no mundo está assentada sobre um padrão industrial intensivo em energia, sendo que a principal fonte energética utilizada na atualidade é o petróleo. As fontes não são inesgotáveis, como se pensava há 150 anos ou menos, porém, novas descobertas de gigantescos poços de petróleo, a exemplo do Pré-sal aqui no Brasil, vem mobilizando investimentos cada vez maiores no setor, possibilitando a expansão e a reprodução ampliada de capital na continuidade da utilização dessa fonte energética.

¹Combustíveis fósseis são depósitos de carbono (C) que a natureza levou milhões de anos para produzir, iniciando com o sequestro de gás carbônico da atmosfera pelos vegetais. As reações de fixação de carbono (de gás para sólido) que deram origem aos combustíveis fósseis não são espontâneas e só ocorreram porque houve lenta absorção (milhares de anos) de energia solar. O retorno do carbono fóssil para a atmosfera via combustão é um processo que libera essa energia muito rapidamente e aumenta a concentração de gás carbônico e outros gases na atmosfera, responsáveis pelo conhecido “efeito estufa”.

Outra questão relevante é que boa parte das novas fontes energéticas que estão sendo desenvolvidas na atualidade, a exemplo da produção de biodiesel no Brasil, está sendo pensada como complemento ao petróleo e não como fonte energética alternativa. A lógica que fundamenta a produção do biodiesel é a utilização do mesmo adicionado ao petróleo, como complemento, que garante a continuidade da utilização deste combustível fóssil e não como elemento que se coloca como um novo caminho à utilização do petróleo.

É em um contexto que vai desde a subordinação de determinados países aos ditames dos agentes hegemônicos que controlam o mercado global de petróleo, até os desafios das consequências do processo de aceleração do aquecimento global, assim como, da necessidade de se buscar novos instrumentos para o próprio aprofundamento da acumulação e reprodução do capitalismo, que o Brasil cria, no ano de 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Acompanhando uma tendência mundial e a necessidade do modo capitalista de produção de desenvolver novas formas de reprodução, os projetos para produção e uso do biodiesel ganham força, e com isso, entram, do ponto de vista institucional, nas prioridades do Governo brasileiro nos últimos anos. Em Janeiro de 2005, foi publicada a Lei Federal de nº. 11.097 que estabeleceu, para o período entre os anos de 2008 e 2013, a obrigatoriedade da adição de uma porcentagem de 2% (B2) de biodiesel ao óleo diesel comercializado em todo o país, sendo que, no ano de 2010, o percentual obrigatório passou para 5% (B5). Essa medida criou oficialmente o mercado do biodiesel e estabeleceu uma nova etapa na utilização de energia oriunda da biomassa no Brasil.

Com a criação de um marco regulatório e o estabelecimento de metas para o desenvolvimento do Programa, o Brasil passou a despontar no cenário mundial como uma possível potência na produção das chamadas energias renováveis, oriundas da biomassa. Essa condição colocou o país em posição estratégica no cenário mundial no que compete ao controle de fontes energéticas, o que poderá abrir novas oportunidades de crescimento econômico, possibilitando ao capital atuar e se reproduzir de forma direta em áreas onde antes não eram tão interessantes, a exemplo, da agricultura camponesa.

O PNPB estabelece um conjunto de regras para nortear relações socioprodutivas no campo da produção de energias com a utilização de oleaginosas.

Essa regulação vem fomentando ações voltadas ao surgimento de articulações sociais complexas que demandam a necessidade de repensarmos as políticas públicas no âmbito da questão agrária no Brasil.

Por um lado, articular relações socioprodutivas entre agentes sociais antagônicos é uma marca presente na estrutura institucional do PNPB. Por outro, essa articulação que, num primeiro momento, expressa a busca pelo entendimento entre o capital agroindustrial e agricultores camponeses, na prática tem se revelado numa forma diferenciada de subordinação da renda da terra camponesa aos interesses do capital. É a criação de um jogo de forças, por meio de um programa governamental, que integra novos fluxos de mercadorias e dinheiro aos terreiros produtivos dos camponeses, aos depósitos dos comerciantes atravessadores e ao chão das fábricas voltadas para a produção de biocombustíveis a partir de oleaginosas.

É de fundamental importância compreender o processo de criação de políticas públicas que pregam a integração produtiva entre classes sociais antagônicas. Nesse sentido, faz-se necessário analisar o PNPB em suas diversas vertentes para que possamos debater numa perspectiva crítica as implicações inerentes aos diversos interesses políticos e socioeconômicos que envolvem esse Programa no Brasil. É importante termos clareza sobre o lugar ocupado pelo campesinato no PNPB para podermos compreender como o trabalho camponês está sendo inserido nesse mundo produtivo dos biocombustíveis.

Diante dos meandros que envolvem a produção nacional de biodiesel, é importante analisar o processo de implantação do PNPB no Brasil e suas implicações na produção do espaço. Para tanto, buscamos compreender como o PNPB vem se territorializando, à luz de um amplo processo de concentração de capital, o qual está se refletindo na criação de infraestruturas produtivas de forma concentrada, em um mercado capitalista extremamente oligopolizado e em um amplo processo de expropriação da renda da terra camponesa.

A partir dessas indagações, torna-se necessário ampliar as pesquisas voltadas para a análise do contexto de criação e construção cotidiana do PNPB e, com isso, buscar avaliar suas implicações práticas, ou seja, seus efeitos no processo de desenvolvimento do país, dando destaque à concentração da produção, à oligopolização do mercado e ao processo de expropriação da renda da terra

camponesa, pois uma parte significativa da matéria-prima para a produção de biodiesel é produzida pela agricultura camponesa. Diante dessas questões, faz-se de suma importância identificar e compreender as estratégias que norteiam, na atualidade, as políticas governamentais voltadas para a exploração de novas fontes de energia no bojo do processo de criação e implantação do PNPB.

Com base nas questões levantadas, buscamos discutir nesta tese o processo de subordinação da renda da terra camponesa no modo capitalista de produção, a partir do estabelecimento de relações sociais de produção entre o PNPB e os camponeses no Território de Identidade de Irecê. Para tanto, foram elencados os seguintes tópicos como objetivos específicos: I - analisar os impactos do Programa no contexto das relações socioprodutivas dos camponeses da área de estudo; e II – verificar as implicações do PNPB na soberania alimentar dos camponeses.

O problema de pesquisa se fundamentou nas seguintes questões: Que tipo de relação socioprodutiva está sendo estabelecida entre o Estado, o capital agroquímico-financeiro, os comerciantes atravessadores e os camponeses no âmbito do PNPB? De que forma a renda da terra camponesa está sendo tratada no contexto do PNPB?

A realização do estudo de caso se deu no Território de Identidade de Irecê-BA, o qual, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), abrange uma área de 26.638 Km², com uma população total de 402.828 habitantes, dos quais 155.528 vivem na área rural, o que corresponde a 38,6% do total.

O Território de Identidade de Irecê foi escolhido para a realização da pesquisa, via estudo de caso, por ser um área das mais importantes do estado da Bahia, ter um grande contingente populacional vivendo no campo, ter forte potencial para a produção de oleaginosas, principalmente a mamona, e de abrigar um importante centro urbano do Semi-árido baiano, que é a cidade de Irecê-BA, a qual possui, segundo o IBGE (2010), 66.181 mil habitantes. Além disso, os municípios do Território em questão produzem 80% da mamona da Bahia, Estado que responde por 85% do cultivo de mamona no Brasil. Em 2010, a plantação resultou em 49.072 mil toneladas no Território. Essa expressiva produção garante a presença estratégica do citado Território como um dos principais produtores de oleaginosas e fornecedor de matéria-prima para possível produção de biodiesel no Brasil.

O Território de Identidade de Irecê foi criado em 2003 pelo Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este é composto por um total de 20 municípios que são: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique, como demonstra a figura 01.

Fonte: Organizado por SANTOS, J. Lobo e elaborado por SANTOS, Pablo. Base de dados do IBGE 2007

Figura 01 Localização do Território de Identidade de Irecê – BA

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT (2008, p. 10). Todos estes municípios possuem antecedentes históricos semelhantes, já que foram se originando de desmembramentos dos municípios de Morro do Chapéu, Irecê, Central e Xique-Xique, constituindo-se como áreas de mineração, de exploração da pecuária extensiva e de agricultura familiar de subsistência, desenvolvendo posteriormente a agricultura comercial, capitalizada e com tecnologias (irrigação e poços) custosas para a época.

No sentido de apresentar a relevância da pesquisa, colocamos, em primeiro momento, duas linhas de abordagem a serem analisadas. Uma é o debate sobre as políticas públicas, que, a nosso ver, precisa sempre está sendo discutida no campo da Geografia. A outra passa pela questão do entendimento da agricultura camponesa no Brasil e o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao modo capitalista de produção a partir do PNPB.

A elucidação de questões que permeiam esse novo conjunto de relações entre as políticas públicas implantadas pelo Estado e a produção do espaço agrário contribui para a construção de novos arcahouços teórico-metodológicos, os quais possibilitam o entendimento de contraditórias formas de interação entre as intenções governamentais e as necessidades dos camponeses que compõem esses espaços.

Com uma base teórica mais sólida e que compreenda de forma aprofundada o conjunto das relações que estão em pauta, é possível captar com precisão as contradições existentes entre os novos vetores de produção de energia, por meio da biomassa, suas interações com os interesses monopolistas dos agentes hegemônicos e a participação da agricultura camponesa nesse processo.

Com base nas premissas estabelecidas, essa tese está dividida em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. Na introdução, consta uma explanação sobre a temática abordada, juntamente com os objetivos, o problema de pesquisa, a justificativa e o método de análise.

No primeiro capítulo “O capital e a Renda da Terra Camponesa”, discutimos uma série de conceitos acerca do que se compreende como renda e monopolização da terra. Em seguida, focamos o debate nos divergentes pontos de vista dos autores sobre a criação do PNPB e as relações do Programa com a agricultura camponesa.

Ainda nesse ponto, levantamos diversos questionamentos sobre as implicações do PNPB na produção do espaço agrário.

No segundo capítulo “A Territorialização do PNPB e Acumulação de Capital no Brasil”, abordamos parte do processo histórico de criação de programas voltados para a produção de combustíveis oriundos da biomassa, a exemplo do Proálcool e do próprio PNPB, assim como questões relacionadas à acumulação de capital por meio da concentração da infraestrutura produtiva, da circulação e da comercialização de biocombustíveis no Brasil.

O terceiro capítulo, “Campeinato e a Produção do Espaço no Território de Identidade de Irecê”, traz uma ampla discussão sobre o processo de produção espacial do Território em questão, destacando a formação dos aglomerados populacionais, a modernização da agricultura e a mobilidade populacional no processo formativo da área.

Já no quarto capítulo, “O PNPB e a Subordinação da Renda da Terra Camponesa no Território de Identidade de Irecê”, apresentamos os resultados obtidos com o aprofundamento do debate por meio de estudo de caso. Nessa parte da tese, destacamos as principais implicações causadas pela articulação de um conjunto de relações socioprodutivas entre o PNPB, os camponeses, os comerciantes atravessadores e o capital agroquímico-financeiro na área em questão.

Nas “Considerações Finais”, expressamos algumas reflexões acerca das novas e mutantes dinâmicas trazidas pelo PNPB ao contexto socioprodutivo do campeinato, ressaltando a importância da intensificação desse debate, para que possamos compreender com mais lucidez as implicações futuras que certamente exigirão um repensar teórico e conceitual do camponês enquanto agente social.

Método e Metodologia de Pesquisa

Visando compreender o conjunto das interações que norteia a relação entre o PNPB e a agricultura camponesa no processo de produção do espaço agrário, adotamos o método histórico dialético como instrumento de análise da temática

pesquisada. Essa proposta visa analisar as contradições existentes na conflituosa relação entre o Estado, grandes empresas, atravessadores e os camponeses, no que compete à produção do biodiesel no Brasil.

A dialética é a arte de praticar a inclusão do contraditório, um no outro, a partir disso, captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios que os opõe, que faz com que se choquem. A busca pela totalidade por meio do movimento dos contrários é ponto fundamental nessa proposta de método, uma vez que “o método dialético busca penetrar, sob as aparências de estabilidade e de equilíbrio, naquilo que já tende para o seu fim e naquilo que já anuncia seu nascimento” (LEFEBVRE, 1995, p. 238).

Buscamos em todos os momentos fazer uma análise do movimento, focando as determinações práticas, sociais e históricas, pois o conhecimento humano é social e tem forte caráter histórico, pois, como nos mostra Lefebvre (1995, p. 238), “o método dialético não se contenta em dizer que existem contradições [...]. O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebre ou os supere”.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas. Num primeiro momento, mas que se estendeu até o fim do estudo, os esforços foram concentrados na realização de uma revisão bibliográfica, analisando a literatura que discute a temática em questão. Para tanto, foi feita uma ampla pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses, dissertações, revistas especializadas, jornais e outros.

Na segunda etapa, concentramos esforços no trabalho de campo realizado no Território de Identidade de Irecê, o qual forneceu grandes contribuições para o estabelecimento de amplo contato com os camponeses, associações comunitárias, cooperativas de produção, comerciantes atravessadores e organizações sindicais inseridas no PNPB; paralelamente, a pesquisa se estendeu aos gestores de instituições oficiais de Governo (municipal, estadual e federal) e outros agentes sociais direta ou indiretamente ligados ao problema de pesquisa.

O estudo foi pautado em técnicas da pesquisa qualitativa, por meio da realização de entrevistas, e quantitativa por meio da coleta e análise de dados secundários oriundos de órgãos oficiais de pesquisa como o IBGE e outros, a

exemplo, do MDA, SDT e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Adotando a entrevista como um procedimento importante para auxiliar a investigação dos problemas de pesquisa, foram realizadas entrevistas com os denominados “agentes sociais relevantes”, que são os camponeses, os representantes de sindicatos dos trabalhadores rurais, de cooperativas, de órgãos de assistência técnica e os responsáveis pela gestão do Programa no Território de Identidade de Irecê.

No total, foram realizadas 42 entrevistas, 30 com camponeses produtores de mamona, sendo 10 no município de Irecê, 10 no município de Cafarnaum e 10 no município de Lapão, sendo que os camponeses foram selecionados de forma aleatória simples em diversas comunidades rurais dos citados municípios. Além dos camponeses, fizemos mais 12 entrevistas com os seguintes agentes: Coordenador do Polo Regional de Biodiesel no Território de Identidade de Irecê; Técnicos da Empresa Baiana Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) com sedes nos municípios de Irecê e Cafarnaum; Coordenadores das cooperativas de produção dos municípios de Irecê e Lapão (COPIRECE e a COAFTI); Diretores das Secretarias de agricultura dos municípios de Irecê e Lapão; Diretores dos sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Irecê e Cafarnaum; Comerciantes atravessadores dos municípios de Irecê e Cafarnaum.

Num terceiro momento, coube analisar os dados secundários de acordo com os objetivos e o problema de pesquisa. As informações foram colhidas nos diversos bancos de dados de institutos de pesquisa, órgãos de gestão e outros, a exemplo do MDA, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), da EBDA, da SDT, do Ministério das Minas e Energia (MME), da Petrobras Biocombustível (Pbio), da ANP e diversos outros.

Por fim, sistematizamos e correlacionamos as informações levantadas por meio de dados, entrevistas e observações de campo, com toda a base teórica possível, no sentido de formular questões que dialogassem com os objetivos e o problema de pesquisa no processo de norteamiento do trabalho e construção de entendimentos que pudessem explicar nossa realidade atual à luz das políticas públicas voltadas para a produção de biocombustíveis no Brasil.

1 O CAPITAL E A RENDA DA TERRA CAMPONESA

A criação do PNPB, calcado num marco regulatório que insere a agricultura camponesa na cadeia produtiva do biodiesel, terá significativos impactos na produção do espaço agrário a partir das transformações causadas pelo Programa nas estruturas produtivas, nas relações de trabalho, nos tipos de cultivos da agricultura camponesa, na soberania alimentar e na relação dos camponeses com as empresas de produção e os mercados, no que compete ao processo de criação e expropriação da renda da terra.

É válido salientar que, nessa pesquisa, o espaço é entendido como uma condição e resultado da evolução social, uma instância da sociedade, o que o caracteriza de forma eminentemente social, pois, conforme Santos (1992, p. 01), “[...] o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade [...]”.

O espaço é concebido como uma totalidade, o qual é produzido essencialmente pelas relações sociais existentes que possuem importância fundamental na compreensão do processo de reprodução espacial, de acordo com seu momento histórico.

Essa nova conjuntura de relações sociais faz com que parte do espaço agrário ganhe diferentes dinâmicas na órbita da produção e utilização de novas fontes energéticas, cuja matéria prima, no caso do Brasil, em grande parte, será produzida pelos camponeses, a partir da biomassa. Com base nesse entendimento, faz-se necessário dissertar sobre os conceitos que permeiam o debate acerca da renda da terra camponesa e sua sujeição ao capital, assim como aprofundar a discussão sobre o que podemos chamar de agricultura camponesa e camponeses nos dias atuais. Além disso, faz-se necessário, também, explicar o que se entende por PNPB, enquanto uma política pública de Governo.

1.1 Renda da Terra e monopolização

A renda da terra é um componente fundamental do sistema econômico. Esta encontra-se intimamente ligada com o uso da terra, seja como terra de trabalho ou de negócio. Aqui compreendemos a terra como atributo da natureza, um componente social e uma categoria econômica. Vale ressaltar que a terra não é um produto do trabalho humano, ou seja, não é um bem que foi construído por força das relações sociais mediadas e materializadas no trabalho.

A partir do processo de consolidação do modo capitalista de produção, o advento da propriedade privada e a produção de mercadorias na agricultura, a terra passou a ser vista e tratada como uma mercadoria. Nesse contexto, Oliveira (2007, p. 62/63) afirma que:

Entretanto, deve-se salientar que se trata de uma mercadoria de tipo especial, uma mercadoria que, ao contrário das demais, não se constitui em um produto do trabalho humano, não tem valor como as demais mercadorias (que são produtos do trabalho humano). Mas, como se sabe, todos costumam utilizar a expressão "a terra valoriza ou valorizou", estas expressões devem ser entendidas como resultado da ideologia capitalista, que falsamente tenta considerar a terra como capital, o que segundo Karl Marx, ela não é.

Nessa discussão sobre a transformação da terra em mercadoria, deve-se ressaltar que a propriedade privada da terra ganha uma condição singular, pois permite aos seus proprietários se apropriarem da renda da terra, monopolizarem sua condição de uso e também utilizarem a terra como bem especulativo. Karl Marx (2008, p. 845) nos mostra que:

Qualquer que seja a forma específica de renda fundiária, todos os seus tipos tem de comum: o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre. E tanto faz que o proprietário seja a pessoa que representa a comunidade como na Ásia, Egito, ou que a propriedade fundiária seja mero acessório do direito de propriedade de determinadas pessoas sobre as pessoas dos produtores diretos, como na escravatura e na servidão, ou que não-produtores detenham a nua propriedade privada da natureza, mero título de propriedade sobre o solo, ou finalmente que se trate de uma relação com o solo, como se dá com colonos e pequenos proprietários camponeses, a qual, com o sistema de trabalho isolado e

socialmente não desenvolvido, parece implicar que os produtores diretos se apropriem do que produzem em determinadas parcelas do solo.

Para Carvalho (1999, p. 41), “a contradição existente entre a terra e o capital se concretiza na renda da terra, já que esta não possui valor, não pode ser reproduzida ou criada pelo trabalho do homem, além de ser um bem natural finito.” Reforçando os argumentos da autora, Martins (1980, p. 206) afirma que:

Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário, esse pagamento é a renda da terra.

Martins e Carvalho demonstram que a renda da terra não está somente condicionada a diferenças produtivas, mas sim, a uma condição de sujeição às relações capitalistas de produção. Para tanto, é fundamental que a terra se torne uma mercadoria que possa ser comprada, vendida e utilizada mediante o pagamento de uma renda para os agentes que possuem o direito de propriedade sobre ela.

Nesse debate, o professor Antonio Thomaz Júnior estabelece, no caso do Brasil, a terra não somente como elemento e/ou atributo da natureza que vai ser convertido, no modo capitalista de produção, em mercadoria, mas sim, como uma questão que vai muito além, ou seja, que está no centro das estruturas de poder da questão agrária nacional. Para tanto, afirma que:

A questão da terra, em nosso país, é, em essência, um elemento estrutural, sendo, por conseguinte, um dos epicentros da estrutura de poder. Por dentro desse processo é que podemos identificar a dinâmica geográfica da luta de classes, os conteúdos estratégicos que se estabelecem para o campo ou como se imbricam instâncias de poder, produção, distribuição, circulação e consumo, e toda a estrutura produtiva agrária, no Brasil. (THOMÁZ JÚNIOR, 2010, p. 118)

Concordamos com Thomaz Junior quando compreende a terra numa posição estrutural e fortemente ligada às dinâmicas geográficas da luta de classes. Destacamos nesse processo a questão camponesa, pois entendemos que as lutas

camponesas pela obtenção e preservação da terra de trabalho em oposição à existência e preservação da terra de negócio são fundamentais na colocação dos usos da terra numa posição estrutural dentro do debate sobre renda e monopolização.

A terra vem sendo utilizada como instrumento de poder, seja para a obtenção de renda capitalista, seja para o uso especulativo e/ou bem patrimonial voltado para facilitar acesso a financiamentos. Nessa perspectiva, precisamos compreender de forma clara as fortes contradições existentes entre os agentes que controlam a terra, nesse caso, a classe dos proprietários fundiários, que, especificamente no caso do Brasil, se confunde com o grande capital nacional e internacional, e a luta camponesa pela manutenção da vida na terra de trabalho.

Para os agentes que detém o monopólio, a terra é um importante instrumento de poder voltado para a acumulação de capital via obtenção da renda da terra e de seu uso exclusivo em função do controle de parte dos elementos materializados na produção, na circulação, na distribuição e no consumo no modo capitalista de produção. Já para os camponeses, a terra é um instrumento de relação social, pois a terra está enraizada na dinâmica familiar de construção da sobrevivência por meio de relações não capitalistas de produção.

Essa construção da sobrevivência, a qual se realiza e se reflete no modo de vida da família camponesa, é que vai, de forma mediada pelo trabalho, sustentar todo um conjunto de relações sociais que caracteriza a terra como meio de vida e, ao mesmo tempo, como meio de resistência socioterritorial dos camponeses na sociedade.

O que fica evidente é que a renda da terra está intimamente ligada com a questão da monopolização de partes do globo terrestre. Essa monopolização, travestida como propriedade fundiária, estabelece-se como elemento fundamental no processo de apropriação das rendas oriundas das terras ocupadas de forma direta ou mesmo indireta pelos respectivos “proprietários”. “A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular com exclusão de todas as demais vontades” (KARL MARX, 2008, p. 824/825).

No Brasil, o monopólio da terra reflete a estrutura de poder dos diversos agentes que buscam controlar esse atributo da natureza, o qual foi transformado em mercadoria no modo capitalista de produção. Essa questão da monopolização põe o debate sobre a renda da terra e seus diversos usos no centro das questões que envolvem o debate agrário no país, como mostra Tomaz Junior (2010, p. 118), afirmando que:

Esse é, pois, um dos principais aspectos que faz da terra, no nosso entendimento, aspecto particular da questão agrária, no Brasil, que envolve relações de posse e formas de uso. Portanto, não é a defesa incontestada da propriedade ou do direito de propriedade que está em questão, mas sim os mecanismos que permitam recolocar em “xeque” a estrutura de poder de classe do capital, da burguesia agrária, latifundiários, especuladores, conglomerados transnacionais, enfim, os setores hegemônicos que barram a reforma agrária e as políticas públicas voltadas para viabilizar assentamentos e a agricultura camponesa.

De acordo com Oliveira (2007, p. 43), “a renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente”. Para o autor, trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios essenciais à sua subsistência.

Para Silva (1991, p.74), a renda da terra, tratada pela autora como fundiária, não foi criada pelo capitalismo e sim, pelo sistema feudal, mas o capitalismo se apoderou dela, dando-lhe uma conotação capitalista. “Sua forma mais avançada, a renda-dinheiro, foi apropriada pelo capitalismo. A terra passou a valer dinheiro, ter um preço, ter um valor de troca; tornou-se uma mercadoria específica do sistema”.

Karl Marx (2008), em sua teoria sobre a renda da terra, no que tange à renda capitalista, aponta que a condição prévia do modo capitalista de produção passa pela existência de agricultores efetivos como trabalhadores agrícolas, sendo os mesmos empregados por um capitalista, o qual está na condição de arrendatário. O arrendatário explora a produção agrícola por meio da aplicação de capital, sendo o agente capitalista do processo. Uma terceira peça que aparece nesse conjunto de relações é o proprietário fundiário.

Nessa renda capitalista, geralmente se firma um contrato entre o capitalista arrendatário e o proprietário fundiário. Esse capitalista arrendatário paga ao

proprietário fundiário uma determinada quantia pelo consentimento de empregar seu capital na terra. Segundo Karl Marx, (2008, p. 827), “chama-se essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca, florestas e etc”. Diante desse entendimento, concordamos com Karl Marx (2008, p.828), quando afirma que: “assim, a renda fundiária é a forma em que se realiza economicamente, se valoriza a propriedade fundiária”.

Como mercadoria, tendo valor de troca e podendo ser comprada e vendida, a terra, por meio da exploração, pode ser adaptada aos interesses dos capitalistas, principalmente no que diz respeito à geração e expropriação da renda da terra. Concorda-se com Silva (199, p. 74) e percebe-se que a autora está em sintonia com as concepções de Karl Marx, quando define a renda da terra como “a realização econômica da propriedade fundiária; constitui-se em um tributo social, pago pela classe trabalhadora como um todo [...]”.

O trabalho ganha importância fundamental nas concepções de Karl Marx, a partir da discussão desse elemento como gerador da riqueza, o que leva a crer que a renda da terra é oriunda do trabalho e não da terra enquanto elemento físico natural. Nesse caminho, pode-se apontar que a extração da renda da terra é, na verdade, apropriação pelos proprietários fundiários e agentes capitalistas que controlam a produção, de parte do trabalho exercido em determinada porção do espaço. Este trabalho é geralmente executado pelos agricultores camponeses, arrendatários e outros.

Essa condição em que se configura a realização econômica da propriedade fundiária cria um fardo muito pesado o qual, forçosamente, acaba sendo carregado pela classe trabalhadora, por meio do pagamento de tributo social. Essa situação se fundamenta na propriedade fundiária, uma vez que, determinados agentes detêm o monopólio de partes do globo terrestre.

Oliveira (2007, p. 43) postula que a renda em sua forma mais desenvolvida, a renda capitalista, no modo capitalista de produção, será sempre sobra acima do lucro médio, o que vai chamar de mais-valia e trabalho excedente, conforme aponta:

Já em sua forma mais desenvolvida, por exemplo, no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, aliás, sem esse lucro

médio nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente.

O que constatamos é que a renda da terra, seja ela capitalista ou pré-capitalista, é proveniente da expropriação do trabalho excedente, trabalho oriundo de trabalhadores rurais. O que não podemos negar é a existência de um intenso processo de apropriação de trabalho excedente e conseqüente expropriação de mais-valia da classe trabalhadora, principalmente da camponesa.

Nesse sentido, concordamos com Karl Marx (2008, p. 846) quando afirma que:

Toda renda fundiária é mais-valia, produto do trabalho excedente. Na forma menos desenvolvida é produto excedente, a renda natural. Mas, no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente).

Podemos afirmar que o trabalho excedente é um elemento fundamental dentro do processo de geração da renda da terra, uma vez que, como mostra Karl Marx, a renda da terra capitalista é proveniente de sobra acima do lucro médio e que é fruto da mais-valia. O que deve ficar claro, num debate que busque contribuir para o entendimento dessas questões, é a origem dessa mais-valia, ou seja, de onde ela provém. Aqui, em sintonia com Martins (1981, p. 160), compreendemos que a mais-valia é oriunda do processo de trabalho, sendo extraída do trabalhador pelo capital; o que também podemos entender a partir do processo de apropriação do capital sobre o trabalho excedente. Nessa discussão, Martins (1981, p. 160) ressalta que:

Assim, através da separação radical entre o trabalhador e os meios de produção de que ele necessita para trabalhar, o capital cria as condições para se apropriar do seu trabalho, para fazer com que o trabalho apareça como parte do capital quando é comprado pelo capitalista. Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital apareça dominada por este último.

Ainda segundo Martins (1981, p. 161), a tendência do capital é dominar tudo, buscando subordinar todos os setores e ramos da produção. Só não consegue chegar a esse objetivo caso tenha algum obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. De acordo com o autor, a terra é esse obstáculo, pois sem a devida “permissão” do chamado proprietário fundiário o capital não “poderá” subordinar a agricultura. Essa dita “permissão” ou licença para que o capital possa explorar a terra está ligada a um pagamento ao seu proprietário. “Esse pagamento é a renda da terra”.

Essas constatações remetem ao entendimento do contraditório processo que coloca a terra, por meio de seu proprietário, e o capital, numa rota de colisão, sendo que o proprietário fundiário vai cobrar um preço para que o capitalista possa utilizar suas terras. Com relação a esse pagamento, Martins (1981, p. 161) informa que:

Quando o capitalista paga pela utilização da terra está, na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente essa parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura.

Nessas condições, o pagamento da renda da terra se torna uma irracionalidade para o capital. Porém, devemos chamar a atenção para os seguintes aspectos: primeiro, o que é pago na forma de renda ao proprietário fundiário não é recurso do capitalista, mas sim, trabalho excedente na forma de mais-valia, proveniente do tempo de trabalho não-pago dos trabalhadores, sejam eles assalariados ou não. Segundo, que o capital, mesmo pagando uma renda, se apropria das terras para sua utilização, segundo critérios e moldagens capitalistas. Terceiro, que há, principalmente, o objetivo do capital de explorar a força de trabalho presente em parte da agricultura e, dessa forma, subordinar o trabalho agrícola aos ditames da (i)racionalidade capitalista.

Nessa discussão, Martins (1981, p. 163) posiciona-se a respeito:

Com a subjugação da terra pelo capital as coisas se modificam. O excedente que o trabalhador entrega já não é objeto que possa ser imediatamente consumido, a não ser na própria produção. O excedente é tempo de trabalho; é isso que interessa ao capitalista, porque é o trabalho

que cria valor. Além do que esse excedente não é entregue ao proprietário da terra e sim ao proprietário do capital. É das mãos deste que aquele recebe a renda.

A forma como o capital consegue atingir seu objetivo, que é impor sua lógica social para se apropriar do trabalho excedente, faz com que surjam questionamentos sobre se há realmente, ou não, uma contradição entre a existência do proprietário fundiário e do capitalista. São opostos? Antagônicos? Ou são partes de uma mesma racionalidade social norteadas pela exploração de trabalho?

1.2 As formas da renda da terra capitalista

De acordo com a teoria de Karl Max, a qual tomamos como referência para essa debate, as formas da renda da terra capitalista são: a renda diferencial, que está dividida em renda diferencial I e II; a renda absoluta e a renda de monopólio.

É válido salientar que toda renda capitalista da terra provém de um monopólio, ou seja, a propriedade de determinadas porções do globo terrestre já implica no pagamento de renda para a utilização dessas áreas, porém, quando colocamos renda de monopólio como uma forma específica, estamos nos referindo a uma forma particular dessa renda. Nesse caso, ao processo de monopolização de particularidades da terra que podem oferecer uma grande vantagem produtiva com relação a outras áreas, a exemplo, da existência de uma qualidade excepcional do solo ou outro recurso natural, o que permite ao proprietário impor um preço de monopólio.

1.2.1 Renda diferencial I e II

A renda diferencial é oriunda da concorrência entre os capitalistas que estão, em determinado momento histórico, utilizando a terra e explorando a força de trabalho. Essa utilização da terra implica em investimento de capital, ação que deve dar um retorno ao capitalista acima do que foi investido, tendo, inclusive, uma sobra acima do lucro médio, que seria um lucro extraordinário. Oliveira (2007, p. 44) trata

da renda diferencial da seguinte forma:

Como sob o modo capitalista de produção é o preço de produção do pior solo, aquele que regula o preço de mercado, a renda diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular (que tem a sua disposição solos mais férteis, por exemplo) e o preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados.

O autor aponta que a fertilidade e a localização são fatores que podem ser determinantes na questão da renda da terra, pois, iguais investimentos de capital podem ter resultados muito diferentes no que se refere à quantidade de produto extraída de cada área. Karl Marx (2008, p. 877) indica que:

A renda diferencial decorre da diferença existente, em cada etapa determinada do desenvolvimento da agricultura, na fertilidade natural das terras (continuamos abstraindo da localização); por conseguinte, da quantidade limitada das melhores terras e da circunstância de capitais iguais terem de ser aplicados em solos desiguais, isto é, que proporcionam rendimento desigual para o mesmo emprego de capital.

O que podemos inferir desse debate é que a renda diferencial se materializa nas diferentes capacidades produtivas do solo e que os capitalistas vão priorizar as melhores terras (fertilidade e localização), no sentido de conseguirem se apropriar dos solos com maiores índices de produtividade. Podemos compreender essas diferenças, que estão diretamente ligadas à fertilidade e localização do solo, como renda diferencial I.

A renda diferencial II vai estar diretamente atrelada a investimento de capital feito no solo, visando a melhoria de sua produtividade. Oliveira (2007, p. 52) reforça a tese da renda diferencial II, afirmando que:

A renda capitalista da terra é, pois, aquela parte suplementar do lucro que o capitalista recebe acima do lucro médio. Quando resulta da diferença da fertilidade natural ou da localização é renda da terra diferencial I, mas, quando provém do aumento da fertilidade decorrente de investimento de capitais para melhorar a fertilidade natural, é renda da terra diferencial II. Trata-se, pois, de uma terceira causa da renda da terra diferencial, mas ao contrário das outras, é uma causa eminentemente capitalista, pois se trata do efeito do investimento de capital.

De acordo com este autor, podemos distinguir a renda diferencial I da renda diferencial II. A primeira está condicionada pela fertilidade e localização de determinada porção física do espaço, enquanto que a segunda está condicionada a investimento de capital. É bom salientar que, apesar das diferenças, ambas fazem parte de um mesmo processo de apropriação de tempo de trabalho, sendo oriundas do trabalho excedente. Tal tempo de trabalho se materializa no produto obtido em determinado solo, o qual se transforma em mercadoria nas mãos do capitalista, sendo que uma fração do valor (geralmente lucro suplementar) dessa mercadoria se torna renda da terra nas mãos do proprietário fundiário.

No seio das articulações e da própria concorrência entre os capitalistas está a necessidade de se fazer investimento de capital na produção, portanto, podemos afirmar que “a renda da terra diferencial II, tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista na agricultura” (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

1.2.2 Renda Absoluta

De forma direta e objetiva podemos assegurar que a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição contraditória existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da sociedade como um todo. Nessa perspectiva, Oliveira (2007, p. 57) reforça essa definição, afirmando que:

Só a extinção da propriedade privada do solo pode por fim a este tipo de renda da terra, caso contrário, a sociedade inteira terá que pagar sempre, aos proprietários de terras, este verdadeiro tributo, para que as terras sejam colocadas para produzir. Concluindo, pode-se afirmar que a renda da terra absoluta advém dos interesses contraditórios entre as classes ou frações de classe na sociedade capitalista e o poder de monopólio de uma delas, exercido no processo produtivo da agricultura sobre o solo. Ela pode ser auferida, como já visto, através da colocação da terra para produzir, ou então, pode ser auferida, de uma só vez, com a sua venda. Isto acontece porque no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ela pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra.

A posse privada da terra impõe uma espécie de tributo pela sua utilização, não somente ao capitalista arrendatário, mas também ao camponês rendeiro e ao restante da sociedade. A existência de monopólio sobre parte do solo implica necessariamente no pagamento de renda da terra. Sem esse pagamento, o proprietário fundiário tem o poder de impedir que a terra seja cultivada na produção agrícola ou para outras atividades. Conforme aponta Karl Marx (2008, p. 1.005):

Para o proprietário da terra, a mera propriedade jurídica não gera renda. Confere-lhe, entretanto, o poder de impedir a exploração de sua terra até que as condições econômicas propiciem valorização donde retire o excedente, seja a terra aplicada propriamente na agricultura, seja em outros ramos de produção, como construção e etc.

O conceito de renda absoluta de Marx vai agregar novos elementos à discussão da renda da terra. Marx, segundo Lenz (2007, p. 12), discorda de David Ricardo quando este nega a existência da renda absoluta a partir da ideia de que, “a renda sempre se caracteriza como diferencial, não podendo uma porção de terra homogênea isoladamente gerar uma renda, o que implica a negação da renda absoluta”.

A autora aponta que é exatamente do questionamento dessa tese que parte Marx: de como a pior terra pode ser arrendada, se ela, pela teoria da renda diferencial, não gera renda. A questão posta é que, por essa teoria, a condição necessária e suficiente para a aplicação do capital no pior solo é que o preço de mercado atinja o nível do preço de produção corrente, obtendo o arrendatário, assim, o lucro médio normal.

Se a pior terra pode ser arrendada e tem condições de também gerar renda, então, pode-se afirmar que a renda absoluta está ligada diretamente à existência da propriedade privada do solo. Essa concepção indica ainda que a renda absoluta tem como causa primeira a propriedade privada da terra e se constitui no excedente de valor sobre o preço de produção estabelecido no domínio do setor industrial, na porção da mais-valia que não participa da repartição entre os capitais. Segundo Lenz (2007, p. 14), “para a existência da renda absoluta, é necessário, então, que na agricultura os valores dos produtos sejam superiores aos seus preços de produção, calculados com a taxa média de lucro da economia”.

De acordo com Oliveira (2007, p. 58), quando resulta da concorrência entre produtores agrícolas capitalistas, é renda da terra diferencial I ou II, porém, quando resulta do monopólio, é renda da terra absoluta, conforme aponta:

A renda da terra absoluta é, pois, obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (que sempre deveria ser o preço do "pior" solo). Dessa maneira, o lucro extraordinário obtido, ao contrário da renda da terra diferencial I e II, não é fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim, fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade. Ou seja, toda a sociedade é obrigada a pagá-lo (este lucro extraordinário chamado renda da terra absoluta) aos proprietários de terras.

O monopólio de propriedade é remunerado por meio da renda absoluta, remuneração que é oriunda da riqueza gerada a partir do trabalho. Podemos dizer que parte do esforço dos trabalhadores materializados em horas de trabalho, sobretudo dos camponeses rendeiros, é expropriado para bancar a existência da propriedade privada na forma de renda da terra.

1.2.3 Renda de Monopólio

Outra forma de renda é a de monopólio, a qual é definida como toda renda que se apóia no poder de monopólio de possuidores da propriedade privada de certas porções do globo terrestre. Usuários competem livremente pelo uso de terras de diferentes qualidades e diferentes localizações, e também os latifundiários competem uns com os outros pelas rendas que podem comandar. Em algumas circunstâncias, essas condições competitivas podem não prevalecer. Aí então, as rendas monopolistas podem ser realizadas.

Segundo Botelho Filho (2008, p. 09), duas situações são importantes na análise da renda monopolista: a primeira se refere àquela em que há o controle da terra de uma qualidade especial, ou com uma localização especial em relação a determinado tipo de atividade produtiva na qual pode ser possível extrair rendas monopolistas. O exemplo são as vinhas; a segunda se refere à uma situação em que os latifundiários podem não liberar a terra não utilizada sem o pagamento de

uma renda alta e, assim, forcem os preços de mercado dos produtos produzidos naquela terra acima de seu valor. Esse caso depende da escassez de terra, do poder do conjunto da classe dos latifundiários e dos interesses fundiários.

Neste caso, a renda extraída pode impor um preço monopolista. Essa forma de renda monopolista pode ser importante para todos os setores, pois pode afetar os custos dos grãos-alimentação, tanto quanto os custos de moradia da classe trabalhadora. Em ambos os casos, a renda do latifundiário depende da capacidade de vender os produtos aos preços fixados por monopólio.

Assim, podemos verificar que a renda capitalista da terra se fundamenta, em suas diversas formas (renda diferencial I e II, renda absoluta e renda de monopólio), na expropriação de trabalho, ou seja, num processo de extração e apropriação de trabalho excedente.

1.2.4 Renda da terra não capitalista

Além da renda capitalista, Oliveira (2007, p. 43) aponta que a renda da terra pode estar em sua forma pré capitalista, sendo diretamente produto excedente entregue pelo trabalhador ao proprietário da terra, na condição de pagamento pelo uso, conforme aponta:

Em sua forma menos desenvolvida, ou seja, pré-capitalista (porque ela teve existência anterior ao modo capitalista de produção), ela é diretamente produto excedente, por exemplo, é a fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra. Portanto, produto excedente é a parcela da produção além da parte necessária é subsistência do trabalhador.

Essa renda da terra pré-capitalista se divide em renda em trabalho, a qual é tida como a forma mais simples de renda, uma vez que o camponês, durante parte da semana, trabalha as terras de outra pessoa, coercitivamente, como condição de poder lavrar parte dessas terras para si próprio e sua família. A renda em produto que se realiza no processo de destinação de parte dos produtos, como fruto do trabalho camponês, ao proprietário fundiário. E a renda em dinheiro que implica na

transformação da renda em produtos em renda em dinheiro. Cabe lembrar que estas formas de renda tomaram novas roupagens como renda capitalista no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Para Karl Marx (2008, p. 1.038), nas sociedades onde não é o capital que exerce a função direta de extorquir todo o trabalho excedente e de apropriar-se de toda a mais-valia,

Onde o capital por tanto não submeteu a si o trabalho social, ou o fez esporadicamente, não se pode falar da renda no sentido moderno, da renda como excedente sobre o lucro médio, isto é, sobre a participação percentual de cada capital particular na mais-valia produzida pela totalidade do capital social.

Com esses argumentos, o autor nos coloca diante de uma forma que chama de renda natural. Numa situação em que o capital não subordinou diretamente a renda à sua racionalidade capitalista, que seria a criação de um percentual excedente sobre o lucro médio, um lucro suplementar.

Devemos levar em consideração que Karl Marx se refere a um momento histórico específico, quando o capital ainda não tinha um desenvolvimento em nível mundial como nos dias atuais, porém, se pensarmos na questão da renda não capitalista no âmbito da agricultura camponesa, a partir de sua organização e relações de trabalho não capitalista, podemos identificar tais formas de renda da terra nos dias atuais.

Nessas situações, para o caso dos camponeses rendeiros, “a renda resulta diretamente de o senhor da terra apropriar-se desse dispêndio excedente da força de trabalho (...). Aí a mais-valia e a renda são idênticas (...)” (KARL MARX, 2008, p. 1.037). Essa concepção vai demonstrar que, mesmo nas relações não capitalistas, como no exemplo dos camponeses, o trabalho excedente acaba sendo expropriado do trabalhador pelas diversas formas de renda. Na esteira desse pensamento, Oliveira (2007, p. 59), afirma que:

E mesmo, o próprio capital procura lançar mão destas formas de renda para produzir o próprio capital, que, como se sabe, não é produzido sob relações especificamente capitalistas de produção, baseadas, pois no trabalho

assalariado, mas sim, é produzido através de relações não-capitalistas de produção.

1.3 Camponeses e renda da terra

É o debate a respeito da renda da terra camponesa que mais interessa aos objetivos dessa pesquisa. O desafio é compreender como o capital, mesmo não estando presente de forma direta no processo produtivo, a exemplo do caso da agricultura camponesa, consegue apropriar-se do trabalho excedente, transformando, indiretamente, mais-valia em renda da terra e/ou outros tipos de renda. Nessa linha de pensamento, Karl Marx (2008, p. 1.082) demonstra que:

Vimos ainda que o capital – e o capitalista é o capital personificado, exercendo no processo de produção apenas a função de representante do capital -, no correspondente processo social de produção extrai dos produtores diretos, ou seja, dos trabalhadores, determinada quantia de trabalho obtido por coerção, por mais que pareça resultar de livre estipulação contratual. Esse trabalho excedente é representado por mais-valia, e esta se corporifica em produto excedente.

Essas questões serão abordadas a partir da perspectiva da sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Essa renda é compreendida como produto do trabalho camponês oriundo de relações não capitalistas de produção. Como estabelece Paulino (2003, p. 19):

Enquanto que na agricultura capitalista, a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho, sendo como as demais transacionadas no emaranhado das relações econômicas, nas unidades camponesas, a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois que o que eles têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra.

Essa renda camponesa da terra pode ser extraída do camponês por meio de diversos mecanismos, a exemplo, de um pagamento (em trabalho, produto, e dinheiro) a um determinado proprietário fundiário, ou mesmo, através da racionalidade capitalista em seus meios de drenagem materializados na circulação, na distribuição e até mesmo no consumo. Nessa perspectiva, Martins (1981, p. 173)

nos informa:

Controlando a comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção, o capital estaria instituindo uma sujeição formal do trabalho camponês ao capital. Entretanto, a noção de sujeição formal do trabalho ao capital está originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores, que se veriam assim obrigados a oferecer sua força de trabalho ao capitalista. Essa sujeição não representaria nenhuma mudança no processo de trabalho. Ele continuaria sendo realizado exatamente como era na produção artesanal e doméstica.

A ideia original é extrapolar o conceito de renda da terra somente como tributo social proveniente do trabalho que é “pago” a um determinado proprietário da terra, a título de realização da propriedade fundiária. Buscamos compreender esse mecanismo de expropriação de trabalho excedente no contexto da produção camponesa, sendo esses camponeses, em sua maioria, proprietários de suas próprias terras, onde trabalham e conseqüentemente produzem riqueza, juntamente com suas famílias, por meio de relações não capitalistas de produção. Oliveira (2007, p. 40) acrescenta o seguinte:

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital.

Partindo de concepções que nos levam a refletir sobre os processos de sujeição da renda da terra camponesa ao capital recorremos a Tavares dos Santos (1978, p. 71):

Se há geração de uma renda da terra no processo de trabalho camponês, isso não significa que ela seja apropriada pelo mesmo. (...) em outras palavras, o valor do produto camponês somente será realizado parcialmente para o próprio camponês, retornando a ele em forma de dinheiro apenas parcialmente; isso por que os preços de mercado não cobrem o valor de seu produto. Conseqüentemente, a renda territorial gerada no processo de trabalho do camponês, incorporada ao sobretrabalho dos camponeses, tende a ser apropriada pelo capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração.

A partir das ideias de Tavares dos Santos, podemos inferir que as regras de mercado, juntamente com outras ferramentas do modo capitalista de produção, impõem uma lógica pautada na drenagem do que o autor chama de sobretrabalho dos camponeses. Esse sobretrabalho, caso não fosse drenado pela racionalidade capitalista, ficaria nas mãos dos produtores e de suas famílias, o que contribuiria para que os camponeses pudessem se apropriar de maior parcela de seu tempo de trabalho, revertendo, em parte, a lógica de sujeição da renda da terra camponesa ao capital.

O desafio é analisar de forma crítica, sob o fundamento do método histórico dialético, de que forma o capital vem se articulando para poder se apropriar da renda da terra camponesa. Nessa busca, Bombardi (2004, p. 253) nos aponta alguns caminhos quando defende que:

A renda da terra camponesa é “sugada” nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E, na segunda, pelo capital comercial. Essa sujeição da renda da terra camponesa ao capital não significa de forma nenhuma que o camponês seja um trabalhador do capital, como se fosse um assalariado.

O capital subordina a renda da terra camponesa aos seus interesses sem necessariamente se territorializar, ou seja, sem interferir diretamente no processo de produção. Além do que foi apontado pela autora, no que se refere aos setores da indústria e do comércio, podemos destacar outro elemento do modo capitalista de produção que tem grande peso na questão da subordinação da renda da terra camponesa ao capital, que é a parte financeira do sistema.

Em dois momentos os camponeses se defrontam com esse lado perverso do sistema em questão. O primeiro é quando buscam dinheiro, por meio de empréstimos, para adquirir a tão sonhada terra de trabalho². O segundo é quando buscam dinheiro, por meio de linhas de crédito, as quais são difíceis de conseguir,

² É válido salientar que parte dos camponeses são posseiros e se negam a pagar qualquer tipo de renda, especialmente a chamada renda da terra pré-capitalista ou não capitalista, porém, outra parte busca, por meio de recursos diversos, adquirir a terra de trabalho nas mãos de terceiros, ou mesmo, dos próprios parentes numa partilha familiar.

para tocar a produção. Nessa compreensão, Karl Marx (2008, p. 1067/1068), reforça a argumentação, considerando que:

O desembolso de capital-dinheiro para comprar terra não é, portanto, investimento de capital agrícola. Reduz, de monte correspondente, o capital de que dispõem os pequenos camponeses na respectiva esfera de produção. Esse desembolso diminui, em correspondência, o montante dos meios de produção, reduzindo por isso a base econômica da reprodução. Submete o pequeno camponês à usura, pois nessa economia é escasso o crédito propriamente dito.

Essas dívidas que são contraídas a partir de “empréstimos” e/ou “financiamentos”, se materializam em instrumentos, a partir de juros, taxas, tarifas e outras, de expropriação e contribuem de forma geral ao processo de sujeição e expropriação da renda da terra camponesa ao capital.

Nesse debate, Costa Neto (1998, p. 08) explica:

Marx demonstrou que na produção camponesa em geral – a qual abrange as diversas formas da agricultura familiar– o preço do produto é igual ao custo de produção, sendo o preço de mercado fixado a um nível inferior ao da produção. O tempo de trabalho gasto pelo agricultor, comparado ao tempo de trabalho transformado em preço, resulta em trabalho fornecido gratuitamente aos demais setores da sociedade, o que explicaria, por si só, a importância da agricultura familiar mercantil para a reprodução do próprio sistema capitalista. Um setor da historiografia marxista, dedicado a esse tema da reprodução da agricultura familiar tem chamado a atenção para o fato de que o agricultor é o responsável pela manutenção da terra como um meio de produção que produz mercadoria, consubstanciando também uma relação possível e necessária com o capitalismo.

É nessa lógica de geração de riqueza a partir da agricultura camponesa e o processo de expropriação, do que chamamos aqui, de renda da terra camponesa que essa pesquisa se propõe a avaliar um programa governamental que é o PNPB, buscando compreender a dimensão desse Programa a partir do conjunto de suas relações com a força de trabalho dos camponeses.

Será o PNPB um instrumento de reprodução do sistema capitalista a partir da exploração do chamado “trabalho não-pago” da agricultura camponesa? Nessa relação com empresas capitalistas, as quais estão comprando os produtos produzidos pelos camponeses para a produção do biodiesel e outros usos como fica

o processo de sujeição e expropriação da renda da terra camponesa?

A partir dessa breve discussão, percebemos que a riqueza é gerada pelo trabalho e, dessa forma, não podemos excluir os trabalhadores desse processo. Seja na renda diferencial, de monopólio, absoluta e também naquela não capitalista, parte do tempo de trabalho daqueles que produzem na terra é expropriada pelas lógicas de funcionamento do sistema capitalista. Tal força de trabalho é preservada para atender às demandas impostas pelo sistema, pois:

O capital mantém as unidades de produção mercantil de pequeno porte ou quando elas não existem, mas lhe interessa, ele cria condições para a disseminação da produção de cunho familiar, como a única pretensão concreta de se apropriar de mais trabalho. (SILVA, 1991, p. 62/63)

Nesse debate, temos a concepção de que a terra se coloca como um elemento social de realização do trabalho e geração de riqueza, ou seja, a terra de trabalho, porém, parte dessa riqueza é expropriada dos trabalhadores, principalmente dos camponeses, pelos instrumentos do modo de produção capitalista, a exemplo, do processo de subordinação da renda da terra camponesa. O “que essa relação nos indica é que (...) estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês” (MARTINS, 1981, p.175).

Ressaltamos que terra não é um elemento isolado do restante da sociedade e que a mesma está conectada a um conjunto maior de relações sociais. O conjunto dessas relações atua na construção do espaço e as relações com a terra se constituem em componentes básicos dessa construção espacial, principalmente do espaço agrário.

1.3.1 Campesinato: um debate conceitual

Diante dessa discussão e dos objetivos da pesquisa, entendemos que é necessário debater conceitos sobre o camponês e a agricultura camponesa. É importante também, dissertar sobre o que é o PNPB, como esta política está sendo

implantada no Brasil e como a agricultura camponesa está sendo inserida nesse conjunto de relações socioprodutivas voltadas para a produção de biodiesel no país.

Nessa pesquisa, tratamos a agricultura camponesa como um conjunto de relações sociais materializadas no enfrentamento político de classe e no trabalho familiar por meio de relações não capitalistas de produção. Nessa perspectiva, apontamos três características básicas que podem ajudar a entender o camponês e a agricultura camponesa.

A primeira é sua resistência política como classe social de trabalhadores que historicamente no Brasil, foi tolhida de participação ativa nos “formais” processos decisórios. Como mostra Martins, (1981, p. 26), ao afirmar que:

A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. A mesma exclusão, aliás, afeta também o índio, esse parente próximo do camponês brasileiro. Até hoje não se reconstituiu a história das lutas indígenas no Brasil, as formas do confronto entre índios e brancos que continuam até nossos dias. Do mesmo modo, quase nada sabemos sobre a resistência e as lutas do escravo negro. A história do Brasil é a história de suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes.

O autor ressalta que, mesmo que as lutas camponesas tenha tido grande relevância no contexto das lutas de classes no Brasil, a exemplo da Guerra do Contestado, da Guerra de Canudos e outras, as mesmas ficaram relegadas ao esquecimento. Esse “esquecimento” é parte de uma ideologia que busca minimizar a participação camponesa na produção do espaço como uma forma de auto-afirmação numa perspectiva de enfrentamento de classes.

Segundo Martins (1981, p. 25), a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cerceará o entendimento da sua ação política. O autor entende que essa exclusão não é meramente política, ou seja, também é cultural, social e econômica. “Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico”.

José de Souza Martins, em seu novo livro, *A política do Brasil: lúmpen e místico*, publicado em 2011, acrescenta:

A história das lutas camponesas desde o século XVIII, em vários países, como tendência geral, sugere que são eles importantes desestabilizadores da ordem social e política tradicional, baseada na propriedade da terra. Seu papel histórico fundamental está em que, justamente por isso, abrem caminho para a ação reformadora ou revolucionária de classes sociais dotadas de projetos históricos mais abrangentes, que não eles. Classe que, por sua vez, não tem uma posição social que lhes permita justamente desestabilizar a ordem tradicional ou o que dela subsiste para desencadear e concretizar as mudanças sociais significativas de que podem ser os protagonistas principais. (MARTINS, 2011, p. 120)

Martins (2011) expõe essa característica revolucionária dos camponeses, não somente no Brasil, mas em vários outros países, como elemento de transformação social, o qual está fundamentado na luta coletiva com posição contrária ao processo de exploração do trabalho, expropriação de renda e de bloqueio ao acesso à terra.

Essa veia de mobilização revolucionária coloca o campesinato numa posição estratégica diante das possíveis transformações sociais que devem ocorrer, sobretudo, num país com grande desigualdade na distribuição de renda como o Brasil e outros, a exemplo, do México, da Bolívia, e do Equador³.

A organização coletiva e as transformações que estão ocorrendo nos últimos anos, por via do movimento indígena - camponês, é uma prova concreta aos que desacreditam na força do campesinato e de outras organizações populares, a exemplo das comunidades ribeirinhas, dos índios, dos povos das florestas e outros, de que os camponeses continuam com sua matriz estrutural, que é justamente a capacidade de promover e conduzir movimentos revolucionários em plena fase hegemônica do modo capitalista de produção no mundo. Essa força e essa capacidade revolucionária de mobilização estão entre as principais características que, a nosso ver, diferencia o campesinato, enquanto agentes de lutas sociais, de outros segmentos da sociedade nos dias atuais.

A segunda característica é a forma básica de geração de riqueza na unidade de produção, na terra de trabalho da agricultura camponesa. Essas formas de trabalho se estabelecem por meio de relações sociais não capitalistas de produção.

³ É importante chamar a atenção que, em vários países da América Latina, a exemplo da Bolívia, do Equador, do Peru, da Venezuela e outros, o movimento indígena-camponês vem causando profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Essas transformações se materializaram nos últimos anos na eleição presidencial de Evo Morales na Bolívia. Compreendemos que essas ações populares refletem um processo de desterritorialização de forças hegemônicas tradicionais e possibilitam a territorialização de um novo conjunto de forças coletivas calcadas na participação popular.

O trabalho é executado basicamente pela própria família e não há relação contratual de assalariamento, salvo em alguns casos e períodos das colheitas, como mostra Paulino (2003, p. 19) ressaltando que “as formas autônomas de trabalho, derivadas do controle dos meios de produção pelos proprietários da força de trabalho, que ao mobilizar a família e, esporadicamente, contratar força de trabalho complementar, asseguram a produção/reprodução camponesa”.

É válido lembrar que uma das características mais marcantes da expansão do modo capitalista de produção é a expropriação dos trabalhadores de suas terras e de seus instrumentos de trabalho para que esses fiquem na dependência da troca de sua força de trabalho por um salário. Conforme ressalta Martins (1981, p. 27):

O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar. Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias-primas, empregados no trabalho, não têm outra alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão.

No caso da agricultura camponesa, os camponeses detêm os próprios instrumentos de trabalho, como a terra e parte das ferramentas básicas, porém, salientamos que essas unidades de vida e produção familiar não estão isoladas do restante da sociedade e, dessa forma, sofrem os efeitos dos processos de sujeição do trabalho à racionalidade do modo capitalista de produção. Ainda nesse ponto das relações de trabalho, não podemos deixar de abordar questões outras que são marcantes na conceituação do camponês, como por exemplo, o tempo de trabalho, a autonomia produtiva e o auto-consumo da produção.

O tempo de trabalho, ou seja, o número de horas trabalhadas é, até certo ponto, salvo em alguns casos, determinado pelo próprio camponês. Nesse caso, não existe um patrão ou um gerente com um relógio de ponto controlando seus horários. O camponês pode trabalhar mais ou menos horas por dia, isso vai depender da demanda familiar pela produção e das condições meteorológicas.

Na questão da autonomia produtiva, entendemos que o camponês tem certa liberdade para escolher e determinar o que produzir segundo as necessidades básicas da família, das condições edafoclimáticas e da perspectiva cultural na

unidade de produção. Apesar de estar, em muitos casos, sujeito ao processo de expropriação da renda terra camponesa, o camponês mira sempre, em primeiro lugar, uma produção que possa suprir basicamente as necessidades familiares.

Os resultados da aplicação da força de trabalho familiar se materializam na produção. Essa produção, em grande parte, não é exclusivamente direcionada para o mercado e sim, para suprir as necessidades da família, presentear visitantes e trocar por outros produtos com os vizinhos. É o que entendemos aqui como auto-consumo familiar. A lógica camponesa não é acumular riqueza, mas sim, alimentar a família e trocar parte da produção nos mercados locais, a exemplo, das feiras-livres, por outras mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, como mostra Oliveira (2007):

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D — M — D$ na sua versão simples, e $D — M — D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M — D — M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar.

A terceira característica que apontamos nessa tese é com relação ao modo de vida, o qual é entendido pela forma como os camponeses percebem, vivem e concebem, em específico, o espaço. Tal modo de vida é marcante na agricultura camponesa, pois existem fortes laços de solidariedade entre as famílias. A troca de produtos e trabalho, a ajuda mútua, a formação de mutirões que se materializam em força coletiva de trabalho, os laços de afetividade com o espaço vivido, que aqui podemos chamar de terra de trabalho, entre outras formas de expressar um conjunto de relações sociais baseadas muito mais na vivência cotidiana do que na lógica capitalista da acumulação de riqueza.

Para o camponês, o trabalho é visto como um elemento que produz, de forma autônoma, a sobrevivência da família e não como um instrumento produtor de riqueza que deve ser explorado. Já na agricultura capitalista, o trabalho é uma

mercadoria comprada no mercado como tal, onde geralmente uma pequena parte do tempo de trabalho explorado é remunerada via pagamento de salário ou outro e o restante se torna tempo de trabalho não pago, o qual fica embutido na mercadoria e por meio da circulação, distribuição e consumo tende a se realizar nas mãos do capitalista.

Nessa discussão de agricultura camponesa, agricultura capitalista e mercado, chamamos a atenção para o fato de que a agricultura camponesa não é uma entidade que está fora do mercado, muito menos, uma estrutura produtiva alheia à organização capitalista, como mostra Porto-Gonçalves (2011, p. 224):

Esclarece-se que essa oposição entre agricultura camponesa e agricultura capitalista não deve ser assimilada ao novo maniqueísmo, onde tudo é reduzido a uma lógica binária em que de um lado está, sempre, o mercado. A agricultura camponesa não é o oposto da agricultura de mercado. Os camponeses sempre mantiveram relação com o mercado desde tempos imemoriais.

A questão é que o conceito de mercado vai além do mercado capitalista, uma vez que o mercado é anterior ao próprio capitalismo, pode a ele resistir e certamente vai continuar num possível pós-modos capitalista de produção. A questão é que, na sociedade atual, há uma imposição de um modelo de mercado fortemente arraigado numa estrutura comandada pela lógica do consumo, lógica a qual o professor Milton Santos tratou, em diversas de suas obras, como o grande fundamentalismo da sociedade atual.

No que tange ao mercado e à agricultura capitalista, Porto – Gonçalves (2011, p. 224) afirma:

A agricultura capitalista é uma forma de agricultura de mercado e não a agricultura de mercado. O mercado é anterior ao capitalismo e pode a ele sobreviver. O que o mercado não pode, nem pretende, é criar uma sociedade, até porque uma sociedade não se resume à dimensão econômica. Logo, se me permitem, sociedade de mercado é um absurdo lógico e bem pode ser um absurdo prático, como estamos vendo com a exacerbação neoliberal.

As palavras de Porto – Gonçalves reforçam a tese de que o mercado, de forma geral, não se resume ao mercado capitalista e que este é anterior ao próprio capitalismo.

Sobre a questão do campesinato e do mercado, pensamos em duas questões: a primeira é que a agricultura camponesa existe numa perspectiva diferenciada de mercado, via troca de produtos, de trabalho, e da solidariedade social, a qual é comum às famílias camponesas; a segunda, que, por outro lado, a agricultura camponesa também está inserida no que chamo aqui de mercado capitalista, uma vez que há um processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, pela via da troca dos produtos por dinheiro, comercialização com os atravessadores e necessidade de aquisição de maquinários e implementos agrícolas.

Apontamos também o processo de subordinação do campesinato ao capital financeiro e as empresas, por meio de financiamentos, empréstimos e pelos contratos de integração entre camponeses e empresas, sobretudo, grandes empresas multinacionais, como é o caso no Brasil da Brasilfood's, da Brasil Ecodiesel, da Cutrale e outras. Essa realidade não quer necessariamente indicar que o capital vai atuar diretamente na produção camponesa, mas sim, utilizando indiretamente as relações de trabalho não capitalistas oriundas do labor campesino para acumular e reproduzir capital.

É em meio a esses debates e conceitos elencados na discussão teórica que analisamos as diversas formas de subordinação da renda da terra camponesa ao modo capitalista de produção. Para tanto, tomaremos como objeto de estudo de caso o PNPB e suas relações com a agricultura camponesa no Território de Identidade de Irecê.

2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO PNPB E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL

A implantação do PNPB no Brasil, a partir do ano de 2004, criou um novo marco de intervenção estatal, por meio de políticas públicas de governo, na geração de combustíveis a partir da biomassa. Esse marco se fundamenta em duas frentes:

- A primeira, é o novo papel que o Estado assume em viabilizar infraestrutura básica para a ampliação da capacidade produtiva do país, no setor de biocombustíveis, via financiamento da produção, isenções fiscais, pesquisas e rede de distribuição e comercialização para o biodiesel produzido a partir de variadas espécies de oleaginosas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país;
- A segunda, é a participação de forma direta do Governo Federal no mercado de biocombustíveis, uma vez que o Governo estabeleceu um conjunto de normatizações para a comercialização e consumo do produto, entre outras formas, determinando percentuais de adição de biodiesel no óleo diesel consumido no país.

A materialização de políticas públicas específicas para o setor de produção de biocombustíveis vem proporcionando, ao longo dos anos, um processo de territorialização do biocombustível como mercadoria no sistema produtivo e no mercado nacional. Desde a década de 1970, com o Proálcool, até os dias atuais com o PNPB o Governo federal vem buscando estabelecer políticas com objetivo de aumentar a produção e a oferta nacional de biocombustíveis. Um resumo dos temas que versam sobre o desenvolvimento dessas ações no processo histórico pode ser observado no quadro 01.

Quadro 01 Brasil: evolução dos biocombustíveis entre 1973 e 2011

1973	Primeiro choque do petróleo
1975	Brasil cria o Proálcool
1977	Adição de 4,5% de etanol à gasolina
1979	Adição de 15% de etanol à gasolina
1980	Segundo choque do petróleo
1983	Carros a etanol representam 90% do total de vendas
1985	Percentual de etanol adicionado à gasolina chega a 22%
1989	Preços do petróleo caem e gasolina se equipara ao etanol
1990	Etanol passa a representar de 20% a 25% da gasolina
2003	Lançamento dos carros bicombustíveis
2005	É lançado o programa nacional de Biodiesel
2007	Terceiro choque do petróleo
2008	Início da obrigatoriedade do B2
Abril/2008	Consumo do etanol se equipara ao da gasolina
Janeiro/2010	Vigência do B5
Abril/2011	ANP passa a regular e fiscalizar a produção de etanol, agora considerado um combustível. Percentual na gasolina pode ir de 18% a 25% e é determinado pelo governo

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base nas informações da ANP 2012

As informações delineadas no quadro 01 mostram que, desde os anos de 1970, o Estado vem fazendo intervenções, por meio de políticas públicas, no sentido de contornar crises ligadas à oferta e ao consumo de petróleo no mercado mundial e também oferecer determinados tipos de combustíveis oriundos da biomassa ao mercado. No Brasil, uma das políticas que teve grande impacto foi a criação do Proálcool em 1975. Esse programa nasceu com o objetivo de intensificar a produção de álcool combustível (hoje chamado oficialmente de etanol) de aumentar a produção de safras agroenergéticas e a capacidade industrial de transformação visando a obtenção de álcool para possível substituição da gasolina.

Com o Proálcool, o Governo visava, além de buscar substituir, em parte, o consumo da gasolina, atender aos anseios dos usineiros que buscavam se livrar das dívidas e abrir novos mercados para os derivados da cana-de-açúcar no país, assim como, atender a voracidade do grande capital internacional em abrir novos mercados e ampliar os já existentes para a comercialização de equipamentos e insumos industriais, como mostram Bray; Ferreira & Ruas (2000, p.57) afirmando que:

Entretanto, o Estado Nacional com a criação do Proálcool, o Estado Nacional vai resolver: 1º o problema do usineiro - com dívidas via Fundo Especial de Exportação e 2º a questão dos fabricantes de equipamentos industriais do ramo que tinham se estruturado para fazer frente ao Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira / Álcooleira.

O que fica evidente é que, por trás do Proálcool, existiam outros interesses que buscavam atender aos anseios de grandes usineiros e indústrias fornecedoras de equipamentos para as usinas e insumos em maiores quantidades que atendessem à produção do álcool combustível e à expansão das lavouras de cana-de-açúcar. Grande parte da literatura que discute a relação entre o Proálcool e a questão agrária no Brasil mostra que essa receita contribuiu, ao longo dos anos, para aprofundar a concentração da terra e a expansão da monocultura no país. Outro elemento para o qual devemos chamar a atenção é com relação ao poderio político e econômico que, tanto no auge quanto na crise do Proálcool, vai se concentrar nas mãos dos usineiros, pois esses vão se organizar para formar um mercado extremamente oligopolizado, no que diz respeito à produção, distribuição e

comercialização de álcool no país, ou seja, foram novos fluxos de capital sob rígido controle de um poderoso grupo comandado por grandes usineiros no país.

Em linhas gerais, o Proálcool se dividiu em três fases. A primeira foi o momento de implantação do programa entre os anos de 1975 e 1979. Nesse intervalo, o programa tinha uma ambiciosa meta de produzir 3,0 bilhões de litros de álcool. Segundo Bray; Ferreira & Ruas (2000, p. 57) “essa fase foi do surgimento do Proálcool até o denominado “segundo choque do petróleo”, destacando a sua implementação como solução para a crise do açúcar no mercado mundial e como um programa de alternativa energética”. Na concretização do programa, foi estabelecida uma nova meta de produzir 10,7 bilhões de litros de álcool, o que no período de 1980 a 1985 representava 170 mil barris de petróleo/dia. “Nesta fase, o Proálcool assumiu a postura de um programa que ia além de uma mera alternativa energética, isto é, caracterizava-se como um plano que visava, principalmente a substituição da gasolina” (p. 58).

Em sua terceira fase, a partir de 1986, o Proálcool passou por reestruturações, principalmente na parte de liberação de recursos públicos para financiamento da produção e instalação de novas destilarias. Além disso, fontes diversas relacionaram a crise estrutural do programa ao processo de recuperação do preço do açúcar no mercado internacional, o que provocou o deslocamento de parte da matéria-prima (cana-de-açúcar) para a produção de açúcar e não necessariamente de álcool. Destacamos também, nesse período, a questão da queda no preço internacional do petróleo, o que tornou o álcool combustível pouco vantajoso tanto para o consumidor quanto para o produtor.

Por força da redução dos subsídios governamentais, da concorrência com o açúcar e com o petróleo, o álcool começou a ficar escasso nos postos de combustíveis do país, situação que contribuiu para acirrar ainda mais a crise no setor, causando grandes transtornos para os milhões de motoristas que adquiriram carro movido a álcool entre as décadas de 1970 e 1990. O resultado desse conjunto de problemas foi a total descrença no Proálcool por parte dos consumidores, das montadoras de automóveis, dos usineiros e do próprio Governo. Os consumidores passaram a rejeitar os carros movidos a álcool e optar pelos veículos movidos a gasolina. As montadoras praticamente abandonaram a produção de carro movido a álcool. Já os usineiros, deslocaram a produção do álcool para o açúcar, pois a

produção de açúcar possibilitava maiores ganhos no mercado internacional e conseqüentemente, maiores possibilidades de acumulação de capital.

Com esses ingredientes, o Proálcool, como alternativa energética e modelo de substituição da gasolina, sofreu profundos impactos e com isso, deixou pelo caminho muitos prejuízos para milhões de pessoas que compraram veículos movidos a álcool e depois sofreram com a desvalorização do bem; também para camponeses e camponeses posseiros que perderam suas terras via expansão desmedida das lavouras de cana-de-açúcar. Elias (2011, p. 13) descreve bem parte desses problemas quando relata que:

Efetivamente, os programas e projetos inerentes à produção de agrocombustíveis a partir da cana-de-açúcar são emblemáticos para tentarmos melhor entender um pouco do que vem ocorrendo hoje com esta nova febre dos agrocombustíveis, incluindo o biodiesel. Parece importante destacar que, apesar de todo sucesso tecnológico a partir do Proálcool, ele foi responsável por um dos mais significativos processos de concentração econômica, de concentração da terra, de expulsão de milhares de pequenos agricultores que não conseguiram permanecer no campo, por inúmeros e complexos impactos ambientais, entre tantas outras mazelas.

A questão é que, com o PNPB, não se deve enveredar pelos mesmos caminhos do Proálcool, que surgiu para a substituição, em larga escala, dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo do Brasil, a partir de 1975, devido às crises do petróleo de 1973 e 1979. Esse programa tinha a cana-de-açúcar como principal matéria-prima, produzida em grandes extensões de terras (latifúndios), com degradantes condições de trabalho e altamente controlado pelo grande capital nacional (usineiros) e internacional (empresas multinacionais). Como mostram Abramovay & Magalhães (2007, p. 01/02):

A importância da cana-de-açúcar, a força dos interesses nacionais e, cada vez mais, internacionais ligados a sua expansão parecem confirmar a previsão feita recentemente na prestigiosa revista *Foreign Affairs* por dois professores da Universidade da Minesotta (Runge e Senauer, 2007) de que a história da demanda industrial por produtos agrícolas nos países em desenvolvimento beneficia fundamentalmente os maiores produtores.

O que é evidente é que o Brasil precisa avançar na construção de alternativas energéticas que possam garantir autonomia frente aos agentes que controlam o mercado das atuais fontes e ao próprio petróleo como combustível fóssil altamente poluidor. “[...] o Brasil não deve ficar atrelado ao petróleo, isso significa nosso suicídio. O petróleo foi ingrediente fundamental da montagem da dívida externa [...]”. (VASCONCELLOS & VIDAL, 2004, p. 20). No entanto, as possíveis alternativas energéticas devem estar atreladas ao compromisso com a inclusão social das camadas empobrecidas da população com base numa ótica que foque e dê prioridade ao desenvolvimento social.

A soberania energética é fundamental, pois “a alienação energética é doença crônica, fruto da desvinculação do homem brasileiro de sua realidade espaço-temporal e que resulta da mente colonial da classe dirigente”. (VASCONCELLOS & VIDAL, 2004, p. 21). Há uma necessidade de se avançar na busca da inclusão socioespacial, no que compete à geração de energia e que, ao mesmo tempo, possa garantir a geração de renda no país. Mas será que o PNPB enquanto política pública tem essas características? Será que a participação da agricultura camponesa na cadeia produtiva do Programa vai contribuir para incluir esses trabalhadores de forma soberana e participativa nessa nova urdidura produtiva do capital?

2.1 Implantação do PNPB e o processo de concentração da produção

Espera-se que o PNPB não seja somente mais um Programa voltado para garantir a existência de novos fluxos de capital no espaço, de forma excludente e concentrada, sob rígido controle de grupos hegemônicos. O PNPB, como fruto de políticas públicas orquestradas pelo Estado, deve se pautar por prioridades que levem em consideração a busca pela soberania energética do país, a democratização do acesso aos biocombustíveis, a inclusão participativa das mais diversas camadas sociais na gestão do Programa, a integração com outros programas de cunho social e a plena sintonia com uma política estrutural de redução das desigualdades no país.

O Estado deve buscar atuar de forma ativa e sintonizada com as prioridades nacionais, sobretudo, na garantia da soberania energética e democratização do

acesso à renda. As políticas públicas desenvolvidas pelo Estado devem ser ativas e focadas no desenvolvimento social, porém, como nos mostra Elias (2011, p. 15):

(...) a ação do Estado se dá também de maneira passiva, especialmente quando deixa de intervir, por exemplo, para a não consolidação dos processos de concentração econômica e da terra já visíveis também a partir da produção de biodiesel. Dessa forma, já se pode perceber que continua a dar um amplo amparo para os setores econômicos considerados competitivos, para atuar no biodiesel.

Esse amplo amparo concedido pelo Estado para que determinados setores hegemônicos da economia possam participar efetivamente do PNPB é verificado quando observamos que a soja, monocultura produzida em grandes propriedades e com alto índice de modernização técnica, vem predominando como principal matéria-prima na produção nacional de biodiesel.

Pelos dados oficiais da própria ANP, constatamos que o grosso da produção de biodiesel, atualmente no Brasil, tem a soja como matéria-prima principal (71,13%), o que representa quase dois terços de todo o biodiesel produzido atualmente. A gordura bovina responde por 18,66 %, e o óleo de algodão, que também tem origem no agronegócio, responde por 4,69%. Juntos, esses três elementos (soja, algodão e gordura bovina) são responsáveis por 94,48% de toda produção de biodiesel no país, conforme podemos conferir na figura 02.

Diante dessa realidade, levantamos questões como: como fica a participação do campesinato? Do Selo Combustível Social? Das oleaginosas oriundas das regiões Norte e Nordeste do Brasil para a produção de biodiesel, visto que a palma representa apenas 0,39% do biocombustível produzido e a mamona nem aparece?

Fonte: ANP - Boletim Mensal do Biodiesel, janeiro de 2012. Disponível em: www.anp.gov.br

Figura 02 Brasil: matérias – primas utilizadas para a produção de biodiesel, dezembro de 2011.

São questionamentos difíceis de responder, pois as possíveis respostas refletem os dilemas e as contradições de um Programa gerado no seio do modo capitalista de produção, com roupagem e discurso de programa social incluyente. Nesse modelo organizacional, o campesinato fica espremido e confinado na condição de um simplório fornecedor de matérias-primas, em quantidades complementares, pois o produto básico para a produção do biodiesel está sendo ofertado pelos agentes hegemônicos do agronegócio brasileiro. De certa forma, este fato tende a crescer nos próximos anos, pois a capacidade nominal acumulada, a demanda compulsória (determinada pelo marco regulatório do Programa) quanto à produção anual de biodiesel, vem apresentando relativo crescimento nos últimos anos no Brasil, como demonstra a figura 03.

Fonte: ANP - Boletim Mensal do Biodiesel, janeiro de 2012. Disponível em: www.anp.gov.br

Figura 03 Brasil: evolução anual da produção de biodiesel, demanda compulsória e capacidade nominal autorizada pela ANP entre os anos de, 2005 e 2011.

Os dados retratam que a capacidade de produção autorizada pela ANP é bem maior do que a produção real de biodiesel no país e a demanda compulsória. Outra constatação, é que a produção real está no limite da demanda compulsória, o que é ruim para o consumidor, visto que a produção está sempre pressionada pela demanda compulsória e isso pode causar possível falta do produto (biodiesel) no mercado, e com isso, forte aumento no preço de comercialização do biodiesel. Esse fato, de maneira geral, poderá implicar em aumento no preço do óleo diesel, pois todo óleo diesel comercializado no país deve ter obrigatoriamente, desde o ano de 2010, 5% de biodiesel adicionado, e conseqüentemente, no aumento em cadeia das demais mercadorias comercializadas no país, tendo como resultado final, o aumento da inflação e crises econômicas de variadas proporções.

Na figura 04, verificamos que nos meses de fevereiro, abril, setembro e novembro do ano de 2011, a demanda compulsória foi maior que a produção real de biodiesel no país, o que pode causar fortes desequilíbrios no mercado nacional de biodiesel.

Fonte: ANP - Boletim Mensal do Biodiesel, janeiro de 2012. Disponível em: www.anp.gov.br

Figura 04 Brasil: evolução mensal da produção de biodiesel, da demanda compulsória e da capacidade nominal autorizada pela ANP, janeiro a dezembro de 2011.

De acordo com os dados da ANP, constatamos que existe no Brasil uma capacidade autorizada para produção de biodiesel na ordem de 18.977,95 m³/dia (mês de referência janeiro de 2012). Nesse mesmo período, no ano de 2010, a capacidade autorizada era de 16.216,47 m³/dia (mês de referência dezembro de 2010), registrando um crescimento de 17,02% na capacidade de produção autorizada pela ANP, na comparação entre dezembro de 2010 e janeiro de 2012.

Com as autorizações de construção de novas plantas produtivas concedidas pela ANP (num total de 10 plantas) e ampliação de algumas que já existiam (num total de 7 plantas) para o ano de 2012, a capacidade autorizada de produção de biodiesel vai crescer um total de 4.627,79 m³/dia, sendo 4.037,79 m³/dia para as novas plantas que serão construídas e 590 m³/dia para as que serão ampliadas, o que vai corresponder a um crescimento total de 26,04% na capacidade produtiva autorizada pela ANP, com relação a dezembro de 2011.

Esses dados refletem o crescimento da infraestrutura voltada para a produção de biodiesel no Brasil. Uma base técnica de produção altamente concentrada nas mãos de grandes empresas, com forte concentração regional e, quase que em sua totalidade, voltada para trabalhar com matérias-primas oriundas do agronegócio, com a soja e o caroço do algodão. Essa forte conexão entre o agronegócio e a logística voltada para a produção de biodiesel fortalece a hegemonia produtiva do grande capital e contribui significativamente para sua expansão de forma espacialmente seletiva e socialmente excludente no campo.

Tabela 01 Brasil: unidades de produção de biodiesel (B100) autorizadas pela ANP entre os anos de 2009 e 2011

Ano	2009	2010	2011
Para operação	63	66	65
Operação e comercialização	47	57	60
Implantação de unidade de produção	20	22	10
Aguardando autorização para comercialização	12	9	5
Produção de biodiesel autorizada em (m3/dia)	12.933,30	16.216,47	18.727,95

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base no Boletim Mensal do Biodiesel, dezembro de 2011. Disponível em: www.anp.gov.br.

Na tabela 01, observamos um crescimento no número de unidades de produção de biodiesel e no número de autorizações concedidas pela ANP para que novas plantas de produção pudessem produzir e comercializar, assim como serem ampliadas. Identificamos que também houve diversas autorizações para que novas unidades de produção de biodiesel pudessem ser construídas entre os anos de 2009 e 2011, o que possibilitou uma consistente ampliação da capacidade produtiva de biodiesel no país.

Esse debate é importante, pois a produção de biodiesel está em nítido processo de crescimento no Brasil nos últimos anos. Segundo Osaki & Batalha (2008, p. 09), no ano de 2005, a produção de biodiesel se concentrou nos estados do Pará e Piauí, nos quais foram produzidos 90% do biodiesel brasileiro. A produção

era dominada praticamente por duas grandes empresas, sendo uma do setor de óleo de palma e outra de óleos vegetais gerais (mamona, soja e caroço de algodão). No ano de 2006, a produção se concentrou nos estados do Piauí, São Paulo e Goiás, que responderam com 86,9% da produção nacional. Já em 2007, a produção de biodiesel se concentrou nos estados de Goiás, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Piauí, que juntos, produziram 84% do biodiesel do ano.

Esse crescimento na produção do biodiesel tem implicado na adoção de novos investimentos públicos e privados, aumento na área plantada de oleaginosas e do consumo, entre outros fatores, o que reforça a necessidade de se aprofundar as análises acerca dessa temática no país.

Outro elemento preocupante é a forte concentração da produção do biodiesel em poucas empresas, o que pode ser embrionariamente caracterizado como a formação de um mercado oligopolizado e altamente seletivo no país, como aponta Osaki & Batalha (2008, p. 09):

Para se ter uma idéia, no ano de 2007, cerca de 88% da produção de biodiesel ficou concentrada em quatro empresas, sendo que somente a Brasil Ecodiesel produziu 53%, seguida pela Granol, Caramuru e Biocapital, com 17%, 11% e 8% da produção, respectivamente. No ano de 2006, a Brasil Ecodiesel foi a principal produtora de biodiesel, seguida da Granol. Juntas responderam por 50% e 44%, respectivamente, da produção de biodiesel.

Os novos investimentos aliados à infraestrutura produtiva instalada apontam para uma forte concentração regional da produção de biodiesel no Brasil. A concentração, em parte, reflete a organização técnica das plantas produtivas de biodiesel, as quais são construídas tendo como base uma infraestrutura técnica voltada para o processamento de matérias-primas provenientes do agronegócio, como a soja e outras, produzidas em larga escala em algumas regiões do país, a exemplo das regiões Centro-oeste e Sul. Essa realidade é evidenciada por Pires do Rio (2011, p. 43) quando afirma que:

A estrutura espacial das empresas indica claramente o padrão geográfico do agronegócio: a concentração da localização de usinas nas antigas áreas de agricultura de exportação no estado de São Paulo e nos dois mais recentes eixos de avanço da fronteira agrícola: o primeiro marcado pela BR

– 163 (Cuiabá-Santarém), que corta o estado de Mato Grosso e o segundo que segue, grosso modo, o traçado da ferrovia Nordeste-Sul, no eixo de desenvolvimento e integração Araguaia-Tocantins, cortando os estados de Goiás e Tocantins para atingir a mais recente fronteira agrícola, localizada na região denominada BAMAPITO. Este padrão reforça, no mercado internacional, a tendência de aprofundamento da divisão territorial do trabalho: Argentina e Brasil especializando-se respectivamente no biodiesel e no etanol.

As principais unidades produtoras de biodiesel estão concentradas nos Estados onde o agronegócio possui maior territorialização de sua infraestrutura técnica, econômica e de sua ação política, sobretudo, por meio de uma base agrofundiária altamente tecnificada e calcada na monocultura da soja, na pecuária e na manutenção da grande propriedade como instrumento de poder.

O estado de Mato Grosso é o que possui maior número de unidades de produção de biodiesel atualmente no país, sendo um total de 20 unidades de produção (30,7%), com uma capacidade total de produção autorizada pela ANP na ordem de 4.215,46 m³/dia de biodiesel (22,5%). Em segundo lugar, temos o estado de São Paulo, com 8 unidades de produção (12,3%) e 2.678,72 m³/dia de capacidade de produção (14,3%). Em terceiro, temos os estados de Goiás e do Rio Grande do Sul, com 7 unidades de produção cada (10,76%) e 3.100,70 m³/dia (16,55%) e 4.687,33 m³/dia (25,02%), respectivamente, de capacidade de produção devidamente autorizada pela ANP.

Apesar de aparecer em terceiro lugar em número de unidades produtivas, o estado do Rio Grande do Sul é atualmente o que possui maior capacidade produtiva de biodiesel autorizada pela ANP, chegando a 25,02% do total do país. Juntos, os estados de Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul concentram 42 unidades de produção (64,6%) e 16.690,82 m³/dia (89,12%) de capacidade de produção de biodiesel autorizada pela ANP, conforme tabela 02.

Tabela 02 Brasil: unidades de produção de biodiesel e capacidade de produção em m³/dia autorizadas pela ANP por Estados, dezembro de 2011

Estado	Unidades de produção	Capacidade de Produção autorizada em (m³/dia)
Acre	-	-
Alagoas	-	-
Amapá	-	-
Bahia	4	1.396,42
Ceará	1	301,71
Distrito Federal	-	-
Espírito Santo	-	-
Goiás	7	3.100,70
Amazonas	-	-
Maranhão	1	360
Mato Grosso	20	4.215,46
Mato Grosso do Sul	3	341
Minas Gerais	5	376,11
Pará	1	80
Paraíba	-	-
Paraná	3	479
Pernambuco	-	-
Piauí	-	-
Rio de Janeiro	1	166,7
Rio Grande do Norte	-	-
Rio Grande do Sul	7	4.687,33
Rondônia	2	99
Roraima	-	-
Santa Catarina	-	-
São Paulo	8	2.678,72
Sergipe	-	-
Tocantins	2	441
Total	65	18.727,95

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base nos dados do Boletim Mensal do Biodiesel, dezembro de 2011. Disponível em: www.anp.gov.br

Na região Nordeste, o estado com maior número de unidades de produção é a Bahia, com 4 unidades (6,15%) e 1.396,42 m³/dia (7,45%) de capacidade de produção autorizada de biodiesel pela ANP. Na região Norte, aparecem os estados de Rondônia e Tocantins com 2 unidades de produção cada (3,07%) e baixíssima capacidade de produção de biodiesel autorizada pela ANP, sendo 441 m³/dia (2,35%) e 99 m³/dia (0,52%) respectivamente.

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base nos dados do Boletim Mensal do Biodiesel, dezembro de 2011. Disponível em: www.anp.gov.br

Figura 05 Brasil: unidades de produção de biodiesel por região, dezembro de 2011

Na questão regional, a história não é diferente, pois a concentração da produção de biodiesel, conforme as figura 05 e 06, em determinadas unidades da federação, se reflete na escala regional. Os dados confirmam que as regiões Centro-oeste, com 46,1%, Sudeste com 21,5% e Sul com 15,3% concentram grande parte (82,9%) das unidades de produção de biodiesel existentes atualmente no Brasil. Há um destaque maior para a região Centro-oeste, área fortemente marcada pela expansão da fronteira agrícola, com predomínio da monocultura da soja, da pecuária e do latifúndio como modelo de ocupação da terra.

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo e elaborado por SANTOS, Pablo, com base nos dados do Boletim Mensal do Biodiesel, dezembro de 2011. Disponível em: www.anp.gov.br

Figura 06 Brasil: espacialização das unidades de produção de biodiesel por região, dezembro de 2011

Municípios conhecidos nacionalmente como grandes produtores de soja no Brasil, como Sorriso e Rondonópolis no estado de Mato Grosso, estão, entre outros, numa lista de áreas onde existem diversas unidades de produção de biodiesel, enquanto que muitos estados importantes estão desprovidos de unidades produtoras de biodiesel como Amazonas, Santa Catarina, Pernambuco e outros.

Somente no município de Rondonópolis-MT estão instaladas quatro unidades de produção de biodiesel que são: A Transportadora Caibiense, com capacidade produtiva autorizada pela ANP de 100 m³/dia de biodiesel; a SSIL, com capacidade produtiva autorizada de 20 m³/dia de biodiesel; A RONDOBIO, com capacidade produtiva autorizada de 10 m³/dia de biodiesel e a ADM, com capacidade produtiva autorizada de 1.352 m³/dia de biodiesel.

Essas quatro unidades de produção conferem ao município de Rondonópolis uma capacidade produtiva autorizada pela ANP de 1.482 m³/dia de biodiesel, ou seja, mais que o dobro do que se tem atualmente autorizado pela ANP para toda região Norte do país, que é de apenas 620 m³/dia. A forte concentração da produção no município de Rondonópolis e sua microrregião é citada por Monteiro & Alves Pinto (2011, p. 128):

Na referida mesorregião, o destaque cabe à microrregião de Rondonópolis, com 53,06% de capacidade de produção do conjunto mesorregional (...). Em suma, a microrregião de Rondonópolis tem capacidade para produzir mais de 29,5% do biodiesel mato-grossense, representando pouco mais de 7,46% da capacidade de produção do país, valores muito superiores aos da capacidade de produção instalada da maioria dos estados brasileiros. Isso significa dizer que além, de Mato Grosso, apenas Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Bahia possuem capacidade maior de produção de biodiesel que a citada microrregião.

Verificamos o quanto a infraestrutura do agronegócio, principalmente de produção de soja, está essencialmente enraizada na produção de biodiesel e nas ações estratégicas que PNPB vem desenvolvendo para se territorializar no plano nacional.

Os dados da tabela 03 evidenciam a fraca participação das regiões Norte e Nordeste na produção nacional de biodiesel, o que deixa essas regiões numa posição periférica com relação as demais no PNPB. É a evidência clara de que o projeto de priorizar as oleaginosas (mamona, palma, dendê, pinhão manso e outras) oriundas principalmente das regiões Norte e Nordeste, via produção camponesa,

está naufragando, sucumbindo, diante dos interesses do modo capitalista de produção que essencialmente se fundamenta na concentração da produção, da circulação, da comercialização, da renda e no acúmulo de capital.

Tabela 03 Brasil: capacidade de produção de biodiesel em m³/dia autorizada pela ANP por região, dezembro de 2011.

Região	Capacidade de produção m ³ /dia autorizada pela ANP	Valores em %
Norte	620	3
Nordeste	2.058,13	11
Centro-oeste	7.657,16	41
Sudeste	3.221, 53	17
Sul	5.166, 33	28
Total do Brasil	18.727,95	100

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base nos dados do Boletim Mensal do Biodiesel, dezembro de 2011. Disponível em: www.anp.gov.br

O acúmulo de capital está sustentado numa busca incessante do capitalista pelo lucro, como atesta Karl Marx (1989, p. 172):

Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros. Esse impulso de enriquecimento absoluto, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista (...).

A busca a qualquer preço pelo lucro subverte condutas, corrompe ações e redireciona políticas públicas de acordo com os interesses do capital e/ou do capitalista. O que vale nessa lógica é o acúmulo da riqueza por meio da exploração direta e indireta do trabalho. Nesse sentido, a análise crítica tem mostrado que o PNPB está mergulhado nessa teia de relações sociais controladas por agentes hegemônicos do capital. As teias se materializam em um conjunto articulado de

relações socioprodutivas materializadas em uma malha de logística, dinheiro e ações que aprisionam a produção camponesa de acordo com os interesses do grande do capital. Os agentes hegemônicos, no caso em questão, se traduzem no capital agroquímico-financeiro, o qual tem em sua base de sustentação grandes grupos econômicos que atuam no setor da agroquímica.

Um dos indícios desse controle do capital é a forte presença de matérias-primas da agricultura capitalista na produção de biodiesel em contradição com a utilização de matérias-primas oriundas do campesinato. A contradição está justamente entre o que prega o marco regulatório do PNPB e o que está acontecendo na prática, pois os percentuais mínimos de participação de matérias-primas oriundas da agricultura camponesa estão sendo suplantados pela agricultura capitalista.

2.2 Agentes hegemônicos e o monopólio capitalista na produção de biodiesel

Ressaltamos que, além da concentração regional da produção de biodiesel, também existe um forte controle da produção, ou seja, um conjunto formado por apenas 12 grandes empresas de capital nacional e internacional, distribuídas por 10 estados brasileiros. Estas foram responsáveis por 80,8% da produção nacional de biodiesel, como mostra a tabela 04.

A Granol, com unidades de produção de biodiesel nos estados do Rio Grande do Sul e de Goiás, foi a maior produtora de biodiesel do país no ano de 2011, seguida pela Caramuru, Oleoplan e pela Petrobras Biodiesel (Pbio). Juntas, as quatro primeiras empresas em produção de biodiesel responderam por um total de 1.028.511 m³/dia, o que equivaleu a 40% da produção nacional, que foi de 2.567.706 m³/dia.

Tabela 04 Brasil: principais empresas produtoras de biodiesel no ano de 2011

Unidades produtoras de biodiesel	Estado	Total acumulado em 2011 em m ³
Granol	RS / GO	364.670
Caramuru - São Simão / Ipameri	GO	227.251
Oleoplan	RS	219.908
Pbio	BA / MG / CE	216.682
BSbios	RS / PR	189.744
Brasil Ecodiesel	BA/MA/RS/TO	176.821
ADM	MT	146.765
Olfar	RS	119.399
Fiagril	MT	118.934
Biocapital	SP	104.301
JBS - Lins	SP	97.215
Camera	RS	92.758
Total		2.074.448

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base nos dados do Boletim Mensal do Biodiesel, dezembro de 2011. Disponível em: www.anp.gov.br

As informações da tabela 04 demonstram a existência de contradições entre o discurso e a prática do PNPB, uma vez que, na teoria, o Programa é colocado como fruto de uma política pública voltada para a soberania energética e para o desenvolvimento social. Na prática este programa vem se revelando como um conjunto de ações que estão gerando muito mais oportunidades para a territorialização concentrada do capital no campo e na produção industrial. Esse formato de territorialização está espacialmente evidente na concentrada distribuição regional da produção, no total predomínio das grandes empresas nacionais e multinacionais na produção/comercialização do biodiesel e no império da soja como matéria-prima principal do biodiesel brasileiro.

Com um olhar atento, percebemos que o PNPB, em muitos momentos, serve mais ao campo ideológico do marketing internacional, visando projetar a imagem do Brasil como um país que está na vanguarda da produção de energias limpas e renováveis do que, de fato, se colocando como um Programa voltado para o

desenvolvimento social de forma horizontalizada, sobretudo, com a inclusão autônoma do campesinato em sua estrutura produtiva e de gestão. Nesse ponto, concordamos com a professora Júlia Adão Bernardes (2011, p. 66) em suas afirmações:

Não resta dúvida que o programa vem tendo sucesso na tentativa de construção de uma imagem para projetar o país no mundo como produtor de energia limpa que gera benefícios globais. Quanto ao papel da agricultura familiar e sua inclusão social, que deveria contribuir com significativa oferta de matéria-prima, as respostas foram menos satisfatórias. No conjunto das políticas energéticas, o diferencial do biodiesel é exatamente a inserção econômica e social dos pequenos agricultores, meta que está longe de ser alcançada.

Essas contradições evidenciam que, em sua estrutura, o PNPB vem se revelando muito mais como um apêndice do modo capitalista de produção para expandir atividades no campo por meio da criação de novos fluxos de capital, do que priorizando a inclusão dos camponeses no projeto nacional de desenvolvimento de novas fontes energéticas. Grandes empresas estão tendo muito mais participação do que outros segmentos da sociedade no PNPB, pois “as dez principais empresas produtoras de biodiesel no Brasil foram responsáveis pela produção de 81% do biodiesel em 2010. Ou seja, há no mercado produtor deste agrocombustível uma forte concentração” (OLIVEIRA, 2011, p. 55).

Essa forte junção entre o PNPB, o agrofúndio e as grandes empresas está se materializando em específicos fluxos de capital, gerando uma espécie de relação social fundamentada num modelo produtivo (agroenergético). Uma estrutura produtiva travestida do moderno e ideologicamente mergulhada numa modernidade global que, para Martins (2010, p. 19), se fundamenta nos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, ou seja:

(...) A modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos.

Deste modo, com base nos dados analisados, acreditamos que o PNPB também está buscando sua territorialidade nas diversas partes do país por meio de instrumentos que, historicamente, estiveram conectados com a construção de espaços desiguais e de pouca ou quase nenhuma participação da coletividade social. Esses espaços desiguais contribuem diretamente para perpetuar o modelo de modernidade aqui criticado por Martins (2010).

A forma como o Programa vem se instrumentalizando, sobretudo, para atender as metas produtivas de biodiesel estabelecidas no marco regulatório, em quase nada difere de outras ações desenvolvidas no Brasil que, ao final, acabaram de forma direta e indireta contribuindo para viabilizar a territorialização do grande capital no campo, a concentração de terras, a monopolização dos recursos naturais e a expropriação da renda da terra camponesa. Uma expropriação de renda que, na prática, se consolida com exploração de trabalho, pois toda renda fundiária é mais-valia, como demonstra Karl Marx (2008, p. 846):

Toda renda fundiária é mais-valia, produto do trabalho excedente. Na forma menos desenvolvida, é diretamente produto excedente, a renda natural. Mas, no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente).

Outro fator que devemos levar em consideração é que a produção de biodiesel poderá em breve estar atendendo ao mercado internacional, o que acarretará problemas de encarecimento do produto e desabastecimento do mercado interno, como alerta Oliveira (2011, p. 59):

Um segundo dilema que envolve a forte relação existente entre a produção agrícola capitalista no Brasil, hoje denominada de agronegócio, e o mercado mundial. Ou seja, a partir do momento, como ocorreu na atualidade com o etanol e o açúcar, que existe demanda mundial, o setor passará a exportar o biodiesel. Isto quer dizer que haverá redução da oferta no mercado interno, como conseqüente desabastecimento.

A questão é que por ora, o biodiesel ainda está sendo tratado no âmbito de uma política pública estratégica ao desenvolvimento de novas fontes energéticas no país, porém, com a constante presença do grande capital, que cada vez mais oligopoliza

o mercado e concentra espacialmente as unidades de produção, o biodiesel tende a se tornar, em um curto espaço de tempo, uma *commodity*. “Hoje esta questão não aparece devido ao biodiesel estar relacionado a políticas nacionais de segurança energética, portanto, não se trata ainda de uma *commodity*”. (OLIVEIRA, 2011, p. 59)

O PNPB mergulha numa lógica de competitividade, consumo e confusão dos espíritos, comandada por regras de um mundo globalizado para atender as demandas dos fluxos de capital. Com relação a esse mundo globalizado, o professor Milton Santos (2002, p. 46) explica:

Nesse mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos.

A confusão dos espíritos não pode ofuscar nossa visão, pois muitas vidas estão sendo integradas a determinadas políticas públicas, sendo essas políticas, na maioria das vezes, a única esperança de sobrevivência da confiança na construção de um mundo humano e igualitário. Por conta dessas questões, é quase que uma obrigação apontar e debater as diversas contradições que existem nessas políticas, a exemplo do PNPB, que traz em seu nascedouro a esperança da inclusão e que por fim, vem se desenvolvendo na permanência da exploração.

2.3 Territorialidades do PNPB no estado da Bahia

O estado da Bahia detém 66,6% das unidades de produção de biodiesel existentes na região Nordeste e 6,1% das existentes no Brasil. Os dados da tabela 05 atestam que há uma concentração na distribuição espacial das unidades de produção de biodiesel existentes na região Nordeste, pois grande parte das usinas e da capacidade produtiva de biodiesel está concentrada no estado da Bahia. Essa

concentração coloca o Estado na rota da produção e da reprodução de capital via PNPB.

Tabela 05 Brasil: distribuição de usinas de produção de biodiesel e capacidade de produção autorizada pela ANP em m³/dia por unidade territorial, dezembro de 2011

Unidade territorial	Unidade de produção	Capacidade de produção autorizada (m ³ /dia)
Brasil	65	18.727,95
Nordeste	6	2.058,13
Bahia	4	1.396,42

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base nos dados do Boletim Mensal do Biodiesel, dezembro de 2011. Disponível em: www.anp.gov.br

A territorialização do PNPB no estado da Bahia tem como objetivo produzir biodiesel com utilização de matérias-primas oriundas da agricultura camponesa do Semi-árido e, principalmente, do moderno agronegócio existente na região oeste da Bahia. As áreas interioranas do Estado tem grande potencial, por meio da produção camponesa, de fornecer mamona, pinhão manso, girassol, entre outras oleaginosas. Já o tecnificado agronegócio do oeste oferece soja, milho e caroço de algodão em grandes quantidades, ou seja, “a grande extensão territorial, associada a condições edafoclimáticas propícias ao cultivo das diversas oleaginosas utilizadas como matéria-prima para produção de biodiesel, confere ao estado da Bahia grande potencialidade no setor.” (SANTANA & GOÉS, 2009, p. 653)

As potencialidades do estado da Bahia para produção de biodiesel são retratadas também por Krohling *et al* (2009, p. 665):

O Estado merece destaque especial por apresentar condições adequadas para produzir diversas oleaginosas que são matérias-primas para a produção do biodiesel, principalmente a mamona, a soja, o dendê, o algodão, o girassol, que recentemente vem sendo introduzido em algumas áreas do estado, e o pinhão manso, que se apresenta como uma excelente alternativa para o semi-árido. Além de abarcar o maior número de agricultores do Brasil, aproximadamente 650 mil.

Além da matéria-prima, outro elemento que facilita a produção industrial de biodiesel no estado da Bahia é a logística de transporte, assim como toda infraestrutura industrial que já existe, desde os anos de 1970, na região metropolitana de Salvador e em seu entorno, como reconhece o Sr. João Pesciotto, vice-presidente de Novos Negócios do grupo Comanche:

A Bahia oferece uma série de vantagens para a produção de biocombustíveis. Nossa planta tem uma localização estratégica, com uma boa logística de transportes. Além disso, há diversidade de matéria-prima, proveniente tanto do agronegócio quanto da agricultura familiar - essa última fundamental para alavancar o desenvolvimento social da região. Para finalizar, há no Estado áreas com elevado potencial para o desenvolvimento de novas culturas. Disponível em: (<http://www.biodieselbr.com/noticias/biodiesel/comanche-investira-14-milhoes-expandir-bahia.htm>)

A partir do reconhecimento das potencialidades do Estado da Bahia para a produção de novas fontes energéticas, como o biodiesel, diversos agentes ligados aos ramos de esmagamento de oleaginosas e/ou produção de biocombustíveis adentraram o Estado, visando criar territorialidades que possam proporcionar-lhes ganhos comparativos com relação a outros espaços no território nacional.

Além de agentes capitalistas ligados ao capital privado, o próprio governo do estado da Bahia, por meio de políticas públicas, vem, ao longo dos últimos anos, buscando viabilizar formas de aproveitamento dos potenciais do Estado. Para tanto, o Governo baiano criou, no ano de 2003, a Rede Baiana de Biocombustíveis. Essa rede foi criada com o objetivo de se tornar uma espécie de sustentáculo do PNPB, como mostram Krohling *et al* (2009, p. 665):

Para atender aos objetivos do Programa Nacional de Biodiesel (PNPB), o governo da Bahia criou, em 2003, a Rede Baiana de Biocombustíveis, que reúne representantes de órgãos públicos, das empresas, dos centros de pesquisas e universidades. Suas principais ações são o melhoramento das matérias-primas cultivadas e a produção de sementes certificadas para aumentar a produtividade por hectare, além de promover um aumento na oferta de biodiesel.

Na prática, a Rede Baiana de Biocombustíveis caminhou a passos lentos, pois, até o momento ainda não se tem constituído um conjunto de ações voltadas

para o desenvolvimento da produção de biodiesel de forma integrada que possa incluir, por exemplo, as universidades, os Institutos Federais de Educação e outras instituições que venham contribuir para a construção de uma política estadual de produção e uso de biodiesel com prioridade na inclusão social.

A falta de integração na produção e uso do biodiesel na Bahia está bem demonstrada refletida no caso de uma usina que foi criada no ano de 2008 para a produção de biodiesel no município de Irecê, por meio de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECTI), o MDA, o Ministério da Integração Nacional (MIN) e a Prefeitura Municipal de Irecê, pois, até os dias atuais, a usina não está em funcionamento e sua gestão continua indefinida, como atesta, por meio de entrevista, o assessor técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Irecê, Sr. André Rocha:

A prefeitura de Irecê, há mais ou menos três anos atrás, numa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional e com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia implantou uma mini-usina de biodiesel que a SECTI chama de unidade de produção de biodiesel. Essa usina está sendo transferida agora, repassada ao IFBA, porque durante a montagem e conhecimento do processo de produção de biodiesel a prefeitura percebeu que não teria pessoal qualificado em seus quadros para operar a usina. Também, no processo de instalação do IFBA foi oferecida a doação da usina caso o IFBA se instalasse no município. A usina está aqui colada na sede do IFBA, está parada porque, por incrível que pareça, não temos a matéria prima para rodar a usina que é o óleo. Porque a esmagadora ainda está em fase de teste de produção e para fazer teste na usina tivemos que comprar óleo em Feira de Santana.

Mesmo sendo o Território de Identidade de Irecê uma das áreas de maior produção de oleaginosas no Brasil, principalmente de mamona, a usina instalada no município de Irecê tem que buscar óleo a mais de 300 km de distância, no Centro Industrial Subaé (CIS) em Feira de Santana, para poder simplesmente funcionar em nível de testes. Esses desencontros retratam a falta de articulação entre as áreas de produção de matérias-primas, entre os camponeses produtores e as áreas de esmagamento e produção de biodiesel, principalmente no que compete à utilização da mamona.

Esses desencontros dificultam, sobretudo, a vida dos camponeses produtores de matérias-primas, visto que:

O fator principal de incentivo ao agricultor é estabelecer unidades esmagadoras diretamente ligadas aos produtores, onde estes possam se beneficiar não apenas das vendas de bagas de mamona, as quais hoje oferecem alto risco, mas também da comercialização do óleo bruto. Com a ligação dos produtores com unidades esmagadoras agrega-se valor ao produto, tirando a dependência dos produtores aos atravessadores para vender a produção e assim possibilitando uma maior renda ao produtor. (KROHILNG *et al* 2009, p. 667)

No estado da Bahia observamos que, além dos desencontros entre áreas de produção e de processamento, existe também uma falta de integração e articulação entre os Programas voltados para a produção de biodiesel e as instituições de pesquisa, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e das universidades estaduais e federais. Citamos o caso do oeste baiano, que produz oleaginosas em grandes quantidades e não se tem uma instituição de pesquisa atuando nessa região para fomentar maneiras eficientes e socialmente equilibradas de integrar essas oleaginosas aos programas de produção de biodiesel. Apesar de existir, desde o ano de 2006, um campus avançado da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁴ com diversos cursos de graduação, inclusive, de Biologia, Geografia, Engenharias e outros na citada região, não registramos ações voltadas de forma consistente para a viabilização da produção articulada de biodiesel no oeste baiano.

Por meio do decreto 10.650 de 05 de dezembro de 2007, o Governo estadual criou o Programa Estadual de Bioenergia (BahiaBio). Esse novo programa nasceu com a finalidade de “(...) incentivar e desenvolver a produção de bioenergia na Bahia, visando atender às demandas dos mercados interno e externo, através de dois subprogramas: Etanol e Biodiesel (...)” (BAHIABIO, 2008, p. 08).

O Bahiabio surgiu como mais uma iniciativa do Governo estadual para dar sustentação interna ao PNPB e para possibilitar a atração de investimentos no setor

⁴ Em 2005 foi aprovado o projeto de criação do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS/UFBA) pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na região oeste da Bahia, tendo sua sede na cidade de Barreiras - BA. Em 2006, os diversos cursos aprovados passaram a ser ofertados. Atualmente, o Instituto oferece 12 cursos de graduação, 1 curso de pós-graduação e já conta com mais de mil alunos e mais de 100 professores pesquisadores. Encontra-se atualmente em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) por desmembramento do Campus Professor Edgard Santos da UFBA.

de produção de energias renováveis, principalmente à base de oleaginosas para a produção de biodiesel. Esse programa reflete um conjunto de ações desenvolvidas no Estado, efetivamente a partir do ano de 2008, para auxiliar na integração entre áreas de produção, produtores de matérias-primas, e capital industrial materializado na instalação de plantas produtoras de biodiesel e etanol.

Assim como outros programas, o Bahiabio traz no bojo de sua formação o discurso do aproveitamento das potencialidades naturais e da construção de logísticas no Estado como se pode observar:

O Estado da Bahia não pode deixar de atender ao chamado mundial para produzir combustíveis renováveis e de menor impacto ambiental, uma vez que possui uma oferta de recursos naturais que o coloca numa posição de liderança no contexto nacional, contando com extensão territorial que permite a expansão da fronteira agrícola, altos índices de insolação, verdadeiro laboratório de fotossíntese, dado a sua condição tropical, e um clima que atende às necessidades das principais culturas para a produção em massa de oleaginosas e cana-de-açúcar. Essa reconversão da matriz energética, além de gerar trabalho no campo, desenvolverá um parque industrial descentralizado, criando oportunidades de emprego de mão-de-obra no interior do Estado, e poderá ofertar 4,54 milhões de toneladas de carbono no mercado internacional de créditos de carbono. (BAHIABIO, 2008, p. 03)

O programa Bahiabio representa uma ação complementar à implantação do PNPB no território estadual e também, uma forma de facilitar a atuação do grande capital no negócio capitalista de produção de biodiesel e etanol. A territorialização do capital industrial no Estado para a produção de biodiesel pode ser observada pela presença de quatro grandes usinas de produção, que são: PBio Ba, Brasil Ecodiesel, Comanche e Biobrax.

2.3.1 Instalação da Pbio Ba

O estado da Bahia foi o escolhido para sediar a primeira usina de produção de biodiesel da Petrobras (Pbio BA), que foi instalada no município de Candeias, no ano de 2008, com capacidade de produzir 57 milhões de litros de biodiesel por ano. Essa planta foi ampliada em 2009, aumentando sua capacidade de produção em 90%, passando a ter condições de produzir até 108,6 milhões de litros de biodiesel

por ano. Mais investimentos se somaram, o que provocou novas obras de ampliação da usina que, a partir de 2010, passou a ter uma capacidade produtiva na ordem de 217 milhões de litros por ano.

A Pbio BA é uma usina da Petrobrás Biocombustível que é um setor específico da estrutura da empresa Petrobrás voltado para o desenvolvimento de pesquisas e produção de biocombustíveis. Nesse sentido, Brandão Filho (2011, p. 185) aponta que:

A Petrobras Biocombustíveis foi criada no contexto de expansão das políticas públicas para a expansão de biodiesel como fonte de energia alternativa, isto é, no sentido de reduzir as emissões de CO² e da necessidade de políticas sociais que possibilitassem minimizar os desequilíbrios regionais e sociais. Nesse sentido o pacto social entre Estado, capital, e representantes dos pequenos produtores rurais constituía uma alternativa para viabilizar a expansão do capital, modernizando e implementando novas relações de produção.

Para a produção de biodiesel no Brasil, o Estado, por meio de políticas públicas, criou uma estrutura básica visando possibilitar condições necessárias à espacialização de unidades produtivas de biocombustíveis no país. É no bojo dessa espacialização em áreas estratégicas do território nacional que a Petrobrás Biodiesel instalou usinas de produção, a exemplo, da Pbio Ba. A figura 07 demonstra um momento político de consolidação de um conjunto de ações para viabilizar a territorialização do PNPB no Estado da Bahia.

Fonte: Jornal Primeira Página, disponível em:
<http://www.jornalprimeirapagina.com.br/edicao812/brasil.htm>

Figura 07 Bahia: cerimônia de implantação da usina de biodiesel da Petrobrás no município de Candeias, 2008.

A presença em massa do alto escalão da política nacional⁵ na cerimônia de implantação da primeira usina de biodiesel da Petrobras no Estado em questão mostra claramente que o PNPB elegeu as oleginosas do semi-árido baiano e do tecnificado agronegócio do oeste como base para reprodução do capital. Além disso, destacamos também a infraestrutura logística que já existe na região metropolitana de Salvador e em seu entorno como objetos espaciais de atração.

⁵ Presentes na cerimônia, da esquerda para a direita, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro de Minas e Energia Edison Lobão, o então Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, e discursando na tribuna, o Governador do Estado da Bahia Jaques Wagner, entre diversas outras autoridades.

Fonte: Portal Transporta Brasil, disponível em: www.transportabrasil.com.br

Figura 08 Bahia: usina de produção de biodiesel da Petrobrás no município de Candeias, 2011.

A usina da PBio BA (figura 08) tem contratos com aproximadamente 26 mil agricultores familiares e, por conta disso, é detentora do Selo Combustível Social. A maioria desses contratos são mediados por cooperativas, para o fornecimento de oleaginosas, principalmente mamona oriunda do Território de Identidade de Irecê e girassol oriundo de diversas áreas do semi-árido baiano.

Nos leilões da ANP, a PBio Ba comercializou um total de biodiesel na ordem de 4.598 m³ no ano de 2008, 38.447 m³ no ano de 2009, 69.440 m³ no ano de 2010 e 99.844 m³ no ano de 2011. Pelos dados, verificamos que, em apenas quatro anos, houve um crescimento de 2.071% na produção de biodiesel na citada usina. Esse rápido aumento é fruto de investimentos da Petrobrás da ordem de mais de R\$ 90 milhões de reais, aplicados na ampliação da capacidade produtiva da usina entre os anos de 2009 e 2010.

Esses investimentos da Petrobrás na montagem de infraestrutura técnica, com construção e ampliação de unidade produtiva, para viabilizar a produção de biodiesel denota um processo de territorialização do PNPB no estado da Bahia.

Juntas, as usinas da Pbio Ba, a BIOBRAX, a Brasil Ecodiesel e a norte-americana Comanche, conferem ao estado da Bahia uma capacidade produtiva de biodiesel de 1.396,42 em m³/dia, o que equivale a 67,8% de toda capacidade de produção de biodiesel autorizada pela ANP na região Nordeste e a 7,4% no Brasil.

É válido afirmar que, grande parte do biodiesel produzido atualmente na PBio Ba tem o óleo de soja como matéria-prima principal, pois com o alto preço do óleo de mamona no mercado e a forte concorrência com o setor da ricinoquímica, fica inviável, do ponto de vista da lucratividade do capital, produzir biodiesel a partir do óleo de mamona. No caso da soja, a PBio Ba e as demais usinas do Estado dispõem de abundante oferta, pois a produção tecnificada do oeste da Bahia disponibiliza grande quantidade do produto, uma vez que 4% (cerca de 3 milhões de toneladas) de toda soja produzida no país é oriunda dessa região. De certa forma, é a estrutura concentrada e excludente da agricultura capitalista se sobrepondo aos possíveis anseios sociais presentes no marco regulatório do PNPB.

2.3.2 Unidades de produção da Brasil Ecodiesel, Comanche e Biobrax

A usina da Brasil Ecodiesel está localizada no município de Iraquara - BA, Território de Identidade da Chapada Diamantina. Essa unidade (figura 09) é uma das quatro usinas de produção de biodiesel que a Brasil Ecodiesel possui no país. A referida usina possui uma capacidade de produção autorizada pela ANP de 360 m³/dia (dezembro de 2011) e, nos últimos anos, comercializou nos leilões da ANP um total de 25.340 m³ em 2008, 29.852 m³ em 2009, 17.959 m³ em 2010 e 19.379 m³ em 2011. Notamos que, ao contrario da PBio Ba, houve uma redução do biodiesel comercializado pela usina da Brasil Ecodiesel de Iraquara nos leilões de ANP entre 2008 e 2011.

Tal redução pode ser atribuída a vários problemas enfrentados pela empresa nos últimos anos, como: rompimento de contratos firmados com cooperativas e camponeses no Território de Identidade de Irecê para aquisição de mamona; problemas técnicos para produzir biodiesel com mamona devido ao alto índice de viscosidade do óleo; problemas com a perda do Selo Combustível Social, visto que a usina passou a produzir 100% do biodiesel com óleo de soja do oeste baiano

adquirida nos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, entre outros, que fizeram com que a citada unidade de produção enfrentasse um período de crise inclusive com ameaça de fechamento da usina. Segundo os camponeses entrevistados, a empresa apresentou problemas de logística na coleta da mamona e, por outro lado, muitos camponeses que assinaram contratos também tiveram dificuldade com a entrega do produto no prazo estipulado.

Fonte: Blog de Josias Gomes, disponível em: www.josiasgomes.com/.../84-brasil-ecodiesel-tenta-fechar-usina-em-i...

Figura 09 Bahia: usina de produção de biodiesel da Brasil Ecodiesel no município de Iraquara

O grupo Comanche Clean Energy, controlado por um fundo de investimento de capital norte-americano, chegou ao Brasil com a intenção de atuar no setor de produção de combustíveis renováveis, tanto para comercialização interna quanto para exportação. De acordo com os dados da ANP, a Comanche possui uma usina de produção de biodiesel instalada no município de Simões Filho – BA (figuras 10 e 11), com capacidade de produção autorizada pela ANP de 335 m³/dia. Essa usina já possui autorização para funcionamento e comercialização concedidas pela ANP nos anos de 2007 e 2009, respectivamente.

Fonte: Google imagens Disponível em: www.google.com

Figura 10 Bahia: usina de produção de biodiesel da Comanche no município Simões Filho

Fonte: Fequimfar. Disponível em: <http://www.fequimfar.org.br/base43.html>

Figura 11 Bahia: usina de produção de biodiesel da Comanche no município Simões Filho

A usina da Comanche comercializou, nos últimos quatro anos, um total de 48.470 m³ de biodiesel nos leilões da ANP, sendo 21.525 m³ em 2008, 10.958 m³ em 2009, 11.496 m³ em 2010 e 4.491 m³ no ano de 2011. Segundo informações diversas publicadas em vários veículos de comunicação na internet, como as páginas online do Jornal A tarde e do Correio da Bahia, a Comanche se instalou no território baiano com a intenção de produzir biodiesel, utilizando matéria-prima da agricultura familiar, principalmente, com plantadores de mamona, girassol e pinhão-manso, oleaginosas que têm demonstrado potencial para a produção de biodiesel.

A usina da Biobrax está localizada no município de Una – BA. Essa usina tem uma capacidade produtiva de biodiesel autorizada pela ANP de 98 m³/dia. Pelas informações da ANP, a Biobrax só conseguiu autorização para produzir biodiesel em 30 de dezembro de 2010 e de comercialização em 26 de janeiro de 2011. Até dezembro de 2011, não existe registro de participação da referida usina nos leilões de compra de biodiesel da ANP.

Para manter o Selo Combustível Social e, conseqüentemente, a autorização da ANP para participar dos leilões de biodiesel, assim como, obter isenções de impostos, a Biobrax terá que utilizar no mínimo 30% de matéria-prima oriunda da agricultura camponesa na produção de biodiesel.

Um dos focos apresentados pela empresa é a intenção de produzir a partir da utilização da mamona, do girassol e principalmente do pinhão-manso, inclusive, especula-se que a Biobrax está desmatando uma área de 4 mil hectares de caatinga de alto porte para implantar lavouras de pinhão manso. O que agrava ainda mais a situação, do ponto de vista socioambiental, é que a possível área a ser desmatada faz parte da Bacia do rio Salitre, pertencente à Bacia do Rio do São Francisco. O processo de ocupação com oleaginosas de grande parte da Bacia do Rio São Francisco vem sendo formulado já há algum tempo nas políticas públicas estaduais como mostra a figura 12.

Fonte: Programa Bahiabio. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>

Figura 12 Programa Bahiabio: proposta de criação de polos de produção de oleaginosas no estado da Bahia

Por meio da figura 12 verificamos que há uma regionalização de grande parte da área que compreende a bacia do Rio São Francisco por tipo de oleaginosas, principalmente com o pinhão manso, a mamona, o girassol e o algodão, ou seja, o programa Bahiabio traz como proposta de base a implantação de polos de produção de oleaginosas nos biomas Caatinga e Cerrado como alternativa ao fornecimento de matérias-primas para a produção de biodiesel no estado da Bahia.

É preocupante essa disseminação de oleaginosas em áreas tão estratégicas do ponto de vista socioambiental, pois, além de provocar um rápido processo de supressão da vegetação nos biomas Caatinga e Cerrado, essa produção de oleaginosas passa a concorrer com a de alimentos da agricultura camponesa, o que pode implicar numa perda da soberania alimentar das famílias camponesas, no desabastecimento do mercado regional e no consequente encarecimento dos alimentos.

É válido ressaltar que a produção de biodiesel a partir de matérias-primas da agricultura camponesa não é uma livre escolha das usinas, mas sim, uma exigência do marco regulatório do PNPB, estabelecida no artigo 2º do capítulo II da Instrução Normativa nº 01 de 19-02-2009, que estabelece:

O percentual mínimo de aquisições de matéria-prima do agricultor familiar, feitas pelo produtor de biodiesel para fins de concessão, manutenção e uso do selo combustível social, fica estabelecido em: 10% (dez por cento) até a safra 2009/2010, e 15% (quinze por cento) a partir da safra 2010/2011 para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste; e 30% (trinta por cento) para as aquisições provenientes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e o Semi-árido a partir da data de publicação desta Instrução.

O respeito a esses percentuais de aquisição de matérias-primas junto aos camponeses é uma condição básica para a manutenção do Selo Combustível Social. Somente atendendo a essa e outras exigências é que as usinas passam a ter direito a obter e manter o Selo, para poder comercializar o biodiesel nos leilões organizados pela ANP e também usufruir de isenções fiscais, como descontos diferenciados nas contribuições para PIS/PASEB e COFINS⁶

⁶ Os coeficientes de redução das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a

2.3.3 Contradições do processo de territorialização da produção de biodiesel

Na questão da territorialização do PNPB no estado da Bahia, diversas contradições se mostram, sobretudo, na complexa relação entre o Estado, as indústrias produtoras de biodiesel, os fornecedores de matérias-primas, os trabalhadores da produção e outros. Em linhas gerais, verificamos que existe um série de conflitos na relação capital x trabalho, envolvendo essas usinas de produção de biodiesel instaladas no Estado, principalmente com a PBio Ba e com a Comanche.

No caso da PBio Ba, os gestores da usina estão sendo constantemente acusados pelo Sindicato dos Petroleiros da Bahia (SINDIPETRO) de negligência e descaso com normas de segurança estabelecidas dentro da usina. O Sindicato acusa os gestores da PBio Ba de estarem focando na produção e sendo omissos no que compete à segurança no trabalho. Segundo matéria publicada no boletim do SINDIPETRO, em janeiro de 2012, há corrosões e vazamentos em diversas tubulações da planta industrial, assim como defeitos no sistema de alarme e falta de treinamento dos funcionários para lidar com possíveis acidentes, como mostram as figuras 13 e 14.

utilização das alíquotas diferenciadas foram estabelecidos e modificados na Medida Provisória no 227 do ano de 2004 e nos Decretos nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004 e de nº 6.458 de 14 de maio de 2008.

Fonte: Boletim do SINDIPETRO-BA, n 21, janeiro de 2012

Fonte: Boletim do SINDIPETRO-BA, n 21, janeiro de 2012

Figuras 13 e 14 Bahia: instalações da usina de produção de biodiesel da PBio BA, com sinais de corrosão e vazamento de produtos químicos, município de Simões Filho.

Segundo informações vinculadas no site Bahia Notícias, em 30 de agosto de 2011, a Comanche Clean Energy sofreu uma penalidade imposta por decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, que determinou o bloqueio das faturas em aberto da empresa junto à Petrobras, na quantia aproximada de R\$ 350 mil reais, a fim de saldar o débito trabalhista do grupo econômico. Essa ação foi movida pelo Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia (SINDIQUIMICA – BA), visando garantir recursos para sanar os salários em atraso e as verbas rescisórias dos trabalhadores da citada empresa.

Além do SINDIQUIMICA – BA, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (FEQUIMFAR) também estão acusando a Comanche de desrespeito às leis brasileiras trabalhistas e ambientais e de estar explorando os trabalhadores e negligenciando totalmente seus compromissos com os passivos trabalhistas em outras usinas existentes no país. Como afirmam:

Mas tudo o que empresa vem fazendo nos últimos anos é desrespeitar a legislação brasileira, explorando os trabalhadores. A unidade de Canitar possui cerca de 1 mil funcionários que estão afastados desde o dia 15 de dezembro, sem receber os seus salários. Em Tatuí a empresa afastou e, posteriormente, demitiu sumariamente, cerca de 300 trabalhadores da unidade, sem aviso prévio e negociação com o Sindicato. Nesse processo foi constatado que a empresa não vinha depositando o FGTS e nem recolhendo as verbas previdenciárias dos respectivos funcionários, que estão em atraso há mais de dois anos. Em Canitar a empresa afastou os trabalhadores a partir do dia 15 de dezembro de 2010 e não pagou o 13º salário e nem efetuou o pagamento dos meses de: dezembro de 2010 e janeiro de 2011, bem como as férias de muitos funcionários não foram quitadas. (FEQUIMFAR, 2012, acesso em janeiro de 2012)

Os casos retratados demonstram que a prioridade desses grupos hegemônicos é a produção de mercadorias para comercializar no mercado capitalista. Nessa escala de prioridades, os trabalhadores ficam relegados à insegurança nas condições de trabalho e ao descaso com a falta de pagamento de salários e direitos trabalhistas. Essas evidências, que se materializam em ações, revelam a verdadeira face dessas empresas, controladas por grupos hegemônicos globais, que é a face da exploração, ou seja, obtenção de mais-valia mediante tempo de trabalho não pago ao trabalhador. É o modo capitalista de produção estabelecendo valores numa escala global, como diz Harvey (2006, p. 63):

A tendência do capitalismo, portanto, é estabelecer um conjunto universal de valores baseado no “trabalho social abstrato”, definido numa escala global. Do mesmo modo, essa é a tendência da exportação de capital de equalizar a margem de lucro sobre uma escala global. O processo de acumulação origina a tendência da penetração das relações sociais capitalistas em todos os aspectos da produção e da troca, e em todo mundo.

Com base no comportamento das empresas que estão atuando no Estado da Bahia, no padrão em que as políticas públicas estaduais de incentivo à produção do biodiesel estão organizadas e na forma como o PNPB está sendo conduzido no Estado, podemos levantar questões que nos remetem ao entendimento de que o PNPB está se territorializando no Estado, muito mais, pelo viés da criação de novos fluxos de capital, do que realizando, de fato, intervenções na direção da inclusão autônoma e participativa do campesinato no PNPB com foco no desenvolvimento socioespacial.

As denúncias das entidades de classe, a exemplo do SINDIPETRO, do SINDIQUIMICA e da FEQUIMFAR colocam em xeque a essência que fundamenta a política nacional de biocombustíveis, pois a parte da industrialização é integrante do conjunto de ações inerentes à territorialização do PNPB, tanto no espaço baiano, quanto no espaço nacional. Com base nas denúncias expostas, percebemos que, na prática, a prioridade do Programa reside muito mais na reprodução de capital do que na valorização do trabalhador e do trabalho enquanto elemento gerador de riquezas.

As situações analisadas levam a pensar que o PNPB caminha mais em direção à criação de fluxos que possam articular novas passagens ao movimento de expansão do capital, do que necessariamente propondo, na prática, uma política de fomento social, ou seja, “(...) a expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação” (HARVEY 2006, p 64). Infelizmente, em muitos casos, o PNPB está se resumindo a estruturas de viabilidade da expansão do capital, inclusive no Estado da Bahia.

Quadro 02 Bahia: movimentação de biodiesel (B100) oriundo do Estado da Bahia - 2008/2009/2010/2011*

UF de origem	m ³ /2008	m ³ /2009	m ³ /2010	m ³ /2011*	Total em m ³
Bahia	66.331	80.199	90.918	93.940	331.388

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base nas informações da Superintendência de Abastecimento (SAB): relatório de movimentação de produto - 08/11/2011. Disponível em: www.anp.gov.br *Dados atualizados até outubro de 2011.

A produção e movimentação de biodiesel apresenta um quadro de crescimento no estado da Bahia, como atestam os dados do quadro 02. Esses dados são referentes à movimentação de biodiesel no Estado entre os anos de 2008 e 2011. Os mesmos conferem o quanto o capital vem se expandindo no Estado em questão, pela via da produção de biodiesel, de forma integrada com os programas Bahiabio e PNPB. Em 2008, foram movimentados no território baiano 66.331 m³ de B100 (biodiesel puro), 80.199 m³ em 2009, 90.918 m³ em 2010 e 93.940 m³ em 2011. Verificamos que houve crescimento ano a ano da movimentação e, consequentemente, produção de biodiesel no Estado.

Essa crescente movimentação de biodiesel coloca a Bahia na rota dos novos fluxos de capital, uma rota que, por meio de cooperativas e contratos diretos, já alcança aproximadamente 26 mil famílias camponesas como fornecedoras de oleaginosas e absorve milhares de toneladas de produtos do agronegócio, principalmente soja e algodão, para a produção do biodiesel e outros derivados.

Tabela 06 Principais compradores do B100 oriundo do Estado da BA - entre os anos de 2008 e 2011*

UF de origem	Município destino	Razão social do destino	Total em m³
Bahia	Maceió – AL	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A	4.446
Bahia	Candeias – BA	ALESAT COMBUSTÍVEIS S. A.	2.959
Bahia	Candeias – BA	HORA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.	3.472
Bahia	Candeias – BA	LARCO COM. DE PROD. DE PETRÓLEO LTDA	7.511
Bahia	Candeias – BA	PETROLEO BRASILEIRO S/A	25.988
Bahia	Jequié – BA	RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	5.028
Bahia	Madre de Deus – BA	PETROX DISTRIBUIDORA LTDA.	3.664
Bahia	São F. do Conde – BA	COSAN COMB. E LUBRIFICANTES S.A.	6.842
Bahia	São F. do Conde – BA	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A	7.666
Bahia	São F. do Conde – BA	PETROLEO BRASILEIRO S/A	15.684
Bahia	São F. do Conde – BA	TOTAL DISTRIBUIDORA S/A.	6.030
Bahia	São F. do Conde – BA	RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	36.278
Bahia	São F. do Conde – BA	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	53.325
Bahia	Vitória – ES	RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	3.257
Bahia	Vitória – ES	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	4.294
Bahia	Betim – MG	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	3.466
Bahia	Ipojuca – PE	DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA.	3.684
Bahia	Ipojuca – PE	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A	7.788
Bahia	Ipojuca – PE	PETROLEO BRASILEIRO S/A	5.465
Bahia	Ipojuca – PE	SETTA COMBUSTÍVEIS LTDA	3.886
Bahia	Ipojuca – PE	RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	7.642
Bahia	Ipojuca – PE	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	26.116
Bahia	Duque de Caxias – RJ	COMPANHIA BRAS. DE PETRÓLEO IPIRANGA	3.474
Bahia	Guamaré – RN	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	7.471
Bahia	Laranjeiras – SE	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	19.639
Total			275.075

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo, com base nas informações da Superintendência de Abastecimento (SAB): relatório de movimentação de produto – 08/11/2011. Disponível em: www.anp.gov.br *Dados atualizados até outubro de 2011.

O movimento do biodiesel produzido no Estado da Bahia ultrapassa os limites fronteiriços do próprio Estado e, com isso, possibilita o estabelecimento de fluxos comerciais com outras partes do país. Por meio da tabela 06, observamos que o biodiesel baiano é comercializado com distribuidoras de combustíveis de várias partes do Brasil. Entre 2008 e outubro de 2011, as distribuidoras que mais adquiriram biodiesel produzido na Bahia foram: a Petrobrás Distribuidora S.A., a Raizen Combustíveis S.A., e a Petróleo Brasil S.A. Essas e outras distribuidoras espalhadas pelo país adquirem o biodiesel (B100) e revendem o produto no mercado (postos de gasolina e outros) misturado ao óleo diesel com percentual de lucro acrescido.

Essa cadeia que envolve produção, circulação, distribuição e consumo de biodiesel consolida as novas ações do modo capitalista de produção no espaço, sobretudo, facilitando a territorialização de forma direta e indireta do capital por dentro de segmentos sociais antagônicos, como é o caso de parte da agricultura camponesa do semi-árido baiano. Outro ponto que vale destacar é que o PNPB, por meio do Selo Combustível Social, possibilita o envolvimento de cooperativas e entidades de classe, a exemplo de sindicatos de trabalhadores rurais e associações de agricultores camponeses, na teia de relações que, na prática, vem se revelando como uma estratégia do capital de monopolização do território e expropriação da renda da terra camponesa no Estado da Bahia e no território nacional como um todo.

2.4 – PNPB, selo Combustível Social e agricultura camponesa

O Biodiesel é um tipo de combustível produzido a partir de fontes naturais como óleos vegetais e as gorduras animais. Ele é obtido por meio da reação com álcool e catalisadores (transesterificação) ou com a destilação com catalisadores (craqueamento) e pode ser utilizado em qualquer motor a diesel de caminhões, ônibus, barcos, trens, máquinas agrícolas e até em motores que geram energia elétrica, conforme Edgardo Aquiles Prado, Renato André Zan, Deisy Camila Golfetto e Vânia Denise Schwade:

A legislação brasileira define biodiesel como um derivado de um monoalquil éster de ácidos graxos de cadeia longa, proveniente de fontes renováveis como óleos vegetais ou gordura animal, cuja utilização está associada à substituição de combustíveis fósseis em motores de ignição por compressão (motores do ciclo Diesel). (EDGAR; ZAN; GOLFETTO; SCHWADE, 2006, p. 9208).

O biodiesel pode ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções. A mistura de biodiesel ao diesel de petróleo, no caso em vigor de 5%, é chamada de B5 e assim sucessivamente, até o biodiesel puro, o qual é denominado B100. A mistura do biodiesel e também do etanol, respectivamente ao diesel e a gasolina, tem a vantagem do aproveitamento de um arranjo produtivo já existente no agronegócio, conforme defendem alguns autores.

A mudança gradual da atual matriz energética para a próxima é, também, um fator de sucesso na implementação dos biocombustíveis, comparados às outras alternativas energéticas, como nuclear, fotovoltaica, eólica ou via hidrogênio. A possibilidade de usar arranjos já disponíveis para geração, distribuição e consumo evita a necessidade de pesados investimentos prévios à adoção do novo combustível. Assim, adição de etanol à gasolina e de biodiesel ao diesel de petróleo (petrodiesel), que vem sendo feita pioneiramente no Brasil há poucos anos, usa a capacidade instalada do agronegócio da cana e das oleaginosas e permite prever um crescente aumento da necessária evolução tecnológica para lidar com essas substâncias. (EDGAR; ZAN; GOLFETTO; SCHWADE, 2006, p. 9207).

Torna-se ponto contraditório o fato de que um programa que busca a autonomia produtiva e principalmente a inserção da agricultura camponesa em sua cadeia de produção, fique na dependência de arranjos produtivos criados para dar suporte ao agronegócio. Esses arranjos, em sua maioria, refletem o forte predomínio da monocultura, da concentração fundiária e constante mecanização tecnificada, justamente elementos que não combinam com a proposta de inserção da agricultura camponesa no Programa. O que fica evidente é que essa forma de atuação do PNPB reforça os mecanismos de sujeição da renda da terra camponesa ao modo capitalista de produção.

O que devemos buscar, em caráter de urgência, é o desenvolvimento de tecnologias e logísticas específicas que possibilitem a produção e comercialização do biodiesel com participação autônoma da agricultura camponesa em sua cadeia produtiva com condições que lhe sejam propícias. Uma produção em que o capital

não tenha tantas facilidades para se apoderar do trabalho “não pago” dos camponeses.

Segundo o discurso oficial do MDA (2008), além de ser um combustível limpo, que não polui o meio ambiente, a produção industrial do biodiesel e o cultivo de matérias-primas vão ajudar a criar milhares de empregos na agricultura camponesa, estimulando a inclusão social, principalmente nas regiões Norte e Nordeste e na área do Semi-árido brasileiro. Além disso, o biodiesel vai fazer com que o Brasil importe menos diesel de petróleo, gerando uma grande economia para a nação.

Diante do discurso institucional algumas questões devem ser levantadas, tais como a situação do conjunto das relações entre os camponeses e as empresas produtoras de biodiesel, uma vez que, no discurso governamental essas questões não estão claras. Compreendemos a visível necessidade de ampliação da produção com base na biomassa no Brasil, porém, essa urgência não pode ser feita a partir de bases verticalizadas e excludentes, pois a política energética deve ser formulada por meio de um permanente diálogo com a sociedade.

Não se pode perder de vista os erros do passado e que, de certa forma, continuam no presente com as paisagens homogêneas dos plantations de cana-de-açúcar. Para Abramovay *et al* (2007, p. 02), mesmo de forma paralela à expansão das usinas de álcool, o Governo brasileiro formula e começa a aplicar uma política de apoio à produção de biodiesel, cuja intenção explícita tem o sentido contrário daquele que caracteriza a oferta nacional de álcool a partir da cana-de-açúcar.

[...] o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) volta-se, de forma declarada, a integrar agricultores familiares à oferta de biocombustíveis e, por aí, contribuir ao fortalecimento de sua capacidade de geração de renda. E pretende fazê-lo em modalidades produtivas que evitem a monocultura e permitam o uso de áreas até então pouco atrativas.

Os documentos oficiais do Governo federal atestam que a principal diretriz do PNPB é implantar um modelo de energia sustentável, a partir da produção e uso do biodiesel obtido de diversas fontes oleaginosas, que promova a inclusão social, garantindo preços competitivos, produto de qualidade e abastecimento (MCT, 2008, p. 01).

É importante o surgimento de programas que visem o desenvolvimento de novas culturas agrícolas e que tenham como meta a inclusão social dos camponeses. Mas, será que o PNPB está se propondo a esse fim? Uma preocupação latente se fundamenta em duas questões. A primeira é a forte presença da soja, monocultura produzida em grande escala e controlada por poderosos capitais nacionais e internacionais.

É verdade que a soja oferece alguns inconvenientes para que seja a matriz produtiva do biodiesel: baixo teor de óleo, concorrência com o óleo comestível, o que traz insegurança em sua oferta para a produção de combustíveis, e dependência, na valorização do produto, dos preços do farelo, cujo mercado é totalmente independente daquele em que se formam os preços do biodiesel. Mas o peso da soja na matriz produtiva de óleos vegetais é tão grande que tornaria pouco provável, na ausência de uma intervenção governamental na organização do mercado, a afirmação produtiva de outros produtos que lhe fossem alternativos. (ABRAMOVAY & MAGALHÃES, 2007, p. 02)

Fica claro que, se o Governo não fizer intervenções necessárias no que compete à diversificação de matéria-prima para a produção do biodiesel, a soja, com maior índice de produtividade, infraestrutura produtiva e logística, commodity controlada por grandes capitais, poderá impossibilitar o desenvolvimento de outras culturas agrícolas que podem servir como matéria-prima básica para geração de energia no país. Essa situação, que denota um forte processo de territorialização do agronegócio na produção nacional de biodiesel, é ainda mais evidente em algumas áreas, a exemplo, do estado de Mato Grosso, como mostram Monteiro e Alves Pinto (2011, p. 127):

Como a produção de biodiesel tem no óleo de soja a sua principal matéria-prima e em Mato Grosso a produção da soja se desenvolveu ao longo da referida ferrovia – é muito natural que a instalação de usinas tenha seguido o mesmo caminho, em busca não só da soja, como também de esmagadoras que produzem o óleo. Em muitos casos, a indústria processadora de soja acaba instalando uma usina de biodiesel em sua planta industrial, como fizeram a ADM e a Agreco, caracterizando um modelo de produção verticalizada.

A segunda questão está relacionada ao próprio marco regulatório do Programa, que prevê estabelecimento de contrato de “parceria” entre agricultores

camponeses e as empresas processadoras de matéria-prima. Essa iniciativa, da forma com está sendo proposta, é inovadora e ao mesmo tempo contraditória, principalmente quando se trata de agentes historicamente antagônicos, como é o caso dos camponeses e dos empresários das agroindústrias. Um mecanismo chamado de Selo Combustível Social⁷ é colocado como o instrumento viabilizador das contraditórias relações que estão sendo construídas dentro do PNPB. No sentido de legitimar ideologicamente essas ações, o Governo Federal estabelece que:

O uso autorizativo do biodiesel no início de sua comercialização, o regime tributário diferenciado reconhecendo a importância da produção de oleaginosas pela agricultura familiar – principalmente de mamona e dendê nas regiões Norte, Nordeste e no Semi-árido – e a criação do Selo Combustível Social são instrumentos do marco regulatório para promover a inclusão social na cadeia de produção do novo combustível. O Selo, concedido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), estabelece as condições para os produtores industriais de biodiesel obterem benefícios tributários e financiamentos. Para receber o Selo, o produtor industrial terá que adquirir matéria-prima de agricultores familiares, além de estabelecer contrato com especificação de renda e prazo e garantir assistência e capacitação técnica. (CARTILHA BIODIESEL, 2008, p. 08)

Em seu formato legal, o Selo Combustível Social se configura numa exigência institucional, presente no marco regulatório que visa criar garantias à participação da agricultura camponesa na produção de matérias-primas para a produção de biodiesel. O Selo vincula benefícios de financiamentos, tributários e de compra da matéria-prima, com preços pré-estabelecidos, de modo a tentar oferecer alguma segurança comercial aos camponeses e permitir certa organização ao setor de comercialização das matérias-primas. O Selo Combustível Social permite às empresas produtoras de biodiesel melhores condições de financiamento junto ao

⁷ O Selo Combustível Social foi criado com o objetivo de estabelecer regras e determinados mecanismos para viabilizar um conjunto de relações entre empresas processadoras de biodiesel e os camponeses produtores de matérias-primas. O referido Selo foi criado pelo Decreto 5.297 de 06 de dezembro de 2004, o qual traz em seu artigo 2º a seguinte redação: “Art. 2º Fica instituído o selo “Combustível Social”, que será concedido ao produtor de biodiesel que: I - promover a inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que lhe forneçam matéria-prima; e II - comprovar regularidade perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (...)”

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de garantir a participação dessas empresas nos leilões de compra do biodiesel, realizados pela ANP, como mostra Rossetto (2011, p. 103):

A conquista deste selo é de suma importância para as indústrias transformadoras de matéria-prima vegetal, haja vista que, ao obtê-lo, estas passam a ter prioridade nos leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP), os quais são divididos em dois lotes. O primeiro, com 80% da oferta de demanda, está acessível apenas para quem possui o Selo Combustível Social, ou seja, para quem compra parte da matéria-prima de pequenos produtores.

Será que esse novo conjunto de relações entre as indústrias e os camponeses terá continuidade mediante a expansão do mercado de biodiesel? Quais as chances de que essa política, pautada no estreitamento das relações entre agroindústria e agricultura camponesa possua um caminho durável para as populações que se encontram na base da pirâmide social da produção agrícola? Esses questionamentos refletem as incertezas e as contradições que permeiam as relações de mercado que estão sendo construídas na proposta do PNPB.

De acordo com a proposta do Selo Combustível Social, as empresas devem firmar contratos com os camponeses com mediação dos respectivos sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades de classe credenciadas pelo MDA. Os contratos terão que ter, obrigatoriamente, prazo em que se estabelece a relação contratual; valor a ser pago pelo produto adquirido; oferecimento de assistência técnica pelas agroindústrias aos produtores; e condições de entrega dos produtos. Parte dessas exigências pode ser observada no artigo 7º da Instrução Normativa nº 01 de 19 de fevereiro de 2009, como segue:

Art. 7º Para concessão, manutenção e uso do Selo combustível social, o produtor de biodiesel deverá celebrar previamente contratos com todos os agricultores familiares ou suas cooperativas agropecuárias. § 1º As negociações contratuais terão participação de pelo menos uma representação dos agricultores familiares, que poderão ser feitas por: a) Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de Trabalhadores na Agricultura Familiar ou Federações filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag; b) Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de Trabalhadores na Agricultura Familiar filiados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf; c) Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de Agricultores Familiares ligados à Associação Nacional dos Pequenos Agricultores - ANPA; e d) Outras instituições

credenciadas pelo MDA (...) (Art. 7º da Instrução Normativa Nº 01 de 19-02-2009)

Além de regulamentar o estabelecimento de contrato com regras previamente estabelecidas entre produtores de biodiesel e os camponeses fornecedores de matérias-primas, a Instrução Normativa também estabelece a obrigatoriedade do oferecimento de assistência técnica e capacitação para todos os camponeses produtores de oleaginosas formalizados em contrato. Pelo o marco regulatório, o fornecimento de assistência técnica e capacitação aos camponeses é uma condição essencial para que o produtor de biodiesel mantenha o Selo Combustível Social, como observamos na redação do artigo 10:

Art. 10. Para concessão, manutenção e uso do selo combustível social, o produtor de biodiesel deverá assegurar assistência técnica e capacitação para a produção de oleaginosas a todos os agricultores familiares com os quais formalizar contrato. Parágrafo único. A prestação dos serviços de assistência técnica aos agricultores familiares e de sua capacitação para a produção de oleaginosas poderá ser desenvolvida diretamente pela equipe técnica do produtor de biodiesel ou por instituições/cooperativas/empresas por ele contratadas ou conveniadas. (Art. 7º da Instrução Normativa Nº 01 de 19-02-2009).

Para Abramovay & Magalhães (2007), esse tipo de relação é inédito no Brasil, pois vai unir numa mesma lógica de mercado agricultores e agroindústrias mediante regulamentação do Governo federal. Para o autor,

O PNPB estimulou a formação de “*laços fracos*” por parte de todos os protagonistas nele envolvidos: ele incentivou vínculos sociais entre atores que não pertencem ao mesmo universo político, econômico e social. Isso se exprime na vida das organizações sindicais (que passam a estabelecer relações de parceria com empresas) nas práticas empresariais (que passam a apoiar várias de suas atividades naquilo que fazem os sindicatos) e no próprio Governo (que, no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, deixa de ter relações quase exclusivas com os movimentos sociais e passa também a negociar com as empresas). (ABRAMOVAY & MAGALHÃES, 2007, p. 02)

Esses “laços fracos” podem se materializar em novas condições de trabalho e boas oportunidades para a agricultura camponesa e/ou podem servir como mais um mecanismo para a subordinação e expropriação da renda da terra camponesa. Tudo

vai depender dos contornos e dos embates entre as forças sociais envolvidas no direcionamento do Programa ao longo de sua existência.

Essas preocupações ganham formato a partir do entendimento de que, historicamente, no Brasil, a construção desse tipo de articulação entre agricultura camponesa e empresas ligadas ao capital indústria e/ou financeiro serviram para subordinar a renda dos camponeses, como aponta Martins (1986),

Pode-se perceber neste tipo de análise centrada na articulação entre a agricultura familiar/capital industrial financeiro, a partir de uma dinâmica histórica, que a renda fundiária a ser potencialmente retida pelo agricultor, na realidade, flui para os lucros bancários, via dependência do sistema de crédito, e também incrementa a taxa de lucro das grandes empresas industriais ao baratear a reprodução da força de trabalho industrial.

Para Martins (1986), a renda da terra gerada pela agricultura camponesa acaba se perdendo nas lógicas de mercado, as quais, em sua maioria, são comandadas pelo capital industrial e financeiro. Nesse contexto, Costa Neto (2008, p. 05) orienta que “deve-se então não só questionar essa funcionalidade nas relações entre o capital e a agricultura como é preciso caracterizar as relações entre o capital e a agricultura familiar, no que diz respeito à renda da terra”.

O que não deve acontecer é a repetição das experiências que já existem, nas regiões Sul e Sudeste do país, entre os camponeses produtores de suínos, vinculados a empresas, como a Sadia e a Perdigão, e produtores de leite vinculados à Parmalat, os quais movimentam diversos processos na justiça, alegando contratos injustos e inegociáveis por parte das empresas. Ou mesmo, com os camponeses criadores de frangos do Recôncavo Sul do Estado da Bahia, ligados às empresas avícolas, como a Avigro, a Avipal e outras que trabalham mediante contratos que não lhes permitem negociar preços e muito menos ter autonomia para buscar novas parcerias.

No rumo da análise que envolve relações antagônicas entre agentes da agroindustrialização e agricultores camponeses, Bernardes (2011, p. 69) esclarece:

A articulação entre grupos com recursos, oportunidades, possibilidades e níveis de rentabilidades tão heterogêneos, impulsionados por interesses

distintos, gera conflitos de diversas ordens e/ou pactos. O conflito se expressa na imposição do tipo de matéria-prima e ser utilizada, selecionada segundo as necessidades e conveniências da indústria, na imposição das formas de cultivo, das técnicas, do preço estabelecido, enfim, nos contratos assinados e na liberdade do empresário em buscar o selo social em outras regiões.

Há uma construção de relações sociais em bases diferenciadas do ponto de vista da paridade, no que compete à influência política, à organização econômica e ao grau técnico de atuação dos agentes imbricados no conjunto de relações que envolvem camponeses e setores industriais voltados para a produção de biocombustíveis e outras mercadorias. Com relação a essas disparidades confirma Bernardes (2011, p. 69) quando nos diz que “(...) quem é hegemônico estabelece as condições e as relações, convence a sociedade de que seu projeto é melhor”.

Relações excludentes de produção fazem com que parte da renda da terra camponesa seja diretamente transferida para o proprietário da terra, agroindústrias, e/ou empresas financeiras, pois:

Seja na grande, ou na pequena exploração e suas variantes intermediárias, inclusive nos regimes de parceria [...] o que está sempre presente é a exploração econômica. Exploração que se materializa na apropriação de trabalho não pago, incorporado à mercadoria, por parte daqueles que detêm o controle dos meios e dos instrumentos de trabalho. (SILVA, 1991, p. 64)

Segundo Santos J, (2007, p. 114), essa situação de exclusão e de subordinação da renda da terra camponesa se agrava ainda mais quando esses agricultores possuem estabelecimentos rurais muito pequenos e com baixa capacidade produtiva, ou mesmo quando não possuem terra. Nessa linha, o autor afirma que:

O fato de não ter terra para produzir ou possuir um estabelecimento muito pequeno, que também não permite uma produção satisfatória para a sobrevivência da família, cria uma situação de subordinação dos trabalhadores rurais sem terra e agricultores familiares àqueles que detêm o monopólio da terra. Essa subordinação se traduz em dominação política e expropriação da renda desses trabalhadores.

Nessa linha de análise, Frank (2005 p. 86) explica que o processo histórico de monopolização da terra no Brasil coloca o agricultor sem terra numa situação de perda de grande parte de sua renda. O autor explana que:

A monopolização da terra obriga os não possuidores, e mesmo os pequenos proprietários, a comprar acesso a esse recurso decisivo ou a seus frutos. Não tem outro modo de fazê-lo se não vendendo seu trabalho ao próprio comprador monopolista (FRANK, 2005).

Essas novas relações de “parceria” com a formalização de contratos mediados pelos sindicatos de trabalhadores rurais vêm provocando divergências entre as entidades de classe. Para algumas, a exemplo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTAG), esse novo momento empodera os sindicatos e, ao mesmo tempo, cria novas formas de legitimação e fortalecimento político das entidades frente aos trabalhadores rurais e outros agentes. Para outros segmentos, a exemplo, da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar no Brasil (FETRAF) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), essas relações de “parceria” criam uma situação de dependência dos camponeses com as empresas de produção do biodiesel.

Para Cassol (2007, p. 04), o Brasil entra na produção de biocombustíveis reforçando práticas insustentáveis do ponto de vista ambiental e social, beneficiando grandes empresas e lançando os pequenos agricultores em armadilhas já conhecidas, além de prejudicar a produção de alimentos para o consumo interno. O autor vê problemas relacionados ao crescimento da monocultura e ao aprisionamento dos agricultores familiares às grandes empresas do setor, criticando a proposta do Selo Combustível Social. Demarcando um posicionamento, o autor afirma:

No entanto, mesmo projetos alinhados ao Combustível Social apresentam problemas, principalmente por apostarem na monocultura da mamona nas regiões Sul e Nordeste do país, e na compra direta de grãos dos agricultores, colocando-os em um sistema de integração com grandes empresas, como acontece nas cadeias do fumo e do leite, em que são freqüentes os casos de exploração econômica a que são submetidos os pequenos agricultores.

Essas incertezas fazem com que os camponeses e parte de suas organizações representativas passem a ver a participação na política nacional de biocombustíveis com alto grau de desconfiança, mas também com a certeza de que este é um campo em disputa no cenário nacional, ou seja, é a dimensão da política pública numa disputa estratégica entre dois modelos de produção antagônicos que protagonizaram diversos conflitos na história da produção do espaço agrário brasileiro.

De um lado, as monoculturas, a concentração fundiária, a agricultura altamente tecnificada e a forte concentração da renda, concretizando o que José Graziano da Silva chama de “novo rural moderno” (SILVA, 1991, p. 28). Do outro lado, a agricultura camponesa, com gestão e mão-de-obra familiar e relações de trabalho não capitalistas, geralmente baixa tecnificação e renda em pequenas propriedades.

Temos que compreender que tipo de espaço rural está sendo produzido a partir da política pública de implantação do PNPB. O rural marcado pelas desigualdades sociais com forte permanência das velhas formas de exploração do trabalho, sujeição da renda camponesa e verticalidades sociais, ou um espaço rural pautado na inclusão dos camponeses, com garantia de melhorias das condições de vida para esses trabalhadores?

Essas questões demandam profundas reflexões acerca da base organizacional que o Estado, por meio do PNPB, estabelece para a produção e a utilização de biocombustíveis no Brasil. Reflexões que devem se fundamentar numa revisão do próprio conceito de camponês, enquanto trabalhadores rurais inseridos em lógicas produtivas que mudam rapidamente de acordo como os movimentos de expansão e retração do capital. Além disso, há também a necessidade de buscarmos desenvolver uma base de conhecimento que possa dar conta de compreender e discutir com mais solidez essas novas relações que estão sendo criadas no seio do modo de produção capitalista entre os camponeses e a política nacional de produção de agrocombustíveis materializada no PNPB.

3 CAMPESINATO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE IRECÊ

O Governo Federal, por meio do MDA, criou em 2003 uma nova política de atuação no espaço nacional. Essa política veio imbuída por uma concepção diferenciada no que diz respeito à materialização das ações do Estado no processo de produção e reprodução do espaço brasileiro, ou seja, “a utilização de expressões como articulações intermunicipais, questão territorial ou simplesmente território, ganha espaço com a mudança da orientação política federal no Brasil a partir de 2003.” (COUTO & ROCHA, 2008, p. 02)

A criação de recortes territoriais foi uma estratégia voltada para o desenvolvimento de políticas públicas em áreas que reúnam grupos de municípios com características comuns, como aponta a SDT (2008, p. 09):

A identificação de regiões (territórios) com realidades e problemáticas similares resulta em ações estratégicas que consideram não mais o município isoladamente. Como elemento estimulador para essa visão do desenvolvimento, instituições públicas de crédito e financiamento passam a vincular a liberação de recursos a planos que integrem municípios, mantenham espaços comuns de discussão das alternativas locais e sejam potencialmente positivos para *todo* o Território.

A proposta do Governo Federal é que, na abordagem territorial, se desenvolvam políticas públicas de forma horizontalizada, possibilitando a participação dos agentes locais, conforme nos indica a STD (2008, p. 10):

É bom ter claro que na abordagem territorial o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável.

Percebemos que os termos “desenvolvimento sustentável”, “agentes locais” e “ações estratégicas” povoam o discurso governamental na tentativa de legitimar e dar funcionalidade a esses novos recortes territoriais. Essa nova estratégia de

regionalização espacial passa por um conjunto de interesses, os quais colocam a identidade e outras características comuns aos municípios na mira de travestidas propostas de monopolização e territorialização do capital em novas áreas do país.

Nesse sentido, usar os termos citados, principalmente, o de “desenvolvimento sustentável”, entra como uma das diversas marcas de criação de possibilidades para o estabelecimento de novas relações de poder entre municípios, comunidades, capital, Estado e Governos. É o que demonstra a própria SDT (2008, p. 09), afirmando que “o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um *capital* crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento”.

Aqui compreendemos o território pelo viés da legitimação social, em que a participação e o consenso social se colocam como condições essenciais nos vieses de construção de territorialidades no conjunto das relações de poder estabelecidas em determinada porção do espaço. Sendo o poder concebido como algo que emerge da coletividade social e não de um detentor individual. Nesse sentido, entendemos como pertinente as reflexões de Arendt, (1994, p. 36), quando afirma que “o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido”.

O que se questiona é se essa nova divisão do espaço brasileiro em territórios de identidade vai realmente incorporar uma nova onda de políticas públicas calcadas na horizontalidade e no consenso social, ou se vai funcionar apenas como mais uma maré de oportunidades para que o grande capital possa expropriar renda, o que pode acarretar uma série de conflitos entre os agentes que compõem o tecido social das relações de poder, dentro do próprio território.

A discussão coletiva com ampla valorização da participação social é imprescindível para o processo de construção de políticas que realmente atendam uma dimensão territorial de forma diferenciada. Essa diferença se estabelece no sentido do território surgir como condição ao desenvolvimento e que possa englobar os mais diversos anseios, principalmente dos municípios e de outras instituições envolvidas nessa nova dimensão da ação política, como aponta Couto & Rocha, (2008, p. 13), afirmando que:

Para o território emergir como alternativa administrativa viável torna-se imprescindível a concordância dos municípios envolvidos na proposição e execução de estratégias ao desenvolvimento da região. A atuação de instituições públicas de crédito, financiamento e capacitação técnica, dentro dessa perspectiva, transfere-se do atendimento às demandas isoladas para programas mais amplos, envolvendo soluções que perpassem os limites municipais, considerando as realidades e peculiaridades sócio-econômicas, políticas e ambientais (...).

Com base nestes autores, podemos dizer que o debate sobre essa nova realidade territorial deve perpassar pela articulação dos diversos agentes envolvidos e pela construção de uma ampla cultura de participação social na qual os agentes locais possam ter a oportunidade de agir em sintonia com os interesses endógenos da coletividade espacial. “Dessa forma, precede à formação do território a organização e mobilização dos agentes locais, a definição de papéis e de funções a serem exercidas diante do contexto que se apresenta, onde se tornam incompatíveis práticas como o favorecimento a grupos distintos, assimetrias de informações e comportamentos tendenciosos”. (COUTO & ROCHA, 2008, p.13)

Com base nas questões levantadas, trabalhamos na perspectiva de que o território deve ser um tecido social marcado por ações políticas de cunho coletivo, onde as relações de poder não se confundem com aplicação de força individual, muito menos, de uso da violência, mas sim, na participação conjunta dos agentes envolvidos nos mais diferentes processos de construção de territorialidades.

Aqui concordamos com Brito (2004, p. 20), quando o autor se posiciona ao afirmar que “em outras palavras, já se nota contemporaneamente que está havendo uma tendência geral no sentido de que um único agente já não impõe mais, pelo menos abertamente, o que é comum nos regimes tirânicos de direita e/ou de esquerda, aos demais suas opiniões, paixões e desejos”. Ou seja, é de suma importância pensar o território a partir dos atuais movimentos e mudanças presentes na contemporaneidade, uma vez que, a organização social de movimentos populares, comunidades e outras manifestações, vêm buscando se sobrepor às formas autoritárias e pessoais de organização dos arranjos territoriais e das territorialidades. Nessa perspectiva, também concordamos com Saquet (2011, p. 16/17) quando define a territorialidade:

Sucintamente a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas, e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço temporais e organização política, que envolvem, evidentemente, as apropriações, as técnicas e tecnologias, a degradação, o manejo, os pertencimentos e etc.

É importante analisar os meandros que norteiam essa nova política territorial desenvolvida pelo Governo Federal via MDA e SDT, no sentido de avaliarmos criticamente os interesses envolvidos e os resultados obtidos até o momento. Para tanto, analisaremos o Território de Identidade de Irecê-BA, o qual foi institucionalmente delimitado com o discurso de facilitar a articulação regional de políticas públicas, como aponta a SDT (2008, p. 09):

A política de DRS tem como finalidade articular, promover e apoiar iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais, buscando reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os aos processos de desenvolvimento nacional e promovendo a melhoria das condições de vida das populações. O grande desafio enfrentado por esta política e seus gestores é articular e construir institucionalmente os territórios a partir da composição de identidades regionais, considerando-os espaços privilegiados para a concretização das políticas e das estratégias de desenvolvimento sustentável.

A partir dos objetivos da pesquisa vamos verificar, entre outras questões, como essa dimensão territorial está sendo colocada no limiar do debate sobre o que compete às territorializações do PNPB e ao processo de expropriação da renda da terra camponesa no Território de Identidade de Irecê - BA.

3.1 Território de Identidade de Irecê e a produção do espaço agrário

A formação histórica da área conhecida popularmente como região de Irecê é reflexo do projeto colonial de invasão e ocupação violenta das áreas interioranas do Brasil, principalmente da área que compreende o Estado da Bahia. A intensa busca por pedras preciosas, principalmente ouro e diamante, motivou varias expedições, sob a tutela da coroa portuguesa ao interior do país. Outro elemento importante nessa interiorização foi o desenvolvimento de atividades produtivas de mercado e de

subsistência, a exemplo da criação de gado, do cultivo de culturas voltadas para a alimentação das famílias camponesas e abastecimento das fazendas e também a mineração.

Com relação às atividade de mineração, Silva S.; Silva B & Leão (1989, p. 74) informam que:

A mineração, entretanto, foi, depois da agroindústria do açúcar, uma das atividades executadas em solo baiano que teve grande impacto sobre o povoamento. Descobertas as minas de Jacobina e do Rio de Contas nas primeiras décadas do século XVIII, a nova atividade não só iria atrair população para o sertão, como também forçaria a abertura de estradas e o incremento das relações entre Salvador e as novas fronteiras de povoamento.

O desenvolvimento de atividades produtivas no Brasil Colonial e principalmente no Estado da Bahia compôs uma ampla estratégia de ocupação territorial, por parte da coroa portuguesa, em terras brasileiras, ocupação que, aos poucos, foi se territorializando por meio de uma articulada criação de aglomerados populacionais, os quais, entre outras funções, serviam como ponta de lança da ocupação colonial, principalmente nas áreas interioranas, como aponta Santos J (2009, p. 37):

A expansão das atividades econômicas na Bahia com a cana-de-açúcar e seus respectivos engenhos e o fumo na Região do Recôncavo, a mineração na Região de Jacobina e Chapada Diamantina, a pesca e extrativismo no Sul e a rápida expansão da pecuária com fazendas de gado pelo Sertão, juntamente com as culturas de subsistência, contribuíram para a formação de núcleos populacionais em diversas partes da província. O resultado material dessa divisão espacial do trabalho verificada a partir do século XVII foi o rápido surgimento de povoados e vilas ao longo da costa e no interior.

A criação de gado no interior e a necessidade de deslocamento desses animais para abastecer os mais diversos mercados com carne, couro e força motriz, a exemplo das áreas canavieiras no recôncavo baiano, a cidade de Salvador e outros, fez com que muitos caminhos fossem abertos no coração da região semi-árida do Estado. Esses caminhos vão, ao longo do tempo, se consolidando como canais de ligação entre o interior, o recôncavo e a cidade de Salvador. São por eles que as áreas interioranas do Estado vão estabelecendo suas relações

socioeconômicas com os centros mais dinâmicos da Bahia. Nesse sentido, Santos J (2009, p. 38) reforça a argumentação:

A pecuária passou a ter uma importância singular na produção e organização do espaço colonial, sobretudo, que abastecia com alimento (carne bovina) e energia, por meio da força motriz do gado, os engenhos de açúcar localizados no litoral. Além disso, garantia o alargamento das fronteiras e das atividades econômicas. Na Bahia, muitos núcleos urbanos, como Feira de Santana, surgiram a partir de grandes fazendas e caminhos de boiadas, os quais eram construídos a partir do deslocamento do gado do interior para o litoral, visando abastecer os engenhos e núcleos urbanos, a exemplo de Salvador.

O deslocamento do gado, além de ser um vetor importante da economia estadual, a partir de sua comercialização, também vai aos poucos contribuindo para que os pontos de parada das boiadas fossem se tornando importantes áreas de comercialização de produtos, fazendas e pequenos vilarejos. Tais atividades vão favorecer o surgimento de aglomerações populacionais, as quais foram se tornando feiras de gado, vilas, cidades e municípios.

Com base nessas premissas, observamos que várias cidades que atualmente compõem o Território de Identidade de Irecê e outras nas proximidades surgiram a partir de atividades ligadas à criação, deslocamento e comercialização do gado. Nesse sentido, destacamos as cidades de Xique-Xique e Morro do Chapéu⁸, as quais foram sedes de fazendas agropecuárias e pontos de comercialização de gado.

Essas dinâmicas ligadas à criação de gado, atreladas a outras, a exemplo das culturas de subsistência e a mineração, vão dando forma e caracterizando o espaço em questão como uma área interiorana articulada verticalmente⁹ com os demais sistemas produtivos do Estado da Bahia, tais como as lavouras canaveira e

⁸Apesar de na atualidade, o Município de Morro do Chapéu não fazer parte do Território de Identidade de Irecê, o desmembramento da área que pertencia ao mesmo deu origem a diversos municípios que hoje fazem parte do Território, a exemplo, de Cafarnaum, Canarana, Mulungu do Morro e também ao atual polo regional do Território que é o município de Irecê.

⁹A ideia de verticalização adotada aqui é oriunda de Silva S.; Silva B. & Leão (1989, p. 88) na qual os autores trabalham na perspectiva da existência de uma integração espacial e econômica entre as áreas produtivas no Estado da Bahia. Para estes, as áreas canaveira, fumageira e de pecuária eram “integradas verticalmente, apesar de cada economia se encontrar em espaços diferentes”. Segundo os autores, essa especialização produtiva em áreas separadas foi fundamental na abertura de estradas e criação de novas vilas.

fumageira no recôncavo baiano.

Outro vetor importante para a povoamento da região e surgimento de aglomerados urbanos foi a descoberta e a exploração de ouro na Serra do Assuruá, onde existe hoje o município de Gentio do Ouro. Essa atividade aurífera atraiu um grande contingente de trabalhadores para a área, fato que contribuiu significativamente para o surgimento do município, o qual, a partir dessa realidade, vai se desmembrar em 09 de julho de 1890 de Xique-Xique. Essa nova dinâmica econômica e populacional contribuiu para acelerar o povoamento regional e também consolidar o município de Xique-Xique como primeiro polo regional da área em questão.

Outros fatores que tiveram peso consistente na consolidação de Xique-xique como primeiro polo regional foi sua localização estratégica às margens do rio São Francisco, atrelada à implantação de um sistema de navegação fluvial, o qual ajudou a interligar o Submédio São Francisco ao litoral e também a sua margem esquerda com a área conhecida como a Região do Além São Francisco, a qual compreende, na atualidade, a região oeste da Bahia, conforme aponta a SEI (2000, p. 19):

A implantação do sistema de navegação fluvial, através do Rio São Francisco, também ajudou o sistema de comunicação no Submédio São Francisco a estabelecer fluxos migratórios e de mercadorias, inter e intraregional, interligando a região do semi-árido baiano ao litoral, articulando ainda a margem direita desse rio a região do Além São Francisco (margem esquerda), que era completamente isolada do resto do Estado e permanecia ainda inexplorada.

Ou seja, o desenvolvimento de atividades produtivas, principalmente a criação de gado, mineração e culturas de subsistência, atreladas à ampliação de vias de fluxos terrestres (caminhos de boiadas e ferrovias) e fluviais (principalmente pelo rio São Francisco) tiveram um peso muito elevado, tanto no surgimento de diversas aglomerações populacionais, quanto na criação de novas dinâmicas socioeconômicas e urbanas na área em questão.

As citadas atividades produtivas e grande parte das terras ocupadas no espaço que atualmente compreende o Estado da Bahia se fundamentaram num tripé extremamente cruel e excludente. A escravidão, a monocultura e o latifúndio foram postos como protagonistas de um processo voltado para o acúmulo de riquezas via

exploração concentrada da terra e do trabalho. Segundo Santos J. (2010, p. 01):

O latifúndio, a monocultura e o regime de trabalho forçado se materializaram como instrumentos fundamentais de dominação, exploração e expropriação de riquezas no processo de produção do espaço brasileiro. Num primeiro momento, o engenho de açúcar, as fazendas de gado e os núcleos urbanos (muitos com funções administrativas e de redistribuição de mercadorias) se consolidaram como pontos centrais de manutenção de uma estrutura exploratória voltada para o escoamento dos produtos materiais e imateriais para fora da colônia.

A divisão da terra em sesmarias vai, num primeiro momento, favorecer uma ocupação de terra extremamente concentrada nas mãos de poucos agentes em detrimento de uma grande maioria de trabalhadores. Nesse contexto, o latifúndio surge como parte integrante desse processo. No entanto, a estrutura latifundiária que foi montada no Brasil de forma violenta não se explica somente pela ganância dos colonizadores por terras, a partir das sesmarias, ou mesmo, numa disputa para ver quem as tinha em maior dimensão. A compreensão do real significado das capitânicas hereditárias e das sesmarias passa pela compreensão do latifúndio como parte integrante de um processo maior de exploração de trabalho e acúmulo de riquezas, uma relação socioespacial estabelecida na configuração de um modo de produção.

Essa estrutura latifundiária, entre outros fatores, oficialmente sustentada pela Lei de Terras de 1850¹⁰, vai se consolidar como modelo de exploração da terra e base no Brasil Colônia. Na área que compreende o atual Território de Identidade de Irecê, a presença do latifúndio vai ser historicamente marcante, por meio da divisão da terra em sesmarias e de seu povoamento via mineração e pecuária. Nesse sentido, destacamos a área conhecida como caatinga e beira rio, onde encontram-se atualmente os municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, como espaços

¹⁰A Lei de Terras de 1850 se materializou como uma estratégia jurídica fundamentada nos interesses da elite agroexportadora de manutenção do latifúndio e de impedimento para que os escravos libertos e imigrantes estrangeiros não tivessem acesso à terra no país. Com base em Martins (2010, p. 44/45) e Suzuki (2007, p. 90/91), afirmamos que, além disso, a citada lei também buscava criar impedimentos ao avanço do sistema de posses, como consta em seu artigo primeiro "Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra", assim como, transformar a terra em mercadoria, visando proporcionar aos fazendeiros uma nova garantia ao crédito hipotecário.

que surgiram a partir da Fazenda Praia¹¹, localizada na margem direita do rio São Francisco, ou seja, aglomerados urbanos que, no processo histórico, vão se tornar municípios dentro das dinâmicas de uma estrutura produtiva eminentemente latifundiária.

Com a mineração na Serra do Assuruá, por volta de meados do século XIX (1840), atual município de Gentio do Ouro, atividade calcada numa estrutura produtiva concentrada e excludente, com relação ao monopólio da terra e da atividade produtiva, surgiram novas dinâmicas populacionais e de produção. Populacionais, a partir dos fluxos migratórios de trabalhadores de diversas partes do país, inclusive de antigas áreas de mineração das Minas Gerais, com trabalhadores de minas exauridas que se deslocavam rapidamente para a citada área em busca do eldorado. Por outro lado, houve o desenvolvimento de atividades produtivas, uma vez que, os citados fluxos migratórios demandavam alimentos, roupas, moradia, animais para transporte, alimentação e outros serviços.

Essas demandas impuseram a necessidade de se aumentar a produção de alimentos na região, adensarem os pequenos aglomerados urbanos, via construção de mais áreas voltadas para moradia e prestação de determinados serviços, assim como a abertura de estradas, no sentido de facilitar o deslocamento de trabalhadores, minérios e outras mercadorias.

O processo de ocupação e povoamento do Submédio São Francisco, principalmente a partir do aglomerado urbano de Xique-Xique, foi muito importante por estar intimamente ligado ao movimento de expansão e ocupação socioeconômica das áreas Serrana e do Maciço do Feijão. A formação planejada de determinadas aglomerações urbanas tinham grande importância dentro da estrutura latifundiária, montada pela Metrópole portuguesa no Brasil, uma vez que serviam como instrumento de disseminação do poder da Coroa monárquica ou imperial e de ponto estratégico para drenagem das riquezas produzidas na Colônia, como mostra Suzuki, (2007, p. 89):

¹¹Segundo a Fundação Centro de Projetos e Estudos – BA (CPE), (1994, p. 18), a Fazenda Praia, localizada à margem direita do rio São Francisco, dá origem, por volta de 1700, ao povoado de Xique-Xique, o qual vai se tornar município em 1832. É válido salientar que do desmembramento do município de Xique-Xique, cria-se, em 1989, pela lei estadual 4.839, o município de Itaguaçu da Bahia.

A produção da riqueza, em grande parte era drenada para os cofres metropolitanos, tendo as aglomerações papel fundamental na difusão do poder da Metrópole. As aglomerações materializavam as condições de extração da riqueza realizada na Colônia para a Metrópole. As aglomerações urbanas eram o *locus* de onde emanavam as diretrizes gerais dos interesses da Metrópole portuguesa, bem como se resolviam as questões menores por meio dos representantes da Coroa, mas, sobretudo, por intermédio do poder secular da Igreja, uma outra face do poder da Metrópole e, depois, do Império.

Na área Serrana, por conta da mineração, surgiu o município de Gentio do Ouro, posteriormente, e a partir de outras atividades, surgiram os municípios de Barra do Mendes (desmembrado em 1958 de Brotas de Macaúbas), Uibaí (desmembrado em 1961 de Central) e Ibibeba (desmembrado em 1961 de Irecê).

Já na área conhecida como Maciço do Feijão, surgem os municípios de Central (desmembrado em 1958 de Xique-Xique), Jussara (desmembrado em 1962 de Central), Presidente Dutra (desmembrado em 1962 de Central), São Gabriel (desmembrado em 1985 de Irecê), Irecê (desmembrado em 1926 de Morro do Chapéu), João Dourado (desmembrado em 1985 de Irecê), Lapão (desmembrado em 1985 de Irecê), Ibititá (desmembrado de 1961 de Irecê), América Dourada (desmembrado de 1985 de Irecê), Canarana (desmembrado de 1962 de Morro do Chapéu), Barro Alto (desmembrado 1985 de Canarana), Mulungu do Morro (desmembrado em 1989 de Cafarnaum e Morro do Chapéu), Cafarnaum (desmembrado em 1962 de Morro do Chapéu) e o município de América Dourada (desmembrado em 1985 de Irecê).

Fora dessa subdivisão (Caatinga e Beira Rio, Serrana e Maciço do Feijão) da região de Irecê, está o município de Iupuiara, o qual foi desmembrado em 1958 de Brotas de Macaúbas e incluído como município membro do Território de Identidade de Irecê em 2005. Maiores detalhes com relação à criação dos citados municípios são demonstrados na tabela 07.

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A. Lobo e elaborado por SANTOS, Pablo. Base de dados do IBGE 2007

Figura 15 Território de Identidade de Irecê: delimitação das subáreas Caatinga e Beira Rio, Maciço do Feijão e Serrana

Tabela 07 Território de Identidade de Irecê: ano de criação dos municípios, natureza do ato legal e município de origem

Municípios	Data	Ato legal	Município de origem
América Dourada	25/02/1985	Lei Estadual, 4399	Irecê
Barra do Mendes	14/08/1958	Lei Estadual, 1203	Brotas de Macaúbas
Barro Alto	09/05/1985	Lei Estadual, 4439	Canarana
Cafarnaum	16/07/1962	Lei Estadual, 1719	Morro do Chapéu
Canarana	16/07/1962	Lei Estadual, 1715	Morro do Chapéu
Central	12/08/1958	Lei Estadual, 1017	Xi-que - Xi-que
Gentio do Ouro	09/07/1890	Ato Estadual	Xi-que - Xi-que
Ibipeba	17/10/1961	Lei Estadual, 1518	Irecê
Ibititá	17/10/1961	Lei Estadual, 1518	Irecê
Irecê	02/08/1926	Decreto 1896	Morro do Chapéu
Ipupiara	09/08/1958	Lei Estadual, 1015	Brotas de Macaúbas
Itaguaçu da Bahia	24/02/1989	Lei Estadual, 4839	Xi-que - Xi-que
João Dourado	09/05/1985	Lei Estadual, 4441	Irecê
Jussara	27/07/1962	Lei Estadual, 1760	Central
Lapão	09/05/1985	Lei Estadual, 4445	Irecê
Mulungu do Morro	13/06/1989	Lei Estadual, 5014	Cafarnaum e M. do Chapéu
Presidente Dutra	12/04/1962	Lei Estadual, 1669	Central
São Gabriel	25/02/1985	Lei Estadual, 4407	Irecê
Uibaí	22/09/1961	Lei Estadual, 1494	Central
Xique-Xique	06/07/1832	Decreto Provincial	Pilão Arcado

Fonte: SEI (2000, p. 20), com base nas informações básicas dos municípios baianos, Região de Irecê, 1994.

Estiagens prolongadas, atreladas à necessidade de se incluir novas áreas produtivas ao processo de ocupação do Submédio São Francisco, motivaram vários deslocamentos populacionais na parte setentrional da Chapada Diamantina, conforme aponta estudo realizado pela SEI (2000, p. 19):

Uma estiagem prolongada que assolou os sertões da Bahia e da Região no final do século XX contribuiu para o povoamento da Chapada de Irecê, ao provocar deslocamentos de pessoas em busca de áreas menos afetadas pelo fenômeno. Assim muitas famílias migraram do município de Macaúbas e adjacências para outras terras ocupando um lugar denominado Mundo Novo, situado no território pertencente hoje ao município de América Dourada.

A necessidade de expansão das atividades produtivas, junto ao forte predomínio do latifúndio nas áreas de pecuária e mineração, tais como nos municípios de Morro do Chapéu, Xique-Xique e Gentio do Ouro, motivou a mobilidade de trabalhadores para outras áreas, o que culminou na ocupação da Chapada de Irecê. Essa ocupação foi facilitada pela existência de solos relativamente férteis e disponibilidade de água, na qual, parte dessa riqueza hídrica pôde ser captada e utilizada na produção agrícola.

Com base em diversas leituras e no trabalho de campo, defendemos o ponto de vista de que, não somente as condições climáticas, ou as estiagens, foram decisivas na mobilidade humana que culminou na ocupação da área que compreende atualmente a micro-região de Irecê, como aponta a SEI, (2000, p. 19/20) ao afirmar que: “posteriormente, uma outra seca levou outros grupos de famílias a ocupar nova área, localizada nas proximidades. Surge então um novo núcleo de povoamento (...). Desse núcleo originou-se o povoado de Irecê”.

É válido afirmar que a forte presença do latifúndio, principalmente nas áreas de predomínio da pecuária e atividades de mineração também tiveram peso significativo na mobilidade humana da região, visto que, por um lado, existia um forte predomínio do monopólio da terra, o qual foi historicamente referendado pela base jurídica e política fundamentada nas capitanias hereditárias e nas sesmarias. Por outro lado, a mineração atraía grandes contingentes populacionais, os quais, em sua maioria, com a exaustão das minas, se transformavam em trabalhadores sem acesso à terra para trabalhar, como aponta a CPE, (1994, p. 18):

Do exposto conclui-se que, se por um lado, o início do povoamento da área tem lugar no fim do século XVII, o maior fluxo de imigrantes em direção aos espaços vazios só ocorre na segunda metade do século XIX, com a mineração na Serra do Assuruá. Muitos destes imigrantes, ao terminar a corrida pelo ouro e diamantes, se fixam, definitivamente, na área, voltados para a prática da agricultura. É neste momento que se dá uma maior expansão do povoamento, com a multiplicação e a evolução dos núcleos populacionais.

Esses fatores, também foram decisivos no processo de ocupação de outras áreas dentro do que compreende atualmente como o Território de Identidade de Irecê. A estrutura fundiária desenhada pelas capitânicas hereditárias, pelas sesmarias e consolidada pela pecuária, em conexão com um forte processo de liberação de mão-de-obra por parte da mineração, gerou condições propícias a uma dinâmica de deslocamentos de trabalhadores para a Chapada de Irecê e, conseqüentemente, seu povoamento. Nesse sentido, partimos do princípio de que as condições climáticas (períodos de secas) foram apenas coadjuvantes e não tão decisivas nesse processo, como atestam alguns estudos oficiais desenvolvidos pelo Governo do Estado da Bahia e alguns autores.

No povoamento da área onde, aos poucos foram se formando núcleos populacionais, vilas, cidades e municípios, como Irecê, Lapão, Canarana, Cafarnaum, Ibititá, Presidente Dutra, São Gabriel, João Dourado e outros, a estrutura fundiária não se colocou de forma tão concentrada como nas áreas do vale do Rio São Francisco, onde havia a forte presença da pecuária.

A ocorrência de longos períodos de seca e a ausência de rios perenes foram elementos que dificultaram, num primeiro momento, o estabelecimento de atividades produtivas ligadas à grande produção agrícola e à pecuária. Nesse sentido, houve uma fragmentação maior da estrutura fundiária vigente nessas localidades, o que possibilitou um povoamento calcado em propriedades com menores dimensões e a existência da agricultura camponesa. O sistema de posse em antigas fazendas de gado falidas e em novas terras, por conta de fluxos migratórios de trabalhadores, foi crucial no processo de formação do capesinato regional.

A CPE (1994, p. 18/19), nos diz que:

As vantagens do Vale do São Francisco são contrabalançadas por um sistema fundiário implantado no período colonial, altamente concentrador da

terra em mãos de poucos, enquanto que, no planalto de Irecê a fragmentação do latifúndio ocorre relativamente cedo, por ter sido área rejeitada pelos grandes empresários da agricultura, devido à alta ocorrência de seca e à ausência de rios perenes.

Nessa discussão, concordamos com a CPE, porém, chamamos a atenção para o debate sobre a existência da chamada renda da terra diferencial e como esta também influenciou nesse processo de ocupação das terras, tanto no vale do São Francisco, quanto na área do entorno do município de Irecê.

Com relação à definição da renda diferencial, Karl Marx (2008, p. 877) nos explica:

A renda diferencial decorre da diferença existente, em cada etapa determinada do desenvolvimento da agricultura, na fertilidade natural das terras (continuamos abstraindo da localização); por conseguinte, da quantidade limitada das melhores terras e da circunstância de capitais iguais terem de ser aplicados em solos desiguais, isto é, que proporcionam rendimento desigual para o mesmo emprego de capital.

Por meio da renda diferencial, podemos compreender como a ocupação das terras do vale do São Francisco se sobrepôs, num primeiro momento à ocupação das terras do planalto de Irecê. A fertilidade natural dos solos nos vales do citado rio, a abundância da oferta de água e as facilidades no transporte das mercadorias produzidas pela “hidrovia” do São Francisco, propiciaram, em um primeiro momento, a organização de uma estrutura produtiva com maior percentual de lucro médio para os investidores.

Com base nesse entendimento ressaltamos que o monopólio da terra¹², via sesmarias, se materializava nas citadas áreas por meio de atividades agrícolas e de mineração, porém, essa materialização tinha como sustentação a exploração

¹² Com base em Karl Marx, (2008, p. 845), classificamos a chamada renda fundiária como a realização econômica da propriedade fundiária. Conforme o autor “(...) apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre”. Essa ideia de propriedade fundiária se materializa em monopólio de parcelas do globo terrestre, as quais vão estar à disposição do uso produtivo e improdutivo de determinados agentes em detrimento da grande maioria da população.

econômica da terra, a qual era orientada, não somente pelo rumo das boiadas e pelas jazidas de minérios, mas também, pelas possibilidades (fertilidade e localização) oferecidas pela terra numa perspectiva da renda diferencial.

Com base em Karl Marx, (2008, p. 846), entendemos a renda da terra ou renda fundiária como “mais-valia, produto do trabalho excedente”, ou seja, como fruto da exploração do tempo de trabalho daqueles que trabalham diretamente na terra, produzindo alimentos e outros produtos, os quais são transformados em mercadorias, dentro da lógica de acumulação do modo capitalista de produção.

3.2 Espaço agrário, campesinato e modernização da agricultura

A década de 1950 representa um marco histórico na política brasileira, principalmente no que compete à adoção de um modelo estatal de investimentos na agricultura. A preservação de uma excludente estrutura latifundiária que vinha sendo semeada politicamente, desde o período colonial, por meio das Capitânicas Hereditárias, das Sesmarias e da Lei de Terras de 1850, assim como a valorização dos grandes produtores e das culturas agrícolas voltadas para exportação, marcaram a estrutura socioespacial desse modelo.

A intervenção estatal se fundamentava numa lógica capitalista de modernização da agricultura brasileira. Essa tal modernização foi ganhando corpo no país por meio da importação de insumos, maquinários e tecnologias, expansão da fronteira agrícola, inserção de grandes somas de dinheiro na produção com crédito agrícola e total permissividade governamental à utilização, principalmente em áreas de fronteira agrícola, de mão-de-obra escrava, sobretudo pela modalidade da escravidão por dívida, e introdução de novas terras ao processo produtivo via grilagem.

Essa modernização, que é oriunda de uma falsa ideia homogeneizante da diversidade do homem, é compreendida nessa tese pela perspectiva ideológica da modernidade fundamentada numa exploração de renda de forma globalitária. É essa lógica de modernização, apoiada na capacidade do modo capitalista de produção de se adaptar, sobretudo por meio das crises, aos mais diferentes momentos históricos, que busca criar uma base técnica que proporcione ao sistema a racionalidade

necessária à acumulação e reprodução de capital. Como mostra Harvey, (2006, p. 47):

Em geral, as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior. Provavelmente, esse “novo nível” apresentara certas características combinadas (...).

O que tanto Martins (2010b) quanto Harvey (2006) discutem ajuda a compreender, a partir de uma visão de totalidade, o significado material e simbólico do processo de modernização da agricultura¹³ no Brasil. Martins, em seu livro “A sociabilidade do homem simples”, chama a atenção para uma modernidade que tem como pano de fundo incluir pessoas, quando, na verdade, se fundamenta numa excludente transformação da base técnica do sistema produtivo para atender aos anseios da acumulação de capital. Harvey, por meio do livro “A produção capitalista do espaço”, explica a crise como endêmica ao sistema capitalista, a qual se estabelece também como uma engrenagem de renovação dos processos de obtenção de mais-valia e acumulação de riqueza no seio do modo capitalista de produção.

Em meio a esse debate, podemos dizer que o modelo de modernização agrícola adotado pelo Estado brasileiro a partir dos anos de 1950 veio acompanhado de efeitos colaterais muito profundos, os quais vão, ao longo do tempo, deixando diversas marcas políticas, econômicas e sociais na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, vai garantir a permanência do latifúndio como forma elitista, conservadora e excludente de ocupação da terra no Brasil. Segundo, vai importar um aparato mecanicista, oriundo da chamada Revolução Verde, visando aumentar a produtividade agrícola das lavouras. Porém, grande parte desses elementos técnicos não foi adaptável às condições do solo e do clima do país. Terceiro, a mecanização acelerada do campo causou um forte processo de proletarianização de uma parte do campesinato nacional. Quarto, a não inclusão

¹³ Entendemos a agricultura como um sistema de cultivo e criação de animais presentes no campo e compreendidos como parte integrante das problemáticas que envolvem a questão agrária nacional.

proposital do campesinato neste modelo de desenvolvimento agrícola causou uma grande onda de movimentos migratórios no país, em sua maioria, camponeses expulsos do campo por força de um conjunto de novas territorialidades norteadas pela própria política estatal de modernização das atividades produtivas de uma parte do campo.

Com relação ao processo de proletarização de parte do campesinato e sua expulsão do campo, Oliveira (2007, p. 36) esclarece:

Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção. É por isso que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho. O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem.

Com propriedade, Ariovaldo Umbelino de Oliveira definiu bem a baliza que norteava grande parte do modelo de modernização da agricultura no Brasil a partir dos anos de 1950. Fica claro que um dos principais objetivos dessa modernização, além de manter intocável o latifúndio, era viabilizar a transformação de uma parte dos camponeses em trabalhadores totalmente desvinculados de qualquer meio de produção, para que essa leva de trabalhadores fosse colocada no mercado capitalista apenas como vendedores de sua força de trabalho, seja como proletários do campo ou como assalariados urbanos.

Em meio à discussão, chamo a atenção para a periodização do processo de modernização da agricultura no Brasil. Pois, com base nos estudos de Suzuki (2007, p. 85/86) compreendemos que a modernização não pode ser pensada e discutida no Brasil e, de forma geral, em outras partes do globo terrestre, somente a partir dos anos de 1950. Ou seja, a modernização é um processo de transformação na base técnica da produção e de (re)organização produtiva, incluindo aí também, as formas de circulação, distribuição e consumo das mercadorias.

Nesse sentido, Suzuki (2007, p. 85) defende que:

A compreensão de que a modernização da agricultura brasileira só tenha se iniciado em meados do século XX, no pós-guerra, é um grande equívoco historiográfico. Para nós, a modernização, no Brasil, atinge, no mesmo período, tanto o campo, como a cidade. A leitura da urbanização não se descola, assim, da compreensão da agricultura.

E continua:

Nestes termos, procuramos compreender a modernização da agricultura como um movimento de re-elaboração da base técnica, bem como das relações de submissão do trabalho, ao longo da história do homem, entendendo que, com a absolutização da propriedade privada e a produção da cidade capitalista, ocorre uma metamorfose do processo de modernização, particularmente, no caso brasileiro, em meados do século XIX.

Advogamos que, no caso brasileiro, a modernização da agricultura, conforme estamos tratando conceitualmente nessa tese, se aprofundou de forma mais significativa e mais conectada aos circuitos produtivos internacionais, a partir dos anos de 1950, ou seja, no pós Segunda Guerra Mundial, como mostra Suzuki (2007, p. 93):

Nos marcos da compreensão do que seja a modernização da agricultura, envolvendo um conjunto de transformações na base técnica e nas formas de submissão do trabalho, o momento pós-guerra é a fase mais contundente das transformações na base técnica da agricultura e de alteração nas relações de trabalho, com intensificação do trabalho assalariado. Mas apenas isso: a fase última, com forte presença da indústria na agricultura, constituindo os complexos agroindustriais, cujos vínculos são para além de algumas linhas de relações, já que sua estrutura se estabelece em rede, em que a cidade é ponto nodal para a realização da atividade de produção, bem como da circulação dos seus produtos, particularmente no que concerne às commodities agrícolas.

Podemos dizer que, a partir dos anos de 1950, há um forte processo de proletarianização de uma parcela de trabalhadores rurais no campo brasileiro, em detrimento do esfacelamento do regime de colonato, assim como a transmutação de uma parte do complexo rural em complexo agroindustrial, o qual passa a ter a cana-

de-açúcar, o milho, o algodão, a pecuária e, principalmente, a soja, nos anos de 1970, como pilares de sustentação.

Para dar fôlego a esse modelo de modernização da agricultura, foi criado em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual nasce com o propósito específico de injetar dinheiro por meio de financiamento agrícola, nos latifúndios produtivos e improdutivos do país, visando o rápido desenvolvimento de arranjos produtivos fundamentados na monocultura e na grande propriedade. Essa organização produtiva, conhecida como agricultura capitalista, vai demarcar, a partir da criação de novos arranjos espaciais, um novo divisor de águas dentro do debate sobre a questão agrária brasileira, a partir da formação de grandes complexos agroindustriais.

A modernização da agricultura expandiu-se pelo país de forma seletiva e excludente. Apenas algumas áreas foram diretamente inseridas nos processos de transformação da base técnica da produção agrícola, em detrimento de grande parte do território nacional. O bioma cerrado foi um dos mais afetados por essas transformações, principalmente na parte central do país, compreendendo a parte oeste do Estado de Minas Gerais, oeste do Estado da Bahia, sul dos Estados de Piauí e Maranhão, assim como grande parte do Estado de Goiás. Já em outras partes do país, destacamos o avanço da fronteira agrícola para a Amazônia Legal, principalmente no sul do Pará e na parte norte do Estado de Mato Grosso.

Já na área do Semi-árido brasileiro, apenas alguns pontos foram inseridos diretamente nessa modernização agrícola. Geralmente, em locais onde o governo investiu recursos públicos na criação de perímetros irrigados, a exemplo do eixo Juazeiro/Petrolina entre os Estados da Bahia e Pernambuco, com a produção de frutas, cana-de-açúcar, entre outros produtos.

Foi no seio dessa lógica de expansão da modernização agrícola pelo país, que a área que compreende hoje o Território de Identidade de Irecê foi inserida, ou seja, “algumas áreas mais dinâmicas do Nordeste, particularmente da Bahia, se engajaram nesse processo modernizador, como é o caso de Irecê” (CPE, 1994, p. 32). Essa inserção se deu por conta de mudanças técnicas na base produtiva, farto crédito agrícola subsidiado e incentivo ao cultivo de monoculturas.

No caso do Território de Identidade de Irecê, esses investimentos voltados para uma rápida modernização agrícola se concentraram, de fato, a partir dos anos de 1960, porém, alguns estudos apontam que a inserção de maquinários e crédito agrícola nessa área, principalmente no município de Irecê, data da década da década de 1940, como aponta a SEI (2000, p. 22):

Os primeiros sinais de rompimento com esse quadro só ocorreram no início da década de 40, quando passa a ser registrado um incipiente processo de mecanização da agricultura no município de Irecê. Naquele momento, iniciativas pioneiras na cultura do algodão – com alguma utilização de tratores e arados mecânicos – despertou o governo estadual para a excelência dos solos agricultáveis desse município. Em 1943, a Secretaria da Agricultura do Estado enviou tratores (alugados com preços módicos) para a região e atribui linhas de crédito para a aquisição de outros implementos agrícolas (...).

Essas primeiras iniciativas, que datam da década de 1940, serviram como experiência para a inserção da área que compreende o atual Território de Identidade de Irecê em um conjunto de transformações comandadas pela lógica do capital internacional de forma articulada com as elites nacionais. Essa lógica buscava inserir a região no circuito produtivo nacional e internacional da agricultura. Ao mesmo tempo, visava criar mais um espaço dentre tantos outros no país para o desaguamento dos maquinários agrícolas e insumos, em sua maioria, importados pelo viés da Revolução Verde. Pontuamos também, a inserção de dinheiro como o crédito subsidiado, para que os agricultores pudessem consumir numa proporção relativamente alta para os padrões regionais os insumos, maquinários e implementos agrícolas ofertados por empresas multinacionais.

A produção triconsorciada, tendo o feijão como carro chefe, porém, acompanhada do milho e da mamona, foi o que de fato predominou nessa área, principalmente com a intensificação da modernização de sua base produtiva a partir dos anos de 1960. Esse novo momento produtivo veio acompanhado de uma rápida expansão das lavouras temporárias produzidas na região, a exemplo, das citadas, principalmente entre os anos de 1950 e 1980, com forme demonstra a tabela 08.

Tabela 08 Expansão da área, em hectares, das lavouras temporárias no estado da Bahia, na região de Irecê e no município de Irecê 1950/1985¹⁴

Unidade Territorial	1950	1970	1985	Crescimento Relativo %	
				1950/70	1970/85
Estado da Bahia	844.782	1.468.740	2.555.823	73,9	74,0
Região de Irecê	25.126	180.082	343.130	616,7	90,5
Município de Irecê	8.320	68.967	125.416	728,9	81,8

Fonte: (CPE, 1994, p. 32), com base nos dados do IBGE, Censos Agrícolas da Bahia, 1950, 1970, 1985.

A partir dos dados apresentados na tabela 08 podemos dizer que entre os anos de 1950 e 1985 houve forte expansão das lavouras temporárias na região, principalmente, da cultura triconsortiada de feijão, milho e mamona. Entre 1950 e 1970 o crescimento relativo da chamada região de Irecê cresceu 616,7% e o do município de Irecê 728%, ou seja, percentuais de crescimento, no que compete à expansão das lavouras temporárias muito superior ao crescimento do estado da Bahia que nesse período ficou em 73,9%.

Os dados revelam que a região de Irecê, principalmente entre os anos 1950 e 1970, passou por um grande surto de crescimento na produção agrícola, com prejuízo do estado da Bahia, pois, na escala estadual, somente poucas áreas foram incluídas no acelerado e seletivo projeto de modernização da agricultura brasileira. Além da expansão das lavouras temporárias, observamos também uma constante modernização da base técnica da produção a partir de um processo de inclusão de maquinários na área, como demonstra a tabela 09.

¹⁴Nessas lavouras, inclui-se feijão, milho, mamona e algodão. Outra questão relevante e que vale a pena chamar a atenção é que, entre os anos de 1950 e 1985, houve um intenso processo de desmembramentos de municípios na área em questão, porém, a tabela leva em consideração grande parte, no que chama de região de Irecê, do que compreende atualmente o Território de Identidade de Irecê.

Tabela 09 Crescimento do número de tratores e arados mecânicos no estado da Bahia, na região de Irecê e no município de Irecê 1950/1985

Unidade Territorial	Tratores			Arados Mecânicos		
	1950	1970	1985	1950	1970	1985
Estado da Bahia	82	1.838	15.953	947	1.453	11.580
Região de Irecê	1	413	2.261	18	347	1.997
Município de Irecê	-	259	1.299	4	297	1.111

Fonte: (CPE, 1994, p. 32), com base nos dados do IBGE, Censos Agrícolas da Bahia, 1950, 1970, 1985.

Os dados apresentados na tabela 09 mostram a existência de uma forte entrada de equipamentos técnicos no sistema produtivo regional. Estes equipamentos não eram produzidos na região e muitos, não eram produzidos no Brasil. Grande parte desses equipamentos técnicos eram importados por grandes empresas multinacionais sediadas nos chamados “países polos”, a exemplo dos Estados Unidos, França, Inglaterra e outros. Havia também tratores e arados mecânicos que possibilitaram maior produtividade na produção e também a abertura de novas áreas, visando a expansão das lavouras, principalmente, do feijão, do milho e da mamona.

A forte introdução de maquinários agrícolas, defensivos, e outros produtos na região de Irecê possibilitaram uma rápida expansão de determinadas culturas agrícolas, assim como causaram mudanças nas relações de trabalho existentes nessa área, principalmente no campo. Outra mudança esteve atrelada a uma intensificação do processo de urbanização na área do Território de Identidade de Irecê, como mostra a CPE (1994, p. 32/33):

Entre os anos sessenta e setenta inicia-se um processo de mudanças na base técnica da agricultura nacional. (...), além disso, o período coincide com a intensificação do processo de urbanização e rápido crescimento do emprego não agrícola, cujo corolário é o aumento da demanda por produtos agropecuários(...). Entre 1970-80 o número de máquinas continua a aumentar tanto a nível regional, quanto a nível municipal. É curioso observar que o aumento do maquinário agrícola é acompanhado da

expansão simultânea da área ocupada com as lavouras temporárias, embora se trate de uma agricultura com alto grau de incerteza, a julgar pelo padrão cíclico de expansão e retração da área colhida e da produção triconsórciada (feijão, milho e mamona) e do algodão (...).

Os projetos agrícolas fundamentados no excludente modelo de modernização da agricultura no Brasil tiveram grandes impactos no campesinato do Território de Identidade de Irecê. A transformação de uma parcela dos camponeses em proletários, por meio da geração de emprego agrícola nas fazendas produtoras de milho, mamona, feijão e pecuária foi uma marca registrada pelo processo acelerado de modernização da agricultura nessa área. Essa transformação de uma parcela dos camponeses em proletários passou também por um processo articulado e fundamentado em estratégias de monopolização da terra, ou seja, apropriação privada da terra e sua transmutação de uma terra de trabalho para uma terra de negócio.

A monopolização da terra obriga os não possuidores, e mesmo os pequenos proprietários, a comprar acesso a esse recurso decisivo ou a seus frutos. Não tem outro modo de fazê-lo se não vendendo seu trabalho ao próprio comprador monopolista (FRANK, 2005, p. 86).

Como nos mostra Frank (2005), a monopolização da terra é também um forte elemento de expulsão de camponeses do campo e de sua proletarização. Esse processo está fortemente vinculado com a expansão do modo capitalista de produção como mostra Martins (1981, p 152/53) argumentando que:

O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda a propriedade que não seja a propriedade de sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar. Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho, nem dos objetos, das matérias-primas, empregados no trabalho, não têm outra alternativa se não a de vender sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão. (...) Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhes resta, sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho.

Outra questão que, a nosso ver, deve ser levantada é com relação ao forte processo de endividamento do campesinato, a partir do farto crédito agrícola que, de maneira proposital e planejada, foi disponibilizado na área em pauta.

O Território em questão, já na década de 1970, possuía 12 agências bancárias especializadas em viabilizar o crédito agrícola, principalmente para os camponeses que se comprometessem a produzir feijão. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia – EMATERBA, (1980, p. 25), havia agências do Banco do Brasil nos municípios de Irecê, Xique–Xique, Barra do Mendes; Agência do Banco do Nordeste em Irecê; Agências do Banco do Estado da Bahia (BANEB)¹⁵ em Central, Xique–Xique e Canarana. Por fim, agências do BRADESCO em Irecê e Barra do Mendes. Todas estas instituições financeiras públicas e privadas dispunham de setores internos especializados no fornecimento de crédito para a produção agrícola.

O Banco do Brasil vai, no processo de modernização da agricultura brasileira, se tornar o principal veículo de crédito agrícola no país, sendo esta instituição articulada dentro do SNCR, com aponta Elias (2003, p. 66/67):

O carro-chefe da estratégia financeira empreendida pelo Estado foi o próprio Banco do Brasil, que na década de 1970, no período mais intenso de atuação do SNCR, chegou a ser o maior financiador agrícola do mundo capitalista (...). O crédito rural federal consumiu uma parcela muito importante de todo capital destinado ao crédito no país.

Essas instituições de financiamentos, como o Banco do Brasil, por meio de suas agências espalhadas na região de Irecê, tinham uma estreita relação com a extinta EMATERBA, por meio de convênios visando viabilização do crédito agrícola na área em questão. Essa parceria se fundamentava na materialização de uma articulação que passava pela dimensão pública estatal, por meio de governos municipais, estaduais e federal, e a dimensão do capital privado nacional e internacional com grandes empresas multinacionais, sobretudo, financeiras e/ou

¹⁵O BANEB era uma instituição financeira de caráter público e vinculada e administrada pelo Governo do Estado da Bahia. Este banco foi privatizado pelo Governo da Bahia no ano de 1999 para atender a uma lógica neoliberal que propunha para os países subdesenvolvidos a abertura do mercado e a privatização de suas empresas mais lucrativas, a exemplo das que atuavam nos setores financeiro, petrolífero e de geração de energia. Com a privatização, o BANEB foi comprado pelo Banco Bradesco.

exportadoras de maquinários e insumos agrícolas.

Segundo a EMATERBA (1980, p. 25), no ano agrícola de 1978/79, foi modesto o número de camponeses atendidos pelo crédito agrícola na região, sendo que o crédito, nesse período, atendeu a uma área de 15.638 ha. Nessa área, existia uma agricultura camponesa produzindo principalmente o feijão, o milho e a mamona. Já no agrícola de 1979/80, de acordo com a EMATERBA, houve um aumento percentual de camponeses incluídos no sistema de crédito rural, atingindo 58,9% do total de 6.494 produtores. A área total atendida nesse período, chegava a pouco mais de 207.000 ha. Dessa área, 70.009, 68.891, e 61.116 ha estavam sendo respectivamente ocupadas por lavouras de feijão, milho e mamona.

Por meio desses dados, visualizamos claramente o forte processo de territorialização do capital, sobretudo do capital financeiro, na área em questão, uma vez que, num curto espaço de tempo, o crédito rural, como tentáculo do modo de produção capitalista no campo, expandiu-se rapidamente, do atendimento a uma área de 15.638 ha, para atender pouco mais de 200.000 ha, chegando, somente no ano agrícola de 1979/80, a alcançar 58,95% dos camponeses. O que observamos é que o endividamento dos camponeses por meio do crédito agrícola vai se consolidar como uma ferramenta articulada de expropriação da renda da terra camponesa, como nos mostra Bombardi (2004, p. 257):

Por meio dos empréstimos que fazem para a aquisição de adubos, herbicidas, mourões etc., parte da renda camponesa é apropriada pelos bancos. Entretanto, notei no trabalho de campo, que sobretudo após o Plano Real, a renda que lhes é extraída pelo capital financeiro aumentou sobre maneira, de tal sorte que um grande número de camponeses do Bairro não conseguiu pagar o financiamento por mais de um ano sucessivo, o que acarretou uma cobrança de juros abusiva (...). Os bancos, ao concederem empréstimo, no procedimento normal e legal que fazem, ficam com uma parte da renda da terra camponesa.

Para se possa ter um ideia do montante de dinheiro aplicado na área do atual Território de Identidade de Irecê por agentes nacionais e internacionais, cito os mais de US\$ 10 milhões de dólares oriundos do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que foram direcionados para o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) da citada área.

No montante total, entre os anos de 1983 e 1992, o financiamento no Território em pauta chegou a aproximadamente US\$ 322 milhões de dólares, como aponta CPE (1994, p. 40):

No período compreendido entre 1983 e 1992, o financiamento concedido aos produtores rurais da região engloba aproximadamente US\$ 300 milhões de dólares, conforme dados apresentados na tabela 10. Deste montante total, 96% foi direcionado para agricultura (US\$ 311 milhões) e o restante para a pecuária (US\$ 11 milhões). Considerando-se ambas as atividades, o crédito total para o custeio foi da ordem de US\$ 266 milhões de dólares (82,5%) e apenas US\$ 12 milhões de dólares (3,7%) para investimentos.

Os dados apresentados demonstram que o processo de modernização da agricultura foi viabilizado, em parte, com dinheiro de órgãos internacionais, a exemplo do BIRD, e também por intervenção estatal do Governo brasileiro, por meio da abertura de poços, estradas, a exemplo da pavimentação da BA - 052 (conhecida como Estrada do Feijão) no início dos anos de 1970.

Essas intervenções vão, ao longo dos anos, entre 1950 e 1990, possibilitar a existência de um amplo processo de territorialização do capital na área em questão. Essa territorialização vai impor uma modernização técnica da base produtiva para uma boa parte dos camponeses e agricultores patronais. Essa imposição buscou transformar uma produção regional de subsistência fundamentada numa economia do excedente numa produção comercial submetida aos ditames do mercado. Com base nessa compreensão, concordamos com Martins L. (2006, p. 03):

Entendemos como modernização capitalista o processo de arranjo de relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas que ocorreu na Caatinga de Irecê na qual uma reorganização da estrutura agrária com objetivo de aumento de produtividade da produção substituindo uma agricultura de subsistência por uma agricultura mercantil voltada para a acumulação de capital localmente, do ponto de vista dos produtores e, externamente, do ponto de vista de firmas de comercialização dos produtos e de venda de máquinas e adubos.

O reflexo mais visível dessa territorialização do capital pode ser observado, entre outros fatores, pelo avanço da fronteira agrícola e pela forte produção triconsortiada de feijão, milho e mamona. Entre aos anos de 1977 e 1980 a área do

atual Território de Identidade de Irecê se destacava no Estado da Bahia como grande produtora de feijão.

Os dados apontam que, entre os anos de 1977 e 1980, houve uma diminuição da área colhida de feijão no Território, sendo de 41.000 ha entre os anos agrícolas de 1977/78 e 1978/79 e 23.000 ha entre os anos agrícolas de 1978/79 e 1979/80. Porém, a produção de feijão em toneladas continuou crescendo. Certamente que vários fatores, a exemplo da irregularidade das chuvas, contribuíram para esse processo, no entanto, esse aumento expressivo da produção, mesmo com a diminuição da área plantada, está diretamente ligado ao processo de modernização agrícola na região, uma modernização fortemente atrelada a mudanças na base técnica da produção e ao crédito agrícola.

Além da produção de feijão que, segundo a EMATERBA (1980, p. 14) em 1976, correspondia a 13,88% da produção do Estado da Bahia, destaca-se também, em nível estadual, a produção de milho com 31,89% e mamona com 18,48%. Esses dados atestam a existência de uma forte estratégia de viabilização da penetração do capital no campo, sobretudo, por meio da monopolização do território.

Essa monopolização se concretiza através do processo de expropriação da renda da terra camponesa, por meio da apropriação mercadológica dos produtos produzidos pelas famílias. Nesses casos de monopolização, o capital não atua diretamente na produção, porém, por meio das regras de mercado estabelecidas e controladas pelos detentores dos meios de produção, se apropria das mercadorias produzidas e, conseqüentemente, de grande parte da renda do campesinato, com isso, criando uma sujeição do trabalho camponês ao capital, ou seja, “controlando a comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção, o capital estaria instituindo uma sujeição formal do trabalho camponês ao capital”. (MARTINS, 1981, p. 173)

A política de preços estabelecida pelo mercado, a forte atuação dos atravessadores, ou seja, comerciantes intermediários, os juros oriundos de empréstimos bancários e do próprio crédito agrícola, são exemplos de como, de forma indireta, os agentes do capital se apropriam de grande parte da renda camponesa. Além disso, destaco também, a dependência que muitas famílias camponesas passam a ter de determinados insumos e maquinários agrícolas para poder manter um determinado padrão produtivo, no sentido de se manter

minimamente no mercado por meio da chamada economia do excedente. Esta é uma dependência tecnológica que se traduz num excludente modelo de modernização da base técnica e no rebaixamento do valor da força de trabalho perante as estruturas produtivas altamente tecnificadas, como nos mostra Graziano da Silva (2003, p. 23):

A introdução de novos processos técnicos, como a mecanização, adubação química, a irrigação, etc., as transformações nas relações sociais de trabalho, a divisão mais eficiente das tarefas agrícolas, enfim as modificações destinadas a incrementar a produtividade na agricultura, se traduzem não apenas no aumento do trabalho excedente da própria agricultura: elas contribuem, também, para rebaixar o valor da força de trabalho na sociedade como um todo.

Estudos regionais realizados na área do atual Território de Identidade de Irecê já apontaram para a existência de forte atuação de agentes do capital no processo de expropriação da renda camponesa, principalmente por meio da atuação de comerciantes atravessadores, adquirindo a produção dos camponeses, como demonstra a EMATERBA (1980, p. 28/29):

Apesar dos esforços que vem sendo desenvolvidos no setor de comercialização da produção agrícola, a situação atual deixa muito a desejar. O produto ainda passa por uma série de intermediações até chegar ao mercado consumidor. Há uma predominância do caminhoneiro, que em época de safra adquire maior quantidade do produto diretamente do produtor. Participam também da comercialização os comerciantes dos centros urbanos, os agentes de indústria e pequenos comerciantes que se acham espalhados pelas zonas de produção.

O que verificamos é que, ao final da produção camponesa, em muitos casos, o atravessador, assim como as instituições financeiras, por meio dos juros, lucraram mais do que o camponês, ou seja, “[...] o capital através do banco, [...] e do comerciante intermediário, apropria-se de grande parte do resultado do trabalho dos pequenos produtores” (SILVA, L., 1991, p. 63).

A partir de meados dos anos de 1990 o processo de modernização agrícola passa a lidar com suas próprias contradições. O endividamento agrícola de grande parte dos camponeses, a forte concentração de riqueza nas mãos dos agentes

internacionais e dos comerciantes regionais e os problemas relacionados às irregularidades das chuvas e empobrecimento da capacidade produtiva dos solos vão, aos poucos, deteriorando a estrutura produtiva que foi montada, a partir dos anos de 1950, na área em questão. Aos poucos, a área plantada de feijão vai declinando de um patamar de aproximadamente 400 mil hectares para 30, 40 mil hectare nos anos 2000, como aponta matéria jornalística do portal G1, publicada em 08 de maio de 2011, como se lê:

A região de Irecê, no centro norte da Bahia, integra cidades como Ibititá, Canarana, Lapão e João Dourado. Durante mais de 30 anos a cidade manteve o título de capital mundial do feijão. (...) A maioria dos agricultores teve prejuízos e desistiu de plantar feijão em escala comercial. “A questão do feijão é uma questão climática. A falta de chuva na região de Irecê foi o primeiro ponto que enfraqueceu a produção de feijão. O segundo ponto é a chamada dívida agrícola. Então Irecê, que nos tempos passados plantava 400 mil hectares de feijão, hoje planta 40, 30 mil hectares de feijão. Um declínio total”, avalia Joelson Matos, coordenador regional da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). (G1.GLOBO.COM, 08/05/2011)

O processo de monopolização do território, por meio da atuação indireta do capital na produção, deve ser ressaltado no sentido de explicar o forte endividamento do campesinato e o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos agentes envolvidos no processo produtivo. A expropriação da renda camponesa foi fortemente exercida na área em questão, ou seja, esse propósito já veio como elemento norteador das intervenções do Estado, do BIRD e de outros agentes.

A expansão da fronteira agrícola na área citada possibilitou, principalmente entre os anos de 1960 e 1980, a utilização de solos com melhores capacidades produtivas, ou seja, virgens e ricos em nutrientes, porém, com o uso intensivo desses solos, e muitas vezes com técnicas inadequadas oriundas de pacotes tecnológicos inspirados na Revolução Verde, a produção, principalmente de milho, mamona e feijão, foi perdendo produtividade. Com a redução da produtividade, outras realidades se apresentaram como o forte endividamento do campesinato regional, e a constante irregularidade das chuvas, que nos anos com menor índice pluviométrico, causaram grandes perdas nas lavouras de sequeiro.

Tabela 10 Área, produção e valor da produção das principais lavouras temporárias da região de Irecê - 1980/1995

Lavoura	Área (ha)			Produção (t)			Valor da Produção (R\$ 1.000,00)		
	1980	1995	Índice (%)	1980	1995	Índice (%)	1980	1995	Índice (%)
Feijão	172.765	151.278	- 12,43	77.536	27.393	- 64,67	102.931	23.539	- 77,13
Milho	168.938	39.919	- 76,4	105.982	7.441	- 92,97	43.137	2.143	- 95,03
Mamona	73.607	34.835	- 52,67	25.800	5.851	- 77,32	22.372	2.426	- 89,15
Total	415.310	226.032	- 45,6	209.318	40.685	- 80,56	168.440	28.108	- 83,31

Fonte: Sobrinho Novaes (2007, p. 66), com base no IBGE, censos agropecuários, 1980 e 1995/96.

Os dados da tabela 10 retratam bem a diminuição na produção do feijão, do milho e da mamona entre os anos de 1980 e 1995. Diante disso, o que podemos inferir a partir da análise destes dados é que, entre os anos de 1980 e 1995, houve drástica redução na produção das principais lavouras temporárias da área em questão, principalmente da produção de milho e mamona. A redução se fez presente tanto na área plantada, na produção em toneladas e no valor da produção. Essa realidade se materializou em muitos prejuízos, tanto para os grandes produtores ligados à agricultura patronal, quanto para aos pequenos e médios agricultores ligados à agricultura camponesa.

Esses prejuízos retrataram a existência de um amplo processo de subordinação da agricultura regional ao poder estatal, materializado nos Governos, e ao poder econômico privado por meio dos agentes financeiros, pois a criação de novas dinâmicas agrárias na área em análise, passou a depender de um conjunto de diferentes políticas públicas estatais e dos interesses dos agentes que comandam a disponibilização de crédito agrícola.

Dessa forma, boa parte do campesinato regional, principalmente os que abriram mão de sua autonomia produtiva e alimentar, ficou mergulhada numa realidade de dependência técnica, financeira e mercadológica e, nesse contexto, muitos acabaram num grau de endividamento atrelado a uma baixa capacidade produtiva tão intensa que os levou a serem expropriados da terra, ou seja de seu único meio de produção.

Fonte: Sobrinho Novaes (2007, p. 66/67), com base no IBGE, censos agropecuários, 1980 e 1995/96.

Figura 16 Hectares plantados de feijão, milho e mamona entre os anos de 1980 e 1995 na atual área do Território de Identidade de Irecê.

As figuras 16, 17 e 18 demonstram mais especificamente as variações na área plantada, na quantidade produzida, e no valor da produção de feijão, milho e mamona entre os anos agrícolas de 1980 e 1995, na área do atual Território de Identidade de Irecê.

Os dados apresentados na figura 15 mostram que houve uma drástica redução da área plantada na área. Sendo 415.310 mil hectares plantados de feijão, milho e mamona no ano agrícola de 1980 e 226.032 hectares plantados no ano agrícola de 1995, ou seja, houve uma redução de área plantada dessas lavouras, na ordem de 189.278 mil hectares, ou seja, uma redução de 45,6%, o que revela uma exaustão do modelo de modernização agrícola implantado no Território.

Fonte: Sobrinho Novaes (2007, p. 66/67), com base no IBGE, censos agropecuários, 1980 e 1995/96.

Figura 17 Quantidade produzida em toneladas de feijão, milho e mamona entre os anos de 1980 e 1995 na atual área do Território de Identidade de Irecê.

Além da redução na área plantada, observamos, por meio da figura 17, que consequentemente, houve também forte redução da produção, principalmente de milho e mamona. Sendo que, no ano agrícola de 1980, a área obteve uma produção na ordem de 209.318 toneladas de feijão, milho e mamona. Já no ano agrícola de 1995, essa produção foi drasticamente reduzida para 40.685 toneladas. Os dados mostram uma redução de 168.633 toneladas, ou seja, a produção foi reduzida em 80,56% em apenas 10 anos.

Nesse período, a maior queda se deu na produção de milho, sendo que foram produzidos 105.982 mil toneladas de milho no ano agrícola de 1980, e apenas 7.441 mil toneladas em 1995, o que resulta especificamente em uma redução de 92,97% na produção.

Fonte: Sobrinho Novaes (2007, p. 66/67), com base no IBGE, censos agropecuários, 1980 e 1995/96.

Figura 18 Valor da produção de feijão, milho e mamona entre os anos de 1980 e 1995 na atual área do Território de Identidade de Irecê.

A figura 18 traz dados que demonstram, assim como na área plantada e na produção, uma queda expressiva no valor da produção das principais lavouras temporárias no Território em questão. Sendo produzido, em valores convertidos para o Real, um total de R\$ 168.440.000,00 no ano agrícola de 1980. Já no ano de 1995 esses valores decresceram para 28.108.000,00. O que representa uma redução de 83,31%. Nesse caso, as lavouras temporárias que mais apresentaram redução em seus valores de produção o milho e a mamona com respectivamente 95,03% e 89,15%.

A realidade aponta que o modelo de desenvolvimento agrícola, que, na verdade, se fundamentou em crescimento agrícola, naufragou do ponto de vista do desenvolvimento socioespacial e da inclusão do campesinato numa situação de melhores oportunidades comerciais e produtivas, porém, obteve êxito em seus objetivos de garantir ao capital a monopolização do território. Essa monopolização se consolidou com a expansão da fronteira agrícola e, em um primeiro momento, com o forte aumento na produção de lavouras temporárias, principalmente de feijão, gerando a abertura de um importante mercado no coração do semi-árido baiano.

Esse mercado serviu para absorver maquinários e implementos agrícolas oriundos, sobretudo, de empresas multinacionais.

Com relação à atuação do capital por meio de empresas multinacionais na organização do espaço como o ocorrido na área em questão, Elias (2003, p. 34) esclarece:

Os agentes dinâmicos da transnacionalização da economia são os poderosos conglomerados multinacionais que, auxiliados pelos Estados nacionais e seus novos papéis, assim como pelas burguesias locais, controlam os diversos níveis da produção, do comércio, da pesquisa tecnológica, das finanças e, desse modo, os vários níveis da organização do espaço.

Com base nas colocações da autora, chamamos a atenção para o papel da burguesia local na área do Território em questão, sobretudo, no que compete aos grandes e médios comerciantes da região que adentraram na modernização agrícola como agentes intermediários de aquisição e comercialização das mercadorias locais. É válido lembrar também sobre o papel do Estado, o qual, nos anos de 1940 viabilizou os primeiros tratores e arados mecânicos na área, assim como, ao longo dos anos, foi abrindo estradas, elaborando projetos de irrigação e fornecendo limitada assistência técnica por meio de órgãos tais como extinta EMATERBA.

A assistência técnica foi sendo ofertada com o objetivo de viabilizar o modelo de modernização agrícola na área, pois buscava fornecer conhecimentos básicos e operacionais aos agricultores, visando criar mecanismos para facilitar uma excludente mudança na base técnica da produção no Território e, com isso, inserir parte do campesinato numa nova cultura produtiva que já nascia altamente subordinada às lógicas capitalistas de mercado. A atuação de órgãos de assistência técnica, estatais e privados, passou a se tornar cada vez mais constante, sobretudo, a partir dos anos de 1960, como mostra a EMATERBA, (1980, p. 26/27), quando explica como era feito o trabalho de assistência técnica entre as décadas de 1970 e 1980.

A EMATERBA em Irecê, atua com um escritório regional sediado em Irecê e oito unidades operativas distribuídas em Central, Ibititá, Presidente Dutra, Xique-Xique, Barra, Irecê, Canarana, e Barra do Mendes e uma sub-

unidade em Jussara (...). Os serviços de assistência técnica desenvolvidos na região atingem aproximadamente a 27% dos produtores rurais existentes (...). A partir daí os pequenos produtores da região vêm demonstrando interesse quanto aos serviços de ATER, aumentando de ano para ano o acesso dos produtores a novas técnicas de produção. Essas novas tecnologias vem determinando a expansão no que tange ao uso de insumos modernos em especial sementes selecionadas e defensivos agrícolas.

Com base nas informações da extinta EMATERBA, percebemos claramente a estratégia governamental de utilizar de sua estrutura, via órgãos estatais de prestação de serviço, para criar condições necessárias à disseminação de maquinários, implementos agrícolas e sementes selecionadas na área em questão, principalmente entre os camponeses, os quais foram incentivados a produzir a monocultura do feijão, do milho e da mamona, como atesta a própria EMATERBA (1980, p 27):

A ação da ATER se efetiva principalmente de treinamentos de mão-de-obra nos produtores de feijão, milho, mamona, algodão, caprinocultura, e bovinocultura de corte. No ano agrícola de 1977/78 foram assistidos 2.942 produtores com e sem crédito, o que correspondeu à implantação de 8.214 ha com lavoura de feijão, 4.060 ha de milho, 5.364 ha de mamona e a utilização de 73,3 t de sementes selecionadas de feijão, bem como 224,4 t de defensivo. Já no período 78/79 observa-se que o número de produtores assistidos se elevou a 4.972 e as áreas cultivadas com feijão, milho e mamona foram 13.972 ha, 14.441 ha e 14.103 ha, respectivamente. No que diz respeito ao uso de insumos houve um crescimento bastante acentuado quanto ao item sementes selecionadas de feijão, variedade IPA – 74/19, num total de 324,2 t e a utilização de defensivos agrícolas atingiu a 243, 5 t. (EMATERBA,

Essas transformações deixaram marcas profundas na produção camponesa, pois interferiu, a partir do princípio da subordinação e da monopolização, na autonomia de gestão, produção e consumo do campesinato no Território de Identidade de Irecê. A subordinação ao crédito agrícola, assistência técnica, acesso a novas variedades de sementes, maquinários e implementos foram, ao longo do tempo, contribuindo diretamente ao processo de expropriação da renda da terra camponesa na área.

O reflexo geral dos arranjos espaciais que foram criados na área em questão pela linha da seletiva modernização agrícola foi um contexto de crise econômica e social no qual os camponeses ficaram à mercê de uma realidade de abandono,

dívidas e falta de condições materiais para poderem produzir os meios de vida. No entanto, houve resistência e continuidade do campesinato no Território, pois é da essência da família do campesinato permanecer enquanto unidade de resistência política e cultural, uma vez que a lógica camponesa não é acumular riqueza, mas sim, alimentar a familiar e trocar parte da produção nos mercados locais, a exemplo, das feiras-livres, por outras mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho.

A tabela 11 que apresenta o número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no Território de Identidade de Irecê resume a atual realidade de carência socioeconômica que praticamente todos os municípios que compõem o Território estão passando. Com base nesses dados, verificamos que 62.332 famílias dependem de programas sociais dos Governos para poder sobreviver, tais como o Bolsa Família. Levando em consideração o tamanho médio das famílias brasileiras, que é de quatro pessoas, temos aproximadamente 249.328 pessoas que dependem do Bolsa Família para poder sobreviver, ou seja, 61,9% da população do Território.

Os municípios de Xique-Xique com 7.502 (65,9% da população¹⁶), Irecê com 7.115 (43% da população), Lapão com 4.026 (62,8% da população), Canarana 4.027 (66,9% da população) e João Dourado com 3.039 (53,9% da população) se destacam com maior número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. A espacialização dessa realidade por município pode ser observada na figura 12.

O que atestamos é que, com exceção do município de Xique-Xique, os demais pertencem à sub-região conhecida como Maciço do Feijão. Foi justamente nessa área onde se concentrou o maior volume de liberação de crédito agrícola, de mecanização agrícola, investimentos estatais em infraestrutura física e conseqüentemente, de produção de feijão, sendo que nesse contexto, Irecê ficou nacionalmente conhecido como a capital do feijão por conta do grande volume desse grão produzido no município e em seu entorno.

¹⁶ Para chegar a essa porcentagem, multipliquei o número de famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família no município em questão por 4, visto que, segundo o IBGE (2010), as famílias brasileiras são, em média, compostas por 4 pessoas. Nesse caso, multipliquei o número de famílias assistidas por 4 e depois calculei a porcentagem com relação à população total.

Tabela 11 Território de Identidade de Irecê: famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no ano de 2010.

Município	Famílias atendidas	Meta física executada	Público beneficiado
América Dourada	2.718	R\$ 3.439.933,00	Famílias pobres
Barra do Mendes	2.064	R\$ 2.535.609,00	Famílias pobres
Barro Alto	2.180	R\$ 2.614.696,00	Famílias pobres
Cafarnaum	2.777	R\$ 3.450.359,00	Famílias pobres
Canarana	4.047	R\$ 4.893.128,00	Famílias pobres
Central	2.801	R\$ 3.460.498,00	Famílias pobres
Gentio do Ouro	1.740	R\$ 2.106.546,00	Famílias pobres
Ibipeba	2.607	R\$ 3.113.201,00	Famílias pobres
Ibititá	3.109	R\$ 3.689.509,00	Famílias pobres
Ipupiara	1.310	R\$ 1.527.992,00	Famílias pobres
Irecê	7.115	R\$ 7.969.774,00	Famílias pobres
Itaguaçu da Bahia	2.267	R\$ 2.854.949,00	Famílias pobres
João Dourado	3.239	R\$ 3.721.212,00	Famílias pobres
Jussara	2.669	R\$ 3.194.069,00	Famílias pobres
Lapão	4.026	R\$ 4.982.888,00	Famílias pobres
Mulungu do Morro	2.356	R\$ 2.938.058,00	Famílias pobres
Presidente Dutra	2.310	R\$ 2.688.948,00	Famílias pobres
São Gabriel	3.147	R\$ 3.985.441,00	Famílias pobres
Uibaí	2.348	R\$ 2.734.881,00	Famílias pobres
Xique-Xique	7.502	R\$ 9.536.448,00	Famílias pobres
Total	62.332	75.438.139,00	

Fonte: MDA (Relatório de Execução – Plano de execução 2010)

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A.Lobo e elaborado por SANTOS, Pablo. Com base nos dados do MDA 2010.

Figura 19 Território de Identidade de Irecê: famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no ano de 2010.

Outro indicador que fornece elementos que revelam o estado de degradação espacial no Território é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Por meio deste índice, podemos avaliar mudanças ocorridas na dinâmica socioeconômica envolvendo aspectos climáticos, hídricos, creditícios, devido aos indicadores estarem atrelados à educação (alfabetização e frequência escolar), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (renda municipal *per capita*). No quadro 03, apresentamos IDH-M¹⁷ dos municípios.

Com base nos dados apresentados no quadro 03 e espacializados na figura 20, observamos que, entre 1991 e 2000, houve uma pequena melhora no IDH-M do Território, passando de 0,505 para 0,604, porém, continuando abaixo da média estadual que era de 0,601 em 1991 e passou para 0,693 no ano de 2000. Outro ponto para o qual chamamos a atenção é com relação ao rebaixamento da posição da maioria dos municípios que compõem o Território no ranking do IDH - M do Estado da Bahia, como por exemplo, os casos de Canarana (posição 144 para 295), Gentio do Ouro (posição 182 para 376) e o próprio município de Irecê (posição 34 para 67).

Essa situação reforça a tese de que o modelo que norteou a modernização agrícola da área em questão se fundamentou em um amplo processo de monopolização do território pelo capital de forma articulada com o Estado e governos. Essa monopolização se materializou, dentro do recorte histórico que estamos analisando, em uma forma organizada pelo capital para expropriar a renda da terra camponesa no Território.

¹⁷ Segundo critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) - municípios com o IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento; municípios com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

Quadro 03 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M) nos municípios do Território de Identidade de Irecê em relação ao Estado da Bahia - 1991/2000

Bahia / Território / Município	1991		2000	
	IDH - M	Classificação no Estado	IDH - M	Classificação no Estado
BAHIA	0,601		0,693	
Território Irecê	0,505	-	0,604	-
América Dourada	0,492	280	0,564	393
Barra do Mendes	0,554	86	0,636	154
Barro Alto	0,532	136	0,621	208
Cafarnaum	0,475	324	0,598	307
Canarana	0,529	144	0,601	295
Central	0,534	129	0,614	241
Gentio do Ouro	0,519	182	0,575	376
Ibipeba	0,513	204	0,629	183
Ibititá	0,490	284	0,602	292
Ipupiara	0,588	41	0,670	61
Irecê	0,596	34	0,666	67
Itaguaçu da Bahia	0,440	391	0,586	354
João Dourado	0,472	333	0,596	312
Jussara	0,469	345	0,567	391
Lapão	0,521	174	0,621	210
Mulungu do Morro	0,475	325	0,578	372
Presidente Dutra	0,507	235	0,614	242
São Gabriel	0,474	328	0,619	221
Uibaí	0,521	172	0,615	234
Xique-Xique	0,495	265	0,580	365

Fonte: SDT 2008 (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável de Irecê – BA), com base nos dados da SEI e do Censo de 2000.

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A.Lobo e elaborado por SANTOS, Pablo. Com base nos dados da SDT 2008.

Figura 20 Território de Identidade de Irecê: espacialização do IDH – Municipal no ano 2000

Essa expropriação de renda vai se revelar por meio da fluidez do trabalho camponês materializado em renda para as mãos de agentes externos, tais como de empresas, bancos e instituições internacionais e agentes internos, como empresas, bancos, instituições, médios e grandes comerciantes da região.

3.3 Mudanças agrárias e dinâmicas populacionais

Historicamente, a dinâmica populacional da área que compreende atualmente o Território de Identidade de Irecê esteve ligada ao processo de interiorização do Estado da Bahia, por meio de deslocamentos populacionais motivados pela expansão das fazendas de gado, produção de algodão e mineração.

Com a inserção dessa área na modernização agrícola, a partir dos anos de 1950, as dinâmicas populacionais se voltaram com mais força para outras atividades, como a produção consorciada de feijão, milho e mamona, principalmente na área que compreende o Maciço do Feijão, a qual é composta pelos municípios de Irecê, Jussara, São Gabriel, João Dourado, Lapão, América Dourado, Ibititá, Barro Alto, Canarana, Cafarnaum e Mulungu do Morro.

De acordo com dados do censo demográfico do IBGE do ano de 2010 o Território em questão possui atualmente uma população de 402.828 habitantes, uma população urbana de 247.300 habitantes e uma população rural de 155.528 habitantes, sendo uma taxa de urbanização na ordem de 61,4%. Os quatro municípios com maiores populações são: Irecê com 66.181 habitantes e taxa de urbanização de 92%, Xique-Xique com 45.536 habitantes e taxa de urbanização de 71,4%, Lapão com 25.646 habitantes e taxa de urbanização de 39,1% e Canarana com 24.067 habitantes e taxa de urbanização de 47,6%.

Desses Municípios, somente Xique-Xique não faz parte do Maciço do Feijão, ou seja, dos quatro, é o único que não teve sua dinâmica populacional diretamente influenciada pela modernização agrícola pautada na monocultura do feijão, uma vez que, o crédito e a modernização técnica se concentraram nas áreas onde o solo apresentava maior fertilidade, boa disponibilidade de água subterrânea e maiores dinâmicas produtivas, como aponta a SEI (2000, p. 24):

Registre-se mais uma vez, toda via, que os avanços observados na economia regional tiveram como referência o conjunto de municípios que, devido as suas singulares condições edáficas, conseguiram imprimir às suas lavouras um curso altamente dinâmico, muito acima do padrão médio da produção agrícola do estado. Nos demais (ou seja, naqueles pertencentes às Zonas Serrana e da Caatinga de Beira Rio), a dinâmica econômica apresentou um ritmo diverso, e quase sempre, mais lento daquele verificado na zona do Maciço do Feijão.

É válido salientar que esses supostos avanços na economia regional se fundamentaram num forte processo de expropriação de renda da agricultura camponesa, pois a lógica para essa área era monopolizar o território de forma indireta, a partir da expropriação da renda da terra camponesa. Os dados apresentados podem ser analisados de forma mais completa na tabela 12.

Com base na tabela 12, percebemos que Ipupiara é o município de menor população, com apenas 9.285 mil habitantes, porém, um dos mais urbanizados, com 69,3% de taxa de urbanização. O município menos urbanizado, com uma taxa de urbanização de 19,6% e uma população urbana de apenas 2.598 habitantes é Itaguaçu da Bahia. Já o município de Lapão, apesar de ser o terceiro maior em população, é o segundo menos urbanizado, com 39,1% de taxa de urbanização.

. Essas diferenças no tamanho da população refletem a forma como esses municípios foram inseridos nas transformações agrícolas da área, principalmente, a partir dos anos de 1950. Os municípios que compõe a subárea conhecida como Maciço do Feijão, principalmente os mais próximos a Irecê, a exemplo de Lapão, Canarana e João Dourado, sofreram mais diretamente os impactos da monopolização do território. Nessa subárea, a cidade de Irecê se destaca como entreposto comercial dos produtos agrícolas produzidos, sobretudo, o feijão, o milho e a mamona.

A cidade se distingue também como sede regional de diversos órgãos públicos, como órgãos ambientais, educacionais e administrativos do Governo do Estado da Bahia. Essa concentração e a posição de entreposto comercial vão fazer com que a cidade de Irecê se torne um dos locais preferidos para imigrantes e camponeses expulsos da terra no Território, o que vai contribuir bastante para o seu crescimento populacional.

Tabela 12 Território de Identidade de Irecê: população total, população urbana, rural e taxa de urbanização 2010.

Municípios	Total da população	População urbana	População rural	Taxa de urbanização
América Dourada	15.961	10.832	5.129	67.8%
Barra do Mendes	13.987	6.256	7.731	44.7%
Barro Alto	13.612	6.712	6.900	49.3%
Cafarnaum	17.209	10.563	6.646	61.3%
Canarana	24.067	11.455	12.612	47.6%
Central	17.013	8.157	8.856	47.9%
Gentio do Ouro	10.622	5.350	5.272	50.3%
Itaguaçu da Bahia	13.209	2.598	10.611	19.6%
Ibitita	17.840	8.338	9.502	46.7%
Ibipeba	17.008	10.049	6.959	59.0%
Ipupiara	9.285	5.979	3.306	69.3%
Irecê	66.181	61.019	5.162	92.2%
Jussara	15.052	10.052	5.000	66.7%
João Dourado	22.549	13.569	8.980	60.1%
Lapão	25.646	10.050	15.596	39.1%
Mulungu do Morro	12.249	5.919	6.330	48.3%
Presidente Dutra	13.750	9.056	4.694	65.8%
São Gabriel	18.427	10.494	7.933	56.9%
Uibai	13.625	8.311	5.314	60.1%
Xique xique	45.536	32.541	12.995	71.4%
Total: Território de Irecê	402.828	247.300	155.528	61.4%

Fonte: Organizado por Santos, J. A. Lobo. Censo Demográfico do IBGE 2010.

A SEI (2000), com base em diversos estudos regionais, demonstra que houveram momentos de expansão e retração populacional na área, sendo a expansão fortemente atrelada às dinâmicas produtivas oriundas da modernização da agricultura entre os anos de 1940 e final dos anos de 1980. Defendemos a tese de que a modernização da agricultura no Território de Identidade de Irecê é iniciada de fato a partir dos anos de 1950, apesar do Governo do Estado da Bahia ter feito algumas modificações técnicas, com a inserção de arados mecânicos na área desde os anos de 1940. No processo de expansão populacional, se destacou a chegada de imigrantes de diversas partes do Estado da Bahia, sobretudo, da região do Semi-árido baiano.

A retração populacional vai se dar a partir dos anos de 1990, num contexto de forte crise econômica, uma vez que a falência do modelo imposto no Território criou um movimento de repulsão populacional para novos trabalhadores e um movimento de expulsão de camponeses do campo para as periferias das cidades, principalmente para Irecê. Nesse sentido, a SEI (2000, p. 23/24), aponta que:

Como foi visto a expansão demográfica da região coincidiu com o período que se iniciou na década de 40 e que vai até o final da década de 80. Ou seja, exatamente naquele espaço de tempo sob o qual opera-se as grandes transformações da estrutura produtiva regional (e, certamente, um período em que o crescimento vegetativo da população manteve-se sempre elevado). Com essas mudanças a região de Irecê inverteu a tendência de se apresentar como uma área onde os acréscimos populacionais ocorriam tão, somente, à base do crescimento vegetativo e, mesmo assim, retendo pequena parcela desses acréscimos. Com a modernização da atividade produtiva dominante, as taxas de crescimento demográfico global apresentaram-se sempre superiores às taxas do crescimento vegetativo fenômeno que só se inverteu com o recuo econômico da região a partir do final da década de 1980 (...).

Salientamos que, no Brasil, segundo informações do IBGE, nos anos entre 1950 e 1960 houve forte crescimento populacional, com uma taxa média na ordem de 3,1%. Nas regiões Nordeste e Centro-oeste houve, nesse período, uma taxa de crescimento médio, respectivamente de 2,5% e 6,2%. Esses dados podem ser observados com mais detalhes a partir da tabela 13.

Tabela 13 Brasil: Taxas de crescimento populacional em %

Grandes regiões	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1091/96
Brasil	2,4	3,1	2,9	2,6	1,7	1,3
Norte	2,4	3,6	3,6	5,0	3,8	1,9
Nordeste	2,3	2,2	2,5	2,2	1,6	1,1
Sudeste	2,1	3,2	2,6	2,7	1,6	1,3
Sul	3,2	4,2	3,4	1,5	1,2	1,2
Centro-oeste	3,5	5,1	6,2	4,3	2,7	2,2

Fonte: IPEA 2000, com Base nos Censos Demográficos do IBGE.

Com base nessas informações, verificamos que o crescimento populacional do Território de Identidade de Irecê, sobretudo, entre os anos de 1950 e 1980 não se deu de forma isolada, mais sim, acompanhando uma tendência nacional, porém, é válido salientar que os investimentos na modernização agrícola de algumas áreas contribuíram para essa realidade. Na escala de Brasil houve, entre os anos de 1980 e 1995, expressiva diminuição na taxa de crescimento anual da população, sendo, entre 1980 e 1991 de 1,7% e entre 1991 a 1995 de 1,3%.

Nas regiões Nordeste e Centro-oeste, entre os anos de 1980/91 e 1991/95, também houve expressiva queda nas taxas de crescimento populacional, ficando o Nordeste respectivamente com 1,6% e 1,1% e o Centro-oeste com 2,7% e 2,2%. O Nordeste tende a diminuir sua participação relativa no quantitativo da população nacional, já que, é uma região tradicionalmente fornecedora de mão-de-obra, principalmente para a Região Sudeste. No caso da Região Centro-oeste, houve uma diminuição no ritmo de expansão da fronteira agrícola, visto que a partir de meados dos anos de 1980, houve uma diminuição expressiva no fornecimento de crédito agrícola no Brasil.

Tabela 14 Território de Identidade de Irecê: taxas de crescimento populacional entre os anos de 1980 e 1991

Municípios	1980	1991	Taxa de crescimento (%)	Médio anual (% a.a)
América Dourada	12.665	15.965	26,05	2,36
Barra do Mendes	13.449	14.469	7,58	0,68
Barro Alto	11.817	12.059	2,04	0,18
Cafarnaum	12.492	13.704	9,70	0,88
Canarana	13.801	22.589	63,60	5,78
Central	13.856	14.696	6,06	0,55
Gentio do Ouro	9.195	11.093	20,60	1,87
Itaguaçu da Bahia	13.316	17.341	30,20	2,74
Ibitita	15.603	17.285	10,70	0,97
Ibipeba	9.077	17.449	92,20	8,38
Ipupiara	6.853	8.034	17,20	1,56
Irecê	35.743	50.908	42,42	3,85
Jussara	12.812	14.002	9,28	0,84
João Dourado	10.475	19.211	83,39	7,58
Lapão	16.433	20.913	27,26	2,47
Mulungu do Morro	8.195	13.741	67,67	6,15
Presidente Dutra	13.145	13.833	5,23	0,47
São Gabriel	12.626	17.884	41,64	3,78
Uibai	11.553	13.616	17,85	1,62
Xique xique	29.960	40.373	34,75	3,15
Total: Território de Irecê	283.066	369.165	30,41	2,76

Fonte: Organizado por Santos, J. A. Lobo. Censo Demográfico do IBGE do IBGE 1980/91.

Nesse caso, o Território de Identidade de Irecê vai na contra-mão da média nacional de crescimento populacional, visto que, entre os anos de 1980 a 1991, houve crescimento populacional praticamente em todos os municípios, pois, mesmo com a diminuição do crédito agrícola a partir de meados dos anos de 1980, a população dos municípios apresentou índices de crescimento, como mostra a tabela 14. Nesse período, a população do atual Território vai passar de um total de 283.066 para 369.165 mil habitantes, o que nos dá um crescimento populacional da ordem de 30,41%, tendo uma média de crescimento anual de 2,76%, ficando acima da média nacional (1,7%) e da região Nordeste (1,6%).

Esse crescimento populacional sustentou-se na manutenção de dinâmicas econômicas ligadas à produção agrícola, mesmo com a crise do crédito no setor, e no desenvolvimento de oportunidades de emprego nas cidades, principalmente na cidade de Irecê, que já estava consagrada como a capital do Feijão e centro regional de redistribuição de mercadorias. Nesse caso, a CPE (1994, p. 38) explica:

Conclui-se do exposto que os revezes climáticos vivenciados pela região de Irecê não impedem o agricultor ireceense de se modernizar. De fato, o comportamento desses camponeses e empresários rurais desvia-se do padrão tradicional nordestino, face à capacidade de reciclagem e de adoção de inovações por essa parcela da população economicamente ativa da região. Evidências mais recentes indicam uma nova tendência, com a introdução da agricultura irrigada de olerícolas.

Essas colocações despertam para o desenvolvimento de outras iniciativas como a criação de perímetros irrigados na área a partir de meados dos anos de 1970 e produção de outras culturas agrícolas, a exemplo da cenoura, do tomate, da beterraba, da pinha e outras. Os investimentos na irrigação, que, segundo a CPE (1994, p. 38), em 1973 já atendia cerca de 5.500 hectares, revelaram a tentativa de construção de alternativas aos constantes sinais de crise na produção consorciada de feijão, milho e mamona. Porém, esses novos investimentos não fugiram à regra geral de apropriação da renda da terra camponesa, pois os perímetros irrigados praticamente não atenderam ao campesinato regional e sim, aos grandes e médios produtores.

Numa análise cuidadosa da tabela 14, verificamos que a maioria dos municípios que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional estão

concentrados na subárea do Maciço do Feijão, ou seja, no core dos investimentos voltados à época, para a modernização da agricultura. Nesse caso, citamos o município de João Dourado com 83,39% (7,58% a.a), Mulungu do Morro com 67,7% (6,15% a.a) e Canarana com 63,6% (5,78 a.a) de taxa de crescimento populacional. Esses municípios estão localizados no entorno do município de Irecê e apresentam singulares características edáficas, e por isso, foram inseridos de forma mais direta na racionalidade produtiva imposta pelo capital no Território.

Entre os anos de 1991 e 2000, os municípios que compõem o Território apresentaram um arrefecimento nas taxas de crescimento populacional. Na média geral, houve um crescimento de 3,35% para o período e de 0,37% na média anual, realidade muito diferente das taxas de crescimento da década anterior. É válido salientar que muitos municípios apresentaram grandes perdas populacionais, a exemplo de Itaguaçu da Bahia, com -34,7%, Ibipêba, com -11,96% e Gentio do Ouro, com -8,29%. Esses dados podem ser analisados com mais detalhes na tabela 15.

Por meio da referida tabela, observamos que boa parte dos municípios que compõe a subárea do Maciço do Feijão apresentaram taxas de crescimento negativas e, conseqüentemente, perdas populacionais. A este respeito, citamos como exemplo os municípios de Canarana com -4,09%, João Dourado com -1,27% e Presidente Dutra com -0,74. O município de Irecê, tendo a cidade de Irecê como principal polo da região, a qual acaba absorvendo grande parte dos imigrantes e dos camponeses que se deslocam do campo para a cidade, não apresentou taxas negativas, no entanto, houve uma expressiva redução em seu ritmo de crescimento populacional. O município de Irecê cresceu apenas 1,42% a.a na década em questão, enquanto tinha crescido a 3,45% a.a no período entre 1980 e 1991.

Tabela 15 Território de Identidade de Irecê: taxas de crescimento populacional dos municípios entre os anos de 1991 e 2000

Municípios	1991	2000	Taxa de crescimento (%)	Médio anual (% a.a)
América Dourada	15.965	15.959	-0,03	-0,003
Barra do Mendes	14.469	13.610	-5,93	-0,65
Barro Alto	12.059	12.098	0,32	0,03
Cafarnaum	13.704	16.059	17,1	1,9
Canarana	22.589	21.665	-4,09	-0,45
Central	14.696	16.792	14,2	1,57
Gentio do Ouro	11.093	10.173	-8,29	-0,92
Itaguaçu da Bahia	17.341	11.309	-34,7	-3,85
Ibitita	17.285	17.905	3,58	0,39
Ibipeba	17.449	15.362	-11,96	-1,32
Ipupiara	8.034	8.541	6,31	0,7
Irecê	50.908	57.436	12,82	1,42
Jussara	14.002	15.339	9,54	1,06
João Dourado	19.211	18.967	-1,27	-0,14
Lapão	20.913	24.727	18,23	2,02
Mulungu do Morro	13.741	15.119	10,02	1,11
Presidente Dutra	13.833	13.730	-0,74	0,08
São Gabriel	17.884	18.412	2,95	0,32
Uibai	13.616	13.614	-0,01	-0,001
Xique xique	40.373	44.718	10,76	1,19
Total: Território de Irecê	369.165	381.535	3,35	0,37

Fonte: Fonte: Organizado por Santos, J. A. Lobo. Censo Demográfico do IBGE 1991/2000.

Essa nova dinâmica populacional refletiu o contexto de crise na produção das principais lavouras da região e a falência do modelo de modernização da agricultura que foi implantado na área. Tal crise impactou a dinâmica populacional, uma vez que, num contexto de baixa produção, falta de crédito, desemprego, falta de mercado e empobrecimento do campesinato regional, os trabalhadores tenderam a buscar outras alternativas de sobrevivência e, nesse caso, uma boa parte acabou migrando para as periferias das cidades médias e outras regiões. O contexto de crise é retratado por Sobrinho Novaes (2007, p. 64):

Em meados dos anos de 1980 e início da década de 1990 se inicia nessa região um período de crise, que se estende até os dias atuais. A grande produção que teve início nos anos de 1960 começa a decair em meados dos anos de 1980. As terras (solos) que eram virgens e ricas em nutrientes, com a mecanização inadequada com o passar do tempo não produziram tanto como no início. Os solos fracos e empobrecidos dificultaram assim a produção de feijão. Outro problema também a destacar é a inadimplências dos produtores. Muitos investimentos foram concedidos através do crédito agrícola, e com a diminuição da produção, os produtores acabando ficando inadimplentes com os bancos financiadores. A diminuição na produção veio acompanhada de um intenso problema comercial, houve a falta de competitividade desses produtores nos principais mercados regionais.

Na falência do modelo implantado, o campesinato envolvido mais diretamente na modernização ficou numa situação de dificuldade, visto que muitas famílias camponesas deixaram de produzir a subsistência fundamentada numa economia do excedente para mergulhar numa proposta, subsidiada pelo crédito, de agricultura comercial, como mostra Martins L. (2009, p.07):

São apontadas como conseqüências desse reordenamento de poder estadual – e da fusão de projetos burgueses de ordem estadual e nacional num sentido nitidamente industrializante – a atuação do Estado na economia regional de Irecê. Em análises produzidas por agências governamentais, indica-se a substituição de uma agricultura de subsistência por uma agricultura mercantil que fosse capaz de produzir para o mercado interno produtos como “feijão, milho, mandioca e mamona”

Dessa forma, as famílias camponesas tenderam a perder sua soberania alimentar e sua autonomia produtiva. Outra questão está relacionada aos laços de solidariedade que se fundamentavam na convivência, no compadrio e na produção familiar e que, com a modernização agrícola na área, passaram a se fundamentar

nas dinâmicas comerciais, pois a produção familiar deixa de ser uma dádiva do trabalho da família para se tornar uma mercadoria.

Tabela 16 Território de Identidade de Irecê: taxas de crescimento populacional dos municípios entre os anos de 2000 e 2010

Municípios	2000	2010	Taxa de crescimento (%)	Médio anual (% a.a)
América Dourada	15.959	15.961	0,01	0,001
Barra do Mendes	13.610	13.987	2,77	0,277
Barro Alto	12.098	13.612	12,51	1,251
Cafarnaum	16.059	17.209	7,16	0,716
Canarana	21.665	24.067	11,08	1,108
Central	16.792	17.013	1,31	0,131
Gentio do Ouro	10.173	10.622	4,41	0,441
Itaguaçu da Bahia	11.309	13.209	16,8	1,68
Ibitita	17.905	17.840	-0,36	-0,003
Ibipeba	15.362	17.008	10,7	1,07
Ipupiara	8.541	9.285	8,71	0,871
Irecê	57.436	66.181	15,22	1,522
Jussara	15.339	15.052	-1,87	-0,187
João Dourado	18.967	22.549	18,9	1,89
Lapão	24.727	25.646	3,71	0,371
Mulungu do Morro	15.119	12.249	-19,0	-1,9
Presidente Dutra	13.730	13.750	0,14	0,014
São Gabriel	18.412	18.427	0,08	0,008
Uibai	13.614	13.625	0,08	0,008
Xique xique	44.718	45.536	1,82	0,182
Total: Território de Irecê	381.535	402.828	5,58	0,558

Fonte: Organizado por Santos, J. A. Lobo. Censo Demográfico do IBGE 2000 e 2010

Já no período entre 2000 e 2010 (tabela 16), observamos que a maioria dos municípios que compõem atualmente o Território de Identidade de Irecê apresentaram taxas positivas de crescimento, com exceção dos municípios de Mulungu do Morro, com -19%, Jussara, com -1,9% e Ibitita, com -0,36.

Outros municípios apresentaram taxa de crescimento tais como João Dourado, com 18,9%, Itaguaçu da Bahia, com 16,8%, Irecê com 15,22%, Canarana, com 11,08% e Ipupiara, com 8,71%. Essa recuperação nas taxas de crescimento populacional na maioria dos municípios que compõem o Território, entre outras ações, é fruto de uma política territorial de substituição do modelo anterior, o qual era pautado, sobretudo, na monocultura do feijão. No Território, outros cultivos tiveram sua produção estimulada, como a produção de tomate, cebola, cenoura, beterraba, pinha, melancia, e outros.

3.4 Espaço agrário e novas intervenções socioprodutivas

Um dos marcos iniciais para a inclusão de novos produtos em escala comercial no Território foi a criação de perímetros irrigados, e também a atuação do Programa de Formação e Mobilização Para a Convivência com o Semi-árido. Esse Programa, que nasceu com o objetivo de implantar um milhão de cisternas no Semi-árido brasileiro, demonstrou importância na área, uma vez que buscou viabilizar acesso à água, por meio da implantação de cisternas de produção, para parte do campesinato em questão, conforme nos mostram as figuras 21 e 22.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 21 Território de Identidade de Irecê: cisterna de produção, comunidade rural Cocão, Município de Irecê – BA, foto: junho de 2011.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 22 Território de Identidade de Irecê: placa com informação sobre construção e localização da cisterna. Comunidade rural Cocão, Município de Irecê – BA, foto: junho de 2011.

É importante frisar que a discussão em torno da apropriação da água vem se tornando patente no Brasil, pois o grande capital desenvolve uma série de estratégias, as quais vão desde a grilagem de terras até a utilização de recursos públicos para monopolizar o acesso a água, principalmente no campo. É o que autores, a exemplo de Thomaz Junior e outros, estão chamando de agrohidronegócio, ou simplesmente de hidroterritório, como elementos que estão no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Dessa forma, Thomaz Junior (2010, p 93) explana que:

Impõe-se de forma marcante nessa primeira década do século XXI elementos novos e repletos de significados no tocante às disputas em torno da água ou do acesso a água no Brasil. Se superficial, se represada, se disponível em aquíferos, a água tem ocupado importância no âmbito das políticas públicas que incidem sobre transposição – também denominada politicamente por integração de bacias, no caso do rio São Francisco, por meio dos Eixos Norte e Leste -, perenização de rios, construção de açudes, canais e dutos, manutenção de sistemas de bombeamento para irrigação etc.

No Brasil, cada vez mais o grande capital está se territorializando no campo, por meio de grandes empresas como a Cargill, Bunge, Cosan, Cutrale e outros grupos de cunho nacional e internacional que atuam no sentido de monopolizar direta ou indiretamente áreas produtivas que tenham não somente solo e relevo adequado para a produção, mas, sobretudo, grande disponibilidade de água.

A água é elemento indispensável ao processo produtivo e conseqüente acumulação de capital, mas também, instrumento de dominação e subordinação da renda da terra camponesa, visto que a água serve, no contexto do agrohidronegócio, também para o controle daqueles que a esse bem não tem acesso. “Outra face desse processo é a ação dos capitais privados que também investem em suas estruturas próprias, a fim de garantirem acesso e controle sobre a água, mas fundamentalmente usufruem e mantêm privilégios à base dos investimentos públicos”. (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 94).

As áreas com maior disponibilidade de água no Cerrado, como a região oeste do Estado da Bahia (Aqüífero Urucuia e Bacia do Rio Grande), no Semi-árido, principalmente nos vales do Rio São Francisco e outras áreas, já estão, há algum tempo, passando por um forte processo de territorialização do chamado

agrohidronegócio. Essa territorialização vem se refletindo num contexto de disputa e apropriação, não somente da terra, mas do território, onde o controle da água se torna elemento estratégico fundamental. Aqui, concordamos com Thomaz Junior (2010, p. 94):

O capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e por isso disputa apoios, cabe colocar em evidência que os bons resultados/retornos obtidos são complementados/potenciados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis, localização favorável e logística de transportes adequada). Mas não somente, pois o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso a água, seja superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), por meio de intervenções, via de regra, represamentos de cursos d'água, seja subterrânea, sobretudo os aquíferos Caiuá-Bauru e Serra Geral, no Centro-Sul do País, índices pluviométricos satisfatórios e com regularidade adequada às demandas do ciclo vegetativo da planta (cana-de-açúcar, soja etc.).

Essa facilidade do capital de acesso às melhores terras e, principalmente, às reservas hídricas, causam desequilíbrios no campo das disputas territoriais entre a existência da terra de trabalho, com forte territorialização da agricultura camponesa e a prevalência da terra de negócio, com forte caráter expansionista dos grandes grupos privados que, atualmente, estão traçando esse novo momento da questão agrária brasileira.

Essas perversas estratégias de apropriação dos recursos naturais, especialmente da água, são claramente observadas no Território de Identidade de Irecê, uma vez que o campesinato quase não tem acesso aos perímetros irrigados, a exemplo, do projeto Baixio de Irecê e outros. No Território em questão, o que sobrou para a grande maioria dos camponeses, por via de muita mobilização social, foram os pequenos projetos voltados à construção de reservatórios para captação da água da chuva nos estabelecimentos camponeses, a construção de cisternas produtivas e de poços artesianos comunitários.

Na maioria dos casos, há uma cobrança pela água nos perímetros irrigados. Essa cobrança, muitas vezes, se coloca como um dos elementos estratégicos de exclusão da participação do campesinato nessas áreas, que na verdade, já nascem, através das políticas de Governos, no seio da exclusão, pois são construídas para

atender à lógica expansionista e monopolizadora do capital e não para atender o campesinato. Em meio a esse debate, Thomaz Junior (2010. p. 103) aponta que:

Esse assunto requer muita atenção e aprofundamento, o que não está colocado para o momento, porém nos estimula a pensar que as polêmicas que se fazem presentes têm que ser refletidas no âmbito do metabolismo do capital, da estrutura social e do poder econômico. Caso contrário, a aparentemente *simples* cobrança pelo uso da água pode se somar a uma série de vícios e esquemas que assegura, por meio de privilégios e acesso (fácil) à estrutura de poder, toda uma rede de relações (econômicas, políticas) que reforça os elevados índices de concentração da propriedade da terra, a consolidação da prática da monocultura, da produção de *commodities* para exportação – a título de exemplo, a produção dos agroenergéticos ou agrocombustíveis, como o álcool de cana - de- açúcar –, do poder econômico dos grandes conglomerados transnacionais, vinculados direta ou indiretamente à água, em detrimento da disseminação das áreas de cultivo de alimentos que compõem a cesta básica, e de apoio às já aptas para tal fim.

Essas facilidades concedidas ao capital por meio da construção de perímetros irrigados com recursos públicos, no caso do Semi-árido brasileiro, são facilmente percebidas quando observamos as áreas irrigadas no chamado eixo Juazeiro – Petrolina, entre os Estados da Bahia (Juazeiro) e de Pernambuco (Petrolina), pois grande parte dos perímetros é voltada para atender a AGROVALE e plantadores de fruticultura de exportação, a exemplo de produtos como a manga e a uva. É válido salientar que nessa área, existem canais de irrigação que passam por dentro de muitos estabelecimentos camponeses e esses camponeses são proibidos de utilizar a água oriunda desses canais.

Outro exemplo de perímetros irrigados que estão sendo construídos com recursos públicos no Semi-árido brasileiro é a própria transposição do Rio São Francisco, que o Governo Federal e os Governos Estaduais que apóiam o projeto, assim como outros agentes do capital, insistem em chamar de integração. A realidade é que, tanto no chamado eixo norte, quanto no eixo leste da transposição, serão construídos vários perímetros irrigados, que vão se concretizar como instrumentos de valorização especulativa das terras beneficiadas e como mola propulsora do expansionismo territorial do agrohidronegócio no Semi-árido, o que era, até pouco tempo, impensável para o capital.

A transposição do Velho Chico vai se consolidar numa nova territorialização hegemônica do capital que, certamente, vai se refletir na ocupação violenta das

terras envolvidas nos perímetros irrigados, sobretudo, pela grilagem, visto que a possibilidade de produção e de extração da renda da terra, como realização econômica do monopólio, nessas áreas do Semi-árido brasileiro serão imensas. Essa realidade poderá fomentar a construção de relações de poder extremamente conflituosas entre o grande capital, com suas lógicas expansionistas e excludentes e as lógicas camponesas, fundamentadas na terra de trabalho e na resistência socioespacial.

Salientamos que a terra e a água são atributos fundamentais no processo de disputa por territórios e, nesse caso, o capital vai, por meio de diferentes formas, buscar se apropriar direta e indiretamente desses recursos. No entanto, defendemos que esses recursos devem estar voltados para o atendimento da terra de trabalho, ou seja, dos trabalhadores camponeses, como demonstra Thomaz Junior (2010, p. 98):

A interação entre terra e água não está somente para o capital, por meio de suas diferentes formas de expressão e espalhamento (de sistemas produtivos, de grandes extensões de terras cultivadas e acionadas por pivôs-centrais, represas, de canais de irrigação etc.), mas também para os trabalhadores, para os camponeses.

Mesmo com todas as dificuldades e desigualdades, é válido salientar que a implantação de cisternas de produção no Território de Identidade de Irecê possibilitou novas oportunidades de produção para o campesinato, uma vez que facilitou o acesso a uma água de relativa qualidade, tanto para o consumo básico da família, quanto para a produção de alimentos, sobretudo, frutas, hortaliças e criação de animais com a galinha caipira, como podemos verificar por meio das figuras 23, 24 e 25.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 23 Território de Identidade de Irecê: produção de abóbora, milho e banana com água de cisterna de produção, município de Cafarnaum – BA. Foto: junho de 2011.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 24 Território de Identidade de Irecê: camponesa produzindo hortaliças com água de cisterna de produção, município de Cafarnaum. Foto: junho de 2011.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 25 Território de Identidade de Irecê: camponês produzindo Beterraba irrigada com água de poço artesiano, município de Lapão. Foto: junho de 2011.

De acordo com a página oficial na internet da Articulação do Semi-árido Brasileiro ASA - Brasil, (2011), a construção de cisternas de produção, por meio do citado Programa, tem contribuído para “(...) beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semi-árida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. Juntas, elas formam uma infraestrutura descentralizada de abastecimento com capacidade para 16 bilhões de litros de água”. Nesse sentido, a ASA – Brasil define o P1MC como:

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido da ASA. Ele vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semi-árido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual. (ASA – Brasil. P1MC - <http://www.asabrasil.org.br>).

As cisternas de produção, poços, sistemas de captação da água das chuvas e outros, contribuem para melhorar a capacidade das famílias camponesas de produzirem determinados cultivos para alimentação no semi-árido e também para comercializar o excedente da produção nos mercados locais, por meio de uma economia do excedente. Infelizmente, na área em questão, assim como em outros Territórios de Identidade do país, a presença de comerciantes atravessadores é muito marcante, chegando a responder por cerca de 80% da comercialização regional dos produtos oriundos do campesinato, conforme constatação da pesquisa de campo, e, nesse processo, parte da renda da terra camponesa é literalmente retirada das famílias.

O acesso à água de forma constante, por meio da captação de água das chuvas, poços artesianos ou outros meios, mesmo que de forma limitada, possibilita um leque de oportunidades para o campesinato no Território, seja na produção diversificada em pequenas proporções, seja numa produção mais organizada para o abastecimento dos mercados locais. Em meio ao debate sobre a disponibilização e utilização da água de forma eficiente, Thomaz Junior (2010, p. 94) aponta que:

É importante apontarmos também que o acesso a água pode ser mais eficiente ou obter melhores resultados quando os mecanismos de controle estejam adequados à conservação de solos que, por sua vez, poderão garantir maior infiltração das águas das chuvas, melhorar a reposição ou recarga dos aquíferos, das nascentes, das veredas, dos rios etc. (03)

O autor chama a atenção para a necessidade de não somente haver a disponibilização da água, mas sim, do uso dessa água vir acompanhado de cuidados ambientais, como a preservação dos solos e outros fatores que possam, ao longo do tempo, a garantir a continuidade da disponibilização da água, de forma a não comprometer seu ciclo natural e sua qualidade.

É pertinente afirmar que, mesmo com a implantação de cisternas produtivas no Território em questão, assim como poços artesianos comunitários, muitos camponeses ainda estão sem acesso à água, ou com acesso rigorosamente limitado, o que compromete a capacidade produtiva da família camponesa, fato que reduz as oportunidades produtivas de uma parte significativa do campesinato. Cito, como exemplo, o caso do camponês Paulo Dourado, da Comunidade Rural do

Achado, Município de Irecê, que:

Aqui a gente cria um gadinho de leite, uma vaca só e têm umas novilhas e umas bezerras, a dificuldade é grande, água aqui para os animais não temos, trago a água no lombo do burro para o gado beber. A gente quer ver se dá para fazer um poço artesiano, é o jeito, porque para eles fornecer água aqui para a gente é muito difícil, fornece mais é muito cara, aí não dá para a gente criar mais do que 10 ou 15 animais. Tem esse cocho aqui o gado vem beber, a gente troca a água, e todo dia lava para não ficar aquela terrinha embaixo porque tenho medo do gado adoecer.

A realidade do camponês Paulo Dourado pode ser observada por meio das figuras 26 e 27, que retratam muito bem a dificuldade produtiva que, de certa forma, é imposta a uma parte do campesinato por falta de condições adequadas de acesso a um bem tão fundamental, não somente para a produção, mas para a própria sobrevivência humana, que é a água.

Reconhecemos aqui a importância da criação de uma infraestrutura hídrica para o campesinato no Território, porém, outras questões também são relevantes ao desenvolvimento das atividades camponesas, tais como assistência técnica qualificada, crédito subsidiado, infraestrutura de transporte a baixo custo, acesso aos mercados locais e regionais de forma mais direta, sem a presença do atravessador, entre outros fatores.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 26 Território de Identidade de Irecê: camponês mostrando a água e o recipiente que utiliza para matar a sede dos poucos animais que cria na propriedade, Município de Irecê. Foto: junho de 2011.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 27 Território de Identidade de Irecê: camponês utilizando carroça para transportar. Município de Irecê.. Foto: junho de 2011.

Além das estratégias voltadas para melhorar a disponibilização de água, outras ações estão contribuindo para uma lenta retomada produtiva na área em questão, a exemplo da disponibilização de crédito agrícola via Pronaf, e da inclusão do Território na rota produtiva do PNPB. O crédito do Pronaf disponibiliza recursos entre R\$ 3.000 e R\$ 36.000 mil reais para parte dos camponeses da área. Esse crédito geralmente é investido na produção e custeio de operações. A falta de fiscalização e de orientação participativa nos investimentos compromete a eficácia desses programas, o que, muitas vezes, contribui para o endividamento do campesinato regional.

Segundo informações do MDA – Relatório de execução: plano de execução 2010, no ano de 2010, foram realizados um total de 1.853 contratos do Pronaf no Território, sendo liberado para os agricultores um total de R\$ 4.857.687,92. É válido salientar que o Pronaf é uma política de Governo criada no ano de 1995 especificamente para atender a agricultura familiar, o que foi um avanço importante para o campesinato de forma geral. Porém, se os recursos aplicados pelo Programa, junto aos camponeses, não forem acompanhados de outras ações, a exemplo de infraestrutura produtiva, acesso autônomo a mercados, orientação técnica e participação dos sujeitos envolvidos na gestão, tende a ser muito mais uma ferramenta de expropriação de renda do que de libertação.

No que compete à atuação do PNPB, foram investidos R\$ 255.740,48 em orientação técnica e sementes para a produção de mamona, num total de 2.800 famílias atendidas. Além do Pronaf e do PNPB, foram investidos também R\$ 704.552,05 por meio do Programa Garantia Safra, com um total de 7.585 famílias camponesas seguradas. Esses investimentos refletem um novo momento de territorialização de um conjunto de políticas públicas voltadas para o campo no Território.

Esse conjunto de novas políticas procura estabelecer uma maior articulação com os agentes locais, a exemplo de cooperativas, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros, no sentido de buscar maior legitimidade no corpo físico e social do Território. Essas mudanças na forma de pensar e agir estão contribuindo para o desenvolvimento de outras atividades agrícolas e também para uma relativa dinâmica econômica no setor de comércio e serviços, porém, ainda muito distante de contribuir significativamente para resolver velhas questões, como a

forte presença de comerciantes atravessadores se apropriando das rendas campesinas, falta de apoio técnico para melhorar a produção, entre outros.

4 O PNPB E A SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE IRECÊ

Concentramos o trabalho de campo em três municípios por entender que esses são bastante representativos. O município de Cafarnaum, por ser o maior produtor de mamona do Território, com uma produção no ano de 2010 de 10.520 toneladas e com uma área plantada na ordem de 13.150 hectares, sendo que este município respondeu no ano de 2010 por 21,43% de toda a mamona produzida no Território. É válido observar que, em visita de campo, constatamos que grande parte dessa mamona é produzida por famílias camponesas de forma consorciada com milho, e em menor quantidade, com o feijão e outros cultivos.

Outro elemento importante que serve como argumento para justificar a escolha do município de Cafarnaum é que em sua sede encontra-se o segundo maior comerciante atravessador de mamona da região, um homem conhecido como Sr. Idelbrando, o qual atua fortemente na compra e revenda da mamona produzida por famílias camponesas. Além do grande comerciante, o município conta também com uma sede da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (COOTEBA), que atua em todo o Estado da Bahia, inclusive no município em questão.

Outro município em que concentramos o trabalho de campo foi o de Lapão, pois conta com a sede de uma grande cooperativa que atua no Território que é a Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê - BA (COAFTI). Essa cooperativa tem muita influência em toda área e vem se territorializando como uma instituição forte no que compete ao estímulo à produção de mamona pelas famílias camponesas e aquisição da produção.

O município de Lapão sedia uma esmagadora de mamona, a qual visa possibilitar o esmagamento da mamona na própria região e com isso, agregar valor ao produto, como mostram as figuras 28 e 29.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 28 Território de Identidade de Irecê: unidade esmagadora de mamona e fábrica de óleo de mamona, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 29 Território de Identidade de Irecê: tanques para depósito de óleo de mamona, unidade esmagadora de mamona e fábrica de óleo de mamona, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.

A esmagadora foi montada com recursos do Governo Federal, por meio de projeto da COAFTI, tendo grande capacidade produtiva, o que faz com que a cidade de Lapão se torne um importante entreposto no processo de agregação de valor à mamona enquanto matéria prima para a indústria de forma geral, especialmente para a produção de biodiesel no PNPB. Além disso, destacamos que o município de Lapão foi o terceiro maior produtor de mamona no Território no ano de 2010, respondendo por um total de 8.000 toneladas em 10.000 hectares de área plantada, ou seja, o município foi responsável por 16,3% de toda mamona produzida no ano de 2010, no Território.

Já a escolha do município de Irecê se justifica pela importância territorial que o município, principalmente sua sede, tem na área em questão. A cidade de Irecê é o principal polo territorial. Nesta, se concentram serviços diversos, atividades comerciais e órgãos regionais, os quais são importantes para o desenvolvimento de políticas agrárias no Território. É sede de órgãos da EBDA, do Escritório Regional do IBGE, da Companhia de Ação Regional (CAR), a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF) e outros, como pode ser observado nas figuras 30, 31 e 32, o que dá a Irecê peso significativo nas ações territoriais a serem formuladas e desenvolvidas.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 30 Território de Identidade de Irecê: sede regional da EBDA, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 31 Território de Identidade de Irecê: sede regional da ADAB, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 32 Território de Identidade de Irecê: escritório regional da CODEVASF, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

A cidade de Irecê é o principal entreposto comercial dos produtos agrícolas do Território, visto que, os maiores atravessadores da produção estão concentrados nessa cidade, como o Sr. Vicente da Mamona, que é tido como o maior comerciante atravessador de mamona no Território. Outra questão relevante é a localização da sede de uma das maiores cooperativas, ligada aos produtos do campo, que é a Cooperativa Agropecuária de Irecê (COPIRECE), que já atua na área há mais de 20 anos.

Com base na relevância desses três municípios para o entendimento das questões que envolvem a atuação do PNPB, a produção de mamona e o processo de subordinação da renda da terra camponesa, concentramos o trabalho de campo nessas áreas. Para tanto, promovemos entrevistas qualitativas com dirigentes de órgãos públicos e privados, com entidades de classe e com os camponeses produtores de mamona.

É válido salientar que todo material oriundo dos trabalhos de campo realizados no território foi organizado, tabulado e criteriosamente analisado à luz da problemática de pesquisa. No entanto, as análises apontaram para algumas

questões que são fundamentais à compreensão dos processos de expropriação da renda da terra camponesa no Território de Identidade de Irecê.

4.1 Estratégias de territorialização do PNPB

O PNPB está atuando no Território por meio do fornecimento de orientação técnica para camponeses produtores de mamona, regulação dos preços da mamona, aquisição da produção e fomento à organização comercial dos camponeses produtores.

Nessas ações, observamos que a meta fundamental é estimular a produção da mamona e, assim, consolidar o Território como um grande polo nacional produtor de oleaginosas, sobretudo, de mamona para produção de biodiesel. Ressaltamos que as estratégias desenvolvidas pelos agentes que coordenam as ações do Programa na área são voltadas para a construção de um novo marco produtivo fundamentado na monocultura da mamona.

A criação de novos ramos produtivos e de uma nova organização de mercado geralmente se reflete em tentativas do capital de criar novas bases para a acumulação e reprodução, pois o modo capitalista de produção busca a todo momento se renovar e se reinventar, com o objetivo de manter um determinado padrão expansionista de acumulação e reprodução. Como mostra Harvey (2006, p. 64):

O capitalismo apenas consegue escapar a sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação.

A expansão no modo capitalista de produção pode se dar de forma direta, pela via da territorialização do capital, e de forma indireta, pela via da monopolização do território, uma vez que a atuação direta do modo capitalista de produção em todos os aspectos e partes do mundo retira uma condição imprescindível à sua sobrevivência, que são os espaços disponíveis para a acumulação adicional.

Portanto, para manter áreas onde o sistema possa gerar novas demandas e desejos, o capital atua de forma direta e indireta no Território. Nessa discussão, Harvey (2006, p. 64) defende que “se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a cumulação adicional (...)”.

É justamente por conta dessas e de outras transformações impostas no Território de Identidade de Irecê pelo capital que, aos poucos, o feijão vai saindo de cena, assim como a mandioca e outros produtos tradicionais, para que a mamona ganhe mais espaço produtivo e mercadológico. Salientamos que, até a década de 1990, o feijão ainda era a “estrela” do suposto desenvolvimento regional, porém, nesse novo momento, a perspectiva do cultivo de mamona para produção de biodiesel passa a ser o carro chefe.

A questão é que há frações do território que estão em disputa, não somente entre o movimento de resistência camponesa e o capital, mas também, entre os agentes hegemônicos do próprio capital pela consolidação de uma ou outra *commodity* em determinado momento histórico, tais como a soja, a cana-de-açúcar, a pecuária e as culturas de oleaginosas, como é o caso da mamona no Território de Identidade de Irecê. Essas disputas (intra e intercapital) são bem retratadas por Thomaz Junior (2010, p. 97):

Quanto à soja, o processo expansionista já foi mais agressivo, havendo uma clara preponderância dessa *commodity* em termos de área ocupada e importância estratégica para o capital. No entanto, está ocorrendo a superposição ou mesmo a disputa direta entre outras frações do capital agroindustrial, com destaque para os investimentos na atividade agroindustrial canavieira sobre a mesma porção territorial até então hegemônica pela soja, milho e mais recentemente o avanço das monoculturas do eucalipto. Ou seja, as frações do território em disputa (intra e intercapital) – com a participação crescente, inclusive com a participação de grupos estrangeiros – expressam não somente uma *nova* geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina.

Concordamos com este autor quando afirma que essas disputas (intra e intercapital) no tecido territorial, com participação crescente de grupos estrangeiros delineiam a consolidação do poder de classe do capital sobre as melhores terras.

Para contribuir com o debate, acrescentamos que este fato se dá não somente sobre as melhores terras, mas também sobre a produção, a circulação, a distribuição sobre o próprio consumo das mercadorias oriundas das terras monopolizadas direta e indiretamente pelo capital.

O caso do Território de Identidade de Irecê é emblemático, pois a mamona não é um produto novo que está sendo introduzido no Território de fora para dentro pelos agentes hegemônicos do capital, como aconteceu em outras partes do país, a exemplo da introdução da soja no bioma Cerrado e na Amazônia Legal. A produção de mamona na área é tão antiga e tradicional quanto as próprias práticas de cultivos e comercialização do campesinato.

A mamona, como cultura tradicionalmente produzida no Território e as dificuldades pertinentes à produção de feijão nos últimos anos ficam claras na fala do camponês Paulo Dourado, da Comunidade Rural do Achado, Município de Irecê:

Aqui é a terra da mamona e do feijão, aqui era assim: feijão, mamona, milho e algodão. O feijão ficava num preço bom, geralmente a R\$ 60, R\$ 80 reais a saca, quando o povo colhia caía para R\$ 10 reais a saca, aí não dava nem para pagar o trabalhador. A mamona é porque a gente plantava e não tinha a máquina para colher, o plantio de mamona aqui ficou fraco, o pessoal abandonou por causa da seca, o pessoal foi correndo da mamona, agora tá voltando a plantar, mas aqui nessa região não choveu. A chuva é fundamental, se ela chegasse dividida certinha dava para a gente produzir mais, aí dava lucro.

A nosso ver a fala do camponês retrata duas questões:

- Primeiro, as jogadas de mercado orquestradas por grandes comerciantes regionais e outros agentes do capital para incentivar a produção maciça de feijão junto ao campesinato, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, inclusive com preços especulativos que elevavam o valor de mercado da saca do feijão como estratégia de motivação para o plantio, porém, quando o produto estava colhido, rapidamente a especulação mudava de rumo e os preços do feijão caíam repentinamente, o que forçava os camponeses, na iminência do prejuízo total, a vender a produção por preços muito baixos;
- Segundo, que a mamona é um produto tradicionalmente produzido no Território, ou seja, não é uma cultura nova e sim, velha conhecida do campesinato, no entanto,

por dificuldades técnicas e hídricas, muitos camponeses deixaram de plantar. Contudo, no período atual, está acontecendo um retorno ao plantio da mamona, ou seja, um novo momento de territorialização da cultura de mamona na área.

A questão é que, com as novas oportunidades geradas para a produção de agrocombustíveis no Brasil, sobretudo depois da criação do PNPB, as culturas de oleaginosas produzidas no Semi-árido, a exemplo do pinhão manso, do dendê e da mamona, ganharam novos significados no contexto do mercado e dos interesses capitalistas. Deste modo, produção de mamona no Território em questão ganhou um novo sentido, como se fosse uma rugosidade, uma forma do passado que ganha adaptações para ter uma nova funcionalidade e assim atender a diferentes demandas capitalistas do presente e, possivelmente, do futuro.

Para o capital, não importa se a cultura da mamona já existia ou não no Território, o que interessa realmente são as novas oportunidades de expansão do agronegócio de forma conectada com os chamados conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, os quais, na maioria das vezes sustentados por políticas e recursos públicos, a exemplo do PNPB, e da construção de perímetros irrigados, tem campo fértil para sua expansão, como demonstra Thomaz Junior (2010, p 98) afirmando que:

Esse processo recente de expansão do agronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, na Amazônia e também em algumas áreas do Semi-Árido do Nordeste, concilia interesses dos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, portanto, a produção de produtos para exportação (*commodities*), tais como a soja, milho, algodão, eucalipto e mais recentemente o álcool de cana-de-açúcar, o fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra, a verticalização das granjas (suínos, frangos). Atualmente, vincula-se também, de forma direta ou consorciada, a outros grupos econômicos, aos negócios da construção de barragens e hidrelétricas.

As novas territorialidades construídas pelo movimento de expansão do agronegócio estão bem refletidas no Território de Identidade de Irecê, pois este vem passando por transformações na medida em que a monocultura do feijão perde completamente sua dinâmica e sua sustentabilidade junto ao capital. A “bola da vez” é a cultura da mamona, a qual vem ocupando os espaços deixados pelo feijão e outras culturas alimentares, no sentido de atender aos interesses dos setores

agroquímicos e de agrocombustíveis. Essa realidade pode ser observada, inclusive, por meio de ilustrações presentes em órgãos públicos existentes no Território, como mostra a figura 33.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 33 Território de Identidade de Irecê: banner exposto na recepção do prédio da Secretaria de Agricultura do Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

A forma pública como a citada figura está exposta na Secretaria de Agricultura do Município de Irecê demonstra como essas novas territorialidades construídas pelos agentes hegemônicos do capital, atrelados aos poderes públicos por meio de políticas públicas específicas, estão fortemente arraigadas nas ações dos poderes públicos que atuam no Território em questão. Essas ações estão se materializando num forte processo de redução do plantio de feijão e outros produtos ligados diretamente à alimentação diária das famílias camponesas, para que a mamona como novo produto do capital, possa ser produzida numa escala mais ampla.

Para que se possa ter uma ideia, a produção de feijão no ano 2000 foi de 159.809 toneladas, com uma área plantada num total de 219.875 hectares. Já para o ano de 2010, essa produção foi drasticamente menor, sendo de 9.905 toneladas numa área plantada de 54.270 hectares. Em percentual, a produção de feijão em toneladas foi reduzida em 93,08% e a área plantada em hectares em 75,31%. De acordo com os dados interpretamos duas questões. A primeira é a crise do modelo anterior de modernização da agricultura fundamentado na monocultura do feijão e a segunda, são as novas territorialidades que estão sendo construídas no Território de Identidade de Irecê dos últimos dez anos até os dias atuais. Esses dados podem ser observados com mais detalhes nas tabelas 17 e 18.

Feijão			Milho		Mamona		Mandioca		Cebola		Tomate	
Municípios	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)
América Dourada	9.845	25.162	6.430	8.010	108	600	250	25	2.400	80	300	10
Barra do Mendes	2.352	2.300	2.000	2.000	840	2.000	11.250	1.400	-	-	-	-
Barro Alto	6.396	8.020	450	450	2.340	6.500	960	80	100	5	150	5
Cafarnaum	11.178	15.900	4.800	6.000	4.200	10.000	4.800	400	-	-	1.250	50
Canarana	18.236	17.920	7.000	7.000	2.880	8.000	600	50	120	6	200	8
Central	3.055	6.390	4.982	4.267	2.393	6.182	5.250	1.195	-	-	-	-
Gentio do Ouro	778	1.900	840	1.200	237	487	5.000	1.150	-	-	-	-
Itaguaçu da Bahia	661	1.315	1.326	1.700	546	1.572	6.666	1.340	1.200	80	-	-
Ibitita	32.525	30.250	7.230	6.010	8.500	17.000	3.600	300	900	30	-	-
Ibipeba	5.508	6.162	3.000	2.500	2.700	6.000	1.200	100	-	-	-	-
Ipupiara	28	40	15	25	7	10	160	35	-	-	-	-
Irecê	2.680	4.180	1.200	1.000	400	1.000	120	10	250	10	25	1
Jussara	1.640	3.800	2.800	4.000	980	5.100	3.600	300	75	3	-	-
João Dourado	17.063	28.092	3.640	4.080	840	8.000	120	10	3.500	100	450	15
Lapão	22.614	25.184	11.220	12.060	3.410	6.200	1.440	120	900	30	125	5
Mulungu do Morro	7.250	12.120	3.840	4.800	3.360	8.000	2.400	200	-	-	625	25
Presidente Dutra	9.041	12.970	12.000	10.000	2.800	7.000	1.800	150	150	5	-	-
São Gabriel	4.784	10.800	12.000	10.000	980	8.200	2.400	200	250	10	25	1
Uibai	3.640	6.000	9.600	8.000	2.000	5.000	3.600	3.00	375	15	-	-
Xique xique	535	1.370	949	1.360	216	761	2.870	505	1.500	100	-	-
Total: Território de Irecê	159.809	219.875	95.322	94.462	39.737	107.612	58.086	7.570	11.720	474	3.150	120

Fonte: Elaborado por Santos, J. Lobo. com base no IBGE (<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela>), acesso em outubro de 2011.

Tabela 17 Território de Identidade de Irecê: quantidade produzida (t) e área plantada (ha) das principais culturas agrícolas no ano agrícola de 2000.

Municípios	Feijão		Milho		Mamona		Mandioca		Cebola		Tomate	
	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)
América Dourada	1.225	4.050	2.560	6.000	1.020	1.700	180	18	20.000	500	9.000	300
Barra do Mendes	636	1.450	1.650	1.100	630	700	12.000	1.000	-	-	-	-
Barro Alto	885	4.300	3.000	8.000	900	1.500	4.560	380	3.450	115	3.300	110
Cafarnaum	200	3.400	1.170	9.300	10.520	13.150	2.700	270	3.000	100	3.600	120
Canarana	672	3.200	5.740	13.000	3.600	6.000	5.040	420	9.000	300	17.400	580
Central	436	2.500	5.040	9.200	2.000	2.000	2.160	180	-	-	-	-
Gentio do Ouro	144	560	25	400	89	124	4.800	480	-	-	-	-
Itaguaçu da Bahia	214	470	240	800	240	400	5.700	475	7.000	350	7.500	300
Ibitita	487	4.050	10.200	20.000	2.160	3.600	4.800	400	11.200	350	13.950	310
Ibipeba	84	1.000	1.280	4.000	1.400	2.000	4.200	350	-	-	-	-
Ipupiara	20	240	3	160	13	25	1.760	160	-	-	-	-
Irecê	290	900	1.200	2.000	180	200	360	30	3.090	103	1.800	60
Jussara	256	2.700	2.150	9.700	3.000	5.000	3.000	250	480	12	1.050	
João Dourado	1.114	3.200	2.880	6.000	1.200	2.000	120	10	26.250	750	9.000	350
Lapão	765	11.500	2.475	13.000	8.000	10.000	360	30	4.600	115	8.850	295
Mulungu do Morro	1.670	3.200	2.856	3.570	2.025	4.050	1.320	120	360	12	1.200	40
Presidente Dutra	380	1.700	2.200	5.700	2.100	3.500	2.400	200	350	10	600	20
São Gabriel	300	4.300	3.000	10.000	9.200	11.500	3.600	300	6.000	150	2.400	80
Uibai	27	1.150	1.050	2.500	720	1.200	1.800	150	-	-	90	3
Xique xique	100	400	70	350	75	150	5.400	450	5.600	280	4.500	180
Total: Território de Irecê	9.905	54.270	48.789	124.780	49.072	68.799	66.260	5.673	100.380	3.147	84.240	2.748

Fonte: Elaborado por Santos, J. L. com base no IBGE (<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela>), acesso em outubro de 2011.

Tabela 18 Território de Identidade de Irecê: quantidade produzida (t) e área plantada (ha) das principais culturas agrícolas no ano agrícola de 2010.

Já a produção de mamona no Território, em 2010, chegou a 49.072 toneladas, ocupando uma área de 68.799 hectares. No ano 2000, a produção de mamona foi de 39.737 toneladas, ocupando uma área de 107.612 hectares. Pelos que verificamos, houve um crescimento de 23,5% na produção de mamona em toneladas. As figuras 34, 35, 36 e 37 retratam o crescimento da produção de mamona na área em questão nas propriedades camponesas.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 34 Território de Identidade de Irecê: família camponesa produzindo mamona, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 35 Território de Identidade de Irecê: camponês produzindo mamona, município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.

Essas novas territorialidades se sustentam numa engenhosa estratégia do capital de se apropriar da renda da terra camponesa por meio da monopolização do território, pois o campesinato em questão está sendo incentivado a concentrar esforços, ou melhor, trabalho familiar nas lavouras de mamona. Nesse sentido, Paulino (2003, p.112) discute:

Por essa razão, impera a monopolização sobre as parcelas camponesas do território capitalista. Não há dúvida que essa prática se apoia em diferentes formas de drenagem da renda, que incidem ao mesmo tempo no bairro ou até no interior de cada unidade camponesa. Em algumas situações, os fundamentos comuns e as formas de atuação de tais organizações apontam para aquilo que denominamos intervenção do capital na organização das atividades internas aos sítios.

Ou seja, uma drenagem da renda camponesa vem se constituindo no Território por diversas estratégias, as quais perpassam pela orientação técnica, pela

forma como o mercado está sendo organizado, pelos juros do crédito agrícola, entre diversas outras formas.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 36 Território de Identidade de Irecê: camponês produzindo mamona, comunidade rural Itapicuru, município de Irecê. Foto: abril de 2011.

Para a sujeição da renda da terra camponesa ao capital, esta deve ser transformada em mercadoria, ou seja, o trabalho camponês materializado na produção familiar deve estar subordinado às regras da produção capitalista. Como evidencia Karl Marx (2008, p. 849):

A renda fundiária só pode desenvolver-se como renda monetária no sistema de produção de mercadorias, mais precisamente na produção capitalista, e se desenvolve na mesma medida em que a produção agrícola se torna produção de mercadorias; portanto, na mesma medida em que a produção - não - agrícola possui em relação à agrícola desenvolvimento autônomo, pois é na medida desse desenvolvimento que o produto agrícola se torna mercadoria, valor de troca e valor.

Fonte: Organizado por SANTOS, J. A.Lobo e elaborado por SANTOS, Pablo. Com base na pesquisa agrícola municipal do IBGE 2010.

Figura 37 Território de Identidade de Irecê: espacialização da produção de mamona no ano agrícola de 2010.

A transformação da renda da terra camponesa em mercadoria para o mercado capitalista vem sendo o princípio norteador da proposta que o PNPB introduziu no Território de Identidade de Irecê, visto que, as ações se sustentam no incentivo à produção de mamona pelo campesinato. Essa estrutura, que é puramente mercadológica, faz com que a produção camponesa (no caso da mamona) se materialize rapidamente em mercadoria para ser comercializada com os comerciantes atravessadores e/ou com as cooperativas cadastradas no PNPB, as quais adquirirão parte da produção do Território para repassar para a Petrobras, a Comanche e outras.

Esse processo de transformação do trabalho camponês em mercadoria se dá de forma constante, pois grande parte dos camponeses produtores de mamona rapidamente comercializa a produção no mercado capitalista. Muitos nem chegam a juntar certa quantidade de mamona para depois comercializar. Esses já vão comercializando aos poucos, com os atravessadores existentes dentro da própria comunidade rural. Essa realidade é retratada pelo camponês Antonio Carvalho, Comunidade Rural Recife de João André, município de Cafarnaum:

Por hora, eu já vendi na base de dois sacos de mamona, vendi ali mesmo ao compadre Keka, ele compra direto aqui e manda, acho que é para Irecê ou Cafarnaum, não sei. Aqui eu nunca vendi para cooperativa, porque desde quando a gente cadastrou nunca teve mamona para fazer isso. Quando vendo aqui ao Keka, a gente leva lá no depósito. Dessa última vez que vendi ele pagou a R\$ 90,00 reais a saca, mas eu não sei para quem ele revende nem para onde vai essa mamona, não sei também por quanto revende, só sei quanto ele paga. Se não tivesse o atravessador, vendendo direto seria um preço melhor né.

Uma questão a ser levantada é que o camponês não tem qualquer noção sobre o destino da produção que coloca no mercado enquanto mercadoria e muito menos, por quanto esse produto é comercializado. Uma completa alienação sobre o destino dos frutos de seu trabalho e de sua família.

4.2 Atuação dos atravessadores e assistência técnica ao campesinato no contexto PNPB

No que compete à orientação técnica para a produção de mamona no Território, verificamos que esta se fundamenta numa estratégia de geração de condições produtivas, visando fomentar um expressivo aumento das lavouras de mamona em todos os municípios. Pelo observado em campo, e pelas diversas entrevistas realizadas, podemos afirmar que tal orientação técnica tem se resumido a visitas pontuais realizadas por técnicos agrícolas contratados pelas cooperativas, com recursos de empresas produtoras de biodiesel, principalmente a PBio BA, para verificar o andamento das plantações de mamona e para convencer os camponeses a ampliar o cultivo da cultura.

Os técnicos contratados por cooperativas credenciadas junto ao PNPB para acompanhar as lavouras de mamona ficam responsáveis por cerca de 100 camponeses produtores. As deficiências na prestação de serviços técnicos no Território de Identidade de Irecê são plenamente reconhecidas pelo Sr. José Antonio Magalhães, articulador do Polo Regional de Produção de Biodiesel:

O polo ainda vê uma deficiência na parte da assistência técnica porque precisa preparar melhor os técnicos, o tempo de permanência de um técnico com um agricultor tá muito ligado a meta que ele tem que cumprir e aqui são 100 agricultores para cada técnico, é muito agricultor. A Petrobrás se defende dizendo que o técnico só vai olhar a safra de mamona e a briga nossa é para que o técnico vá assistir a propriedade, pois nesse formato de ATER fica parecendo uma fiscalização, pois assistência técnica é totalmente diferente, devemos brigar por uma assistência técnica à propriedade e nesse sentido, aí já teria que cair o número de agricultores por técnico. Como está é um processo desumano e isso compromete muito a qualidade da assistência técnica, eles têm que cumprir meta aí fica ruim.

Verificamos no Território a existência de uma orientação técnica restrita que não disponibiliza conhecimentos novos que possam se somar aos conhecimentos tradicionais dos camponeses na produção, mas sim, uma orientação muito mais mercadológica e voltada para o incentivo à produção da mamona pelo campesinato. Em nenhum momento do trabalho de campo, constatamos, por parte da assistência técnica, o incentivo à diversificação produtiva, a disponibilização de novos maquinários aos camponeses, ou mesmo, treinamentos e cursos preparatórios para

a utilização de novas tecnologias, novas variedades de sementes, ou mesmo, formas diferenciadas de cultivo que possam gerar maior produtividade das oleaginosas. Essa realidade está em contradição com o artigo 11 da Instrução Normativa Nº 01 de 19-02-2009, o qual determina atendimento técnico mais integrado aos camponeses, com a seguinte redação:

Art. 11. No planejamento e na implementação da assistência técnica e da capacitação, recomenda-se a observância dos seguintes princípios orientadores: I - segurança e soberania alimentar: contribuir para a garantia da auto-suficiência alimentar da família e da soberania alimentar do país, estimulando a produção diversificada na propriedade e adotando práticas que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis; II - sustentabilidade dos sistemas de produção: processos de produção que respeitem a cultura, os conhecimentos dos agricultores familiares e os recursos naturais existentes, facilitando a adoção de práticas de integração dos fatores de produção convencionais e agroecológicos (adubação química e orgânica, uso de agentes biológicos e naturais), o uso e manejo adequado do solo e da água, práticas de rotação de culturas, regimes de safra e safrinha, consórcio de culturas, dentre outras, visando estruturar um processo de produção sustentável (...).

O que está posto é que a assistência técnica e a disponibilização de maquinários agrícolas são itens praticamente inexistentes no Território. O que se tem são algumas visitas realizadas por técnicos contratados por empresas e/ou cooperativas para, de certa forma, fiscalizar a produção de mamona, visitas técnicas organizadas pelas secretarias de agricultura dos municípios, visitas que, na maioria das vezes, são somente para cadastrar os camponeses no Programa Seguro Safra e para verificar, por amostragem, se houve ou não perda real da safra por conta de irregularidades das chuvas. Também acontecem visitas de técnicos da EBDA, porém, de forma esporádica e voltada para orientações coletivas nas comunidades rurais. Essa realidade fica explícita na fala do camponês Reinaldo, da Comunidade rural do Povoado do Cocão, município de Irecê:

(...) aqui eu nunca tive assistência técnica, eu só tive um curso de irrigação lá em Juazeiro, aqui a gente planta com recurso da gente mesmo. Não temos nenhum financiamento, nem da prefeitura, nem da EBDA, a gente trabalha aqui com recursos próprios, inclusive tem hora que não tem o dinheiro nem para contratar o trator, aí tem que arrumar emprestado.

A falta de assistência técnica também é facilmente constada na fala do camponês Francisco, da Comunidade rural de Umbuzeiro, município de Irecê, que afirma “não, a menina da EBDA, a Silane, ficou de ir lá, mas ainda não deu certo, assistência técnica não tem nessa parte de minha roça não, eu produzo por capacidade mesmo”. Também percebemos essa mesma realidade na fala do camponês Odair, da Comunidade rural do Achado, município de Irecê, que afirma: “não, geralmente não, de quando eu estou aqui não, já apareceu, mas não deu certo não porque a mamona é fraca, a área é pequena e aí, não deu jeito não”.

Quando se tem alguma orientação técnica de forma integrada, mesmo que seja somente para a mamona, o campesinato se depara com outra realidade que é a falta de infraestrutura produtiva e algum recurso financeiro para tocar a lavoura, como ficou claro, quando perguntado sobre assistência técnica, na fala do camponês Paulo, da Comunidade rural do Achado, município de Irecê:

Já, só da EBDA que já veio orientar fazer reunião sobre o plantio e a criação, eles ensinam, só que ninguém tem estrutura para isso, não tem condições porque para financiar tem que ter o terreno. Antigamente chovia aí a gente tinha condições de pegar um dinheiro no banco e plantar, a gente tinha o lucro, no futuro a gente ia e pagava, mas hoje não tem, só paga um pouquinho e fica devendo o resto, aqui tem muita gente assim, tá devendo o banco, porque tomou dinheiro para plantar e não deu nada.

A fala do camponês é bastante elucidativa, pois revela, além da problemática da assistência técnica, um contexto de endividamento do campesinato. Situação que, por meio do pagamento de juros abusivos e até mesmo da perda da terra, se configura em uma das diversas formas de expropriação da renda da terra camponesa, como argumenta Paulino (2003, p. 111):

Por outro lado, lembramos que os mecanismos de apropriação da renda terra não estão restritos às situações destacadas, pois há outras esferas em que a renda camponesa é apropriada, como na intermediação do capital comercial, na ação do capital financeiro, no mecanismo de preços estabelecidos pela indústria de insumos e máquinas, enfim, são diversas as situações em que essa transferência se dará.

A autora chama a atenção para a existência de outros mecanismos voltados para a sujeição da renda da terra camponesa ao capital, a exemplo dos citados

juros, destacam-se também, os preços estabelecidos no mercado no momento da comercialização dos produtos, assim como o preço dos elementos técnicos oriundos da indústria e outros.

Nessa discussão, é válido chamar a atenção para o fato de que, assim como o capital, o campesinato, como elemento contraditório de resistência, também vai se reinventando e deste modo, com isso buscando formas de permanência na terra de trabalho. Essas formas de permanência vão se materializar em estratégias das mais diversas, as quais visam primeiramente garantir o sustento da família e, se possível, comercializar a produção excedente. Por meio das figuras 38, 39 e 40, mostramos situações que mostram algumas dessas estratégias no Território em questão.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 38 Território de Identidade de Irecê: camponesa produzindo mudas de flores para sua residência e para comercialização, comunidade rural do Alecrim, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 39 Território de Identidade de Irecê: camponês produzindo mel de abelha, comunidade rural Lagoa de Agostinho, município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 40 Território de Identidade de Irecê: camponês com pequeno comércio na própria residência, comunidade rural Eliseu II, Município de Lapão. Foto: abril de 2011.

Essa diversificação produtiva observada nas figuras, que vai desde a produção de mel até mesmo à organização de pequenas atividades comerciais no interior da residência da família, mostra que uma parte dos camponeses estão buscando alternativas aos projetos que pregam a monocultura para o Território, a exemplo da produção de mamona como matéria-prima para o PNPB.

A diversificação produtiva está imbricada na própria forma de vida do camponês, e nesse caso, funciona como uma válvula de segurança para garantir a soberania alimentar da família e proteger contra as oscilações do mercado capitalista, como aponta Paulino (2003, p. 112):

Desse modo, a diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda perpetradas por diferentes agentes do capital. Desse modo, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade dos camponeses se apropriarem da renda gerada internamente.

Visando melhorar a produtividade da mamona, a EMBRAPA - Semi-árido vem desenvolvendo algumas variedades de sementes de mamona que geram uma lavoura de extrato arbóreo menor e mais produtiva por hectare. Parte dessas sementes está sendo introduzida na área com o objetivo de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a produção da mamona. No entanto, é válido salientar que os camponeses não estão sendo devidamente orientados para lidar com essas novas variedades. Esses desencontros estão provocando uma constante resistência por parte do campesinato no que compete à utilização dessas novas variedades.

Essa resistência existe não somente pela condição da orientação técnica, mas também, pelo fato de que muitas famílias camponesas já produziam mamona há mais de 30 anos por meio de conhecimentos tradicionais passados dos pais para os filhos e, nesse sentido, há, por parte de muitas famílias, uma resistência cultural a mudanças na organização da lavoura.

Se a orientação técnica não tivesse somente o objetivo de ampliar a produtividade da mamona para atender ao mercado, mas sim, de construir uma estrutura educacional de inserção dos camponeses em outras bases produtivas

voltadas para a autonomia na produção e para formas que levassem os camponeses a terem maiores possibilidades de se apropriarem de suas rendas, certamente essa resistência seria muito menor, ou quase inexistente. Uma participação autônoma e consistente do campesinato na construção dessas políticas é fundamental para a qualificação das ações, como demonstra Fernandes (2000, p. 04):

[...] a questão não é só a distribuição de terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas. Esse é o sentido de se correlacionar forças políticas no plano dos conflitos no capitalismo. Políticas públicas eficazes se efetivam com a participação dos trabalhadores [...] (FERNANDES, 2001b, p. 4).

Entendemos que, à medida que os novos conhecimentos são construídos conjuntamente, os camponeses, como parte do processo, vão caminhar com muito mais vontade e entusiasmo na direção do aprendizado para a utilização de novas tecnologias e novas formas de organização da produção. Essa falta de participação no processo de decisão e gestão das ações acaba por gerar um fosso muito grande entre as determinações das diversas políticas de Governo, materializadas em programas como o PNPB e Pronaf, e a vontade, sonhos e anseios dos camponeses envolvidos.

Em nossa pesquisa de mestrado, na qual estudamos os impactos causados pelo Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santa - BA, verificamos essa problemática, pois constatamos que boa parte dos camponeses pronafianos não conhecia os objetivos do Programa de que faziam parte no citado município, e os que diziam que conheciam, na realidade o sabiam de forma confusa e superficial, conforme apontamos em um trecho da citada pesquisa.

A pesquisa atestou que 80,7% dos informantes disseram conhecer os objetivos do Programa e apenas 19,3% afirmaram desconhecer totalmente a finalidade do Pronaf, contudo, constatou-se que mesmo os que afirmaram conhecer os objetivos dessa política de Governo, não conseguem defini-los. O que ficou claro é que grande parte dos agricultores do município desconhece totalmente, ou conhece apenas parcialmente, para que serve o Pronaf. Os agricultores, em sua maioria, relacionaram os objetivos do Programa ao aumento de renda, criação de animais e ajuda social do Governo, dando respostas do tipo: “fazer com que o pequeno agricultor cresça”; “serve para criar porco, boi e galinha”; “para a pessoa comprar ovelha e aplicar no que o dinheiro der”; “ajudar o pobre a criar animais”; “fazer criatório e aumentar a renda”, entre outras. Essas respostas atestam

o alto grau de desconhecimento sobre os objetivos do Programa. (SANTOS, J., 1997, p. 139)

Essa realidade, também constatada em outras situações envolvendo outras políticas públicas, reforça a existência de determinados modelos de assistência técnica sustentados em interesses meramente voltados para a produtividade agrícola e para as regras de mercado. De forma preliminar, verificamos essa realidade, no que diz respeito à assistência técnica no Território de Identidade de Irecê. É válido observar dizer que outras instituições, a exemplo das secretarias municipais de agricultura e a EBDA também prestam assistência técnica na área, mas, de forma muito precária, pois as Secretarias, em sua grande maioria, não tem estrutura para atender toda a área rural do município, assim como a EBDA não consegue atender as demandas de todo o Território com seus 20 municípios.

Acerca da discussão da assistência técnica no âmbito do PNPB, atestamos que, além da limitada e direcionada assistência prestada aos camponeses produtores de mamona e integrados as empresas por meio de cooperativas, existe também outra dimensão que vem se refletindo num amplo processo de exploração de trabalho no Território, por meio dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho dos técnicos contratados para atuar no PNPB. Tal processo de exploração de trabalho pode ser verificado na fala do Sr. José Antonio Magalhães, articulador do Polo Regional de Produção de Biodiesel, que argumenta:

Esses técnicos não ganham por produtividade, é salário fixo que pode ter redução caso não atendam 100 agricultores. Um técnico hoje deve estar ganhando em torno de R\$ 1.000 a R\$ 1.100 reais por aí, isso atendendo a 100 agricultores, se não diminui os ganhos. O que eu vejo também de ruim na assistência técnica é a questão do técnico não ter muita garantia e estabilidade, ele é contratado pela meta dele, se atingir 100 agricultores, ele é contratado, não tem direito trabalhista algum é somente o salário e acho que recolhe o INSS só. Eles trabalham de moto e não tem sequer um seguro de vida que possa cobrir despesas em caso de um acidente ou coisa assim, não trabalham equipados, pois a gente ainda vê técnicos trabalhando de chinelo, sem capacete e esses são problemas graves que a gente está analisando dentro do polo e buscando meios de resolver essa situação junto com as empresas.

As evidências apontam claramente para o emaranhado de articulações envolvendo empresas produtoras de biodiesel, políticas públicas de Estado, cooperativas, camponeses outros que vão determinar as relações de poder e o caráter normativo da organização da exploração do trabalho no Território. Uma exploração que não se resume somente à expropriação da renda da terra camponesa, mas, a outras categorias de trabalhadores, a exemplo das precárias condições de trabalho dos técnicos agrícolas contratados para trabalhar junto ao PNPB.

4.3 Comercialização de mamona e expropriação de renda

O PNPB vem atuando no sentido de regular o preço da mamona no Território e, para isso, instituiu no ano de 2010 política de preço mínimo para compra de mamona. O preço mínimo estabelecido pelo marco regulatório do PNPB e PETROBRÁS, que é a principal empresa que compra, de fato, a mamona na área para possível viabilização do Programa, ficou em R\$ 52,00 por a saca com 60 quilos.

Nessa perspectiva, a primeira constatação é que a política de preço mínimo veio para valorizar o produto, pois o preço baixo não estimula a produção e, com isso, atrapalha o aumento da oferta de mamona no Território. e também que se estabeleça concorrência de mercado com o setor da ricinoquímica que, historicamente, adquire mamona na área. Essa disputa é retratada na fala do Sr. José Antonio Magalhães, articulador do Polo Regional de Produção de Biodiesel:

Os primeiros contratos realizados pela PBio BA e pela Brasil Ecodiesel eram de R\$ 33,50 e os da ricinoquímica de R\$ 19,00. Daí, a ricinoquímica aumentou o preço para R\$ 60,00 e com o fato do agricultor não ter costume de negociar com contrato de safra acabou migrando de volta para a ricinoquímica. É a lei de mercado, aí o MDA criou a Instrução Normativa que é o ABC do biodiesel, hoje, com isso, a mamona passou a ter um preço mínimo que hoje está em aproximadamente R\$ 52,00. Além disso, tem o preço máximo que é o preço da praça de Irecê. Se na praça de Irecê a mamona estiver de R\$ 45,00, o biodiesel vai pagar o mínimo, que é de R\$ 52,00, e se estiver acima de R\$ 52,00, vai pagar o que estiver na praça, para que o produtor venha começar a entender essa questão de contrato de safra.

Tal política de preço mínimo teve impacto imediato, tanto na produção quanto na comercialização da mamona, visto que a mamona, ao longo do tempo, tornou-se um produto muito cobiçado no mercado da ricinoquímica. Essa cobiça e disputa com a PETROBRÁS para adquirir o produto fez com que, nos últimos dois anos, o preço da mamona disparasse, chegando atualmente a custar entre R\$ 95,00 e R\$ 98,00 a saca da mamona com 60 quilos.

O fato é que o forte aumento no preço da saca da mamona vem causando uma especulação financeira gigantesca no Território. Tanto a PETROBRÁS, por meio do uso de cooperativas, quanto os comerciantes regionais, estão desenvolvendo as mais diversas estratégias para adquirirem o produto junto aos camponeses. A PETROBRÁS vem fazendo parcerias com as cooperativas para que estas cadastrem os camponeses produtores de mamona e, a partir daí, passem a obter de forma direta, por meio da realização de contratos, a produção de mamona. Como contrapartida e, seguindo o marco regulatório do Programa, a PETROBRÁS libera recursos para que as cooperativas parceiras possam contratar técnicos e desse modo, oferecer certa orientação técnica específica para melhorar a produtividade da mamona.

Outras estratégias se materializam na liberação de uma reduzida quantidade de sementes mais produtivas no período do plantio para os camponeses cadastrados e na viabilização de transporte para pegar a produção no próprio estabelecimento rural ou nas proximidades. As figuras 41, 42 e 43 demonstram as principais cooperativas¹⁸ de agricultores que atuam direta e indiretamente na área em parceria com a PETROBRÁS e outras empresas.

¹⁸ É válido salientar que a COPIRECÊ, até abril de 2011, segundo informações da diretoria, não estava diretamente participando do PNPB por via contratual com a Pbio BA ou outra empresa, visto que a citada cooperativa estava inadimplente junto a órgão público, o que impede a formalização de contratos legais no âmbito do PNPB.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 41 Território de Identidade de Irecê: Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê (COAFTI), município de Lapão. Foto: abril de 2011.

Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 42 Território de Identidade de Irecê: Cooperativa Agropecuária de Irecê (COPIRECE), Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 43 Território de Identidade de Irecê: Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (COOTEBA), Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.

Os médios e grandes comerciantes atravessadores estão se organizando nesse novo contexto de concorrência, para garantir a permanência de uma condição histórica de aquisição a preços baixos dos frutos da economia do excedente do campesinato. Para isso, uma série de estratégias estão sendo desenhadas no Território, como a criação de uma rede de pequenos comerciantes dentro das comunidades rurais somente para a compra da mamona com pagamento à vista. E também, por meio da criação de cooperativas por parte de um grande comerciante atravessador.

Uma das estratégias é ter pequenos comerciantes atravessadores em todas as comunidades rurais, para que esses sirvam como tentáculos dos médios e grandes comerciantes atravessadores na aquisição da mamona e outros produtos produzidos na área. Essa realidade foi muito bem retratada pelo Sr. José Antonio Magalhães, articulador do Polo Regional de Produção de Biodiesel:

Tem, com certeza, essa organização parte do maior comprador para o menor, o maior forma um núcleo de produção, aqui você tá na região de Irecê com o comprador maior, você vai numa roça em um núcleo de produção de um povoado e lá tem o comprador menor, é uma rede como se fosse uma teia de aranha, é uma coisa que funciona divinamente bem. Essa mamona saindo daqui, vai para Salvador para a Bom Brasil, para São Paulo, para empresa A. Azevedo, e para todo mercado da ricinoquímica. Porque aqui na região só existia o mercado da ricinoquímica, agora com o biodiesel, são dois mercados, tá bem melhor para o produtor.

Destacamos também a fala do camponês Marcondes, da Comunidade rural Itapicuru, município de Irecê, que retrata bem a situação:

Rapaz, o atravessador sempre paga à vista, eles são daqui mesmo do Itapicuru, do povoado mesmo, aí tem dois rapazes que comprem mamona que é Joedilson e Trujeiro. (...) Eu mesmo só tenho vendido para o atravessador, mesmo daí o que a gente já vinha produzindo já vinha vendendo para eles, toda mamona da região nossa vai para o atravessador.

A realização de pagamento à vista e a compra em pequenas quantidades de mamona facilitam a atuação da rede de comerciantes atravessadores que foi montada e está sendo ampliada no Território. Essa rede, muitas vezes, se confunde com o tecido social do próprio Território, por meio de uma ação local muito próxima das famílias camponesas, para poder ampliar sua capacidade de expropriar a renda da terra. Outra forma de atuação está se materializando por meio de pequenos empréstimos de dinheiro feito pelos comerciantes aos camponeses para produzir mamona e custear outras despesas da família.

Essa realidade de empréstimos de dinheiro, tendo a produção camponesa de mamona como garantia, está evidente na fala do camponês Francisco, da Comunidade Rural Umbuzeiro, Município de Irecê:

A mamona já é toda comercializada, porque aí, geralmente, a manutenção melhor é a mamona. Umas duas vezes já vendi para a cooperativa, mas ultimamente a gente tá vendendo para o Nosão, o comerciante, ele é o cara que quando a gente tá precisando de um dinheiro, R\$ 100,00, R\$ 200,00, é só chegar e dizer “Nosão estou com uma mamona lá na roça que logo logo tá apurada”, aí ele arruma o dinheiro. Às vezes ele adianta o dinheiro antes de entregar o produto, aí a gente já paga com a produção, com a mamona, pega o dinheiro e paga com a mamona.

O fato dos médios e grandes comerciantes atravessadores terem uma estrutura capitalista que lhes permite adiantar certa quantia de dinheiro para o camponês faz com que esse comerciante tenha mais condições de sujeitar a renda da terra camponesa aos seus interesses.

A prestação de serviços e empréstimos de dinheiro por parte dos comerciantes atravessadores aos camponeses, tendo a mamona como garantia de pagamento, fica evidente na fala do Sr. Idelbrando, o qual é tido pelos camponeses produtores de mamona e técnicos da EBDA como o maior comerciante atravessador do município de Cafarnaum e um dos maiores do Território em questão. O Sr. Idelbrando se reporta à questão dos empréstimos, adiantamentos de dinheiro e prestação de serviços aos camponeses:

A gente sempre arruma um pouquinho de dinheiro para o produtor. Tá precisando de uma gradeação, a gente vai lá e gradea a terra dele, de uma aração a gente ara também, daí ele paga quando tirar a mamona. Quando há um adiantamento de dinheiro, ele entrega a mamona pelo preço do dia da venda. Isso é mais para fidelizar o cliente, se não fizer isso não tem como segurar o cliente, porque na realidade quando ele está no início do plantio e não tem dinheiro para arar a terra dele, muitas vezes não tem o dinheiro nem para ir ao mercado fazer a feira, aí a gente ajuda a resolver a vida dele dessa forma e não pegando a mamona de R\$ 50,00 ou de R\$ 30,00 a saca, pois dessa forma, você vai estar matando o agricultor. Dessa forma, quando ele terminar de pagar o financiamento, não volta mais no depósito.

O comerciante Idelbrando (figura 44) que também é produtor, segundo suas próprias informações, tem cerca de 650 tarefas (uma tarefa mede 3.025 m², o que equivale a 0,3025 ha) de mamona plantada no município de Cafarnaum. Este revela em sua fala uma série de estratégias para o que chama de fidelização do agricultor. Na visão do comerciante, o camponês é tido como um cliente que lhe fornece mercadorias diversas, principalmente a mamona, as quais são revendidas ao próprio mercado regional e para empresas processadoras sediadas fora do Território.

Fonte: SANTOS, J. A. Lobo

Figura 44 Território de Identidade de Irecê: comerciante e produtor de mamona Sr. Idelbrando, município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.

O que observamos também é que os comerciantes atravessadores, além de subordinarem os camponeses aos seus interesses pela via da necessidade financeira, também aproveitam para vender a esses agricultores serviços diversos, principalmente no período da colheita, como a máquina de bater a mamona, e no plantio, por meio do fornecimento de horas de trator para gradear e arar a terra. Esses mecanismos que aprisionam o camponês estão presentes na fala do Sr. José Antonio Magalhães, articulador do Polo Regional de Produção de Biodiesel que argumenta:

Tem o agricultor liberto, livre, e tem o agricultor integrado ao atravessador. O município de Cafarnaum tem atravessadores que tem frotas de máquinas, tem atravessador lá que tem 10 tratores para preparar o solo para o agricultor com o compromisso de, na colheita, o agricultor ir pagando em grãos. Nesse caso, o agricultor acaba sendo um escravo do atravessador. Nesse caso aí, a renda se perde porque o atravessador é quem dita o preço, ele, o atravessador, chega lá na roça e fala “olha hoje a mamona custa um preço X”, daí, quem tá colhendo a mamona tá pagando o débito, ou seja, além do atravessador receber o débito, ainda compra a mamona mais barata. Aí é onde a gente vê essa retração. O agricultor que tá fora do Programa, ele não tá ganhando tanto quanto o que está dentro do Programa, os que estão fora ficam mais dependentes dos atravessadores.

As experiências demonstram que os comerciantes atravessadores aproveitam as lacunas historicamente deixadas pelos poderes públicos e também pela falta de organização produtiva dos próprios camponeses para subordinar o campesinato aos seus interesses, situação que, muitas vezes, vai bem além da questão financeira. Aqui concordamos com Santos J. L. (2009, p. 159) quando afirma que: “os atravessadores não plantam, não colhem, não se endividam com crédito agrícola, mas por adiantar rapidamente uma quantia em dinheiro ao produtor, acabam ficando com boa parte da renda fundiária dos agricultores familiares do município”.

Para além dos comerciantes atravessadores, no caso estudado, estão as empresas industriais que adquirem o produto e que também levam uma parte significativa da renda da terra camponesa. A questão é que a renda materializada nos produtos produzidos pelo trabalho familiar é de grande interesse dos capitalistas no mercado, como evidencia Paulino (2003, p.109):

No caso em questão, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar camponês e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriando da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido.

Outro ponto importante é com relação à falta de apoio logístico e financeiro dos Governos aos camponeses. Essa ausência do poder público acaba por abrir espaço para que os comerciantes e outros agentes se aproveitem das difíceis condições produtivas de uma parte do campesinato para expropriar renda, como vem acontecendo com empréstimos, os quais tomam as lavouras como garantia e compromisso de venda. Esse contexto de falta de apoio por parte do poder público está presente na fala do camponês Marcondes da Comunidade rural Itapicuru, município de Irecê:

Rapaz, o único financiamento que eu tive aqui até hoje foi umas ovelhas, foi 5 cabeças, para trabalhar uma semente, e eu estou devendo por causa que o projeto eles abandonaram. A gente era para ter visita do técnico, do veterinário. Vieram uma vez logo no início e esse projeto foi em Junho do ano passado esse ano, em junho agora, vai fazer 2 anos, foram 5 ovelhas para a gente pagar, depois repassar para outra família. Fui criando elas aí, a

assistência que era para ter, não teve, acabou que caiu na época de chuva aí morreu tudo por falta mesmo de um acompanhamento, aí não pude pagar o financiamento e estou devendo, mas com fé em Deus que vou pagar e também não vieram atrás, que era para dezembro, nós estamos em abril e até agora não vieram para ver o que aconteceu e o que não aconteceu, se a gente vai passar para outra família se não.

Ressaltamos também o depoimento da camponesa Cleonice, da Comunidade Rural de Umbuzeiro, do município de Irecê, retratando a falta de apoio por parte dos governos: “não, a única coisa que a gente teve do governo aqui foi o milho e a mamona. A única coisa que a gente tira aqui, lá para o mês de novembro, é o Seguro Safra quando tem perda, porque eu tenho a DAP”¹⁹. Esses depoimentos demonstram a percepção de uma parte dos camponeses sobre sua condição de abandono no que compete à atuação dos Governos na melhoria das condições produtivas e de trabalho no campo. Voltamos a defender o ponto de vista de que essa situação fecha portas ao camponês e abre portas aos comerciantes atravessadores e empresas para explorar a renda da terra camponesa.

Esses empréstimos funcionam como uma forma de aprisionar o camponês ao comerciante e torná-lo dependente. Essa dependência se materializa numa logística voltada para a expropriação da renda da terra camponesa, pois, além dos juros cobrados, o camponês se vê pressionado a entregar os frutos de seu trabalho para determinados comerciantes atravessadores a título de pagamento da dívida e de juros. Também, muitas vezes, os empréstimos correspondem a uma compra antecipada da lavoura.

A compra antecipada é extremamente prejudicial ao camponês, pois o preço de compra é estabelecido previamente. Caso, no momento da entrega do produto, o preço esteja mais alto, a diferença não é repassada ao camponês e este entrega a produção pelo preço acertado anteriormente. Caso aconteça o contrário, ou seja, o preço esteja mais baixo no momento da entrega do produto do que foi acertado previamente, nesse caso, há uma nova negociação, e na maioria das vezes, o comerciante tende a pagar menos do que o que foi combinado. Nessa situação,

¹⁹ Declaração de Aptidão a Agricultura Familiar (DAP) é um documento que atesta que o camponês se encaixa nos critérios que o MDA utiliza para classificar o agricultor familiar no Brasil.

quem sai ganhando sempre é o comerciante atravessador, já o camponês, não se beneficia, pelo contrario, toma prejuízo, conforme a oscilação do mercado. Essa perspectiva é confirmada pelo comerciante Uilian Andrade (filho do Sr. Vicente da Mamona), município de Irecê, que assim a expõe:

Com as empresas que compram a mamona a gente tem uma negociação caso o preço suba ou desça, caso suba, eles ajudam a gente. Já com os agricultores, eles vendem a mercadoria e pegam o dinheiro adiantado, é assim que eles fazem, por exemplo, o cara vende 100 sacas. Aí, daqui a quinze dias, tá pronta. Aí, ele já pega o dinheiro para cobrir suas despesas. Se na entrega, a mamona estiver mais cara, daí o preço de antes vai ficar o mesmo, porque ele pega o dinheiro adiantado e a gente não cobra juro dele nem nada. Se tiver uma queda de preço, dependendo do que a gente combinar, aí faz um reajuste, porque ele pegou dinheiro adiantado, no mês aqui a gente adianta dinheiro para cerca de 300 agricultores.

O que se demonstra é que o camponês entra numa lógica comercial totalmente comandada pelas regras capitalistas de mercado e nesse caso, o que pesa é a estrutura voltada para a expropriação da renda por meio da apropriação de trabalho não pago e não a estrutura voltada para as relações de trabalho não capitalistas do seio do trabalho familiar camponês. As figuras 45 e 46 mostram a mamona em processo de secagem para ser comercializada com os atravessadores locais.

Fonte: SANTOS, J. A. L

Figura 45 Território de Identidade de Irecê: mamona em processo de secagem para comercializar com atravessadores locais, município de Lapão. Foto: abril de 2011.

Fonte: SANTOS, J. A. L

Figura 46 Território de Identidade de Irecê: mamona em processo de secagem para comercializar com atravessadores locais, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.

Toda a mamona e os outros produtos coletados pela rede formada por pequenos, médios e grandes comerciantes atravessadores são estocadas nos depósitos existentes nas cidades, principalmente na cidade de Irecê, pois é em Irecê que estão concentrados os comerciantes mais poderosos e grande parte da logística para armazenamento de produtos agrícolas adquiridos no Território. No caso da mamona, esta é revendida a preços maiores para fora do Território, em sua maioria, para a indústria química paulista e outros lugares.

No caso do maior comerciante de mamona da área que é o Sr. Vicente da mamona (figura 47), que afirmou revender cerca de 18 a 24 mil sacas de mamona por mês, segundo informou, todo o seu produto é vendido para indústrias de São Paulo, a exemplo da empresa A. Azevedo Indústria e Comércio LTDA, (figura 48), no Município de Itupeva - SP²⁰ e da Bioóleo. Vale ressaltar, no entanto, que empresas ligadas ao esmagamento e processamento da mamona no Centro Industrial Subaé – BA, e empresas do Complexo Petroquímico de Camaçari – BA, também compram a mamona no Território. Pois há uma concorrência entre empresas dos centros industriais da Bahia e empresas paulistas na aquisição da mamona produzida no Território de Identidade de Irecê.

²⁰ Essa empresa atua no mercado desde o ano de 1965 e é especializada na extração de óleos vegetais e seus derivados como constam no sítio da empresa afirmando que: “Atuando no mercado desde 1965, a empresa investe continuamente em tecnologia e inovação com equipamentos e testes cada vez mais avançados para garantir a qualidade em seus produtos. Com matriz em São Paulo, a unidade é responsável pela comercialização e distribuição dos produtos. Já na unidade industrial, localizado no município de Itupeva-SP, a 70 km da capital, efetua-se a extração e beneficiamento do óleo de mamona e seus derivados, assim como a industrialização de outros óleos vegetais e animais”. (disponível em: <http://www.azevedooleos.com.br/>, acessado em novembro de 2011)

Fonte: SANTOS, J. A. L

Figura 47 Território de Identidade de Irecê: comerciante de mamona Sr. Vicente, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

ÓLEOS VEGETAIS
A. Azevedo Indústria e Comércio de Óleos Ltda.

Bem vindo Azevedo Óleos

Missão

Oferecer a essência em produtos inovadores no ramo de extração de óleos vegetais, e seus derivados, com elevado padrão de excelência, buscando plena satisfação dos nossos clientes.

Prêmios

Prêmio
PAINT & PINTURA

Empresa premiada por dez vezes como melhor fornecedor da Indústria de tintas de vernizes no mercado brasileiro, organizado pela revista Paint & Pintura.

Contato

Fonte: <http://www.azevedooleos.com.br/>

Figura 48 Brasil: página na internet da empresa A. Azevedo Indústria e Comércio LTDA.

Outra empresa forte no ramo de oleaginosas que adquire mamona no Território é a Bom Brasil Óleo de Mamona LTDA²¹. Essa empresa utiliza a semente da mamona para produzir e exportar uma série de produtos como graxas, produtos de limpeza, PVC, pigmentos e componentes de tintas, emulsificantes para a indústria alimentícia como chocolate e margarinas, adubo orgânico, sacos de polietileno, entre diversos outros produtos. Segundo a Bom Brasil:

Novas aplicações são encontradas a todo momento, o que faz desta semente uma das mais versáteis em toda natureza. A mamona destaca-se principalmente pela sua capacidade de substituir produtos químicos de fontes não renováveis, como os petroquímicos, tornando-se de extrema importância ecológica. (Disponível em: <http://www.bombrasil.com.br>, acessado em janeiro de 2012).

Um dos principais fornecedores de mamona para a Bom Brasil Óleo de Mamona LTDA no Território é o comerciante e produtor Sr. Idelbrando. A relação com esta empresa fica explicitada na fala do próprio comerciante e produtor quando afirma “olha eu sou mais produtor do que comerciante. Tenho hoje aí cerca de 650 tarefas de mamona de sequeiro, no meu caso, aqui, eu sempre vendo mais a mamona para a Bom Brasil em Salvador”.

A quantidade mensal de mamona comercializada entre o comerciante Idelbrando e a empresa Bom Brasil óleo de Mamona LTDA, (figura 49), não foi revelada, uma vez que o comerciante disse não ter esses dados, como atesta: “eu não tenho esse dado, varia, tem uns meses que produzem mais e outros menos, março, abril e maio são os meses que produzem mais, mas agente não tem esse relatório, não tenho nem ideia”.

²¹ A Bom Brasil óleo de Mamona LTDA é uma empresa do grupo internacional NIDERA, fundada em 1920 na Holanda, com experiência no setor e presença global nos mercados de commodities agrícolas. “A Nidera Handesicompagnie B.V. da Holanda comercializa, armazena e distribui os produtos da BOM Brasil em toda a Europa e países banhados pelo Mediterrâneo. Fundada em 1920, a Nidera é uma empresa de trading e agribusiness radicada na Europa e Argentina, cujas principais atividades incluem o trading de grãos, oleaginosas, óleos vegetais, farelos, arroz e mais recentemente bio-energia. Outras atividades incluem a operação de armazéns, fábricas de processamento, refino, engarrafamento e pesquisa e desenvolvimento de sementes”. (disponível em: <http://www.bombrasil.com.br/>, acessado em janeiro de 2012)

Fonte: www.bombrasil.com.br

Figura 49 Brasil: página na internet da empresa Bom Brasil óleo de Mamona LTDA.

Com relação aos ganhos por saca de mamona comercializada, o comerciante Idelbrando alegou que, tirando as despesas com frete e carregador, segundo ele, ficam em torno de R\$ 4,00 por saca, o que sobra de lucro por saca de 60 kg não passa dos R\$ 2,00 como atesta, afirmando:

Pago a saca de R\$ 93,00, R\$ 94,00 reais. Revendo para a Bom Brasil em Salvador a R\$ 100,00, mas tenho um custo de aproximadamente R\$ 4,00 reais com frete e carregador por saca, ganho aí entre R\$ 1,80 e R\$ 2,00 por saca. O grosso mesmo vendo para a Bom Brasil, porém, também vendo para outros comerciantes.

Verificamos que a comercialização com a Bom Brasil se dá pela via contratual, ou seja, existe um acordo legalmente pré-estabelecido que normatiza as relações de mercado entre a empresa e o comerciante atravessador. No caso analisado, existe um contrato que até uma determinada quantidade de sacas de mamona garante ganhos ao comerciante atravessador, como mostra o Sr. Idelbrando, explicando que: “tenho contrato de mil sacas (60 kg), se o preço da mamona estiver mais caro eles vão pagar mais caro, se estiver mais barato, até as

mil sacas, vão pagar o preço acertado, acima de mil sacas ai vão pagar mais barato ou mais caro”.

Constatamos que entre as empresas e os comerciantes atravessadores existem acordos contratuais que, de certa forma, favorecem a ambas as partes, porém, com relação à comercialização com os camponeses, na maioria dos casos, os contratos, geralmente informais, são sempre desfavoráveis ao campesinato.

O que observamos é que existe certa cumplicidade e relação de complementaridade entre o comerciante atravessador e as empresas que adquirem a mamona e outros produtos no Território. Esses agentes capitalistas precisam ter uma articulação que os permita se apropriarem de forma direta e indireta da renda da terra camponesa. A nosso ver, a mamona e outros produtos produzidos pelo trabalho familiar por meio de relações não capitalistas de produção vai se tornar mercadoria em uma lógica de mercado que vai, em parte, se fundamentar numa articulação entre os comerciantes atravessadores e as indústrias de beneficiamento.

4.4 Monopolização do território e o processo de exploração do trabalho

Na disputa pela mamona produzida no Território em estudo, ganham os comerciantes atravessadores, ganham as empresas que adquirem e processam a mamona, mas na realidade, o que estão ganhando? Em nosso entendimento, estão ganhando tempo de trabalho do campesinato, o qual está embutido na mercadoria e no seu valor de uso, que no caso analisado é a mamona. Esse tempo de trabalho não pago, visto que o que os camponeses conseguem pela mamona que produzem não lhes remunera todo tempo de trabalho contido no produto, se realiza nas mãos de outros agentes, a exemplo de grandes comerciantes e proprietários dos meios de produção que processam o produto.

Essa engenharia capitalista de obtenção de tempo de trabalho não pago pode se materializar de forma direta e indireta no Território. Pela territorialização do capital, onde este vai atuar diretamente na produção e na maioria dos casos utilizando mão-de-obra assalariada e/ou pela monopolização do território, onde o capital atua indiretamente na produção, geralmente se apropriando das mercadorias, com valores de uso, oriundas de relações de trabalho não capitalistas.

Na lógica que norteia a atuação direta do capital na produção, os trabalhadores devem ser dissociados, ou seja, completamente expropriados dos meios de produção, para que estes fiquem limitados à venda de sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Essa expropriação dos meios de produção vai se refletir fortemente numa desigualdade de classes, a qual, por outro lado, tem a sua existência fundamentada na igualdade jurídica para que o trabalhador possa firmar contratos “legais” de venda de mão-de-obra junto aos capitalistas, como aponta Oliveira (2007, p. 36):

Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção. É por isso que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho. O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem.

No processo de territorialização, o capital submete diretamente o trabalhador e seu tempo de trabalho à sua lógica produtiva, pautada no consumo da força de trabalho e a transformação desta em mercadoria, como evidencia Karl Marx (1989, p. 209):

O processo de trabalho quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdice matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível a execução do trabalho.

Karl Marx (1989, p. 210) demonstra como o capital se apropria diretamente da força de trabalho e a reduz a uma simples mercadoria no processo produtivo. Nesse caso, o processo de trabalho vai se resumir ao consumo capitalista de uma mercadoria, pois, “o capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe

pertencem”. Ou seja, na perspectiva da atuação direta do capital no território, o trabalho entra no processo produtivo como simples consumo de mercadoria. A força de trabalho é reduzida a um produto mercadológico.

Na atuação indireta do capital, que chamo aqui de monopolização do território²², o capital atua por meio da exploração de relações não capitalistas de produção. A lógica estruturante dessa monopolização se fundamenta na obtenção de renda de forma indireta, sem que exista uma intervenção direta do capital no processo produtivo e sem que haja exploração direta da força de trabalho por meio de assalariamento. Deste modo, o que vai imperar é o processo de apropriação do tempo de trabalho pelas vias de mercado.

A apropriação do tempo de trabalho vai acontecer principalmente pela subordinação da produção à circulação, como indica Oliveira (2007, p. 32) afirmando que, “no geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação”. Dessa forma, o capital controla a produção pelas vias da circulação sem necessariamente estar atuando diretamente no processo produtivo.

Na perspectiva da monopolização do território pelo capital, a exploração de trabalho se faz de forma indireta, com o capital monopolizando o território sem necessariamente estar atuando diretamente na produção. Analisando por esse prisma, e traspondo esse debate para a realidade da produção camponesa de mamona no Território de Identidade de Irecê, observamos que há, de forma material, um amplo processo de expropriação da renda da terra camponesa por meio da produção de mamona tanto para os bolsos e/ou contas bancárias dos comerciantes que revendem o produto para as indústrias químicas quanto para as cooperativas e para a própria PETROBRÁS que adquirem o produto.

Essa lógica se fundamenta na materialização de uma ampla rede de aquisição dos produtos agrícolas, principalmente da mamona, fortemente enraizada

²²Essa discussão está em diversas obras do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, sobretudo, no livro **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007 no qual o autor discute com mais profundidade o que chama de monopolização do território pelo capital.

no Território e voltada para a exploração do trabalho camponês. Explorado dessa forma, o trabalho continua com sua característica essencial de elemento gerador de riqueza, porém, perde sua sociabilidade no que compete ao processo de individualização social do trabalhador, no qual esses atuam de forma coletiva, porém, deixando marcas que expressam suas individualidades como seres humanos.

A transformação do trabalho em simples mercadoria no processo produtivo, seja direta ou indiretamente pelo capital, faz com que o trabalho deixe de ser um atributo de mediação social entre os homens e o meio físico natural, deixe de ser um elo de relação social entre os indivíduos, no qual os próprios indivíduos se reconhecem, para se transformar num apêndice da engrenagem do modo capitalista de produção, voltado para a acumulação e reprodução de capital.

Por outro lado, a estratégia capitalista de redução do trabalho a uma simples mercadoria busca escamotear o trabalho como elemento mediador das relações sociais no processo de produção do espaço, ou seja, minimizar a importância do trabalho no seio social, como aponta Karl Marx (1989, p. 81):

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhadores individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre o produto do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.

Ainda segundo Karl Marx (1989, p. 81), há um fetichismo que faz com que uma relação social estabelecida entre os homens ganhe o que chama de forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

Nessa lógica de alienação e desvalorização do trabalho como elemento de construção de riqueza e relação social, constatamos nas entrevistas de campo, realizadas no Território, que uma parcela dos camponeses tem plena percepção que sua produção vem do trabalho familiar, como mostra a camponesa Cleonice Batista, da Comunidade de Umbuzeiro, município de Irecê, quando afirma que: “é eu e a família que trabalha aqui, sou eu o esposo e os três meninos, uma de 15 anos, um

de 10 anos e uma de 12 anos, os filhos, pela manhã, vão para a escola e à tarde ajudam, não contratamos trabalhador, é só trabalho familiar”.

Em outras situações, alguns camponeses sobrepõem o dinheiro ao trabalho no que diz respeito à sobrevivência da família, como observamos na fala do camponês Domingos de Abreu, da Comunidade de Itapicuru, Município de Irecê, quando declara que: “rapaz, é tudo, porque do dinheiro gera tudo, né, do dinheiro já vem a manutenção da família, vem tudo, né, a primeira preocupação é fazer o dinheiro no mercado”. Essas palavras refletem claramente uma percepção alienada e confusa sobre a sobrevivência da família, e a importância da obtenção de dinheiro via mercado para a sobrevivência. “É, porém, essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência (KARL MARX, 1989, p. 84)

Fonte: SANTOS, J. A. L

Figura 50 Território de Identidade de Irecê: família camponesa trabalhando na produção de tomate em seu estabelecimento rural, Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

Fonte: SANTOS, J. A. L

Figura 51 Território de Identidade de Irecê: Camponês trabalhando na alimentação dos animais em seu estabelecimento rural, Município de Cafarnaum. Foto: abril de 2011.

As figuras 50 e 51 retratam o cotidiano de alguns camponeses trabalhando em seus estabelecimentos rurais. A questão é que na estratégia capitalista de monopolização do território, o trabalho é minimizado a um simples apêndice voltado para a obtenção de dinheiro, e o mercado capitalista é tratado como uma espécie de local sagrado das materialidades, onde o dinheiro poderá ser obtido. Nessa perspectiva, o trabalho é resumido a apenas um esforço produtivo, ou seja, não é tratado como um importante processo de geração de riqueza e relação social. Faz parte da estratégia de apropriação e exploração capitalista caracterizar o trabalho como algo desconectado das interações sociais entre os indivíduos e a natureza, e os indivíduos entre si próprios no processo de produção o espaço.

Vislumbrando o trabalho por outra perspectiva, concordamos com Karl Marx (1989, p. 202) afirma:

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes uma forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Com base nas ideias de Karl Marx, visualizamos o trabalho como uma relação social que, além de criar produtos com valores de usos indispensáveis para a sobrevivência humana, cria uma sólida base de interação social, a qual nos define e nos diferencia como seres humanos. Sustentados nesse entendimento, defendemos que o trabalho deve ser livre, ou seja, pertencer de fato ao trabalhador, para que esse, por meio do trabalho, possa manifestar sua sociabilidade coletiva e, ao mesmo tempo, demonstrar sua individualidade por meio das marcas que comprovam o caráter da própria existência humana no planeta.

A forma como o campesinato está sendo integrado ao PNPB no Território de Identidade de Irecê, na essência, não é muito diferente da forma como o campesinato foi integrado ao excludente modelo agrícola fundamentado na monocultura do feijão que foi implantado na área na década de 1960. Apesar do PNPB se relacionar com as famílias camponesas por meio de cooperativas e de ser regulado por uma normativa federal, este não se diferencia em praticamente nada, no que diz respeito ao processo de apropriação da renda da terra camponesa.

Esta é uma apropriação de renda que se materializa na exploração indireta do trabalho camponês, pois as famílias, por meio de relações de trabalho não-capitalistas, fazem brotar da terra um produto vegetal (a mamona) o qual é rapidamente transformado em mercadoria. A mamona é adquirida pelas cooperativas, numa relação puramente capitalista, e repassada para a PETROBRÁS que revende o produto para a indústria química, e/ou processa para possível produção de biodiesel e outros produtos.

4.5 A PETROBRÁS como atravessadora da produção camponesa de mamona

O papel desempenhado pela PETROBRÁS não foge às regras de mercado do modo capitalista de produção, uma vez que a empresa está atuando no Território muito mais como compradora de mercadorias (mamona) do que como agente de transformação socioespacial. Dessa forma, percebemos que, basicamente, não há grandes diferenças entre a PETROBRÁS e outras empresas que adquirem mamona no Território, a exemplo, da A. Azevedo Indústria e Comércio LTDA e da Bom Brasil Óleo de Mamona LTDA.

Outra questão que deve ser levantada é que a PETROBRÁS está adquirindo a mamona no Território pelas vias institucionais do marco regulatório do PNPB, porém, a mamona não está sendo direcionada para a produção de biodiesel e sim, destinada para a produção de outros produtos e/ou comercializada com outras empresas que atuam no ramo industrial da ricinoquímica. Essa constatação abre outro foco de debate, ou seja, além de atuar no Território pela via mercadológica, a PETROBRÁS também está incorporando o papel do atravessador, pois está lucrando com a estratégia de revenda da mamona para outras empresas.

A atuação da PETROBRÁS a coloca, do ponto de vista da expropriação da renda da terra camponesa, no mesmo patamar dos comerciantes atravessadores que há muitos anos já atuam no Território. O que vai diferenciar a empresa dos demais atravessadores é a capacidade de articulação territorial que a PETROBRÁS tem por meio das cooperativas para a aquisição da mamona.

Essa articulação vai proporcionar à empresa um contexto favorável para a apropriação social de uma importante porção do espaço, ou seja, de territorialização na área em questão. Uma territorialização definida por Saquet (2011, p. 22) como:

A territorialização, desse modo, significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados.

A PETROBRÁS vai se consolidando como uma das principais compradoras de mamona no Território de Identidade de Irecê. Esta posição vem sendo conquistada num processo de articulação territorial que vai desde apropriação social de fragmentos do espaço, até a conflituosa relação de apropriação indireta do tempo de trabalho do campesinato.

Atuando como atravessadora, a PETROBRÁS contribui à reprodução de uma perversa estrutura capitalista voltada para a exploração da renda da terra camponesa na área em estudo, pois os atravessadores absorvem grande parte da renda da terra camponesa no Território em questão, como mostra o Sr. André Rocha, assessor técnico da Secretaria de Agricultura do Município de Irecê, argumentando que:

Uma parte da renda vai se decompondo. Por exemplo, um saco de mamona que se paga aqui a R\$ 90,00 reais no atravessador, especulo eu, que deve chegar a R\$ 120,00, R\$ 130,00 na indústria e aí, essa diferença vai se perdendo nos diferentes elos da comercialização. Normalmente, o atravessador ganha mais que o agricultor, porque ele só vai ter o custo da logística.

Essa exploração vem calcada numa política pública que, no discurso governamental, é uma das principais oportunidades do campesinato de se inserir de forma autônoma no mercado, no entanto, na prática constatamos que essa política está ajudando a aumentar os lucros de uma grande empresa de capital misto e administração institucional que é a PETROBRÁS. Nesse processo, a política pública está jogando contra o campesinato, pois possibilita que uma empresa se articule dentro do próprio marco regulatório do PNPB, para atuar como agente territorial de expropriação de renda.

Na lógica da expropriação de renda, estão jogando também contra os camponeses, as cooperativas, pois essas não estão materializando suas ações no Território como uma organização de camponeses voltada para defender seus interesses e sim, como organizações direcionadas para atender aos interesses mercadológicos da PETROBRÁS. Com relação ao papel desempenhado por essas cooperativas no Território, o Sr. André Rocha, assessor técnico da Secretaria de Agricultura do Município de Irecê, declarou que: “as cooperativas estão atuando hoje mais como atravessadores do que como cooperativas, mas quanto a lucratividade

dessas cooperativas, eu não sei informar, isso aí a gente nunca teve acesso a essa caixinha preta”.

O que fica evidente é que as cooperativas que atuam no Território, em sua maioria, não são formadas pela base campesina, ou seja, por uma articulação coletiva dos camponeses que seja calcada e norteadas pelas reais necessidades da classe e, dessa forma, não representam os interesses dos trabalhadores familiares. O que constatamos é que as cooperativas que atuam na compra da mamona são muito mais mercadológicas e sintonizadas com os interesses do capital do que necessariamente comprometidas com o desenvolvimento socioespacial dos camponeses do Território de Identidade de Irecê.

Podemos citar, a título de exemplo, o caso da COOTEBA a qual tem sede fora do Território (Salvador) e atua na área somente comercializando produtos agrícolas diversos, porém, o caso mais revelador, no que diz respeito à atuação das cooperativas, é com relação à Cooperativa de Mamona de Irecê (COPEMAI). Essa cooperativa (figuras 52 e 53) foi criada pelo Sr. Vicente Andriola, que é tido como o maior comerciante atravessador de mamona no Território.

Constatamos em campo que a sede da COPEMAI funciona no próprio escritório comercial do Sr. Vicente Andriola, popularmente chamado de Vicente da Mamona, ou seja, o escritório particular do comerciante se confunde com a sede administrativa da cooperativa e, certamente, com seus negócios também. Nesse contexto, a COPEMAI é vista mais como um negócio do comerciante no processo de expropriação da renda da terra camponesa, do que uma entidade coletiva de organização de produtores familiares.

Com relação à fundação da COPEMAI, o Sr. Idelbrando, comerciante atravessador do Município de Cafarnaum, afirmou: “segundo as informações que tenho isso deve beneficiar o próprio Vicente”. Essa afirmação mostra que a concepção da existência da cooperativa como um negócio é também compartilhada por outros agentes que atuam no mercado de mamona no Território.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 52 Território de Identidade de Irecê: Logomarca da Cooperativa de Mamona de Irecê (COPEMAI), Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

Foto: SANTOS, J. A. Lobo.

Figura 53 Território de Identidade de Irecê: escritório da Cooperativa de Mamona de Irecê (COPEMAI), Município de Irecê. Foto: abril de 2011.

De acordo com informações do Sr. Uilian Andrade, já são cerca de 300 agricultores familiares cadastrados na COPEMAI. Avaliamos que estes são Trabalhadores do campo que terão participação extremamente limitada no corpo da citada cooperativa, principalmente na gestão e nos ganhos econômicos. A COPEMAI se fundamenta em mais uma instituição criada para atuar no processo de exploração de trabalho e acúmulo de riqueza no Território. Uma veia arterial, com objetivo de facilitar a atuação indireta do capital na expropriação de tempo de trabalho dos camponeses.

Entende-se o trabalho, não como o simples ato de produzir uma mercadoria, mas sim, como elemento que media a relação do homem com a natureza e tem conteúdo social, como nos mostra Saquet, (2011, p. 20):

O trabalho está na interface entre a sociedade e a natureza, tem um conteúdo social e significa, portanto, relações de poder e ideologia. O trabalho está na base da construção, desconstrução e reconstrução do habitat e do território através da produção de objetos concretos (materializações) e de símbolos (econômicos, políticos, e culturais), como linguagem. No trabalho, o homem interage mão e cérebro, força e pensamento.

Outra constatação é que o Sr. Vicente, juntamente com seu filho, o Sr. Uilian Andrade, tiveram a iniciativa de fundar a COPEMAI para poder enquadrar as atividades comerciais da família no marco regulatório do PNPB e, com isso, poder comercializar a mamona com a PETROBRÁS e/ou outras empresas que produzem biodiesel dentro das regras do PNPB, a exemplo da empresa Brasil Ecodiesel, pois a Instrução Normativa nº 01 de 19-02-2009 determina que, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, no mínimo 30% da matéria-prima para a produção de biodiesel deve ser obrigatoriamente oriunda da agricultura camponesa e adquirida por meio de entidade de natureza coletiva como associação, cooperativa ou sindicato rural.

A existência da COPEMAI nos mostra duas situações que são:

- Primeiro, os comerciantes atravessadores estão sentindo certa dificuldade na concorrência com as cooperativas as quais estão articuladas com a PETROBRÁS no que compete ao fornecimento de matéria-prima (mamona) para produção de biodiesel e outros usos. Com isso, esses comerciantes estão buscando formas de

minimizar os efeitos da concorrência e de se inserirem de alguma maneira como fornecedores de matéria-prima para possível produção de biodiesel;

- Segundo, o surgimento de cooperativas criadas e operadas por comerciantes atravessadores apontam para uma nova articulação territorial entre os agentes capitalistas que atuam no Território de Identidade de Irecê. Essa articulação se fundamenta na criação de uma ampla rede voltada para a aquisição de produtos agrícolas, principalmente a mamona, na área em questão.

Essas duas situações fomentam a criação de uma rede entrelaçada por cooperativas, comerciantes atravessadores, empresas industriais diversas e a PETROBRÁS, e com isso, o surgimento de um grande e extenso canal de drenagem da riqueza regional. Com essa riqueza, tende a escoar grande parte da renda da terra camponesa, sobretudo, por meio de produtos agrícolas, tendo a mamona como mercadoria principal.

4.6 Produção camponesa e soberania alimentar

Um dos pilares conceituais para a caracterização da agricultura camponesa é a soberania alimentar da família em sua unidade de produção, pois, utilizar parte da própria produção para garantir a alimentação é uma ação diretamente relacionada ao próprio modo de vida da família camponesa. Tomando como base diversos estudos realizados no Brasil sobre o comportamento alimentar do campesinato, percebemos que, em média 70% do que é produzido é consumido pela família. A outra parte é inserida no que Martins (1981) chama de economia do excedente. Há comercialização e também trocas de produtos de forma solidária entre vizinhos e visitantes, visto que, para grande parte do campesinato, a diversidade de produtos produzidos pela família não tem caráter de mercadoria e sim, de resultado da coletividade do trabalho familiar. Ressaltamos também a importância dos alimentos como evidencia Porto-Gonçalves (2011, p. 207):

A alimentação é uma questão-chave para a reprodução das espécies, tanto quanto o acasalamento e a proteção (abrigo) dos filhos constituindo habitats e hábitos, territórios e culturas. Toda a evolução da vida se dá por meio das cadeias alimentares e tróficas, assim como da constituição dos habitats e dos hábitos, e depende da radiação solar para a produtividade biológica

primária líquida (fotossíntese).

Essa dinâmica que envolve produção de alimentos com foco primeiramente na sobrevivência da família é uma marca histórica do campesinato no processo de produção do espaço agrário à luz da garantia da sobrevivência, pela via da autonomia produtiva e da soberania alimentar, pois, como nos mostra Porto – Gonçalves (2011, p. 212), o controle do alimento é instrumento de poder numa sociedade, sobretudo, na diferenciação e materialização de classes sociais. Para tanto, afirma o autor:

Guardar e proteger alimentos contra saques dos inimigos também podia implicar, como implicou em diversos lugares, a constituição de uma camada social distinta dentro de um mesmo grupo controlando esse excedente de energia armazenada sob a forma de alimento. Há, aqui, a possibilidade de se constituir uma relação social e de poder em que aquela camada que controla o excedente “para os sete anos de vacas magras” se separe do controle da comunidade de produtores diretos e, assim, se coloque sobre o restante da comunidade dando origens a sociedades de classes antagônicas (sociedades não-igualitárias). O alimento é, assim, fonte de poder, tanto quanto o conhecimento que prediz o futuro pode vir a sê-lo.

Para o campesinato, alimento é visto como instrumento de poder, uma vez que traduz a materialidade do trabalho como princípio da sobrevivência da família. É com base nessas premissas que teceremos algumas considerações sobre os impactos do cultivo da mamona na produção de alimentos, no Território de Identidade de Irecê.

A produção de mamona não é uma atividade nova no Território em questão, pois a mamona é cultivada pelo campesinato desde os anos de 1950, assim como o feijão, a mandioca, o milho e outras culturas. Nesse contexto, não podemos partir do princípio de que está havendo a inserção produtiva de uma nova cultura agrícola no Território e sim, uma valorização acelerada pelo capital de uma determinada cultura agrícola, para atender a um conjunto de ações voltadas para a produção de agrocombustíveis no país. Essa valorização está se materializando numa política territorial de incentivo à produção de mamona, por meio da agricultura camponesa. Para Oliveira (2011, p. 63), a transformação de alimento em agrocombustível é preocupante, pois, “(...) a dedução lógica dessa política que transforma alimento em

agrocombustível será o aumento crescente da crise mundial dos alimentos”.

Fonte: SANTOS, J. A Lobo

Figura 54 Território de Identidade de Irecê: produção camponesa consorciada de mamona e milho, município de Cafarnaum. Foto abril de 2011.

Fonte: SANTOS, J. A. Lobo

Figura 55 Território de Identidade de Irecê: produção camponesa consorciada de mamona, milho e batata doce, município de Lapão. Foto abril de 2011.

A segunda questão é que a mamona é compreendida pelas famílias camponesas como uma espécie de poupança, pois é resistente a períodos de seca, a determinadas pragas e seu cultivo não demanda grandes investimentos. Além disso, a mamona pode ser produzida de forma consorciada com diversas culturas alimentares, a exemplo do milho, do feijão e de outros produtos, como mostram as figuras 54 e 55.

A terceira questão é com relação à comercialização, pois a mamona é um produto de grande demanda no mercado nacional e internacional da ricinoquímica. Além da ricinoquímica, destacamos também a produção de biodiesel que está estabelecendo uma concorrência nacional pelo óleo da mamona enquanto matéria-prima, o que, na prática, está encarecendo a saca da mamona no campo e consequentemente, valorizando o produto no mercado. A atuação da PETROBRÁS no mercado regional de mamona pode ser percebida na fala do Sr. David Leal, ao afirmar que:

Apesar disso, a Petrobrás planeja reforçar sua posição na Bahia. De acordo com o coordenador da Diretoria de Desenvolvimento Agrícola, Suprimento e Comercialização da Petrobras Biocombustível S/A, David Leal, a companhia tem a intenção de implantar um projeto amplo de parcerias com cooperativas, organizações sindicais e movimentos sociais para a promoção da mamona na agricultura familiar, tendo em vista principalmente o atendimento das exigências do Selo Combustível Social de aquisição de matéria-prima do setor para a usina de Candeias. (ECODEBATE: CIDADANIA & MEIO AMBIENTE, 2009)

A partir dessas observações, constatamos que a produção de mamona não é estranha ao campesinato em questão. O que é estranho e, de certa forma, vem interferindo na produção de alimentos, é a pressão que a demanda do mercado capitalista, por meio de comerciantes atravessadores, cooperativas, empresas ligadas ao PNPB, e setores da indústria química vem fazendo junto ao campesinato para aumentar a produção da mamona no Território, e com isso, amarrar a produção camponesa a um complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado com aponto Porto - Gonçalves (2011, p. 222/223) quando discute a questão no plano nacional:

No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola também mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo.

Tal pressão inicia-se de forma indireta pela política de preços praticada na área, visto que, com a atuação da PETROBRÁS, estabelecendo o preço mínimo de R\$ 52,00 para a saca com 60 quilos de mamona, a saca que custava em média R\$ 40,00 passou para um preço médio de R\$ 90,00, um acréscimo de aproximadamente 125% no preço médio do produto em um curto espaço de tempo (2009/2012). Outra estratégia se revela na ampliação da rede de aquisição do produto, tanto por parte da PETROBRÁS e outras empresas ligadas ao PNPB, por meio da compra direta e com utilização de cooperativas, quanto por comerciantes atravessadores ligados ao mercado capitalista da ricinoquímica.

As mudanças no preço e na forma de comercialização da mamona são verificadas na fala do camponês Reinaldo, da Comunidade do Povoado do Cocão, município de Irecê, que declara:

Sempre quando agente colhe, eu e minha irmã, a gente planta, colhe e vende para esse pessoal. A cooperativa está fazendo um trabalho muito bom, ela tá comprando e pagando igualmente ao atravessador, fica como uma competição, um quer pagar mais do que outro e isso é muito importante. A saca da mamona hoje aqui tá de R\$ 95,00, e a diferença entre a que paga a cooperativa e o que paga o atravessador geralmente é em torno de R\$ 3,00.

No bojo desse debate, podemos apontar também para o desenvolvimento de novas variedades de mamona pela EMBRAPA, com espécies mais produtivas e resistentes a determinadas pragas existentes na área, o que tem aumentado a produtividade de mamona no Território.

Essas transformações, de diversas maneiras, acabam desaguando nos terreiros produtivos das famílias camponesas. Os preços elevados da saca da mamona, as facilidades, para comercialização e a oferta de orientação técnica específica, juntamente com acesso a sementes mais produtivas, se tornaram um atrativo ao aumento do plantio de mamona no Território. A partir desse conjunto

articulado de pseudo facilidades os camponeses passaram a ver a mamona como a tábua de salvação contra determinadas crises, como perda de lavouras, oscilações econômicas e outras, como fica explícito na fala do camponês Manoel, município de Cafarnaum:

Vale porque a mamona tem um preço que está muito bom e outra é que a gente guarda e quanto mais guarda ela pesa mais. Eu mesmo comprei uma novilha aqui com saco de mamona que foi guardado de um ano para o outro. Pode estocar não precisa colocar veneno nem nada, a mamona é muito boa. (...) É fácil de vender, a gente já vende ao menino aqui, o filho do meu irmão que morreu, ele já compra e revende a mamona na região toda, ele compra para revender para outro, para o Vicente da mamona. Eles sobrevivem da compra e venda de mamona. O preço que tá no mercado eles pagam.

Num primeiro momento, a impressão é que o campesinato está tirando grande proveito desse novo momento produtivo e mercadológico que vem se estabelecendo no Território de Identidade de Irecê, porém, as territorialidades que estão sendo construídas por meio da ampliação da produção de mamona, somada ao estabelecimento de uma ampla rede de comerciantes atravessadores, podem, em curto espaço de tempo, impor relações de poder que encurralem e aprisionem a produção camponesa a novas relações socioprodutivas, beneficiando de forma direta e indireta ao capital.

A perda da soberania alimentar, da capacidade de auto gestão das unidades de vivência e produção, o aumento da dependência do capital financeiro e do mercado capitalista são sintomas que, como a pesquisa vem apontando em diversos capítulos, já estão presentes na área em estudo. Com base nessas premissas, uma das conclusões a que chegamos é que, se os camponeses continuarem a ver a mamona como produto de estabilidade socioeconômica e, a partir disso, sobrepor essa produção à diversificação produtiva e à própria concepção de produção do alimento da família, a soberania alimentar está completamente ameaçada no Território.

Em linhas gerais, identificamos aumento na produção e na produtividade da mamona no Território o que, de certa forma já era esperado, visto que o mercado demanda cada vez maiores quantidades do produto e o Estado, por meio da Embrapa, vem investindo no desenvolvimento de variedades mais produtivas de

mamona. De acordo com os dados do IBGE²³, no ano agrícola de 2000, foram produzidas no Território de Identidade de Irecê 39.737 toneladas de mamona, em uma área plantada de 107.612 hectares. Já no ano agrícola de 2010, foram produzidas 49.072 toneladas de mamona em uma área plantada de 68.799 hectares, ou seja, um crescimento de 23,5% na produção de mamona e uma diminuição de 36,06% na área plantada. Esse dado é curioso, pois a tendência natural seria que também houvesse um aumento da área plantada de mamona, porém, podemos atribuir a diminuição da área planta a um processo de organização capitalista da produção e a inclusão de variedades de mamona mais produtivas na área.

Em contradição com o crescimento na produção da mamona, verificamos na comparação entres os anos agrícolas de 2000 e 2010 que houve drástica diminuição na produção de feijão, que foi de 159.809 toneladas em 2000, passando para 9.905 toneladas em 2010. Uma redução de 93,8% na produção. Com relação à área plantada foram 219.875 hectares em 2000 e 54.270 hectares em 2010, uma redução de 75,31%. Com a produção de milho, foram 95.322 toneladas em 2000 e 48.789 toneladas em 2010, uma redução de 48,81%. No que compete à área plantada, foram 94.462 hectares em 2000 e 124.780 hectares em 2010, perfazendo um aumento da área plantada na ordem de 24,29%.

No caso da produção de feijão, podemos inferir que mesmo antes desse novo momento da mamona, o feijão já vinha perdendo espaço pela falência do modelo de monocultura ao qual correspondia, pela dificuldade peculiar das lavouras de sequeiro no semi-árido e pela territorialização de outras culturas, a exemplo da cebola, da beterraba, do tomate e da própria mamona. Porém, não podemos deixar de reconhecer que, em nível territorial e nacional, há um impacto no mercado, pois o feijão, juntamente com a mandioca, o milho, o arroz e outros produtos estão entre as principais fontes de alimento dos brasileiros, como argumenta Oliveira (2011, p. 63):

²³ Esses dados não representam valores médios de um intervalo de dez anos entre os anos 2000 e 2010, e sim, uma comparação entre o que foi produzido no ano agrícola de 2000 e no ano agrícola de 2010, com base no banco de dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE.

No plano do mercado interno brasileiro, desde 1992 o país não aumenta a área plantada de feijão, nem a de arroz e nem a de mandioca, que são os três alimentos básicos da população brasileira. Quando há falta, importa-se. Dessa forma, como não há estoques suficientes no país, e os preços no mercado mundial estão elevados, e em parte as exportações bloqueadas, continuarão a falta e os preços altos dos alimentos no país.

No caso do milho, a diminuição da produção, na comparação entre os dois anos agrícolas (2000/2010), é expressiva, mesmo com ampliação da área plantada. Aumento na irregularidade das chuvas, na compactação dos solos, a falta de melhores oportunidades de transporte da lavoura e comercialização, e a falta de apoio técnico adequado à produção, são fatores que estão contribuindo para essa redução na produção do milho. Outro elemento é que o índice de perda dessas lavouras de sequeiro chega a 90% em algumas áreas do semi-árido e, desta maneira, o agricultor, muitas vezes, prefere cultivar outros produtos mais resistentes às condições de solo e clima do Território. A fala do camponês Reinaldo, da Comunidade rural do povoado do Cocão, município de Irecê, apresenta um pouco dessa realidade, quando afirma:

Para falar a verdade não, de 1985 para cá ela foi se defasando, é a questão do solo, alguma coisa que a mamona foi perdendo o rendimento, adoecendo, morrendo. Tem que fazer uma pesquisa para ver o que está acontecendo no solo, aí poderia ser que desse certo, mais é muito complicado, outra coisa é a questão da chuva na área de sequeiro que tá faltando.

Com relação à problemática das chuvas, a camponesa Maria, do município de Lapão, declara:

Quando chove produz bem, quando não chove fica do jeito que você tá vendo aí. Sempre aqui a gente luta com a mamona, a gente sempre gosta de plantar a mamona e de plantar o milho também. A gente plantava feijão antigamente só que hoje, o feijão quase que não está produzindo por causa da falta de chuvas.

As figuras 56 e 57 revelam a situação da de lavouras de sequeiro e ao processo de compactação dos solos no Território.

Fonte: SANTOS, J. A. Lobo

Figura 56 Território de Identidade de Irecê: perda da lavoura consorciada de milho e mamona devido à irregularidade das chuvas e a compactação do solo, Município de Irecê. Foto abril de 2011.

Fonte: SANTOS, J. A. Lobo

Figura 57 Território de Identidade de Irecê: produção camponesa de mamona em solo compactado, Município de Cafarnaum. Foto abril de 2011.

O que verificamos é que, no imaginário popular de grande parte do campesinato, a falta de chuvas é o grande problema que acomete a produção de sequeiro no Território, no entanto, porém, não devemos esquecer que, além da irregularidade das chuvas, existe um conjunto de outras questões que dificultam muito a produção, a exemplo da própria estrutura de expropriação da renda da terra camponesa que, há muitos anos, está territorializada na área. Além disso, as políticas públicas voltadas para suprir demandas oriundas das perdas de lavouras são quase inexistentes. Geralmente, essas políticas tem se resumido a um programa chamado Seguro Safra, que tem pouca abrangência e ainda não conquistou a confiança do agricultor.

Além das dinâmicas que envolvem a produção de mamona, milho e feijão, verificamos um forte crescimento na produção de legumes e hortaliças por meio da produção camponesa no Território, tais como, os casos da cebola e do tomate. Esse crescimento na produção está atrelado a criação de perímetros irrigados, a perfuração de poços artesianos e a construção de cisternas de produção no Território. A produção de frutas, verduras e hortaliças pode ser observada por meio das figuras.58, 59 e 60.

Fonte: SANTOS, J. A Lobo

Figura 58 Território de Identidade de Irecê: produção camponesa de tomate Município de Irecê. Foto abril de 2011.

Fonte: SANTOS, J. A Lobo

Figura 59 Território de Identidade de Irecê: produção camponesa de hortaliças (alface), Município de Cafarnaum. Foto abril de 2011.

Fonte: SANTOS, J. A. Lobo

Figura 60 Território de Identidade de Irecê: produção camponesa de beterraba, Município de Lapão. Foto abril de 2011.

No ano agrícola de 2000, foram produzidas 11.720 toneladas de cebola e 3.150 toneladas de tomate, em uma área plantada de 474 e 120 hectares respectivamente. Já no ano agrícola de 2010, foram 100.380 toneladas de cebola e 84.240 toneladas de tomate, em uma área plantada de 3.147 e 2.748 hectares respectivamente. Por esses dados, constatamos que houve forte crescimento na produção dessas lavouras que atendem aos diversos centros de abastecimento dos mercados regionais.

Vale ressaltar que o aumento na produção de hortaliças e legumes no Território está imbuído de uma lógica de mercado, na qual muitas famílias camponesas estão produzindo mediante subordinação ao capital financeiro, aos proprietários de terra e aos comerciantes atravessadores da região, uma vez que os empréstimos bancários, os arrendamentos de terra com pagamento de renda fundiária e os adiantamentos de dinheiro por comerciantes atravessadores para a produção foram verificados na pesquisa de campo.

Com base nos diversos argumentos apresentados nesse texto, no sentido de retratar a realidade da área de estudo, podemos concluir, que até o momento, o impacto causado pelo cultivo da mamona na produção de alimentos ainda está minimizado pelo fato do mercado regional da mamona não estar totalmente consolidado no contexto da produção de biocombustíveis. Outro fator que tem pesado para que a mamona não tenha tanto impacto na produção de alimentos é a facilidade do consorciamento, pois, em meio às lavouras de mamona, se pode produzir milho, feijão, sorgo, hortaliças, frutas e outros produtos alimentares. Essa realidade é evidenciada pelos agrônomos da EBDA, em entrevista ao sítio Ecodebate:

Entretanto, apesar do bom desempenho agrícola e econômico da mamona, os agrônomos da EBDA Valfredo Vilela e Ariosvaldo Moraes avaliam que a oleaginosa não tem suplantado ou substituído as culturas alimentares em termos de área plantada. Hoje, como na década de 1970, o sertanejo vê a mamona como um complemento da economia familiar - baseada no milho e no feijão, mesmo porque a alta do preço é um fenômeno mais recente, desencadeado pela entrada da indústria do biodiesel num mercado dominado pela ricinoquímica até 2005. (ECODEBATE: CIDADANIA & MEIO AMBIENTE, 2009)

A produção de mamona de forma consorciada, como forma de preservar a produção de alimentos, também é verificada na entrevista do Sr. André Rocha, assessor técnico da Secretaria de Agricultura do município de Irecê, quando afirma que:

Do agricultor familiar, não por que ele planta sempre em consórcio, é uma opção de ter a mamona e ter uma cultura alimentar. Na verdade, não é nem uma opção, é uma necessidade. Aqui em Irecê, são áreas bem pequenas. Em todo consórcio há perda de produção, mas o equilíbrio entre você ter a produção de mamona e ter a produção da cultura alimentar, que normalmente é o feijão ou o feijão de corda; quando a mamona começa a desenvolver, você já está tirando a outra cultura, que é curta. Aqui na região, a mamona acaba não afetando a produção de alimento, porque a mamona acaba entrando como uma cultura secundária. Primeiro entram as culturas de alimento e, no final do ciclo chuvoso, ela entra. Então, quando você está terminando o feijão, é que a mamona começa a sair.

Muito mais perigoso para a soberania alimentar do campesinato, no caso analisado, é a organização mercadológica da produção como um todo, inclusive das culturas alimentares, pois todo excedente de produção, na prática, acaba migrando para as mãos dos comerciantes atravessadores e outros. Dessa forma se consolida, na totalidade e não somente por meio da produção e comercialização da mamona, um processo de expropriação da renda da terra camponesa na monopolização do território pelo capital.

Esse processo maior de expropriação de renda é que realmente ameaça a soberania alimentar dos camponeses, ficando esses, inclusive sob risco de fome. Ao discutir a fome como um fenômeno social, recorremos a Josué de Castro, por meio de um clássico da literatura brasileira, a Geopolítica da Fome:

O primeiro de nossos objetivos é demonstrar que a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. Estudando a fome em diferentes regiões da terra, poremos em evidência o fato de que, via de regra, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produtos de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome. (CASTRO, 1952, p. 64/65)

No sentido de contribuir para que o Território de Identidade de Irecê não se transforme em terra da fome, tratamos aqui a soberania alimentar de forma mais ampla, ou seja, como processo de realização humana das famílias em suas unidades de produção e em suas comunidades, pois não concordamos com a visão restrita que trata a soberania alimentar somente a partir da capacidade de consumo do que é produzido pela família camponesa. Em nosso entendimento, a soberania alimentar está na autonomia produtiva, na capacidade de autogestão, no acesso aos diversos tipos de mercados, inclusive ao capitalista, e na construção de uma teia socioprodutiva de oportunidades que possibilitem aos camponeses se apropriarem do produto de seu trabalho, ou seja, da renda da terra camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, constatamos que existem muitos meandros que norteiam a implantação do PNPB no Brasil, especialmente no Território de Identidades de Irecê. O Estado assume a responsabilidade por meio de políticas públicas de oferecer novas alternativas energéticas no plano nacional e internacional. A implantação dessas novas alternativas, a exemplo da produção nacional de biodiesel, causam profundos impactos na organização socioprodutiva das comunidades, fazendo com que classes sociais antagônicas tenham que se repensar e se reorganizar dentro desses novos marcos organizacionais.

No discurso governamental e no marco regulatório, o PNPB nasceu para ser um divisor de águas no conjunto das relações sociais estabelecidas no campo, pois traz, no bojo de sua organização, propostas que buscam articular classes sociais historicamente antagônicas, como agricultores camponeses, agricultores patronais, representações de classe e o capital agroquímico - financeiro. A ideologia adotada prega que, para o sucesso do PNPB, todos devem trabalhar juntos de forma integrada e, ao mesmo tempo, desenvolver tarefas que os completem, enquanto conjunto, no tempo e no espaço. O que se percebe, no entanto, é que uma proposta desse nível transparece um profundo desconhecimento sobre a estrutura agrária brasileira e sobre as formas de articulação do capital no processo de expropriação de renda no campo.

Na pesquisa constatamos que as relações socioprodutivas entre o capital agroquímico-financeiro, os comerciantes atravessadores e os camponeses vem se dando de forma desigual, pois a capacidade de articulação do capital agroquímico-financeiro e dos comerciantes atravessadores dentro do contexto da produção de biodiesel no país é imensamente maior do que a dos camponeses. A infraestrutura logística, o poder econômico e a própria influência política sobre a formulação e aplicação de políticas públicas acabam tendo peso significativo a favor dos interesses desses agentes e nessa conjuntura grande parte da renda da terra camponesa acaba sendo expropriada. Com base nessas premissas é que apontamos uma série de constatações verificadas ao longo do desenvolvimento da tese.

No plano nacional constatamos que a infraestrutura do agronegócio e de grandes empresas ligadas a outros setores está dominando a produção de biodiesel no Brasil, nesse contexto verificamos que:

- A soja, como matéria-prima, responde atualmente por 71,13% da produção de biodiesel, a gordura bovina por 18,66%, e o óleo de algodão por 4,69%. Juntos, esses três produtos (soja, algodão e gordura bovina) são responsáveis por 94,48% do biodiesel produzido no país.
- Formação de um mercado nacional de produção e comercialização de biodiesel extremamente oligopolizado, pois apenas 12 grandes empresas respondem atualmente por 80,8% da produção e da comercialização do biodiesel no país. É válido destacar que dessas empresas a Granol, com unidades de produção de biodiesel nos estados do Rio Grande do Sul e de Goiás, foi a maior produtora de biodiesel do país no ano de 2011, seguida pela Caramuru, Oleoplan e pela PETROBRÁS Biodiesel (Pbio). Juntas, as quatro primeiras empresas em produção de biodiesel, responderam por um total de 1.028.511 m³/dia, o que equivaleu a 40% da produção nacional, que foi de 2.567.706 m³/dia.
- Espacialização da produção de forma concentrada, pois 46,1% das unidades de produção estão concentradas na região Centro-oeste, 21,5% na região Sudeste, 15,3% na região Sul. Juntas essas regiões concentram 82,9% das unidades de produção de biodiesel existentes atualmente no Brasil. Há um destaque maior para a região Centro-oeste, área fortemente marcada pela expansão da fronteira agrícola, com predomínio da monocultura da soja, da pecuária e do latifúndio como modelo de ocupação da terra. Essa estrutura produtiva revela contradições inerentes à acumulação de capital no seio do PNPB, essa organização acompanha a logística da agricultura capitalista em escala nacional.
- Os objetivos institucionais e o marco regulatório do Programa apresentam ideologicamente uma proposta voltada para a superação dos antagonismos de classes, propondo criar novas relações socioprodutivas fundamentadas na sustentabilidade social, mas, na prática, a realidade espacial e territorial vem mostrando que o PNPB tem se revelado em mais um instrumento do capital para a geração de novos atalhos para a acumulação e de densa rede aos novos fluxos de capital.

Essas questões verificadas no plano nacional nos remetem ao processo de globalização do capital e aos diversos caminhos de acomodações das formas de apropriação de trabalho, materializado na expropriação da renda, o que nos impõe a necessidade de produzirmos conhecimentos com bases epistemológicas e conceituais que possam dar conta de explicar e, também, repensar o debate da renda da terra e da participação do campesinato no PNPB.

A pesquisa de campo no Território de Identidade de Irecê demonstrou que na estrutura do PNPB, há mecanismos voltados para a expropriação da renda da terra camponesa, tanto de forma direta, com a territorialização do capital, quanto de forma indireta, pela monopolização do território. Nesse ponto, verificamos que o debate que envolve a renda da terra deve ser rapidamente atualizado diante da complexidade que envolve as relações sociais nos dias atuais. Principalmente no caso do Brasil, onde observamos nos últimos anos uma mudança na postura do Estado, que vem cada vez mais desenvolvendo políticas públicas, a exemplo do Pronaf, do PNPB, do Garantia Safra e outras voltadas para a viabilização do capital no campo, de forma articulada com agentes que, no processo histórico, estiveram relegados a processos de expropriação de renda.

No Território em análise, verificamos que a relação entre o PNPB e os camponeses se dá de forma estreita, pois as famílias camponesas inseridas no Programa estão produzindo para uma gama de comerciantes atravessadores, integrados por meio de redes de drenagem da renda da terra camponesa. Questões como a organização dos atravessadores, a territorialização de políticas públicas, a articulação do capital agroquímico-financeiro com entidades de classe, entre outras, apontam para uma expressiva mudança nas regras do jogo capitalista, pois, no Território, saiu de cena a produção de feijão em larga escala, para permitir a entrada de um novo conjunto de ações calcadas na integração do grande capital com camponeses, entidades de classe e políticas públicas, em um diferente formato de expropriação de trabalho no Território.

O contato direto com camponeses, atravessadores, gestores públicos, associações de produtores e entidades de classe, a exemplo dos sindicatos rurais, nos revelou a existência de um novo conjunto de relações de poder que está se materializando em estratégias voltadas para a criação de uma formatação socioprodutiva que envolve diferentes segmentos sociais. Esses vão se articulando

de forma aparentemente oportuna e igualitária, porém, na essência, se territorializam basicamente numa urdidura capitalista, extremamente excludente e desigual. No Território de Identidade de Irecê, visualizamos os efeitos dessa conjuntura organizacional, formada por complexos pilares de sustentação da acumulação de riqueza, em contradição com a exploração do trabalho.

No Território de Identidade de Irecê verificamos basicamente que:

- O PNPB vem buscando se territorializar na área em questão por meio de diversas frentes, a exemplo do fornecimento de orientação técnica; regulação dos preços da mamona; aquisição da produção e fomento à organização comercial dos camponeses produtores. A partir dessas ações o Programa busca consolidar o Território como um grande polo nacional produtor de oleaginosas, sobretudo, de mamona para produção de biodiesel e outros usos. Essa formatação reflete ações de agentes do capital para criar novas bases de acumulação e reprodução.
- A orientação técnica fornecida no âmbito do Programa é mercadológica e voltada para o incentivo à produção da mamona, não respeita a cultura e os conhecimentos familiares do campesinato, não prioriza a policultura e a soberania alimentar, desrespeita o artigo 11 da Instrução Normativa de 19 – 02 -2009, a qual determina o fornecimento de orientação técnica de forma integrada com os conhecimentos das famílias e respeitando a soberania alimentar.
- O PNPB, por meio da Petrobras, estabeleceu política de preço mínimo que veio com o objetivo de valorizar a mamona, o que criou forte concorrência com o setor da ricinoquímica. A compra da mamona pela Petrobras se dá por meio de cooperativas principalmente da COAFTI, da COPIRECE e da COOTEBA. Essa valorização rápida do produto acaba funcionando como um mecanismo de incentivo a produção de mamona na área.
- Existência de uma densa rede de comerciantes atravessadores que por meio de diversas estratégias e de uma forte infraestrutura logística acabam absorvendo grande parte da produção regional de mamona e de outros produtos da agricultura camponesa. Entre diversas estratégias destacamos: compra da mamona com realização de pagamento à vista; pequenos empréstimos de dinheiro aos camponeses produtores; compra de mamona em pequenas quantidades; venda de serviços diversos aos camponeses para a produção da mamona.

- Para além dos comerciantes atravessadores existem empresas do setor da ricinoquímica, a exemplo, da A. Azevedo Indústria e Comércio de Óleos LTDA, da Bom Brasil Óleo de Mamona LTDA e outras que estabelecem contratos de compra com os comerciantes atravessadores e adquirem parte da produção de mamona no Território.
- Forte processo de monopolização do território e exploração do trabalho. A renda da terra camponesa se realiza nas mãos de outros agentes, ou seja, há, de forma material, um amplo processo de expropriação da renda da terra camponesa por meio da produção de mamona. Além disso, verificamos a existência de um amplo processo de transformação do trabalho camponês em simples mercadoria no processo produtivo, o trabalho deixa de ser um atributo de mediação social para se transformar em suporte da engrenagem do modo capitalista de produção.
- A PETROBRÁS atua como atravessadora da produção camponesa de mamona, o papel desempenhado pela empresa não foge às regras de mercado do modo capitalista de produção, uma vez que a mesma está atuando no Território muito mais como compradora de mercadorias (mamona) do que como agente de transformação socioespacial.
- Na questão da soberania alimentar, constatamos que a produção de mamona não é uma atividade nova no Território em questão, que existe ações de valorização especulativa da mamona que estão se materializando numa política territorial de incentivo à produção, a mamona é compreendida pelas famílias camponesas como uma espécie de poupança, a mamona pode ser e é produzida de forma consorciada com diversas culturas alimentares principalmente com milho e feijão.
- Essas condições fazem com que, no momento, a questão da soberania alimentar não seja tão afetada pela produção da mamona, porém, há fortes indícios de que em um futuro próximo, o cultivo da mamona em escala mercadológica, tanto para a ricinoquímica, quanto para a produção de biodiesel possa entrar numa disputa por espaço produtivo com as culturas alimentares da região e com isso comprometer a soberania alimentar do campesinato.

Na prática, a realidade espacial e territorial vem mostrando que o PNPB tem se revelado muito mais em um instrumento do capital para a geração de novos atalhos à acumulação e de densa rede aos novos fluxos de capital no contexto da

reestruturação das formas de apropriação do espaço. Essas novas formas de atuação calcadas na acumulação flexível, com fundamento nos novos fluxos de capital, implica em ações que, articuladas com políticas públicas de Estado, colocam a tradicional discussão conceitual sobre o campesinato em zona instável. Nesse contexto, cabe fazer uma reflexão sobre os rumos da discussão camponesa diante das atuais transformações do capital e das políticas públicas estatais. A materialidade de ações como as verificadas na estrutura organizacional do PNPB, que demanda certo grau de interação entre camponeses e o capital agroquímico-financeiro, implicam num repensar conceitual do campesinato, pois são novas configurações sociais na construção do espaço em sua totalidade.

Repensar conceitualmente o campesinato implica em abrir possibilidades para novas reflexões que possam abarcar a atual conjuntura que norteia a complexidade das relações que estão sendo estabelecidas entre as famílias camponesas, o Estado e o capital agroquímico-financeiro. Compreender as diferentes estratégias de acumulação e reprodução de capital a partir do estabelecimento de sua relação em novas bases com os camponeses é fundamental.

É importante não deixarmos de perceber que mudanças estruturais estão acontecendo nos últimos anos e que temos que abarcar a dimensão dessas transformações para podermos discutir e propor debates que possam dar conta de compreender o campesinato em sua essência, à luz das novas articulações entre agricultores camponeses, políticas públicas e o grande capital. Analisar o PNPB traz inevitavelmente esses desafios, pois a base organizacional do Programa está calcada na tentativa de articular relações socioprodutivas entre classes antagônicas que se materializam em relações de poder que, historicamente, nortearam a produção da riqueza e a ocupação da terra no Brasil.

Para lidar com relações que retratam a mutação do capital e as consequentes mudanças nas estratégias de apropriação de trabalho, é preciso desenvolver um arcabouço teórico-conceitual fundamentado numa base epistemológica e prática que dê conta de compreender, explicar e repensar alternativas que possam ser inovadoras, no sentido de contribuir para o pleno desenvolvimento de relações socioespaciais participativas e includentes.

É de suma importância a execução de ações práticas que redirecionem a atuação do PNPB na produção do espaço, para que este não seja somente mais um Programa voltado para garantir a fluidez de capital no tempo/espaço de forma concentrada e excludente e sob rígido controle de grupos hegemônicos. Esperamos que o PNPB, como fruto de políticas públicas orquestradas pelo Estado, seja pautado por prioridades que levem em consideração a busca pela soberania energética e alimentar do país, a democratização do acesso aos biocombustíveis, a inclusão participativa das mais diversas camadas sociais na gestão do Programa, a integração com outros programas de cunho social e a plena sintonia com uma política estrutural de redução das desigualdades e de valorização da agricultura camponesa no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel**: parcerias entre empresas e movimentos sociais. São Paulo: FEA-USP/PLURAL CONSULTORIAS, 2007 (relatório de pesquisa).

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). **Biocombustíveis**. Rio de Janeiro, 2012. Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: www.anp.gov.br.

----- **Boletim mensal do biodiesel**. Rio de Janeiro, ano: janeiro de 2012. Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: www.anp.gov.br.

----- **Boletim mensal do biodiesel**. Rio de Janeiro, ano: dezembro de 2011. Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: www.anp.gov.br.

----- **Superintendência de Abastecimento (SAB)**: relatório de movimentação de produto-08/11/2011. Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: www.anp.gov.br.

BAHIA NOTÍCIAS. **Justiça bloqueia R\$ 350 mil da Comanche**. Acessado pelo autor em janeiro de 2012. Disponível em: www.bahianoticias.com

BERNARDES, J. Adão. Políticas públicas, selo combustível social e território usado. In: BERNARDES, J. Adão; ARACRI, L. A. dos Santos (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2011. p. 65-76.

BRANDÃO FILHO, J. B. O selo social no âmbito da produção de biodiesel no Nordeste. In: BERNARDES, J. Adão; ARACRI, L. A. dos Santos (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2011. p. 127-144.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **Espaço, renda da terra e acumulação**. 2008. Disponível em <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/sdr/article/viewfile/4/13>. Acessado pelo autor em: 20 de julho de 2009.

BRAY, S. Carlos; FERREIRA, E. Rente; RUAS, G. D. Guilherme. **As políticas da indústria canavieira e as políticas do Proálcool no Brasil**. Marília, Unesp – Marília - Publicações, 2000.

BRITO, Cristóvão de C. da T. de. **A Petrobrás e a gestão do território no recôncavo baiano**. Florianópolis, [2004]. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CARTILHA BIODIESEL. **Biodiesel. O novo combustível do Brasil**: Programa nacional de produção e uso do biodiesel. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.biodiesel.gov.br>>. Acessado pelo autor em: 25 de novembro de 2008.

CASSOL, Daniel. Bioenergia, para quem? In: **MST Informa – Revista Sem Terra**, Ed. 38, Ano V n. 130, Sexta-feira, 23 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/NEO/informativo-MST-anoV130.pdf>>. Acessado pelo autor em 25 de novembro de 2008.

CASTRO, Josué. **A Geopolítica da Fome**. 2º ed., Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

CAMARANO, A. A; BELTRÃO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira**: mudanças na segunda metade do século. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 2000. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acessado em: junho de 2011.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. Da economia do excedente à sujeição da renda ao capital: um breve comentário sobre a obra de José de Souza Martins. In: **Revista do departamento de Geografia**. Universidade Estadual de Londrina, v. 8, n. 1. P. 37-48, jan. / jun. 1999.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2005. Biodiesel: estratégias para produção e uso no Brasil. In: **Biodiesel: estratégias para produção e uso no Brasil**, 2005, São Paulo: Unicorp, 26-27, abr. 2005. Anais... v.1, p. 24-33.

COUTO, V. A; ROCHA, A. dos Santos. **Reveses e questão territorial na região de Irecê – Bahia**. Universidade Federal da Bahia. 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/1092.pdf>. Acessado em junho de 2011.

ECODEBATE: CIDADANIA & MEIO AMBIENTE, 2009. **Bahia**: Mamona atrai produtor, mas não vira biodiesel no Brasil. Publicado em 01 de abril de 2009 por HC, acessado pelo autor em: dezembro de 2011. Disponível em:

<http://www.ecodebate.com.br/2009/04/01/bahia-mamona-atrai-produtor-mas-nao-vira-biodiesel-no-brasil/>

ELIAS, Denise. Prefácio. In: BERNARDES, J. Adão; ARACRI, L. A. dos Santos (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2011. p. 11 - 22.

----- **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EDGAR, A. P.; RENATO, A. Z.; DEIZY, C. G.; VÂNIA, D. S. **Biodiesel**: um tema para uma aprendizagem efetiva. Anais do XXXIV COBENGE, pág. 9.203 a 9.215, Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, Setembro de 2006.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA BAHIA (EMATERBA). **Levantamento da realidade agrícola da região de Irecê**. Governo do Estado da Bahia, EMATERBA, 1980.

FRANK, André Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STEDILE, João Pedro. (Org). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, p. 35-100, 2005.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (CPE) - BA. **Irecê “um subsistema urbano” em formação**. Salvador, CPE, 1994.

FERNANDES, Bernardo M. **A questão agrária no limiar do século XXI**. São Paulo, 2001a. Acesso pelo autor em: agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/documentos/textoaberto23.html>>.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACEÚTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FEQUIMFAR). **Comanche**. Acessado pelo autor em janeiro de 2012, disponível em: <http://www.fequimfar.org.br/base43.html>

GONÇALVES – PORTO, C. Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2º ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo Agropecuário do Brasil**. Rio de Janeiro:IBGE, 2006. Acessado pelo autor em dezembro de 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br

------. **Bancos de dados agregados**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

------. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Acessado pelo autor em dezembro de 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br

------. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Acessado pelo autor em dezembro de 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br

------. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

------. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA. **Inaugurada na Bahia a primeira usina de biodiesel do Brasil**. Acessado pelo autor em janeiro de 2012, disponível em: <http://www.jornalprimeirapagina.com.br/edicao812/brasil.htm>

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENZ, Maria Eloisa. **A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico**: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx, Porto Alegre, UFRGS, 2007, p. 01 – 20. Acessado pelo autor em: 15 de Nov. 2009 Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/1045_b7599bd105c99f1b537ae6f250054581.pdf, Acessado pelo autor em: 20 de dezembro de 2009.

MATTEI, L. F. **Programa nacional para produção e uso do biodiesel no Brasil (PNPB)**: trajetória, situação e desafios. Florianópolis, 2007, p. 01. Acessado pelo autor em: 20 de Nov. 2008. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/79.pdf>.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

------. **O capital:** crítica da economia política, livro 1 – o processo de produção do capital. v. 1, 13.^a edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A., 1989.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil:** lumpen e místico. São Paulo, Contexto, 2011.

------. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2010.

------. **O cativo da terra.** 9a ed., São Paulo: Contexto, 2010.

------. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: FELIX, M. (Ed.) **Encontros com a civilização brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. V 22, p. 199-122.

------. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Ed. Vozes. 1981

------. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, F. D. **Questão agrária na região de Irecê - capitalismo e resistência camponesa:** o caso de Irecê/BA. 2007. Acessado pelo autor em: novembro de 2011. Disponível em: <http://mvive.blogspot.com/p/questao-agraria-na-regiao-de-irece.html>. Acessado em: agosto de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório de execução: plano de execução 2010.** Territórios da Cidadania, 31 de dezembro de 2010. Disponível em: www.mda.gov.br/territorios-da-cidadania. Acessado em fevereiro de 2011.

------. Secretaria da Agricultura Familiar: legislação – programas – biodiesel. **Instrução normativa n 01 de 19-02-2009.** Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2290882>

------. Secretaria de Agricultura Familiar. **Biodiesel.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acessado pelo autor em: 23 de Nov. 2010, 23h30min.

------. Secretaria da Agricultura Familiar: legislação – programas – biodiesel. **Decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004.** Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2290882>

------. Secretaria da Agricultura Familiar: legislação – programas – biodiesel. **Decreto nº 6.458 de 14 de maio de 2008**. Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2290882>

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT). O Programa. **O programa nacional de produção e uso de biodiesel**. Brasília, jul. 2005. Acessado pelo autor em: novembro de 2010. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br>.

MONTEIRO, J. L. G.; ALVES PINTO, Anderson. O biodiesel e o selo combustível social: dificuldades de implementação em Mato Grosso. In: BERNARDES, J. Adão; ARACRI, L. A. dos Santos (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola**. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2011. p. 127-144.

COSTA NETO, C. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 10 de abril 1998: p. 118-134. Acessado pelo autor em: julho de 2010. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dez/camrob10.htm>.

OSAKI, M; BATALHA, M. O. **Produção de biodiesel e óleo vegetal no Brasil: realidade e desafio**. São Carlos – SP, GEPAI/DEP/UFSCAR, 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. In: BERNARDES, J. Adão; ARACRI, L. A. dos Santos (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola**. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2011. p. 47-64.

------. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Presidente Prudente, [2003]. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

PESCIOTTO, João. Comanche investirá US\$ 14 milhões para expandir na Bahia. In: **Gazeta Mercantil**, 02 de janeiro, 2008. Acessado pelo autor em: fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/biodiesel/comanche-investira-14-milhoes-expandir-bahia.htm>.

PIRES DO RIO, G. A. Escalas de política energética: o programa nacional de biodiesel. In: BERNARDES, J. Adão; ARACRI, L. A. dos Santos (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2011. p. 27-46.

PORTAL TRANSPORTA BRASIL. **Usina de Candeias (BA) bate recorde de produção mensal de biodiesel**. Acessado pelo autor em janeiro de 2012, disponível em: <http://www.transportabrasil.com.br>

PORTAL JOSIAS GOMES – DEPUTADO FEDERAL. **Notícias**. Brasil Ecodiesel tenta fechar usina em Iraquara. Acessado pelo autor em dezembro de 2011, disponível em: www.josiasgomes.com/.../84-brasil-ecodiesel-tenta-fechar-usina-em-i...

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil: Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº 227, de 6 de dezembro 2004**. Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Mpv/227.htm

PRADO, E. A.; ZAN, R. A.; GOLFETTO, D. C.; SCHWADE, V. D. **Biodiesel**: um tema para uma aprendizagem efetiva. Anais do XXXIV COBENGE, Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, Setembro de 2006. p. 9.203 - 9.215

KROHLING, V. B; OLIVEIRA, G. G. de; MATOS, P. C; SANT'ANA. O biodiesel na Bahia: uma análise da potencialidade baiana na produção de oleaginosas. **Revista Bahia Análise & Dados**. v. 18, n. 4, Jan. / Mar., Salvador, 2009. p. 659- 669.

ROSSETTO, C. O. Agricultura familiar mato-grossense e sua inserção na cadeia do biodiesel: limitações e possibilidades. In: BERNARDES, J. Adão; ARACRI, L. A. dos Santos (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2011. p. 103-126.

SANTANA, C. R. S.; GOÉS, R. Thiago. O projeto biodiesel no Brasil e na Bahia: inclusão social e desenvolvimento regional. **Revista Bahia Análise & Dados**. v. 18, n. 4, Jan. / Mar., Salvador, 2009. p. 647-658.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000

----- **Espaço e método**, 3. ed., São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, J. Lobo dos. Resenha: **reforma agrária**: o impossível diálogo. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS, n 11, ano 07, maio de 2010. Acessado pelo autor em: janeiro de 2011. Disponível em: http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/sumario/sumario_v11.htm.

----- **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural de Feira de Santana**. Feira de Santa. UEFS Editora, 2009.

----- **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana–BA (1999/2006)**. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, [2007], p. 114.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo, Outras Expressões, 2011.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável de Irecê**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. Acessado pelo autor em: junho de 2011. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio050.pdfessado..

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (SEAGRI). **Programa Estadual de Bioenergia (BAHIABIO)**. Salvador, SEAGRI, 2008. Acessado pelo autor em janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>

SINDICATO DOS PETROLEIROS DA BAHIA (SINDIPETRO). **Denúncias põem em xeque gestão na Pbio**. Salvador, nº 21, janeiro de 2012. Acessado pelo autor em fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.sindipetroba.org.br>

SUZUKI, J. César. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. **Revista Agrária** - USP, São Paulo, n 06, p. 83-95, 2007. Acessado pelo autor em: junho de 2011. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/6/Texto4_Suzuki\(Teoria\).pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/6/Texto4_Suzuki(Teoria).pdf).

----- **A gênese da moderna cidade de São Paulo**: uma contribuição da Geografia Urbana à história da cidade. São Paulo [2002]. 158 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

----- **De povoado a cidade:** a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. São Paulo [1996]. 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Mudanças demográficas recentes:** região de Irecê. Salvador, SEI, 2000.

SILVA, Sylvio B. de Mello; LEÃO, Sônia de O.; SILVA, Bárbara C. N. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia, evolução e dinâmica.** Salvador: Centro Editorial e Didática da UFBA, 1989.

SILVA, Lenira Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 1991

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar.** 2º ed., Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOBRINHO NOVAES, Janaina. **Desenvolvimento local na micro-região de Irecê-Bahia, município de Jussara:** do feijão a ovinocaprinocultura. Maceió [2007]. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Alagoas.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1978

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI.** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. In: **Campo – Território:** revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

VASCONCELLOS, G. F.; VIDAL, J. W.B. **Poder dos trópicos:** meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo, Casa Amarela, 2004.